ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

Política Contemporânea

— GUERRA TOTAL E GUERRA FRIA (Problemas de Contrôle das Fôrças Armadas pelo Poder Civil), coletânea organizada e compilada por Harry L. Coles
— A ESTRATÉGIA DA TRAIÇÃO (Um estudo das táticas do Comunismo), coletânea organizada e compilada por Jeane L. Kirkpatrick
— A LUTA DE GUERRILHAS, de James E. Cross
— O COMUNISMO NO VIETNÃ DO NORTE, de P. J. Honey
— A NOVA HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA SOVIÉTICO, de Panas Fedenko
— DO COLONIALISMO AO COMUNISMO, de Hoang Van Chi

Ensaios

— BRASILEIROS NA ÁFRICA (Volume que mostra uma África diferente: a África brasileira), de Antônio Olinto
— LITERATURA COMPARADA (Volume que inicia a coleção breviário, indispensável aos estudiosos do assunto), de Tasso da Silveira
— COLETÂNEA 2 (Ensaios sôbre poesia, de Mário Faustino, com uma introdução de Assis Brasil)
— CONFLITO E CONTRÔLE NA LITERATURA SOVIÉTICA, de Mathewson, Benno, Struve, Adamovich, Rzhevsky, Pismenny, Koshelivets, Mikirtitchian, Bushman, Galey, Fedenko, Zunun, Arissian

Grandes Romances Brasileiros

— O VALETE DE ESPADAS (2.ª ed.), de Gerardo Mello Mourão
— OS SERVOS DA MORTE, de Adonias Filho (2.ª edição)
— PLENAMENTE SOLIDÃO, de Edna Savaget
— O DRAGÃO, de José Alcides Pinto
— OS CABRAS DO CORONEL, de Wilson Lins
— SERRAS AZUIS, de Geraldo França de Lima (2.ª edição)

Poesia

— A CONSPIRAÇÃO DAS ILHAS, de Raymundo Schaun

Ficção Científica

— NÃO É MAIS TEMPO DE BEIJAR, de Constantine Fitz Gibbon
— SENHORES DO SONHO, de Chad Oliver
— OS HERDEIROS DO PODER, de Harold Mead
— O 3.º PLANÉTA, de Levy Meneses

PRÓXIMOS VOLUMES

— A GRAÇA E A CULPA, de Jonas Rocha
— A COLEIRA DO CÃO, de Rubem Fonseca
— OUTROS CONTOS DO PAÍS DE OUTUBRO, de Ray Bradbury
— O QUE SUSSURRAVA NAS TREVAS, de H. P. Lovecraft
— O BRASIL DO BOI E DO COURO, de José Alípio Goulart
— O CONSELHO DE ESTADO, de João Camilo de Oliveira Tôrres

CARL J. FRIEDRICH
E
ZBIGNIEW K. BRZEZINSKI

TOTALITARISMO E AUTOCRACIA

EDIÇÕES

TOTALITARISMO E AUTOCRACIA

DE FRIEDRICH E BRZEZINSKI

Um estudo profundo, em que dois destacados teóricos de Política fazem uma descrição e uma análise sistemàticas do totalitarismo, focalizando as características das modernas ditaduras: uma ideologia total, um único partido de massa, uma polícia secreta terrorista, o monopólio dos meios de comunicação em massa, o monopólio das armas e uma economia de planejamento centralizado.

Sustentam os autores que a ditadura totalitarista é fenômeno històricamente singular e *sui-generis;* e, ademais, que suas formas fascista e comunista são, bàsicamente, mas não de todo, iguais. Estudam em detalhes os traços comuns a ambas essas formas, explicando o papel do ditador e de seu partido, o desenvolvimento e a transformação da ideologia totalitária, a natureza e a relação entre a propaganda e o terror totalitaristas, a organização e as operações da economia dirigida, e a capacidade inerente que certos grupos (a família, as igrejas, as fôrças armadas) têm de resistir, até certo ponto, aos esforços totalitários de integração.

Um volume cheio de idéias provocativas, que, abrindo novas perspectivas, leva-nos a reconsiderar todo o problema, eis o que oferece, ao leitor brasileiro, em sua célebre coleção de assuntos internacionais, as edições

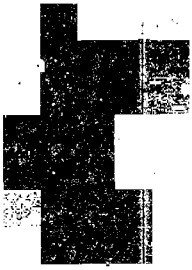
a sigla que traduz
qualidade
renovação
liberdade

DANTE
educador do milênio

DE ISAIAS ALVES

Obra singular na literatura brasileira, surge o presente trabalho de Isaias Alves no momento em que todo o mundo celebra o sétimo centenário do autor da *Divina Comédia*, informando o estudioso brasileiro sôbre a figura e a obra de Dante Alighieri. Trabalho de pesquiza, de informação, de detalhes, sente-se que Isaias Alves, ao penetrar o mundo do criador imenso de *A Divina Comédia*, o fêz com imenso carinho, numa entrega total ao mistér a que se propunha, o de sintetisar, para o leitor brasileiro, tudo o que existe, no mundo intelectual de tôdas as línguas, em tôrno de Dante e de sua grande e imortal obra.

DANTE, EDUCADOR DO MILÊNIO, é fruto de uma vida debruçada, com amor e paixão científica, sôbre uma das figuras imortais do pensamento universal. Não é uma obra simples, pelo contrário, a complexidade é que a caracteriza, pelo seu número de aspectos de que vem revestida. E por mais que pretendesse o ensaísta, não poderia fazer uma obra acessível a todos os níveis intelectuais. Exige, do leitor, pertinácia e interêsse, vontade de conhecer e um mínimo de formação mental para poder dominar o tema.



O índice da obra bem retrata a sua estatura. Isaias Alves acentua "as dificuldades da interpretação histórica e psicológica de Dante", e leva o leitor, imediatamente, ao Dante educador, em seguida ao filósofo, ao filólogo, ao esteta, encerrando o largo círculo de suas pesquizas com um levantamento completo do que já foi publicado, no mundo, sôbre o mestre italiano. O último capítulo do volume é sôbre os "cultores brasileiros de Dante", aí incluídas as traduções, as referências, as influências, em suma, tudo o que no Brasil já se disse ou se fêz sob a iluminação do pensamento de Dante Alighieri.

TOTALITARISMO
E
AUTOCRACIA

EDIÇÕES

CARL J. FRIEDRICH
E
ZBIGNIEW K. BRZEZINSKI

TOTALITARISMO E AUTOCRACIA

TRADUÇÃO DE
DONALDSON M. GARSCHAGEN

EDIÇÕES GRD
RIO DE JANEIRO — GB
1965

Traduzido do original

TOTALITARIAN DICTATORSHIP AND AUTOCRACY

Frederick A. Praeger, Inc., Publisher
64 University Place, New York 3, N. Y.

(3.ª edição, 1963)

© Copyright, 1956, by the President and Fellows of Harvard College

★

Para

LENORE e MUSKA

Reservados os direitos de propriedade sôbre a presente tradução e sua publicação para o Brasil, por A.G.R. DÓREA, rua Alcindo Guanabara, 25, s/404, Rio de Janeiro, GB.

PREFÁCIO

O presente estudo da ditadura totalitária procura estabelecer uma teoria geral e descritiva dessa nova forma de govêrno. Não pretendemos explicar a causa de seu aparecimento, pois estamos convictos de que tal explicação não é possível no momento, embora possam ser delineadas algumas condições essenciais. Houve, nesse sentido, esforços brilhantes, pôsto que teóricos e controvertidos. A tarefa dos autores é mais modesta: esboçar, com base no que é notório e em dados reais reconhecidos, o modêlo geral da ditadura totalitária e da sociedade que ela formou. Ao tentar essa avaliação geral, esperam os autores proporcionar uma base não só para um ensino mais eficiente, como também para um estudo melhor documentado de questões particulares e de desenvolvimentos posteriores. Poder-se-ia objetar que êste estudo não se destina a nenhum grupo definido, sendo demasiado elementar para o erudito, bastante difícil para o leitor comum e extremamente avançado para o principiante. Entretanto, não são todos os estudos dessa natureza em parte esotéricos, em parte exotéricos? Não há dúvida de que um livro que se propõe delinear, de forma bastante clara e profunda, a natureza geral da ditadura totalitária, com base naquilo que foi razoàvelmente estabelecido como certo, palmilhará muito terreno familiar ao especialista. Ao mesmo tempo, seus argumentos envolverão minúcias que bem podem ultrapassar a escala de interêsses do leigo inteligente e do estudioso.

Não obstante, os autores esperam ter tido êxito em produzir uma obra que possa oferecer alguma coisa a cada um daqueles grupos e que possa contribuir para a solução da pergunta: o que é uma ditadura totalitária, e como se ajusta ela ao arcabouço geral de nosso conhecimento sôbre govêrno e política?

Êste volume é o resultado de uma colaboração muito íntima entre os autores, não só na tarefa de escrever, como também no ensino e na pesquisa. A rigor, os estudos de C. J. Friedrich nesse assunto são bem mais antigos; a estrutura principal foi desenvolvida por êle em fins da década de trinta, num longo manuscrito. Contudo, o conhecimento e a compreensão das ditaduras nazista e soviética ainda eram

muito limitados e decidiu-se não publicá-los quando irrompeu a guerra. Nos anos seguintes, Merle Fainsod uniu-se a Friedrich no curso que êste dava sôbre ditadura totalitária — uma cooperação das mais frutíferas, originada ao dirigirem juntos a Escola de Treinamento de Assuntos Civis, em Harvard. Por sua vez, essa atividade conduziu ao trabalho de Friedrich sôbre govêrno militar e ao seminário sôbre essa matéria, levado a efeito por vários anos a par do incessante trabalho sôbre ditadura totalitária. Isso porque a ditadura constitucional do govêrno militar do Ocidente oferecia um contraste interessante com o modêlo totalitário. Z. K. Brzezinski ligou-se a êsse seminário em 1951 e de sua colaboração com Friedrich surgiu, posteriormente, o presente estudo.

O intuito principal de relatarmos êsses fatos é frisar o método de co-autoria que deu origem a êste livro. À diferença de muitas obras escritas por dois ou mais autores, esta foi escrita por ambos capítulo por capítulo, um após o outro, seguindo o plano inicial. A concepção geral, delineada no Capítulo I, é de Friedrich, e foi usada pela primeira vez em Totalitarianism, *um volume de atas por êle editado para a Academia Americana de Artes e Ciências em 1953. Mesmo êsse esquema, porém, anterior à guerra, foi consideràvelmente polido em discussões constantes entre os autores e com terceiros, notadamente com membros do Centro Russo de Pesquisas e muitos estudantes destacados que tomaram parte no seminário nos últimos anos. Além dêsse início geral, os autores produziram o livro juntos e consideram-no obra comum. No que concerne à matéria concreta, os diferentes antecedentes linguísticos dos autores e o conhecimento de fontes combinaram-se para perfazer a extensão necessária. Nesse particular, Brzezinski deseja agradecer sinceramente o apoio generoso que, como sempre, lhe foi prestado pelo Centro Russo de Pesquisas da Universidade de Harvard, de cujo estafe êle faz parte. Do mesmo modo, Friedrich deseja agradecer ao diretor e ao estafe do Instituto de História Contemporânea (Intitut für Zeitgeschichte) de Munique pela leitura e crítica construtiva, embora nenhuma dessas instituições assuma qualquer responsabilidade pela presente interpretação. Muitas críticas e sugestões úteis foram feitas por colegas, principalmente pelo Professor Merle Fainsod, que leu todo o manuscrito. Igualmente, o Dr. Dante Germino leu os originais, especialmente as seções relacionadas com a Itália fascista e gentilmente auxiliou com base em seu excelente estudo sôbre o Partido Fascista. Entre março de 1955 e abril de 1956, Friedrich dirigiu um projeto de investigação sôbre a Zona Soviética da Alemanha para os Arquivos do Setor de Relações Humanas da Universidade de Yale. Êste trabalho figura com um dos estudos daquela Universidade e contém os nomes de numerosos colaboradores (item 59.2, na Bibliografia). A dívida dos autores para com muitos outros se evidenciará, esperamos, nas notas de pé de página, embora alguns "consultores" do seminário, especialmente Hannah Arendt, Sig-*

mund Neumann, Franz Neumann, Adam Ulam e Alex Inkeles mereçam menção especial. Finalmente, os autores gostariam de expressar sua profunda gratidão pelo auxílio de Miss Roberta G. Hill, secretária do seminário, que dedicou horas sem conta à redação e tarefas afins.

Os originais ficaram concluídos em dezembro de 1955. Em vista dos acontecimentos na União Soviética que envolveram o XX Congresso do Partido Comunista, foram feitas algumas revisões e acréscimos de pequena monta. O âmago da análise, porém, não foi alterado; até agora os fatos não parecem exigir uma tal revisão — não parece ter havido nenhuma mudança fundamental no sistema soviético. O Partido continua a exercer seu papel crucial e dominante e, efetivamente, seu significado como impulsionador do sistema aumentou. A liderança tenta atualmente abandonar em parte as medidas terroristas, substituindo-as por incentivos mais sutis como a base para incessantes impulsos rumo à "construção socialista". Dessa busca de uma nova base para autoridade, na qual o regime pós-stalinista ora se empenha, resultou um relaxamento do contrôle policial sôbre a população; todavia, o uso de violência arbitrária contra os adversários do regime não foi abandonado. Ainda não surgiu nenhuma restrição efetiva ao emprêgo do terror. O potencial de terror ainda existe e o Partido não vacilaria em usar violência para defender seu monopólio de poder. Não obstante, é confortador observar que até os mais íntimos colaboradores de Stalin sentem-se compelidos a renunciar a seus métodos.

Abril de 1956

C.J.F.
Z.K.B.

ÍNDICE

Prefácio 7

I — INTRODUÇÃO

1. As características gerais da ditadura totalitária 13

II — O DITADOR E O PARTIDO

2. O ditador totalitarista 23
3. A natureza e o papel do partido 31
4. A juventude e o futuro da ditadura 43
5. O problema da sucessão 50
6. A ditadura totalitária e o mundo 59

III — A NATUREZA E O PAPEL DA IDEOLOGIA

7. Tipos de ideologia totalitária 70
8. As raízes históricas da ideologia totalitária 78
9. A alteração e a corrupção de ideologias 93
10. Símbolos e mitos 93

IV — O FLUIDO PSÍQUICO: PROPAGANDA E TERROR

11. A propaganda e o monopólio dos meios de comunicação em massa 101
12. A educação como doutrinação 111
13. O terror e a paixão por unanimidade 122
14. A polícia secreta e os inimigos do povo 129
15. Expurgos, confissões e campos 139
16. Os limites do terror, o vácuo 153

V — A ECONOMIA DIRIGIDA

17. A burocratização totalitária 161
18. Planos e planejamento 172
19. A luta pela produção e a expansão industrial 180
20. Mão-de-obra dirigida ou mão-de-obra livre 192
21. A luta pelo pão e manteiga 204

VI — GRUPOS DE ISOLAMENTO

22. A família 215
23. As igrejas 222
24. As universidades e as ciências 236
25. As fôrças armadas 245
26. O problema geral de resistência 252

VII — CONCLUSÃO

27. Os estágios de desenvolvimento e o futuro da ditadura totalitária 260
Breves notas bibliográficas 269
Referências bibliográficas 276

I — INTRODUÇÃO

1

As características gerais da ditadura totalitária

Todos falam de ditaduras totalitárias e de totalitarismo. São chamadas de tiranias, despotismos e absolutismos. Todavia, a maior incerteza cerca os aspectos mais elementares dessa forma de govêrno. Na verdade, ao se chamar uma ditadura dessa espécie de tirania ou de despotismo, está-se elogiando-a. Os regimes autocráticos do passado não se aproximavam em crueldade das ditaduras totalitárias de nossa época. Entretanto, ao fazer essas descrições, estamos também denegrindo a ditadura totalitária, pois, enquanto a tirania era dirigida, consoante a definição de Aristóteles, para o benefício do tirano, será irreal fazer dessa espécie de egoísmo a base para uma interpretação da ditadura totalitária.

A verdade parece ser que a ditadura totalitária constitui extensão lógica de certas feições de nossa moderna sociedade industrial (freqüentemente chamada de "capitalismo"). Nosso propósito nesse capítulo introdutório consiste em delinear os aspectos principais dessa nova forma de govêrno e, assim, estabelecer o padrão para o tratamento mais pormenorizado ulterior. Propomo-nos também mostrar, através de contrastes, como e porque as ditaduras totalitárias diferem das autocracias do passado. Embora não constitua, efetivamente, nem uma tirania, nem um despotismo, a ditadura totalitária está, evidentemente, ligada a ambas as formas, ou pelo menos existem semelhanças significativas que justificam arrolar todos êsses regimes numa categoria comum. Essa categoria poderia ser, corretamente, a "autocracia".

Houve muitos tipos de autocracia na história dos governos. As várias formas de despotismo, freqüentemente associadas com o endeusamento do chefe, característico do Oriente, a tirania das cidades-estado gregas e suas réplicas na Itália renascentista, e as monarquias absolutistas da Europa dos tempos modernos contam-se entre as formas mais familiares de autocracia. O traço verdadeiramente distintivo de todos êsses sistemas é que o chefe só é responsável perante si pelo que faz; êle é o *autos,* aquêle que dispensa poder; ou seja, êle toma as decisões e colhe os frutos conseqüentes. Portanto, o oposto lógico da autocracia seria qualquer regime em que outro, um *heteros,* compartilhasse o poder pelo fato de ser o chefe responsável perante êle ou êles. No ocidente de hoje tornou-se habitual falar de tais sistemas como gover-

nos responsáveis ou constitucionais (*). Entre êsses sistemas, a democracia constitucional tornou-se o tipo predominante, embora no passado tenham existido monarquias, aristocracias e teocracias constitucionais.

Uma vez que qualquer padrão de responsabilidade deve ser expresso em regulamentos de alguma espécie, que juntos constituem a "constituição", e, como, falando pròpriamente, regulamentos são uma espécie de norma legal, tem sido costumeiro, desde Platão e Aristóteles, salientar o papel da lei e diferençar os sistemas políticos conforme sejam ou não caracterizados pela subordinação dos dirigentes à lei. Sob êste prisma, uma autocracia é qualquer sistema político em que os dirigentes são insuficientemente — ou nada — submetidos a regulamentos antecedentes e obrigatórios impostos por outras autoridades que participam no govêrno e têm poder suficiente para compelir os dirigentes infratores a se submeterem à lei.

Êste problema de controlar os governantes pela lei deve ser distinguido do problema do papel da lei numa dada sociedade. Todos os grupos, comunidades e sociedades humanas de qualquer natureza, têm alguma espécie de lei, e as ditaduras totalitárias de nossa época caracterizam-se por uma vasta quantidade de "legislação" exigida pelas necessidades de uma economia tècnicamente industrializada e das massas de operadores dependentes envolvidos em tal sociedade (54a). Semelhantemente, o Império Romano assistiu a um aumento, e não a um declínio, na complexidade de seu sistema legal durante o próprio período em que se tornava cada vez mais autocrático. Essa autocracia acabou por atingir o ponto de divinizar o imperador, enquanto continuava o desenvolvimento minucioso do sistema legal. Muito antes disso, todo o contrôle sôbre o governante se dissipara e a responsabilidade de que a República tanto se orgulhara desaparecera totalmente. A vontade do imperador constituía a fonte última de tôda a lei. Essa concepção foi expressa em várias frases célebres que se tornaram a base da doutrina de soberania que racionalizou a autocracia de monarcas absolutos no século XVII.

Todavia, o legalismo autocrático não deve ser confundido com a distorção totalitária da noção de lei naquilo que é chamado de "leis de movimento". Essas leis são, presumìvelmente, "leis da natureza" ou "leis históricas" (compreendida, porém, a história como parte da natureza); encerram um julgamento antes existencial que normativo. A interrelação entre a lei existencial e a normativa tem constituído um problema central na longa história da lei da natureza (56). A ideologia totalitária tende a dissolver o normativo nos domínios do existencial e considerar tôdas as leis ordinárias

(*) O têrmo *heterocracia* nunca foi sugerido, se bem que, sendo a genuína alternativa lógica para *autocracia*, algo possa ser dito em sua defesa a fim de se fugir às conotações comuns da expressão "govêrno constitucional".

como meras expressões de leis da natureza e da história. "Tôda a História é a história da luta de classes", por exemplo, seria uma dessas leis, sôbre cujos têrmos a ordem legal positiva fôsse estruturada; ela fornece o padrão para medir, interpretar e, se necessário, alterar e transgredir as leis positivas. Tôdas as leis se tornam fluidas quando vistas como meras emanações de tais leis de movimento e sua própria multiplicidade atesta sua fraqueza normativa (276a). Tal fluidez as torna impróprias como padrões de conduta responsável, uma vez que tôdas as violações podem ser negadas pelos governantes como simples adaptações às mais elevadas leis de movimento. Dificuldade semelhante embargava, no passado, a ação restritiva da lei da natureza sôbre governantes absolutos, aos quais se permitia violá-la caso a "raison d'État" o exigisse.

Assim, no que tange a essa típica ausência de responsabilidade, a ditadura totalitária assemelha-se às antigas formas de autocracia. Entretanto, neste livro propomo-nos demonstrar que a ditadura totalitária é històricamente única e *sui generis*. Também é nossa conclusão, por todos os fatos disponíveis, que as ditaduras totalitárias fascista e comunista são bàsicamente iguais, ou, pelo menos, mais parecidas entre si do que com qualquer outra forma de govêrno, inclusive as antigas formas autocráticas. Estas duas teses estão ìntimamente ligadas e devem ser examinadas em conjunto. Estão também ligadas a uma terceira: a ditadura totalitária, nos moldes em que realmente se desenvolveu, não foi projetada por aquêles que a criaram (embora Mussolini se referisse a ela, falava de outra coisa), mas foram conseqüência das situações políticas em que se viram os movimentos revolucionários anti-constitucionais e anti-democráticos e seus dirigentes. Tomemos a terceira dessas assertivas, deixando a primeira e a segunda para mais tarde.

Os sistemas fascista e comunista evolveram em resposta a uma série de crises sem precedentes e têm demonstrado uma tendência contínua, embora intermitente, para se tornarem cada vez mais "totalitários". Não há no momento razão para se supor que os sistemas totalitários existentes venham a desaparecer como resultado de uma evolução interna, se bem que essa possibilidade não possa ser excluída. Os dois governos totalitários que desapareceram até agora foram aniquilados em conseqüência de guerras em que se envolveram com potências estrangeiras, mas isso não significa que o mesmo acontecerá, necessàriamente, com a União Soviética. Não pressupomos que as sociedades totalitárias sejam entidades fixas e estáticas; pelo contrário, julgamos que elas têm atravessado e continuarão a atravessar uma evolução constante, que implica, presumìvelmente, tanto em crescimento quanto em deterioração.

Em têrmos de perspectiva histórica, três pontos poderiam ser acrescentados. Primeiro, certas autocracias do passado mostraram extraordinária capacidade de sobrevivência.

Não só o Império Romano, como também diversos outros impérios orientais duraram centenas de anos, pelo menos como sistemas, embora as dinastias mudassem (276b). Em contraste, as tiranias das cidades-estado gregas eram, geralmente, curtas, como observou Aristóteles. Segundo, via de regra essas autocracias têm perecido em conseqüência de invasões estrangeiras. Terceiro, suas características autocráticas foram, geralmente, intensificadas durante longos períodos, a razão disso sendo que a violência é prontamente disponível para resolver tensões e explosões que ocorrem. Em suma, algumas dessas autocracias não foram estáveis, mas duraram muito tempo.

Paralelas às incertezas a respeito do fim, existem controvérsias quanto ao começo da ditadura totalitária. O debate sôbre as causas e as origens do totalitarismo percorreu um longo caminho, desde uma primitiva teoria do "homem mau" (22a) até à espécie de argumento que fala da "crise moral de nosso tempo". Um exame minucioso das provas disponíveis sugere que pràticamente todos os fatôres que se afiguraram explicações da origem da ditadura totalitária desempenharam seu papel. No caso da Alemanha, por exemplo — os efeitos morais e pessoais de Hitler, a fraqueza da tradição constitucional alemã, certos aspectos envolvidos no "caráter nacional" alemão, o Tratado de Versalhes e suas conseqüências, a crise econômica e as "contradições" de um capitalismo senil, a "ameaça" do comunismo, o declínio do cristianismo e de outros apoios espirituais (como a fé na razão e na equanimidade humana) — todos êsses fatôres representaram seu papel na configuração total de fatôres contributivos para o resultado geral. Como no caso de outras amplas evoluções históricas, sòmente uma análise de fatôres múltiplos será de utilidade. No momento, porém, não nos é possível explicar satisfatòriamente o aparecimento da ditadura totalitária. Tudo que podemos fazer é explicá-lo parcialmente, identificando algumas das suas condições antecedentes e concomitantes. Num sentido amplo, a ditadura totalitária é uma manifestação nova; nunca existiu nada que lhe fôsse semelhante.

Quanto à segunda assertiva, é importantíssimo explicar imediatamente porque as ditaduras totalitárias, comunista e fascista, são *bàsicamente iguais*. O que significa isso? Em primeiro lugar, que não são *inteiramente iguais*. A interpretação popular e jornalística tem oscilado entre dois extremos; algumas pessoas têm dito que as ditaduras comunista e fascista são inteiramente iguais, outros afirmam que elas são inteiramente diferentes. A segunda opinião foi a que prevaleceu durante os dias da frente popular na Europa, assim como nos círculos "liberais" norte-americanos. Ela se tornou ainda mais popular durante a II Guerra Mundial, principalmente entre os propagandistas aliados. Além disso, foi a linha oficial do Partido Nacional Socialista e é a do Partido Soviético. É natural que êsses regimes, que se consi-

deravam inimigos ferrennos, empenhados em mútua destruição, assumissem a premissa de nada possuirem em comum. Isso já aconteceu antes na História. Quando protestantes e católicos se degladiavam nas guerras religiosas dos séculos XVI e XVII, com muita freqüência negavam uns aos outros o nome de "cristãos" e acusavam-se recìprocamente de não representarem a "igreja verdadeira". De fato, e do ponto de vista dos sectários a quem ambos os grupos perseguiam, não o eram realmente.

A outra concepção, a de que as ditaduras comunista e fascista são inteiramente iguais, está sendo cada vez mais aceita atualmente nos Estados Unidos e no leste europeu. No entanto, é evidente que elas não são inteiramente iguais. Diferem, por exemplo, em seus propósitos e intenções declarados. Todos sabem que os comunistas afirmam desejarem a revolução mundial do proletariado, ao passo que os fascistas proclamavam sua determinação em estabelecer o domínio mundial de uma nação ou povo particular ou pelo menos seu predomínio imperial numa região, como no caso dos fascistas italianos. As ditaduras comunista e fascista diferem também em seus antecedentes históricos: os movimentos fascistas surgiram em reação ao desafio comunista e se apresentaram a uma assustada classe média como os salvadores do perigo comunista. Como teremos ocasião de mostrar nos capítulos seguintes, existem muitas outras diferenças que não nos permitem afirmar serem as ditaduras totalitárias comunista e fascista inteiramente iguais, mas que sugerem que elas são suficientemente semelhantes para serem classificadas numa mesma categoria e para que as comparemos não só com os sistemas constitucionais, como também com antigas formas autocráticas.

Contudo, antes de atentarmos a êsses aspectos comuns, assinalemos outra diferença que costumava ser acentuada por muitos daqueles que desejavam "meter-se com Hitler" ou que admiravam Mussolini, e que por isso argumentavam que, longe de serem inteiramente idênticos à ditadura comunista, os regimes fascistas deveriam ser vistos como simples formas coercitivas de sistemas constitucionais. Não resta dúvida que sobreviveram mais instituições da precedente sociedade liberal e constitucional na Itália fascista do que na Rússia comunista. Todavia, isso se deve em parte ao fato de que o comunismo soviético não foi precedido por nenhuma sociedade liberal e constitucional. O promissor período da Duma redundou em nada devido à guerra e à desintegração do czarismo, enquanto o interlúdio de Kerensky foi demasiado breve e superficial para se tornar significativo para o futuro. Na Tchecoslováquia e na zona soviética da Alemanha (República Democrática Alemã) encontramos precisamente instituições como universidades, igrejas e escolas que ainda sobrevivem. É provável que, se uma ditadura comunista se estabelecesse na Grã-Bretanha ou na França, a situação fôsse idêntica, e que um número ainda maior de instituições da

era liberal continuasse a existir, pelo menos durante um período inicial considerável. Êsse foi precisamente o argumento apresentado por alguns radicais britânicos como Sidney e Beatrice Webb. A tendência de sobrevivência de fragmentos isolados da sociedade anterior tem sido uma importante fonte de interpretações errôneas, principalmente no caso da Itália. Na década de vinte, o totalitarismo italiano foi, com muita frequência, interpretado erradamente como "mera" forma coercitiva de domínio da classe média, com os trens correndo no horário certo e as ruas livres de mendigos (13). No caso da Alemanha, essa interpretação errônea assumiu uma forma ligeiramente diferente. Na década de trinta, vários autores tentaram interpretar o totalitarismo alemão quer como "a fase final do capitalismo" quer como "imperialismo militarista" (148a). Essas interpretações acentuam a continuação da uma economia "capitalista" cujos líderes são apresentados como os dominadores do regime. Os fatos, como os conhecemos, não correspondem a essa concepção (Vd. Parte V). Para um simpatizante do socialismo ou do comunismo era muito tentador pintar a ditadura totalitária de Hitler como nada mais que uma sociedade capitalista e, portanto, totalmente em desacôrdo com a "nova civilização" que surgia na União Soviética. Esperamos que essas breves considerações hajam demonstrado porque pode ser errado julgar as ditaduras totalitárias em pauta como inteiramente iguais ou como bàsicamente diferentes. Resta mostrar *porque* são elas bàsicamente iguais e é isso que procuraremos fazer agora.

Seis são os aspectos ou características básicas que sugerimos serem geralmente reconhecidas como comuns às ditaduras totalitárias. A "síndrome", ou padrão de aspectos interrelacionados, da ditadura totalitária, consiste em uma ideologia, um partido único tìpicamente dirigido por um só homem, uma polícia terrorista, um monopólio de comunicações, um monopólio de armamentos e uma economia centralizada. Dêsses aspectos, os dois últimos são também encontrados em sistemas constitucionais: a Grã-Bretanha socialista teve uma economia centralizada e todos os estados modernos detêm o monopólio de armamentos. Se êsse último aspecto constitui ou não uma "tendência" para o totalitarismo é uma questão que será discutida no último capítulo.

Essas seis características básicas, que em nossa opinião constituem o caráter da ditadura totalitária, formam um aglomerado de aspectos interrelacionados, entrelaçados e que se apóiam mùtuamente, como é habitual em sistemas "orgânicos" (8). Portanto, não devem ser considerados isoladamente, nem transformados em ponto focal de comparações, como "César organizou uma polícia secreta terrorista, portanto êle foi o primeiro ditador totalitário", ou "A Igreja Católica tem exercido o contrôle do pensamento ideológico, logo..."

Tôdas as ditaduras totalitárias possuem o seguinte:

1. Uma ideologia oficial, formada por um conjunto oficial de doutrina que abrange todos os aspectos vitais da existência humana e que todos os membros da sociedade devem adotar, pelo menos passivamente; essa ideologia é caracteristicamente focalizada e projetada para um perfeito estado final da humanidade, isto é, contém um componente carismático, baseado numa rejeição radical da sociedade existente e na conquista do mundo para a nova.
2. Um único partido de massa, dirigido tìpicamente por um só homem, o "ditador", e que congrega uma percentagem relativamente pequena da população total (até 10 por cento) de homens e mulheres, com um núcleo ativista apaixonada e irrestritamente dedicado à ideologia e disposto a auxiliar por todos os meios a promoção de sua aceitação geral. Tal partido está organizado hierárquica e oligàrquicamente, e está tìpicamente acima da máquina burocrática governamental, ou com ela está completamente entrelaçado.
3. Um sistema de contrôle policial terrorista, que apoia, mas também supervisiona o partido para seus dirigentes e que, caracteristicamente, dirige-se não só contra "inimigos" comprovados do regime, mas também contra classes da população selecionadas arbitràriamente. O terror da polícia secreta utiliza sistemàticamente a ciência moderna e, especialmente, a psicologia aplicada.
4. Um monopólio quase total, tecnològicamente condicionado, nas mãos do partido e de seus funcionários subservientes, do contrôle de todos os meios efetivos de comunicação de massa, tais como a imprensa, o rádio e o cinema.
5. Um monopólio quase total, também tecnològicamente condicionado (nas mesmas mãos), de todos os meios de efetivo combate armado.
6. Contrôle centralizado e direção de tôda a economia através da coordenação burocrática de suas entidades corporativas outrora independentes, incluindo tìpicamente muitas outras associações e atividades de grupo.

A enumeração dêsses seis aspectos ou grupos de aspectos não supõe a inexistência de outros, ainda insuficientemente identificados. Essas características, porém, são universalmente reconhecidas como comuns a tôdas as ditaduras totalitárias, identificadas nas obras de estudiosos das mais variadas procedências, inclusive por escritores totalitaristas.

Dentro dêsse amplo quadro de semelhanças, existem muitas variantes significativas que serão analisadas minuciosamente. Como exemplos ao acaso, os fanáticos do Partido

desempenham atualmente na União Soviética um papel menos importante do que os burocratas do Partido, em contraste com o que aconteceu anteriormente; a ideologia da ditadura soviética está mais especificamente comprometida com certos assuntos, por causa de sua bíblia Marx-Engels, do que a ideologia do fascismo alemão ou italiano, que era formulada pelo próprio chefe do partido; as entidades corporativas da economia fascista permaneceram em mãos de particulares, no que dizia respeito às reivindicações de propriedade, ao passo que se tornaram propriedade pública na União Soviética.

Voltemos agora à nossa primeira assertiva, ou seja, a de que êsses sistemas são històricamente "únicos"; isto é, que nunca existiu nenhum govêrno como a ditadura totalitária, muito embora ela mostre semelhança com as autocracias do passado. Talvez seja interessante examinar brevemente alguns dados que demonstram que os seis aspectos que identificamos acima estão ausentes, em grande parte, dos regimes autocráticos històricamente conhecidos (*). Nem os despotismos orientais do passado mais remoto, nem as monarquias absolutas da Europa da era moderna, nem as tiranias das antigas cidades gregas, nem o Império Romano, nem tampouco a tirania das cidades-estado da Renascença italiana e as ditaduras militares bonapartistas do último século mostravam êsse quadro, essa combinação de aspectos, embora pudessem possuir um ou outro de seus traços constituintes. Exemplificando: freqüentemente houve tentativas de organizar uma espécie de polícia secreta, mas, em comparação com o terror da Gestapo ou do OGPU (hoje, MVD), nem como rudimentares se pode classificá-las. Igualmente, já houve concentrações de poder e contrôle tanto militares quanto propagandísticos, mas os limites da tecnologia impediram qualquer desenvolvimento livre no sentido do totalitarismo. É evidente, confiamos, que os seis aspectos distintivos aqui esboçados e que serão elaborados a seguir, diferenciam rigorosamente as ditaduras totalitárias contemporâneas dos regimes autocráticos do passado. Certamente, nem o imperador romano nem o monarca absoluto buscavam ou precisavam de um partido que o apoiasse, nem uma ideologia na moderna acepção partidária; o mesmo é verdade em relação aos déspotas orientais. Os tiranos da Grécia e da Itália podem ter possuído um partido — o dos Medicis em Florença chamava-se *lo stato* — mas não possuíam nenhuma ideologia. E, naturalmente, todos êsses regimes autocráticos estavam muito afastados das próprias características distintivas que estão arraigadas na tecnologia moderna, desde o terror até a economia centralizada.

(*) Os regimes autocráticos, como definidos anteriormente, devem ser claramente distinguidos da categoria mais ampla de regimes coercitivos da qual alguns dêles formam uma subdivisão. Assim, pode-se dizer que tanto a monarquia como a tirania foram coercitivas, mas há muito que a diferença é decisiva.

Talvez se deva acrescentar algo à questão da tecnologia. Êsse aspecto tecnológico do totalitarismo é, naturalmente, de particular importância no setor de armamentos e comunicações, mas está também envolvido no terror da polícia secreta, que depende das possibilidades, realçadas pela técnica, de supervisão e contrôle do movimento de pessoas. Além do mais, a economia centralizada pressupõe mecanismos de relatórios, catalogação e de cálculo proporcionados pela moderna tecnologia. Em suma, dos seis aspectos acima identificados, quatro são condicionados pela tecnologia. Para se compreender o que êsse progresso tecnológico significa em têrmos de contrôle político, basta que se atente para o campo dos armamentos. A Constituição dos Estados Unidos garante a todo cidadão o "direito de portar armas" (Quarta Emenda). Nos dias dos patrulheiros solitários isso constituía um direito muito importante, e a liberdade dos cidadãos era realmente simbolizada pelo rifle sôbre a lareira, como ainda hoje na Suíça. No entanto, quem pode "portar" armas como um tanque, um bombardeiro ou um lança-chamas, não se falando de uma bomba atômica? O cidadão como indivíduo e, na verdade, em grupos maiores, está simplesmente indefeso contra a tremenda superioridade tecnológica daqueles que podem centralizar em suas mãos os meios com os quais distribuir essas armas modernas e, destarte, coagir fisicamente a população. É fácil fazer observações semelhantes com relação à imprensa, ao rádio, etc. A "liberdade" não tem o mesmo potencial, que repousava sôbre o esfôrço individual, de há cento e cinquenta anos. Com poucas exceções, a tendência do progresso tecnológico implica numa tendência para uma organização cada vez maior. No panorama dêsses quatro aspectos, portanto, as sociedades totalitárias surgem como meros exagêros, pôsto que lógicos, do estado tecnológico da sociedade moderna.

Não se pode dizer o mesmo com respeito aos dois primeiros aspectos distintivos das ditaduras totalitárias, pois nem a ideologia nem o partido possuem qualquer relação relevante com o estado da tecnologia. (Isso pode não ser rigorosamente verdadeiro, porquanto a conversão da massa, contìnuamente tentada pela propaganda totalitária através da utilização eficiente de seu monopólio das comunicações, não poderia ser efetuada sem a tecnologia). Contudo, o partido, seu líder ou líderes e a ideologia ligam a ditadura totalitária à democracia moderna. É a perversão da democracia. Hitler, Mussolini e Lenin não só fundaram partidos típicos dentro de um contexto constitucional, se não democrático, como é clara a ligação entre a ênfase na ideologia e o papel representados por plataformas e outros tipos de objetivação ideológica nos partidos democráticos. A rigor, os partidos totalitários desenvolveram um acentuado esquema coercitivo enquanto se organizavam em eficazes instrumentos revolucionários de ação; ao mesmo tempo, porém, seus dirigentes, a começar por Marx e Engels, viram-se na situação de vanguarda do movimento democrático de seu tempo, e Stalin sempre se referia à socie-

dade totalitária soviética como a "democracia perfeita"; Hitler e Mussolini (205) faziam declarações semelhantes. Tanto a fraternidade mundial do proletariado quanto a comunidade do povo foram concebidas para superar as divisões de classes das sociedades do passado por meio de uma completa harmonia — a sociedade sem classes da tradição socialista.

Não só o partido, mas também sua ideologia, remontam para o contexto democrático dentro do qual surgiram os movimentos totalitários. A ideologia de modo geral, porém mais especialmente a ideologia totalitária, envolve um alto grau de certeza de culpabilidade. Como já foi indicado, a ideologia totalitária consiste de uma doutrina oficial que rejeita radicalmente a sociedade pre-existente em têrmos de uma proposta carismática para a formação de uma nova sociedade. Como tal, ela encerra fortes elementos utópicos, uma vaga noção de um paraíso terrestre. Essa perspectiva utópica e carismática das ideologias totalitárias lhes empresta um cunho pseudo-religioso. De fato, elas freqüentemente provocam em seus seguidores menos críticos uma profundidade de convicção e um fervor devocional geralmente só encontradas entre pessoas movidas por uma fé transcendental. É discutível se êsses aspectos da ideologia totalitária comportam alguma espécie de relação com as relações que procuram substituir. Marx denunciou a religião como "o ópio do povo". Parece que êsse conceito se aplica melhor às ideologias totalitárias. Em lugar das plataformas mais ou menos sensatas dos partidos políticos regulares, que criticam o *status quo* existente de uma maneira limitada, as ideologias totalitárias são perversões de tais programas. Substituem a fé pela razão, a exortação mágica pelo conhecimento científico. No entanto, deve-se reconhecer que êsses mesmos elementos existem nas atividades de partidos democráticos em dose suficiente para atestar a relação entre êles e seus descendentes degenerados, os movimentos totalitários. É por isso que êsses movimentos devem ser vistos e analisados dentro de sua relação com a democracia que procuram suplantar.

Resumindo, êsses regimes só poderiam ter surgido dentro do contexto da democracia de massa e da tecnologia moderna. Nos capítulos seguintes trataremos primeiramente do partido e de sua liderança (Parte II); a seguir, abordaremos os problemas de ideologia (Parte III), e depois o terror e a propaganda (Parte IV). A Parte V será dedicada às questões pertinentes à economia centralizada, enquanto o monopólio de comunicações e de armamentos será abordado em capítulos especiais nas Partes III, IV e VI. Finalmente, a Parte VI se ocupará de certas áreas que em maior ou menor grau conseguiram resistir às pressões totalitárias de total arregimentação da sociedade; demos a essas áreas o nome de "grupos de isolamento", para acentuar sua natureza marginal. Numa conclusão, própomo-nos considerar o problema de estágios de desenvolvimento totalitário e a possibilidade de projetar no futuro tais modelos de desenvolvimento.

II — O DITADOR E O PARTIDO

2

O ditador totalitarista

A idéia de ditadura totalitária sugere um ditador detentor de "poder absoluto" colocado à sua testa. Embora essa noção se haja generalizado como correta e constitua a base de muitas discussões e de muitas políticas, ela tem se defrontado com muitos desafios. Têm-se argumentado que na União Soviética é o partido e não o ditador que detém o poder final, ou que órgãos partidários menores, como o Politburo, ditam a "palavra final" (224a). Igualmente, tem-se alegado que o poder de Hitler e Mussolini era meramente vicário, que quem mandava era na verdade o "alto comércio" ou "os generais", e que Hitler e seu círculo eram simplesmente instrumentos de tal grupo. Enquanto as ditaduras de Hitler e Mussolini, bem como a de Stalin, permaneceram intactas, não existia nenhuma maneira cientìficamente digna de confiança para resolver essa questão, uma vez que o depoimento de um observador se opunha categòricamente ao do outro. Hoje estamos em melhor situação. A evidência dos documentos mostra que Hitler e Mussolini eram os verdadeiros governantes de seus países. Suas opiniões eram decisivas e o poder que detinham era "absoluto", em um grau talvez maior que nunca. Não obstante, essas provas documentais também mostram ambos numa posição de curiosa relação de interdependência com seus respectivos partidos — um problema a que voltaremos posteriormente. Quanto a Stalin, hoje dispomos de provas semelhantes. Anteriormente, o vasto material compilado pela pesquisa inteligente em diversos centros sugeria que a posição de Stalin, especialmente após os grandes expurgos da década de trinta, fôsse igualmente decisiva. Vários participantes de conferências políticas com dirigentes soviéticos no exterior têm observado que sòmente Stalin era capaz de assumir imediatamente, e sem consultas, compromissos de grandes proporções. Ademais, as relações pessoais entre dirigentes soviéticos, até onde podiam ser percebidas em tais conclaves, também indicavam claramente que a vontade de Stalin não podia ser discutida. Em têrmos de política interna soviética, os dados disponíveis sôbre os expurgos soviéticos mais uma vez parecem confirmar o indiscutido domínio pessoal de Stalin (*).

(*) A ilustração mais recente e dramática disso foi o discurso secreto proferido no XX Congresso do Partido Comunista Soviético por Nikita Kruchov. Contudo, é possível que êle haja exagerado o papel de Stalin a fim de minimizar a responsabilidade de seus sucessores.

Pode-se objetar, contudo, que, se a posição de Stalin fôsse tão predominante, a transição de poder após sua morte não teria sido tão tranqüila. Essa objeção não procede, pois, na realidade, a transição não foi de todo tranqüila. E é possível que o período de transição ainda não esteja findo, segundo certas indicações. A morte de Stalin levou à tentativa de golpe por Beria, manifestado primeiramente em tomadas do poder pelos elementos dêste nos níveis republicanos. Sòmente a ação decisiva na cúpula, e isso quase no último momento, possibilitou ao Presidium do Partido êxito em degolar a conspiração (18a). Da mesma forma, a "renúncia" de Malenkov em princípios de 1955 indica que a sucessão ainda não estava resolvida com segurança. Todavia, o fato de o sistema soviético ter conseguido se manter após a morte de Stalin é significativo; entretanto, êle demonstra não uma pequena importância de Stalin, mas sim o alto grau de institucionalização do sistema totalitário através de uma elaborada rêde burocrática, operada na cúpula pelos representantes políticos do dirigente máximo. São êles que manejam as alavancas enquanto o ditador dá as senhas. Afastado o ditador, assumiram também, até agora com êxito, a tarefa de dar as senhas.

O leitor poderá imaginar por que razão não estudamos a "estrutura do govêrno" ou, talvez, a "constituição" dêsses sistemas totalitários. A razão é que essas estruturas são de importância muito diminuta; estão em contínua mutação, e transformam-se segundo o velho adágio francês: *"Tout ça change, tout c'est la même chose"* — tudo muda, tudo permanece. A "estrutura do govêrno" não tem nenhum significado real, pois o poder de decisão está completamente concentrado, seja num líder único, seja num órgão coletivo — pelo menos por um período limitado. Mais especìficamente, uma constituição possui, nessas condições, um valor principalmente propagandístico. Não se trata de uma constituição no sentido funcional do Ocidente, que proporciona um sistema de coibições eficientes e regularizadas (55j), mas de um disfarce que sugere um arcabouço "democrático", uma espécie de cortina para a realidade totalitária. Na União Soviética e em seus satélites êsses órgãos aparecem ostensivamente como "órgãos legislativos", ou como o Reichstag (Assembléia Nacional) da Alemanha hitlerista, mas existem essencialmente para aclamar as decisões tomadas. Semelhantemente, a máquina judicial, desprovida de qualquer independência, na realidade constitui parte e parcela da hierarquia burocrática e administrativa. A própria falta de forma fixa da vasta máquina burocrática faz parte da técnica de manipulação do poder absoluto à disposição do ditador e de seus auxiliares. Portanto, é mister dizer mais algumas palavras sôbre êsses subdirigentes.

É êsse papel significativo, representado no sistema totalitário pelos lugar-tenentes do ditador, que sugere uma característica adicional singular do sistema. Êsses representantes

políticos manejam as alavancas de contrôle que mantem a ditadura totalitária intacta; são êles que mantém o ditador no poder. Entretanto, a despeito dessa função essencial, a maioria dos estudos do totalitarismo moderno tendem a ignorar o fenômeno político dos lugar-tenentes do ditador. Exceção notável é a obra pioneira de Sigmund Neumann intitulada "Permanent Revolution" — (Revolução Permanente). Nesse livro, Neumann esboçou a primeira análise do lugar-tenente totalitário e indicou os quatro elementos decisivos que "compõem a estrutura composta dos lacaios do chefe" (149a; 115). Êsses elementos seriam burocráticos, feudais, democráticos e militantes.

O elemento burocrático, à luz dessa análise, é o aspecto preponderante da elite da liderança totalitária. O totalitarismo moderno, ao contrário das ditaduras mais tradicionais, é um sistema de poder altamente burocratizado (Vd. Capítulos 3 e 17). Sem o concurso dessa burocracia complexa, o caráter total do sistema não poderia ser mantido. A organização *partidária, em particular*, constitui uma máquina política hieràrquicamente estruturada, e o burocrata eficiente é um indispensável lugar-tenente político do ditador. A êsse respeito, a semelhança entre homens como Bormann e Malenkov torna-se mais que notável — eram burocratas tanto eficientes como capazes, que ocupavam suas posições devido não só a uma elevada capacidade administrativa como também, e no totalitarismo isso é mais importante, "porque foram considerados merecedores da confiança do chefe" (149b).

O elemento feudal, em têrmos da análise de Neumann, está representado no sistema de delegação de poderes a sátrapas locais, sejam *Gauleiters* ou secretários de *Obkom*, que passam a agir em nome do ditador. Êsses vassalos "feudais" não estão distribuídos apenas territorialmente; operam também em níveis de cúpula, manipulando importantes alavancas de poder, como a polícia secreta. Assim, Himmler, Bocchini e Beria encarregavam-se de não permitir que nenhuma ameaça interna se levantasse contra o ditador e êste tinha de estar contìnuamente convicto de que tais postos estavam ocupados por pessoas de indubitável lealdade. Em troca disto, todos êsses lugar-tenentes participavam do sistema de pilhagem e todos os esforços eram feitos para desenvolver nêles um arraigado interêsse na perpetuação do poder do ditador.

O terceiro aspecto dessa elite dirigente é seu elemento democrático interno. Isso não quer dizer que ela esteja sujeita aos habituais processos democráticos de seleção e eleição. "A ditadura só é democracia para os membros do círculo interior. Brutais e impiedosos como os lugar-tenentes geralmente se mostram para com seus inimigos, altivos como deuses vingadores, ser-lhes-ia melhor não bancar o patrão entre seus parceiros" (149c). Na realidade, essa igualdade é mais oligárquica que democrática. Por conseguinte, os lugar-tenentes devem ser cuidadosos para não se mostrarem em busca de excessiva popularidade. Essa busca de popularidade pode ter

efeitos desastrosos na medida em que pode ameaçar os próprios domínios do ditador. E o ditador totalitário não tolera transgressores em sua propriedade. Por isso, os lugar-tenentes políticos devem se limitar à função de fornecer ao ditador o necessário contacto com as massas e de servir-lhe como aferidores da opinião pública.

O elemento final, que nasce do caráter revolucionário do totalitarismo, é o ativismo da liderança. Os lugar-tenentes políticos devem agir como sub-chefes na luta pela realização da sociedade totalitária. Cada qual em sua esfera, os lugar-tenentes totalitários devem tentar romper tôda resistência à execução das metas político-ideológicas do regime. Deverá conduzir a "batalha pelo cereal" ou se esforçar por maiores realizações na "competição socialista". Poderá até mesmo ter de incentivar as mulheres a aumentar o número de suas gestações. É através de tais campanhas, sejam elas locais ou nacionais, que os lugar-tenentes políticos são valorizados, enrijecidos e promovidos.

A correção geral dessa análise é ilustrada, feitas algumas restrições óbvias, tanto no caso da política interna soviética quanto na atual liderança comunista das nações cativas do centro-leste europeu. Os homens que cercavam Stalin antes de sua morte, e que depois ascenderam ao poder, eram precisamente dêsse tipo. Proporcionaram ao ditador uma eficiente máquina burocrática e trocaram muitas metralhadoras por seus fichários. Homens como Malenkov, que trabalhava no ápice do *apparat* político, ou como Kruchov que por muitos anos serviu como vassalo feudal na Ucrânia, constituíam para o ditador um núcleo eficiente de partidários leais, que provàvelmente não ameaçariam sua supremacia política. Só passaram para o primeiro plano quando as inexoráveis leis da vida humana afastaram a figura familiar e temida do ditador.

A atual liderança soviética, que, sob muitos aspectos, é uma liderança de segundos lugar-tenentes que agem sem o líder, tem também seu próprio corpo de assistentes políticos hábeis e trabalhadores. As carreiras de homens como Ponomarenko e Brezhnev ilustram bem os esforços da nova liderança para se cercar de burocratas políticos eficientes e dignos de confiança. Em fins da década de quarenta Ponomarenko serviu como Secretário do Partido na Bielorrússia até ser recebido no círculo superior dos *apparatchiki* (membros do *apparat*) em Moscou. Por ocasião do XIX Congresso do Partido, em outubro de 1952, foi promovido a nôvo Secretariado do Partido e para o Presidium do Partido, que substituiu o Politburo. Após a morte de Stalin, foi afastado dessas funções — presumìvelmente pela velha guarda do partido (18b) — tornando-se, porém, Ministro da Cultura na gestão do Premier Malenkov. Em março de 1954, foi nomeado para o importante pôsto de Primeiro Secretário do Comitê do Partido do Cazaquistão, substituindo um velho stalinista,

Shayakhmetov. Em 1955, foi nomeado embaixador na Polônia, o mais importante satélite europeu da URSS.

Brezhnev é outro dêsses novos *apparatchiki* típicos cuja carreira o levou, nos últimos quatro anos, do pôsto de secretário regional do partido (em Dnepropetrovsk), para a Moldávia como Primeiro-Secretário, e depois para Moscou, após o XIX Congresso, como membro do Secretariado e candidato ao Presidium. Após a morte de Stalin, êle foi removido de ambos os postos e nomeado chefe da Administração Política da Marinha. Em março de 1954, assumiu o pôsto de Segundo Secretário no Cazaquistão, subalterno a Ponomarenko. Um ano depois, quando Ponomarenko foi transferido, êle se tornou Primeiro-Secretário, e no XX Congresso do Partido, em 1956, foi novamente guindado aos órgãos de cúpula do Partido. Ambos são típicos da nova geração dos lugar-tenentes políticos da atual liderança.

Na liderança comunista dos satélites do centro-leste europeu encontramos equivalentes dêsses homens. Enquanto Stalin foi vivo, envidaram-se esforços para que a propaganda totalitária fôsse focalizada sôbre certos dirigentes locais, dando-lhes relevância à imagem do ditador central — Stalin. Admite-se que essa tentativa não fôsse de todo sincera. Jamais lhe foi permitido reivindicar os poderes do ditador supremo em questões cruciais como definição ideológica: dêles se esperava sempre afirmarem sua lealdade ao "Mestre e Chefe do Mundo Comunista". Não obstante, homens como Bierut, Gottwald ou Rakosi eram retratados como líderes preeminentes e eclipsaram amplamente seus colegas nas quotas de propaganda. Após a morte de Stalin e o surgimento de um tipo de liderança impessoal na URSS, sentiu-se em Moscou que o destaque dos Bieruts e Gottwalds parecia constituir uma ameaça à unidade do bloco soviético. Sintoma da subserviência dêsses partidos comunistas a Moscou é o fato digno de menção de que, seis meses após a proclamação do princípio de liderança coletiva na União Soviética, tornou-se visível nos satélites uma diminuição da liderança pessoal. Tomando-se como exemplo o caso de Bierut, ao invés de serem combinados numa só pessoa os cargos de Premier e de Primeiro Secretário, Bierut, seguindo-se o modêlo soviético, foi limitado apenas ao segundo. Ocorreu também uma correspondente desenfatização de sua personalidade na imprensa. Da mesma forma, na Tchecoslováquia, onde a morte providencial de Gottwald ajudou a afastá-lo da cena, o nôvo Presidente Zapotocky não controla pessoalmente a máquina partidária.

Êsses lugar-tenentes políticos satélites da liderança central (e outrora do próprio ditador) diferem de seus equivalentes soviéticos num aspecto importante. Há provas consideráveis de que a tomada de decisões na URSS é altamente centralizada e prerrogativa da cúpula do *apparat* partidário — o Presidium. Os lugar-tenentes políticos soviéticos têm pouco

poder discricionário e agem geralmente à base de ordens diretas ou de instruções relativamente específicas. Seus colegas das nações cativas naturalmente agem também dentro de uma estrutura de instruções específicas; essas, porém, geralmente tendem a ser um pouco mais flexíveis em sua aplicação local. Ademais, os sátrapas dos satélites tendem a basear suas decisões, até certo ponto, na reação antecipada da liderança central de Moscou, que nem sempre é capaz de exercer supervisão direta. Isso dá aos dirigentes comunistas nacionais um grau maior de responsabilidade, se bem que aumente também seus riscos funcionais.

Contudo, tanto os lugar-tenentes políticos soviéticos quanto os dos países satélites parecem ajustar-se às categorias sugeridas pela análise de Neumann. Operam em nome da liderança central, à qual rendem obediência ideológica e concreta e, na maioria dos casos, são nomeados diretamente por ela. Situação mais difícil e complexa é a apresentada por Mao Tse-tung. Sua ascenção ao poder, sua liderança da revolução e seu contrôle sôbre as imensas massas da China colocam-no numa posição um tanto mais independente. Até a morte de Stalin, Mao Tse-tung reconhecia a supremacia ideológica do ditador soviético, e a êsse respeito se apresentava sob trajes de apóstolo. Conseqüentemente, êle se situava num nível intermediário entre um lugar-tenente político e um ditador totalitário independente. A morte de Stalin deixou-o no indiscutível contrôle ideológico e político do Partido Comunista Chinês que, não obstante, continua a reconhecer os laços ideológicos e políticos que o ligam a Moscou. Portanto, sua posição já não se ajusta aos padrões mais restritos estabelecidos para a categoria de lugar-tenente de um ditador central.

Esclarecida essa questão dos lugar-tenentes políticos, voltemos à posição do dirigente máximo. Na opinião de Alan Bullock, autor da mais cuidadosa e documentada biografia publicada recentemente, Hitler exercia poder absoluto, como nenhum homem jamais o fizera (22b). Confirmou assim um depoimento feito pelo antigo embaixador britânico na Alemanha, Nevile Henderson, que escreveu que Goering lhe disse que "quando uma decisão tem de ser tomada, nenhum de nós vale mais do que as pedras que pisamos. É sòmente o *Führer* quem decide" (77a). Em corroboração, êle cita o notório Hans Frank, que escreveu: "Nossa Constituição é a vontade do *Führer*". Os julgamentos de Nuremberg forneceram provas maciças em apoio dessa conclusão.

Segundo o diário de Ciano, a posição de Mussolini era muito semelhante (179a). Essa concentração de poder constituía elemento de decidida debilidade, assim como de fôrça. Hitler cometeu alguns de seus mais graves êrros de julgamento, tais como a invasão da Polônia e, posteriormente, da União Soviética, sem nenhuma espécie de consulta, muito

menos de decisão coletiva. Tôdas as provas disponíveis indicam que, se essa ação coletiva houvesse sido convocada, tais êrros não teriam sido cometidos. Êsse poder verdadeiramente absoluto de Hitler manifestou-se durante a guerra no fato de êle assumir tarefas militares para as quais não tinha a menor qualificação. Hitler chegou a considerar-se um dos grandes estrategistas da História e colocou-se na posição de tomar as decisões finais nesse campo, o que provocaria a ruína do exército alemão (78;65).

A posição de dominadora e opressiva liderança exercida pelo ditador totalitário torna necessário averiguar que espécie de liderança êle exerce. É necessário também explorar mais plenamente a relação existente entre o ditador e seus partidários. As duas questões são extensamente interrelacionadas, mas, para efeito de esclarecimento, elas devem ser tratadas como fenômenos distintos. O problema da liderança tem sido abordada de várias maneiras. Um dos esquemas de classificação mais completos foi o proposto por Max Weber. Visto que suas teorias têm tido muita influência, parece conveniente declarar que o líder totalitário não se enquadra em nenhuma das categorias de Weber. Todavia, vários autores têm classificado Hitler como um líder "carismático" (148b). Uma vez que, segundo Weber, Moisés, Cristo e Maomé foram líderes carismáticos típicos, é evidente que Hitler não se enquadra nessa categoria. Argumentar que o fator comum aos líderes carismáticos é o apêlo entusiástico e emocional que Hitler possuía com relação a seus seguidores é duplamente errôneo. Em primeiro lugar, a concepção weberiana de um carisma implica em uma transcedente fé em Deus, caracteristicamente ausente tanto no próprio Hitler quanto no seguidor típico de seu credo; o mesmo acontecia com relação a Mussolini e outros líderes fascistas, como Peron na Argentina. Em segundo lugar, o carisma não constitui, primacialmente, um "apêlo" emocional, mas uma fé de genuíno conteúdo religioso, metaracional em sua fonte e racional em sua teologia. Entretanto, o fato de Hitler não ter sido um chefe carismático não significa que êle fôsse, portanto, um líder "tradicional" *ou* "legal-racional" — as duas outras categorias de Weber. Isso porque o líder tradicional é representado tìpicamente por monarcas como Luis XIV ou Henrique VIII, ao passo que o líder legal-racional tem como exemplo o presidente ou o primeiro-ministro de uma democracia constitucional (247b). O advento do ditador totalitário prova a inadequação da tipologia weberiana. Isso decorre da qualidade única, sem precedentes, da ditadura totalitária, como acentuamos anteriormente. Persiste, portanto, o problema da espécie de liderança.

A experiência disponível evidencia que a liderança totalitária se fundamenta em apelos emocionais metaracionais moldados em têrmos fortemente racionais. A análise da ideologia mostra que essa liderança é tida como executora da História, de fôrças que surgem inevitàvelmente do rumo predestinado dos acontecimentos sociais. Foi, portanto, o sentido

conseqüente de missão que levou essa liderança a ser interpretada como carismática. Essa concepção despreza inteiramente o fato de que êsse "apelo" é reforçado por fatôres totalmente ausentes no caso do verdadeiro carisma, muito especialmente o contrôle das comunicações e propaganda de massa e o mecanismo de terror (Vd. Capítulos 11 e 14). Ambos êsses aspectos só amadurecem plenamente no decorrer da tomada efetiva do poder total, mas estão presentes desde o começo. O período inicial da história dos movimentos nazista e fascista está repleto dessa técnica de propaganda sôbre as massas e do emprêgo de violência coagente. Os notórios açoites, fogueiras e orgias de óleo de castor dos fascistas italianos encontram paralelo no *Saalschlacht* (batalhas de salão de conferências) das tropas de assalto nazistas que causaram intimidação em alta escala tanto entre os simpatizantes do regime quanto entre o público em geral, muito antes da verdadeira tomada do poder. As táticas de Lenin (Vd. também Capítulo 9) eram também violentamente coercitivas e tornaram o "partido" bolchevista antes uma fraternidade militar conspiratória que um grupo competitivo que se lançasse à arena com arrazoados e argumentos. Não insinuamos que as condições da Rússia czarista fôssem favoráveis a tal conduta "burguesa" ou liberal; todavia, permanece o fato de que a propaganda e o terror fortaleceram o partido bolchevista, bem como os partidos fascistas.

Outro tipo de liderança totalitária, mais claramente não-carismática, é a de Stalin, que não podemos esquecer, pois êle representa o homem mais eficiente do grupo. Do período da morte de Lenin até os grandes expurgos de 1936/38, certamente não existiu qualquer apêlo "carismático" exercido por Stalin sôbre as massas. Sua ascenção ao poder só se tornou possível devido a medidas burocráticas internas, suplementadas por doses maciças de terror e propaganda compulsória, enquanto o apêlo que racionalizava sua reivindicação de poder era formulado em têrmos de coletivização, industrialização e preservação da União Soviética. Mas êsse apêlo só se concretizou através de manobradores intra-partidários e foi a organização e não a popularidade — pois Trotsky era seguramente mais popular — que fundamentou a tomada e a consolidação do poder por Stalin.

Como conseqüência dessa interação organizacional entre o líder e a massa seguidora, a natureza peculiar dessa liderança é inseparável da identificação mítica (ou, talvez mais precisamente, mágica) de líder e liderados. Nos primeiros tempos do movimento nazista, surgiu um livro que se intitulava, caracterìsticamente, "Hitler — Um Movimento Alemão" (31). O conceito que ajudou os nazistas a realizar essa façanha de identificação coletiva foi o de "raça". A raça, como vimos, não deve ser confundida com os alemães; os arianos são encontrados numa grande variedade de povos e sua descoberta só é possível na base de sua identificação de tais pessoas com o líder. O conceito correspondente no

arsenal comunista é o do proletariado, que não consiste apenas daqueles que realmente trabalham, salvo num sentido marginal. Mediante a introdução da idéia de consciência de classe, a massa real dos trabalhadores foi sublimada, como os alemães no conceito da raça ariana, e sòmente aquêles trabalhadores que estão dispostos a se identificar com o líder, seja êle Marx, Lenin ou Stalin, possuem realmente consciência de classe e, portanto, se acham intrìnsecamente envolvidos no processo de liderança totalitária.

Não existe nenhuma razão especial para se inventar um nome esdrúxulo para designar êsse tipo de liderança; basta chamá-la de "totalitária". Ela representa um tipo distinto e separado, juntamente com aquêles outros tipos classificados como "tradicional", "legal-racional" e "carismático". Talvez seja útil, considerando o emocionalismo pseudo-religioso dêsses regimes, designar essa espécie de liderança totalitária como sendo "pseudo-carismática". Ela possui certas analogias com ainda outro tipo distinto, que também não foi estudado adequadamente por Weber e seus discípulos, o líder "revolucionário". Efetivamente, pode-se argumentar que o líder "totalitário" seja uma espécie de líder "revolucionário". É exato que os traços característicos de Hitler ou Stalin são bastante semelhantes aos de Robespierre ou Cromwell; entretanto, uma análise detalhada nos levaria demasiado longe.

Em todo caso, pode-se dizer em conclusão, e à guisa de sumário, que o líder totalitário detém um poder mais próximo ao *absoluto* do que qualquer outro tipo anterior de líder político; que êle está completamente identificado com a massa seguidora, tanto por êle próprio quanto pelos liderados, numa espécie de união mística; que êle é capaz de agir nesses dois planos porque é apoiado pela propaganda e pelo terror — por uma coesão coagida; finalmente, que, portanto, sua liderança não deve ser confundida nem com a tirania, nem com o despotismo, nem com o absolutismo em suas formas históricas (Vd. Capítulo 1).

3

A natureza e o papel do partido

É muito comum que o conjunto de prosélitos de um líder totalitário seja chamado de *partido*. Entretanto, nesse caso a palavra *partido* está mal usada, pois a massa seguidora totalitária é, inequìvocamente, diferente daquela espécie de partido geralmente encontrada nos regimes democráticos constitucionais. Os movimentos totalitários adotam exteriormente a forma dêsses partidos, mas sua dinâmica interna é inteiramente outra. Não aliciam seus membros livremente, como os partidos democráticos. instituindo, ao invés disso, a

espécie de provas de admissão características de clubes, ordens e "fraternidades" exclusivas semelhantes. Conseqüentemente, praticam também a técnica de expulsão, geralmente por meio de um simples *faça-se* do líder, ao passo que num partido democrático a expulsão, se chega a se concretizar, é resultado de um processo judicial formal. Também no seio do partido não existe "democracia". Seus membros não têm competência para tomar decisões mesmo que, formalmente, elejam seu líder; estão sujeitos a uma direção autocrática em questões de política, e a um contrôle hierárquico em questões de liderança.

Quem primeiro formulou e pôs em execução os princípios operacionais de um partido totalitário foi Lenin. Com sua insistência fanática por uma rígida disciplina partidária, obediência total à vontade da liderança e aceitação irrestrita do programa ideológico (formulado pelo líder), Lenin demarcou o caminho que mais tarde seria seguido por Stalin com tanto êxito. Em seu livro "O que deve ser feito" (1902), Lenin esboçou o modêlo administrativo centralista que seria adotado por seu partido e rejeitou firmemente a idéia de um partido popular de livre filiação. "Provàvelmente todos concordarão que 'amplos princípios democráticos' pressupõem duas condições: primeiro, plena publicidade, e segundo, eleição para tôdas as funções. Seria absurdo falar de uma democracia sem publicidade, isto é, uma publicidade que ultrapasse o círculo de membros da organização (...) Ninguém daria a uma organização que se esconde de todos, menos de seus membros, por um véu de segrêdo, o nome de democrática" (113e). Lenin considerava um absurdo, sob o regime czarista, uma organização assim aberta, e sua fé num partido disciplinado paramilitar nunca vacilou, a despeito da cisão que ela produziu nas fileiras marxistas. Assim foram assentados os alicerces para o primeiro movimento totalitário. Vê-se — até o ponto em que Lenin tinha razão em justificar sua conduta pela referência às condições vigentes na Rússia czarista — que a autocracia dos czares refletiu-se no totalitarismo. Deve-se manter isso em mente ao considerar o problema geral do partido totalitário.

Seguindo Max Weber, mas eliminando seu aspecto normativo do "livre aliciamento" da definição geral de um partido político, podemos caracterizá-lo da seguinte maneira: um partido político é um grupo de seres humanos, estàvelmente organizado com o objetivo de assegurar ou manter para seus dirigentes o contrôle do govêrno, e com o objetivo adicional de dar a seus membros, por meio de tal contrôle, vantagens e benefícios ideais e materiais (55b; 106c; 225a). O partido político deve ter uma organização estável para que não se confunda com facções temporárias e congêneres; o contrôle do govêrno deve ser compreendido como abrangendo não só o govêrno político, como também outras áreas, como por exemplo, a administração da igreja; além disso, é importante incluir tanto as vantagens materiais como as ideais, por-

quanto nenhum partido pode existir sem que seus membros desfrutem de algumas vantagens de ambas as espécies. A distinção familiar entre partidos orientados no sentido da ideologia e do patronato só é razoável se os dois critérios forem compreendidos antes como "predominantes" que como exclusivistas. Outra distinção, porém, deve ser traçada à luz dos fatos da ditadura totalitária, sendo essa distinção aquela que pode ser estabelecida entre partidos cooperativos e coercitivos. Êsses últimos são exclusivos (de elite), hieràrquicamente organizados e autocráticos. Isso também não constitui contraste absoluto, mas uma questão da tendência prevalecente (136).

Êsses aspectos do partido totalitário têm sido, às vêzes, racionalizado em têrmos da posição combativa de tais grupos. Uma vez que, falando de um modo geral, qualquer organização grupal tende a ser mais rìgidamente autocrática na razão direta da dificuldade encontrada pelo grupo em sua luta pela sobrevivência, existe algum fundamento para explicar dessa maneira a autocracia dos movimentos totalitários. Entretanto, o que nos interessa primordialmente aqui é o *fato* dessa liderança autocrática, e não sua explicação. Ela poderia, em qualquer caso, não se manter após a tomada do poder, pois, até mesmo depois de o partido ter alcançado o contrôle total, êle não se torna menos autocrático. Pelo contrário, torna-se o veículo para a transformação de tôda a sociedade à sua imagem. Êsse conhecido dinamismo demonstra haver outros impulsos implicados no fenômeno, além das necessidades de um grupo combatente.

Na sociedade totalitária amadurecida, o partido tem um papel bem determinado, que pouca semelhança mostra com os papéis dos partidos nas sociedades democráticas. Como foi observado no capítulo anterior, compete ao partido proporcionar ao ditador uma massa seguidora com a qual êle possa identificar-se. De acôrdo com uma frase bem conhecida de Mussolini, o partido exerce a mesma função dos "capilares" no corpo; o partido não é nem o coração, nem a cabeça, mas aquêles terminais onde o sangue da doutrina, da política e do fervor partidários se mistura com o restante do organismo político. Num certo sentido, o partido pode ser descrito como a "elite" da sociedade totalitária, se o têrmo elite fôr tomado numa acepção muito neutra (*). Em vista da dependência total do partido, na qualidade de massa seguidora, em relação a seu chefe, pode-se argumentar que o partido não possui nenhuma existência corporativa própria. Compara-se, nesse sentido, ao estado hobbesiano, no qual todos os membros separados da sociedade são diversa e totalmente dependentes dos soberanos. Entretanto, de

(*) Tal emprêgo, contudo, colidiria com o que foi sugerido por Lasswell e Kaplan (106), p. 201, onde uma elite é definida como "os que possuem mais poder num grupo"; contrasta-se com a "semi-elite", os que possuem "menos poder" e com a classe que possui o "menor" poder. Consoante tal definição, o partido se incluiria na "semi-elite".

algum modo essa concepção não parece fazer justiça ao sentido coletivo do todo, e à perda quase completa de identidade pessoal que os membros do partido sofrem, ou antes gozam, à medida de que se sentem absorvidos no todo maior. Êsse sentimento parece contradizer outro aspecto dêsses movimentos, a saber, a obediência irrestrita. Os nazistas e fascistas nunca se cansaram de repetir a fórmula de Mussolini: "Creia, Obedeça, Lute"; essas atitudes constituíam o ponto focal da educação nazi-fascista. Nessa espécie de subordinação militar, o indivíduo parece apresentar-se ao comandante como um ser estranho e inteiramente destacado. A resposta a êsse aparente paradoxo, encontraram-na os escritores fascistas naquilo que concebiam como o "estilo" da nova vida. Na Alemanha nazista, como já o fôra antes na Itália, êsse "estilo de vida" foi proclamado como o da "coluna móvel", sendo indiferente para que fim estava sendo a coluna formada (287a).

Por outro lado, os soviéticos nunca se cansam de proclamar que seu partido comunista é um movimento organizado democràticamente, composto de trabalhadores e camponeses conscientes de sua classe. Ao contrário dos fascistas ou do Partido Nazista, a organização do Partido Comunista é, conseqüentemente, projetada para dar a impressão exterior de democracia interna, com a autoridade final repousando nas mãos dos membros do partido, através de seus Congressos. Os Congressos, que devem ser realizados cada três anos e se compõem de delegados de tôdas as organizações do partido. São o órgão legislativo supremo do partido. Elegem um Comitê Central como seu órgão permanente, para legislar em nome do Congresso durante os extensos interregnos entre cada sessão. O órgão executivo é o Presidium, até outubro de 1952 conhecido como o Politburo, sendo o Secretariado o principal órgão burocrático do Partido. Abaixo dêsses órgãos centrais encontram-se as quinze organizações das repúblicas nacionais (como, por exemplo, a da Geórgia), cada uma com seu próprio Comitê Central, Presidium e Secretariado; oito organizações *Krai;* 167 organizações regionais e 36 organizações *krug;* 544 organizações municipais; 4.886 organizações distritais e 359.304 organizações partidárias primárias (*) (271b). Tôdas essas organizações, consoante a interpretação oficial, funcionam dentro do espírito de "centralismo democrático", ou seja, há plena liberdade de discussão antes da determinação da política, mas, uma vez determinada esta, as organizações subsidiárias devem executá-la integralmente.

Contudo, na verdade a autoridade e a tomada de decisões são altamente centralizadas e, durante a era stalinista, o

(*) Vd. também o Capítulo 17, que trata da burocracia, para algumas estimativas quanto ao número de burocratas do partido. Em 1956, em aditamento aos quinze comitês centrais das repúblicas nacionais, foi fundada no Comitê Central de Moscou uma repartição especial, chefiada por Krushov, destinada a tratar dos assuntos partidários das repúblicas socialistas soviéticas.

poder do ditador não era, certamente, menor do que na Alemanha ou na Itália. A ascenção de Stalin, porém, foi possibilitada pelo seu hábil manejo da posição de Secretário-Geral do Partido. Na luta interna pelo poder, êle sabia manipular o pessoal da organização partidária, colocar seus homens de confiança em posições chave, derrubar ou denunciar os homens de confiança de seus rivais e, de forma geral, utilizar todos os recursos de uma grande organização, inclusive seus arquivos, como outras tantas armas (*). Durante seu domínio, uma burocracia interna do Partido, o *apparat*, composta de membros do Partido que trabalhavam em regime de tempo integral, colocados numa situação em que detivessem máximo poder, desenvolveu-se e expandiu-se até atingir o tamanho e a importância que possui atualmente; entretanto, já em 1925, aproximadamente 25.000 membros do Partido serviam ao *apparat* do Partido em tempo integral (47a). Conseqüentemente, por ocasião da morte de Stalin, um punhado de pessoas no Presidium do Partido, que o tomou sob contrôle, compartilhavam o poder ditatorial. O contrôle do Partido está concentrado atualmente nas mãos dêsse pequeno grupo de membros do Presidium, e especialmente nas mãos do Primeiro-Secretário do Partido (e, presumìvelmente, Presidente do Presidium), Nikita S. Krushov, que, através de seu Secretariado, controla o trabalho das diversas seções do Comitê Central do Partido. Essas seções ocupam-se de uma ampla variedade de funções: existe a seção de nomeações do Partido (tão importante para a ascenção de Stalin); uma seção de contrôles políticos sôbre as fôrças armadas, de relações exteriores e a seção especial que trata de assuntos policiais; há seções que tratam de desenvolvimento industrial, propaganda e agitação, e assim por diante (47b). Pelo que se depreende do exposto, essas seções não só controlam a vida do partido, como também supervisionam as funções dos respectivos ministérios do govêrno. De fato, os líderes de cúpula do Partido freqüentemente assumem a direção pessoal de vários setôres da atividade estatal: Mikoyan sôbre o comércio exterior, Beria outrora sôbre a polícia e também sôbre a região caucasiana, Kaganovitch sôbre ferrovias, planejamento e a Ucrânia, etc.

Essa burocratização do poder é também duplicada em níveis inferiores. Os comitês regionais, por exemplo, também refletem, através de seu esquema organizacional, tanto a concentração de poder nas mãos dos burocratas do Partido como o contrôle da burocracia estatal pelo Partido. Portanto, os comitês regionais possuem, por sua vez, além de seu próprio Secretariado, várias seções que tratam de assuntos como propaganda e agitação, indústria, estradas, agricul-

(*) O discurso secreto de Krushov em outubro de 1956 revelou que até mesmo o Politburo foi subdividido por Stalin em comitês menores (por exemplo, o "Sexteto" para Relações Exteriores), coordenados pessoalmente por Stalin, e que êste, às vêzes, proibia arbitrariamente que membros do Politburo comparecessem às suas reuniões.

tura, sindicatos, organizações comerciais e esclarecimento público. Não será exagêro dizer que os comitês regionais estão constantemente encarregados de tôda a vida da região, seja pela direção direta, seja pela supervisão. Conseqüentemente, os dirigentes do Partido com freqüência se vêem ocupadíssimos e a papelada alcança proporções fantásticas. Isso, naturalmente, prejudica o zêlo e a qualidade revolucionária do Partido. Por isso, há uma constante ambivalência nas declarações do Partido sôbre êsse assunto; num certo sentido, o Partido adverte seus funcionários no sentido de que êles não se envolvam excessivamente em operações da burocracia governamental; no entanto, não envolver-se significa deixar o poder fugir de suas mãos. Assim, por exemplo, num artigo intitulado "Aumente-se o papel administrativo do *apparat* partidário", o diário oficial do Comitê Central enfatizou a necessidade de supervisão e acentuou que os funcionários do Partido não deviam trabalhar para os outros — ou seja, para os burocratas do estado — e deviam precaver-se contra o excessivo formalismo burocrático (265a). No entanto, o Comitê Central explìcitamente instou para que os membros do Partido "pusessem, categòricamente, fim a uma atitude liberal em relação a violadores da disciplina partidária (...) substituí-los por organizadores ativos (...) intensificar a orientação à indústria, lutar por resultados concretos no aperfeiçoamento do trabalho de emprêsas" (252a). Conquanto aparentemente haja pouca contradição entre essas duas instruções, a tentativa de cumprir ambas poderia provocar algumas dores de cabeça para os burocratas do Partido.

Por conseguinte, a burocracia do Partido constitui tanto o cérebro quanto a corrente sanguínea do sistema soviético. Sem ela, não só é provável que o regime político se esfacelasse, como, quase certamente, tôda a vida econômica do país se estagnaria. Nesse sentido, a burocracia do Partido é muito mais importante, e com efeito, crucial, para o sistema soviético, que seus equivalentes nos estados nazista e fascista. Após a morte de Stalin, o *apparat* se tornou ainda mais importante como mecanismo de uma ditadura moderna. Cite-se um eloqüente julgamento de um dos maiores estudiosos do fenômeno soviético:

> (O *apparat*) constitui o cimento organizacional que mantém o Partido intacto. Da magia evanescente do despotismo pessoal formou-se um nôvo padrão de govêrno. A ditadura pessoal do chefe encarnou-se na ditadura do Partido pelo *apparat*. Tal qual o monstro de Frankenstein, a máquina adquiriu um ímpeto próprio, um intenso interêsse em sua própria sobrevivência que promete ser maior que a de seu criador e perpetuar seu sistema de dominação muito tempo depois que as fôrças que o formaram tiverem sido esquecidas. (47c)

Contudo, isso não significa que o membro individual do Partido não tenha importância. Pelo contrário, o Partido Comunista enfatiza enormemente a elegibilidade individual, a lealdade pessoal e a consciência política do candidato à filiação. "Não se deve esquecer que, para transpor o portal sagrado do Partido, o indivíduo deve estar imaculado não só em sua vida pública como também em sua vida particular" (271c). O fato de essa porta sagrada abrir caminho a maiores oportunidades carreirísticas é um fator adicional que realça o prestígio da participação no Partido, a qual, entretanto, não está isenta de penas e obrigações. De fato, uma das características mais notáveis da filiação ao Partido Comunista é a pressão imposta sôbre seus membros para torná-los participantes ativos nos empreendimentos coletivos e individuais da organização. Êsse ponto voltou a ser acentuado fortemente nos XIX e XX Congressos do Partido e Krushov não poupou palavras em sua censura aos membros do Partido que falham no cumprimento de suas tarefas. Conseqüentemente, espera-se que os membros do Partido participem constantemente em vários círculos de estudo, sessões de leitura, seminários especiais e debates. São utilizados para estimular a "competição socialista" em seus locais de trabalho. Dêles se espera que façam prosélitos entre parentes, amigos e colegas. Devem ser diligentes em organizar pequenos grupos de estudo entre não-filiados para familiarizá-los com a doutrina do marxismo-leninismo.

Nas reuniões regulares da organização, a preocupação primordial daqueles que delas participam é relatar os fracassos ou triunfos no cumprimento de suas *partnagruzka* (dever ou obrigação partidária). Nessas reuniões, os membros do Partido devem relatar integralmente suas atividades, reconhecer tôdas as deficiências e fazer a conseqüente autocrítica. Nisso são auxiliados, quer espontâneamente, quer por combinação prévia, por seus colegas, que também relatam seus próprios delitos, enquanto se criticam mùtuamente. Êsses auto-exames críticos não se restringem ao cumprimento de *partnagruzka*. O Partido é também uma instituição paternalista, preocupada, embora por motivos de eficiência, com o moral e a vida particular de seus membros. Por conseguinte, essas reuniões freqüentemente degeneram em batebocas em que a vida particular de um membro é vasculhada e censurada. Excesso de bebida, promiscuidade sexual, insolência e vulgaridade para com subordinados ou familiares são assuntos que surgem constantemente nessas reuniões. E tudo isso é registrado fielmente em extensos protocolos e *kharakteristikas* (fichários pessoais) conservados nos arquivos do Partido, com cópias enviadas a órgãos superiores do Partido. Durante períodos de acentuado ativismo ou de crise, essas sessões freqüentemente provocam expulsões do Partido e subseqüentes prisões, se bem que isso não seja tão comum quanto as repreensões.

Além disto, os membros do Partido são obrigados a participar das campanhas especiais, como as eleições para os sovietes ou a campanha agrícola de 1954. No decorrer dessas operações de massa os membros do Partido fazem agitação, propaganda e trabalham em prol do cumprimento das tarefas estabelecidas. Fazem-no após o trabalho, nos intervalos de almôço e nas horas vagas. Dão, assim, exemplo às massas com sua energia, espírito de sacrifício e total devoção ao dever. Tudo isso, naturalmente, consome muito tempo e é exaustivo. Uma das queixas freqüentes dos membros do Partido, depois de fugirem para o Ocidente, e que se evidencia também em materiais soviéticos, é a de serem oprimidos, sobrecarregados e utilizados excessivamente. Entretanto, ao mesmo tempo tudo isso gera um considerável entusiasmo. Os membros do Partido são condicionados para se sentirem parte integrante de uma máquina construtiva, manejada por uma liderança dinâmica, e que realiza objetivos sem precedentes. Sua identidade pessoal se dilui na totalidade do Partido e o poder do Partido torna-se fonte de gratificação pessoal. O fato de essa gratificação tomar freqüentemente a forma de promoções mais rápidas parece realçar ainda mais seu valor, enquanto uma sensação de unidade e integração muitas vêzes obscurece os aspectos mais vis do sistema.

Embora essa identificação total do Partido com o líder e sua correlata função capilar seja muito comum a todos os regimes totalitários, surgem diferenças significativas quando nos propomos investigar a relação dessa organização com o govêrno. Essa relação é freqüentemente descrita como sendo simplesmente de contrôle; entretanto, a situação real é mais complexa. A divergência entre os regimes bolchevista, fascista e nazista é simbolizada pela posição ocupada por seus respectivos líderes. Por muitos anos, e até a II Guerra Mundial, Stalin foi o Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética. Durante muitos anos Mussolini chamou a si próprio, orgulhosamente, de *Capo del Governo* (chefe do govêrno), ao passo que Hitler era o *Führer* do movimento e presidente e chanceler do Reich. A relação do partido com o govêrno correspondia a êsse conjunto de títulos. Na União Soviética o Partido era superior ao govêrno, e os chefes dos departamentos do govêrno eram, conseqüentemente, "comissários do povo". Na Itália, por muitos anos o govêrno foi superior ao Partido; isto corresponde à enfase dada por Hegel ao estado na ideologia fascista (Vd. Capítulo 7). Entretanto, como observou Germino (64b), "embora no princípio a teorização dos fascistas italianos haja diferido bastante da ideologia nazista e soviética, êsses contrastes se tornaram menos definidos à medida que a ala não-totalitária do Fascismo foi silenciada e o partido, de acôrdo com o que parece ser os imperativos do domínio totalitário, expandiu-se até exercer um imenso poder, independentemente da organização governamental".

Na Alemanha de Hitler, partido e govêrno mantiveram uma posição de aproximada equivalência, o mesmo acontecendo na Itália em fins da década de trinta. A situação alemã foi notàvelmente caracterizada por Ernst Fraenkel ao interpretar o sistema nazista como um "estado dual" ou, falando mais corretamente, um "govêrno dual". Um dos elementos dessa dualidade êle designou como o estado-prerrogativa, em que tudo era arbitràriamente decidido pela pirâmide organizacional que tinha o *Führer* no vértice; o outro elemento continuava a funcionar seguindo as linhas da ordem legal instituída. Fraenkel deixa bem claro, contudo, que, em sua opinião, o estado-prerrogativa era superior, tinha a "última palavra" na medida em que, a qualquer momento podia intrometer-se no outro, pôr de lado suas normas, ou impor outras (54b). Essa situação talvez tenha sido mais bem demonstrada quando Hitler, ao que consta, exclamou após um tribunal declarar inocente o Reverendo Niemöller: "Esta será a última vez que um tribunal alemão declarará inocente alguém que eu declarei culpado". Hitler fêz com que a Gestapo prendesse novamente Niemöller. Entretanto, precisamente porque era o próprio Hitler quem dizia a última palavra e que era, ao mesmo tempo, chefe do partido e do estado, uma certa ambivalência prevalecia nos escalões inferiores. No fim da guerra, e imediatamente depois, pareceu que uma situação análoga se formava na União Soviética. Como Premier da União Soviética e Marechal de suas Fôrças Armadas, Stalin aparecia no papel duplo semelhante ao que Hitler ocupou até sua morte. Todavia, desde então, o secretariado do Partido e o cargo de primeiro-ministro caíram em mãos diferentes, tornando mais viável determinar seus respectivos papéis. Parece que em todos os níveis da vida soviética, desde as fazendas coletivas, passando pela polícia secreta e chegando até o Ministério do Exterior, estão sendo envidados esforços para fortalecer o papel do Partido mediante a colocação de seus funcionários em postos de comando, mantendo-se destarte o papel dinâmico do Partido no sistema. Realmente, não há qualquer indicação de que a influência do Partido esteja decrescendo. Esforços recentes para revitalizar suas atividades, tais como uma nova campanha ideológica e uma campanha de recrutamento de membros entre trabalhadores e camponeses, sugerem claramente que o Partido permanece como o porta-estandarte político e ideológico e continua a supervisionar as atividades da máquina partidária. Um dos primeiros grupos a suportar o assalto dêsse ataque decorrente de uma reacentuação da predominância do partido foram os intelectuais, aos quais foi lembrado rudemente que é ao Partido que cabe estabelecer-lhes as tarefas e determinar-lhes a submissão doutrinária. Da mesma forma, o funcionalismo estatal foi atacado devido às suas atitudes burocráticas e lhe foi ordenado acertar o passo. Sintomático do papel decisivo do Partido é também o fato de que é seu

Primeiro-Secretário quem dirige a atual "batalha" agrícola para aumento da produção de cereais.

O papel político-administrativo que o Partido desempenha na URSS, atuando como uma espécie de super-burocracia que controla e se insinua nas instituições puramente administrativas, poderia parecer indicativo, até o ponto em que o futuro é previsível, de que não é provável que seu predomínio seja ameaçado. Expurgos periódicos, bem como novas campanhas, restauram ao Partido a necessária dose de *élan* e de conseqüente coesão, ao mesmo tempo que mantêm seu ardor revolucionário. Manter êsse *élan* e ardor revolucionário não constituiu na URSS, aliás, problema tão sério quanto na Alemanha nazista ou na Itália facista, onde grande número de pessoas era admitido no Partido por um simples *faça-se*. Na URSS ainda é privilégio pertencer ao Partido Comunista. E enquanto a máquina estatal mantém o sistema em funcionamento, é o Partido, ou antes, seus dirigentes que estabelecem novas metas e mantêm a pressão totalitária sôbre a população, Sem essa pressão o sistema soviético se tornaria frágil e estéril e é provável que perdesse sua vitalidade. A ênfase constante dada ao *partiinost* (literalmente, partidarismo) serve de lembrança para aquêles que gostariam de esquecê-lo.

Para ser eficiente, o Partido deve ter seu número de membros restrito. Deve constituir uma honra, digna de luta, pertencer a êle. Nem o Partido Bolchevista, nem o Partido Fascista italiano eram muito grandes quando seus chefes conquistaram o poder. Subseqüentemente, ambos foram aumentados. Por outro lado, o Partido Nazista esforçou-se por crescer enquanto estava empenhado em competir com outros partidos; o mesmo acontece hoje com relação aos partidos comunistas da Itália e da França, entre outros. Nesses casos, após a tomada do poder, o número de membros deve ser reduzido; o fato de isso não ter ocorrido na Alemanha explica em parte a posição assumida pelo partido. Ainda assim, em certo sentido o expurgo sangrento de 30 de junho de 1934 constituiu uma redução do número de membros; as tropas de assalto do Capitão Roehm tornaram-se um grupo inferior na hierarquia do Partido.

O Partido Comunista da União Soviética aumentou o número de seus membros muito lentamente na década de vinte; a seguir, cresceu muito ràpidamente entre 1928 e 1933, atingindo a casa de três milhões e meio em 1933. Decaiu sensìvelmente durante os expurgos da década de trinta, se bem que em 1941 atingisse novamente o nível de 1933. Durante a guerra verificou-se um salto para aproximadamente 6 milhões, pois a liderança esperou assegurar maior apoio para o esfôrço de guerra concedendo a cobiçada filiação ao Partido a um grande número de pessoas. De fato, durante a guerra houve período em que a filiação cresceu à razão de 100.000 membros por mês. Desde o fim da guerra, os dirigentes têm mostrado uma preocupação crescente em rela-

ção ao baixo nível de politização de seus membros e têm havido vários expurgos locais, principalmente nas repúblicas nacionais. A filiação geral tem permanecido mais ou menos estática, atingindo por volta do fim de 1952 a 6.900 milhões e em fins de 1955 a aproximadamente 7.200 milhões. De maneira geral, o partido da União Soviética tem constituído sòmente de 2 a 4 por cento da população.

Igualmente, os fascitas italianos representavam apenas pequena percentagem da população total. Havia aproximadamente um milhão de membros em 1927, pouco mais de 2 por cento da população. Até aquêle ano o Partido permanecera formalmente "aberto". O recrutamento era "livre", no sentido de Weber, o que era bastante lógico, considerando que foi só pouco depois de 1926 que os fascistas alcançaram um poder totalitário, absoluto. Logo depois as inscrições fecharam-se. Entretanto, foram reabertas durante alguns meses em 1932/33 e alguns grupos, tais como o funcionalismo público foram, na verdade, obrigados a se inscrever no Partido. Salvatorelli observa que, após 1932, pertencer ao Partido tornou-se "mais do que nunca condição necessária não só para ingressar no funcionalismo público (...) mas também (...) para ocupar tôdas as posições de alguma importância na indústria, comércio e meios culturais" (179b).

O crescimento do Partido Fascista deveu-se ainda a outra circunstância. Em virtude do destaque dado por Mussolini à juventude (*giovinezza*), era admitido anualmente um contingente de centenas de milhares de membros provenientes das organizações juvenis. Em outubro de 1934 êsse número se elevava a 1.850.777 e em outubro de 1939, a 2.633.514, conforme dados oficiais fornecidos pelo Partido. Êsse número constituía ainda cêrca de 5 por cento da população, mas aproximadamente 17,5 por cento do eleitorado total. Realmente, durante a guerra o número de membros cresceu ràpidamente, alcançando, em 10 de julho de 1943 cêrca de 4.770.770. Isso se deveu à extinção de tôdas as restrições para soldados após a eclosão da guerra. Entretanto, os fascistas, como os soviéticos, logo compreenderam seu êrro e em 1943 tentaram voltar atrás, e mais uma vez tentaram transformar o Partido num grupo seleto que seria formado por "combatentes e crentes", "o depositário da idéia revolucionária" (275a). Em todo caso, a milícia fascista, com seu meio milhão de integrantes, era o verdadeiro coração do Partido Fascista, reforçada pela "velha guarda" e por alguns dos jovens mais entusiastas. Essa milícia, tìpicamente, sempre disputou com a polícia secreta o monopólio dos métodos terroristas.

O Partido Nacional Socialista alemão foi mais longe, tanto na expansão de suas dimensões quanto na formação de um núcleo compacto de fanáticos. Em primeiro lugar, êle era um partido de massa na época que Hitler subiu ao poder; alcançara aproximadamente um milhão de membros em 1933. Considerações financeiras e políticas levaram Hitler a transformá-lo no maior partido político até então surgido na Ale-

manha, considerando-se não só seu número de eleitores como a extensão de sua filiação. Logo após a tomada do poder em 1933 houve uma convergência em massa para o Partido; em 1937 haveria nova expansão, quando todo o funcionalismo público foi obrigado a se inscrever no Partido pela "lei". Visto que o Partido Nazista foi assim inundado por uma aglomeração anormal, que evidentemente não era movida por um entusiasmo genuíno, a necessidade absoluta de um corpo de elite reafirmou-se nos SS (Schutzstaffeln) de Heinrich Himmler. A princípio as tropas SS constituíram simplesmente parte das tropas de choque dos camisas-pardas, mas, após o eclipse dêstes em 1934, as tropas SS se separaram e passaram a predominar. Na realidade, é êsse corpo, e não o Partido Nacional Socialista que deve ser considerado o núcleo dinâmico do sistema nazista. As tropas SS permaneceram sempre com um efetivo muito limitado, ainda que, durante a guerra, a organização das Waffen-SS (Vd. Capítulo 14) as tenha diluído um pouco (287b).

De uma maneira geral, êsses fatos provam que numa ditadura totalitária o Partido ou seus setôres especiais são altamente selecionados e de elite. Essa tendência para a formação de elites reforça a estruturação rìgidamente hierárquica dos partidos totalitários que assinalamos anteriormente. A hierarquia rígida e o poder centralizado resultam de um processo evolucionário; em todos os setôres haverá, a princípio, um impacto considerável de baixo para cima; posteriormente, a massa seguidora é subjugada cada vez mais, até que sua influência se torna desprezível. Isso é parte do processo de maturação dos regimes totalitários. O rodízio da liderança do partido se torna problema dos mais sérios, relacionado com essa consolidação da hierarquia. Tanto na Itália como na Alemanha, o fato de o mesmo líder ter permanecido no contrôle durante tôda a existência da ditadura sem dúvida alguma inibiu êsse rodízio. Entretanto, em ambos os regimes verificou-se um expurgo pelo qual alguns dos velhos sub-líderes foram eliminados. Outros se seguiriam após a guerra, a se crer em diversas declarações confidenciais nesse sentido feitas por Hitler, Himmler e outros. (O Capítulo 15 mostra como na União Soviética o expurgo tornou-se instrumento regular). Entretanto, a despeito dessas crises, o Partido constitui o esteio principal da ditadura totalitária. Sem o apoio de seu Partido, o ditador seria inconcebível; sua liderança indisputada dá ao Partido aquela devoção dinâmica, realmente fanática, à ditadura que lhe é peculiar. A atitude de servil submissão de seus membros ao chefe constitui tão sòmente a contrapartida psicológica à implacável afirmação da vontade e da determinação do Partido em dirigir e formar a sociedade à sua imagem.

4

A juventude e o futuro da ditadura

A ditadura totalitária, devido ao seu sentido de missão, preocupa-se vitalmente com a transmissão de seu poder e programa ideológico para a geração mais nova. Realmente, é para os jovens que convergem as esperanças da ditadura, e o regime totalitário nunca se cansa de afirmar que o futuro pertence à juventude. Julgando-se pouco ou nada comprometidos com o passado, os regimes totalitários se mostram extremamente pródigos em acentuar os fracassos de ontem e a natureza utópica do amanhã. Stalin colocou a situação de uma maneira que se assentaria também perfeitamente a Hitler ou Mussolini: "Camaradas, a juventude é nosso futuro, nossa esperança. Ela deverá tomar nosso lugar, o lugar dos velhos. A ela caberá conduzir nossa bandeira ao triunfo final. Entre os camponeses não há poucos velhos, prostrados pelo fardo do passado, sobrecarregados pelos hábitos e recordações da vida antiga. Naturalmente, nem sempre êles são capazes de seguir o Partido, seguir o govêrno soviético. O mesmo, porém, não se pode dizer de nossa juventude. Nossos jovens estão isentos do pêso do passado, e é mais fácil para êles assimilar os mandados de Lenin" (199d). Espera a liderança que a imaginação e a energia da juventude serão assim aprestadas para auxiliar, e mais tarde executar, o programa de reconstrução totalitária lançado pelo Partido. A intensidade dos esforços para converter e disciplinar a juventude não tem paralelo nas ditaduras tradicionais recentes, que se preocupavam muito mais com o problema de estabilidade social e política imediata. Sòmente algumas organizações filosóficas, como a República de Platão, podem rivalizar com os mitos e a doutrinação totalitárias em relação à juventude.

Todos os movimentos totalitários têm se preocupado com a doutrinação da juventude. *Giovinezza* (juventude) era um dos lemas-chave na retórica de Mussolini. Tanto os fascistas italianos quanto seus êmulos alemães organizaram a juventude antes de tomarem o poder. Quando Hitler disse que o Estado Nacional Socialista deveria cuidar de obter, através de uma doutrinação correta da juventude, uma geração pronta para tomar as decisões definitivas e supremas do mundo, estava meramente fazendo eco a conceitos que Mussolini expusera desde o princípio. A organização italiana da Balilla, embora tivesse sido formalmente incorporada à máquina governamental pela lei de 3 de abril de 1926, constituía o campo de treinamento para o Partido Fascista (64c). A lei que a instituiu declarava que o fascismo considerava a educação da juventude uma das tarefas fundamentais da revo-

lução, em uma "atmosfera de disciplina e serviço à nação". Ao apresentar a Lei da Juventude Nacional, em 1.º de dezembro de 1936, Hitler pouco mais fêz do que parafrasear essas idéias, declarando que da juventude dependia o futuro do povo alemão (*Volkstum*). Os grupos de idade na organização da juventude hitlerista eram um pouco maiores do que na Balilla, mas, sob os outros aspectos, tudo era quase igual.

Todos os fascistas insistem no treinamento da juventude fora da família e da escola como preparação para a vida áspera de guerreiros e conquistadores, contìnuamente em marcha e prontos para suportar todos os dissabores dessa existência. Hitler proclamou dramàticamente na reunião do partido em 1935: "A juventude alemã do futuro deve ser tão resistente como o aço saído das usinas de Krupp. O desenvolvimento da capacidade mental é de importância meramente secundária". Tanto a Balilla quanto a juventude hitlerista (216) eram considerados ramos essenciais do Partido, muito embora a Balilla tenha permanecido dentro da estrutura do govêrno até 1937, quando o secretário do Partido Fascista assumiu pessoalmente a direção da organização. Entretanto, a partir de 1926, a juventude fascista foi na verdade conduzida por Renat Ricci, membro chave do diretório do Partido e que, além disso, estava subordinado diretamente ao *Capo del Governo*. Na Alemanha, Baldur von Schirach tornou-se Chefe da Juventude do Reich em 1933 e estava, igualmente, ligado diretamente ao *Führer*. Todavia, a Juventude Alemã foi sempre uma organização caracterizadamente do Partido. Ambas as organizações aspiravam a um contrôle total da juventude, o que chegaram a alcançar em grande escala. A lei alemã de 1936 declarava explìcitamente que "a totalidade da juventude alemã deve estar preparada para seus futuros deveres", mas sòmente em abril de 1939 tornou-se obrigatório para todos os jovens pertencer à organização. A O.N.B. (Balilla) fêz o mesmo em 1937. Encontramos, portanto, um estreito paralelo de objetivos: os da Balilla são designados como militares, físicos, técnicos, espirituais e culturais — uma significativa escala de prioridades. Dando cumprimento a essa ênfase no dever e nas virtudes do guerreiro, ambas as organizações empenhavam-se extensamente em atividades paramilitares. É melancólico pensar que muito do idealismo e amor à aventura que constituem, talvez, a melhor parte da adolescência, fôssem assim canalizados por essas organizações para atividades que estimulavam seus instintos mais primitivos. As organizações livres dos países democráticos, sejam de escoteiros, religiosas ou artísticas, e até mesmo aquelas ligadas a partidos políticos, embora às vêzes se assemelhem exteriormente a essas organizações juvenis, são, no entanto, muito diferentes; mesmo quando seus lemas são semelhantes, quando enaltecem o caráter, esportes e a vida ao ar livre, seus propósitos são

o aprimoramento do indivíduo e da personalidade, e não os objetivos brutais de guerra e de conquista.

O crescimento dessas organizações de juventude sob o incentivo e pressões dos regimes fascistas foi espantoso: em janeiro de 1924, o número de membros das organizações de juventude italianas era de 60.941, enquanto que em julho de 1937 ascendera a 6.052.581. Na Alemanha, o total em fins de 1932 era de 107.856, ao passo que no princípio de 1939 atingira 7.728.259. Considerando-se as populações relativas da Itália e da Alemanha, verifica-se que a organização italiana foi ainda mais bem sucedida em seu esfôrço de arrejimentar tôda a juventude do país. Todavia, no decorrer da guerra, os alemães a alcançaram e em 1942 seu total aproximava-se de 10.000.000.

Na contextura dessas vastas organizações, estabeleceu-se um rígido processo seletivo. Môças e rapazes eram submetidos a vários testes antes de poderem habilitar-se ao grupo imediatamente superior. Essas graduações, na Itália chamadas de *Leva Fascista,* acompanhavam-se de cerimônias solenes e de um ritual totalitário tremendamente emocional. Naturalmente, o teste final consistia em um membro de uma das organizações de juventude alcançar qualificação para o Partido, ou melhor ainda, para as SS ou para as SS Armadas (Waffen-SS), as formações militares de Himmler (Vd. Capítulo 13). De fato, em 1939 foi organizado, dentro da Juventude Hitlerista, um núcleo de membros superiores, conhecido como o *Stamm-HJ,* ou seja, tronco da Juventude Hitlerista. Presumìvelmente os membros dêsse núcleo eram escolhidos a dedo e tinham de preencher "as mesmas condições raciais que o Partido Nazista impõe para seus membros". Assim, o alistamento total da juventude nos regimes fascistas tornou-se fator chave na manutenção, a longo prazo, do regime. Entretanto, como êsses regimes não duraram, não podemos ter certeza de que seus programas teriam tido êxito. Há alguns indícios de que não. Mas, para uma conclusão mais segura devemos nos voltar para a URSS.

Segundo uma interpretação oficial soviética, a poderosa atração do Partido Comunista deriva-se do fato de que êle "está ligado às enormes massas por laços vitais e é um genuíno partido do povo, de que sua política está de acôrdo com os interêsses vitais do povo. O papel de organizações de massa como os sindicatos soviéticos e a Liga da Juventude Comunista ampliou-se extensamente em congregar os trabalhadores em tôrno do Partido e educá-los no espírito do comunismo" (271d). O Partido, com seus órgãos subsidiários, penetra todos os setôres da sociedade soviética, absorvendo o que os dirigentes acreditam serem os elementos melhores e mais capazes. Êsse processo seletivo começa com os jovens, para os quais o caráter de elite da organização possui especial atração. Os jovens são informados de que o ingresso na organização envolve um estado especial de comunhão com o ser político soviético; conseqüentemente, a aceitação oficial

de um rapaz ou de uma môça nos Pioneiros Soviéticos (grupo de 9 a 14 anos de idade) é uma cerimônia celebrada com pompa e solenidade, e marca o primeiro passo em sua carreira.

A ocasião foi descrita numa publicação soviética, citada por Fainsod, da seguinte maneira:

> Assistem à solenidade todos os Pioneiros da escola, seus chefes, professores, o diretor da escola e os convidados de honra. O salão é decorado com retratos de Lenin e Stalin. Os Pioneiros entram em formação quase militar. Um dos convidados de honra, um velho membro do Partido, entrega a cada iniciante, trajado em seu nôvo uniforme, o lenço vermelho, o emblema de Pioneiro e seu cartão de membro. Feita a entrega, explica-se o simbolismo do lenço e do emblema. Os três cantos do lenço dobrado em triângulo representam o Partido, o Konsomol e os Pioneiros, pilares do Estado soviético. O emblema é decorado com uma bandeira vermelha onde se acham a foice e o martelo e uma fogueira de cinco achas, da qual saem três chamas, e simboliza a Terceira Internacional com sua promessa de futura revolução mundial. Os novos recrutas são saudados com o lema "Estejam prontos a combater por Lenin e Stalin". Prestando a saudação dos Pioneiros, êstes respondem com o lema inscrito em seu emblema: "Sempre prontos". A solenidade termina com discursos, declamações e canções, destinados a impressionar os jovens iniciantes com sua nova condição. (100; 47d)

É excusado salientar o significado e o impacto de todo êsse aparato nos jovens. Na organização dos Pioneiros, que engloba atualmente quase todo seu grupo de idade elegível, os jovens são ensinados a fundir sua individualidade no esfôrço coletivo e seus líderes são exortados a se lembrarem de que "é muito importante ensinar aos Pioneiros a submeter seus interêsses pessoais aos do grupo" (256a).

A ênfase dada à doutrinação da juventude decorre, lògicamente, da idéia do Partido Comunista de que o povo, a fim de ser "libertado", deve tornar-se "consciente" de seu papel e posição. O processo de "conscientização" deve começar o mais cedo possível, e por êsse motivo o Partido, através de seus filiados, deve dedicar a máxima atenção à juventude. Contudo, à diferença dos fascistas e nazistas, os bolchevistas não puderam operar como movimento em massa de juventude antes da tomada do poder. A opressão czarista tornou necessária uma formação conspiratória e, nessas circunstâncias, qualquer espécie de atividade organizada para a juventude russa estava fora de cogitação. Além disso, a maioria dos conspiradores era formada por jovens. Os primeiros passos para a organização de um movimento entre a juventude foram dados após a tomada do poder, em novembro

de 1918. Nessa ocasião realizou-se o primeiro congresso do que mais tarde veio a ser o Konsomol. Contudo, o movimento de juventude, tanto em têrmos programáticos como organizacionais, só se filiou ao Partido Comunista no segundo congresso, em outubro de 1919. Êsse vínculo persiste até hoje.

Sob muitos aspectos, a história do Konsomol reflete os problemas e dificuldades enfrentados pelo Partido (47e). Houve um período de decepção durante a fase da Nova Política Econômica quando muitos jovens pensaram que a revolução estivesse sendo traída; houve a época de considerável apoio a Trotsky entre as fileiras; seguiu-se o entusiasmo e o desafio do Primeiro Plano "Qüinqüenal e da coletivização. O Partido utilizou as energias da Juventude em combater a inércia, as tradições antiquadas e os camponeses, para promover seu programa. Konsomolsk, o centro industrial situado na longínqua Rússia asiática, foi construído sob as condições climáticas mais terríveis pelos jovens do Konsomol. A seguir vieram os expurgos e a dizimação da década de trinta, principalmente os do período de Yezhov. Tal qual o Partido, o Konsomol sofreu suas baixas (Vd. Capítulo 15), mas, ao mesmo tempo, o expurgo abriu novas oportunidades de carreira. Quando sobreveio a guerra, Stalin novamente amparou-se na juventude para o movimento guerrilheiro do Partido e para a liderança ideológica entre as fôrças armadas (114). Os jovens do Konsomol tornaram-se líderes guerrilheiros e oficiais políticos; muitos foram promovidos a membros do Partido. Após a guerra foram convocados para a tarefa de reconstrução.

Em 1956 o Partido preparou o Konsomol para outra missão: combater a crescente delinqüência juvenil nas cidades soviéticas. Êste problema, comum a tôdas as sociedades urbanas, está-se tornando fonte das maiores preocupações para a liderança soviética e o Konsomol foi chamado a mostrar o caminho para a "moralidade soviética". Não obstante, há indícios de que algumas das qualidades revolucionárias da juventude soviética estão decrescendo e de que até mesmo no Konsomol existem jovens que se interessam mais por *Jazz*, bailes e diversões, do que por "construir o comunismo". O trecho seguinte, publicado por volta de 1956 na URSS, ilustra essas dificuldades.

"Um *playboy* reconhece-se pela sua maneira especial de expressar-se em gíria e pelos seus modos; por suas roupas bizarras e olhar impudente (...) As môças usam roupas excessivamente justas que revelam sua figura até o ponto de serem indecentes. Usam saias abertas; seus lábios brilham de tanto batom; no verão calçam sandálias italianas; penteiam-se à maneira elegante das atrizes estrangeiras (...)" (279).

A imprensa soviética foi forçada a reconhecer que mesmo entre o Konsomol existiam jovens culpados de atividades criminosas. Todavia, a campanha de agricultura nas terras virgens (Vd. Capítulo 21) deu ao Konsomol uma oportuni-

dade de despertar novamente a imaginação da juventude soviética e canalizar as energias da geração mais jovem para tarefas que beneficiem o estado soviético. A partir de 1955 a imprensa soviética estampou muitos casos de jovens membros do Konsomol que deixavam as cidades e iam para o leste, para construir novas fazendas estatais no Cazaquistão e na Ásia central. Êsse movimento, embora de inspiração oficial, sem dúvida despertou algum entusiasmo entre os jovens; muitos moços vêem nessa espécie de trabalho uma nova oportunidade para a luta heróica em prol do comunismo.

As palavras seguintes de Nikita Kruchov, dirigidas à Conferência de Jovens Construtores Soviéticos, em abril de 1956, demonstram que o Partido continua a esperar que a juventude dedique suas energias às muitas e contínuas tarefas de construir o "comunismo":

> Camaradas! Centenas de milhares de novos trabalhadores serão necessários para os projetos de construção de grandes proporções do Sexto Plano Qüinqüenal. Para conseguir o pessoal necessário a êsses projetos, o Comitê Central do Partido e o govêrno soviético solicitarão à juventude soviética que envie seus melhores camaradas para os empreendimentos mais importantes.
>
> A Liga de Jovens Comunistas possui 18.500.000 membros. Não poderá ela, então, designar de 300.000 a 500.000 membros de suas fileiras? Acredito que serão perfeitamente capazes de fazê-lo. (*Aplausos estrondosos*). Acreditamos na energia da Liga e da Juventude; acreditamos em seu espírito combativo. Sabemos que nossos moços não temem o frio da *taiga* siberiana. (*Aplausos*) (271q).

Atualmente o Konsomol é um movimento de massa que abrange a grande maioria da juventude soviética. É organizado de modo a proporcionar a direção organizada dos jovens desde o momento em que iniciam sua educação. A criança associa-se primeiramente aos "Jovens Outubristas"; então, aos nove anos pode ingressar no grupo dos "Pioneiros". Nessa organização, atletismo, excursionismo e acampamentos combinam-se com os primeiros estágios de uma educação política mais séria. Aos quatorze anos, se considerado habilitado, permite-se ao Pioneiro pertencer ao Konsomol pròpriamente dito, onde começa o treinamento real para o ingresso final no Partido Comunista. Na realidade, tanto na organização como em sua operação, o Konsomol é uma réplica juvenil do Partido. O Partido utiliza-o extensamente para suas várias campanhas de agitação e propaganda, para o contrôle político das fôrças armadas e para campanhas educativas. Os mais aptos tornam-se membros do Partido; nas palavras do Estatuto do Konsomol, "um membro do Konsomol considera a maior das honras tornar-se membro do Partido Comunista da União Soviética, e em todo seu trabalho

e estudos prepara-se para ingressar no Partido" (256b). Como as organizações fascistas, o Konsomol tem crescido constantemente através dos anos: em 1936 possuía 3.800.000 membros; em 1949, 9.300.000; em 1951, 13.180.000 e em 1954, 18.825.000 (45; 256c). Assim, o Partido tem reservas amplas, e apenas os considerados mais capazes ou, como às vêzes acontece, os possuidores de melhores relações, podem ter esperanças de se tornarem membros.

Aquêles que têm tido contacto com a juventude soviética atual atestam que o regime parece ter sido bem sucedido em fazer com que muitos jovens identifiquem seu futuro com o do sistema. Em vista da magnitude do esfôrço que acabamos de descrever, isso não surpreende. Êsse fato leva à conclusão de que o regime totalitário, se lhe fôr dado tempo, poderá ter êxito em transformar o pensamento e as atitudes de tôda uma sociedade — plano nunca tentado pelas autocracias tradicionais — e assim perpetuar-se. Há ainda outro aspecto da atitude comunista em relação à juventude que difere radicalmente da atitude dos fascistas. O regime não restringe seus esforços aos jovens que vivem dentro de seus limites. A juventude mundial também é conclamada, e um movimento internacional de juventude, paralelo à organização interna de juventude, foi estabelecido em novembro de 1919. Essa organização, conhecida como KIM (Internacional da Juventude Comunista), após os fracassos dos levantes revolucionários na Alemanha, Polônia e Hungria não assumiu importância mundial senão em 1945, quando o velho *apparat* da KIM foi reorganizado dentro da Federação Mundial da Juventude Democrática (WFDY), sob o contrôle de sua filiada soviética, o Comitê Anti-Fascista da Juventude Soviética, que é o setor exterior do Konsomol. (*) A estreita ligação entre essa organização e o Partido Comunista da União Soviética é ilustrada pelo fato de que, na Alemanha Oriental, a WFDY foi organizada em abril de 1945 por Ulbricht e Hipyner, antigos agentes do Comintern. Atualmente, a WFDY afirma possuir 83.000.000 de membros, que incluem, entretanto, os 19.000.000 do Konsomol e muitos outros milhões das organizações de juventude dos países satélites e da China. Suas atividades, sejam elas a propaganda "anti-bacteriológica", ou o apêlo de paz de Estocolmo, seguem rigorosamente a linha da política exterior da URSS.

Mesmo essa resenha breve mostra quão intenso é o interêsse de tôdas as ditaduras totalitárias no desenvolvimento da juventude. Se tal regime conseguir cativar as mentes e as energias dos moços será bem capaz de continuar a missão que os totalitários se propõem executar. Em todos os regimes totalitários, o partido tem assumido inteira responsabilidade pela educação ideológica da juventude, e tem utilizado a organização de juventude como campo de treinamento e como

(*) Kochemasov, seu chefe, tornou-se membro do Secretariado do Konsomol em 1949.

meio de recrutar membros para o partido. Contudo, sòmente a URSS teve oportunidade de manter seu sistema por um período maior que uma geração. Durante todo êsse tempo, a liderança soviética tem devotado esforços incessantes a garantir a lealdade e o apoio da juventude. Os indícios mostram que, devido ao completo monopólio de comunicações, à pressão constante e inflexível e a apêlos simultâneos ao futuro, através de projetos grandiosos, torna-se difícil para os jovens resistir às tentações totalitárias.

5

O problema da sucessão

A história do govêrno como esquema formal de organização tende a obscurecer o que acontece quando desaparecem os que detêm o poder efetivo. Pode-se também propor o problema como sendo o de estabelecer uma identificação convincente entre os ex-dirigentes e seus substitutos. No Ocidente de hoje, dois esquemas têm predominado: o da monarquia tradicional e o da república constitucional; a monarquia constitucional, que desde fins do século XVII até meados do século XIX foi vista como uma síntese feliz dos esquemas de Locke e Benjamin Constant, mostrou ser uma forma transitória instável. Numa monarquia do tipo ocidental tradicional, o problema sucessório é resolvido por uma lei que determina que a sucessão deve se realizar segundo a descendência sangüínea legítima, como ocorre na propriedade privada. Numa república constitucional, o problema sucessório é, de certa forma, eliminado, pois os dirigentes mandam periòdicamente em conseqüência de eleições constitucionais, enquanto se considera que a ordem constitucional preserva-se a si própria através de um sistema de emendas que a própria constituição prevê. Na ditadura totalitária, por outro lado, o problema da sucessão sempre se repete. (142a; 18).

Na medida em que a ditadura totalitária conserva os aspectos exteriores e formais de uma república constitucional, ela pode recorrer a certas medidas na crise que a morte de seu chefe necessàriamente precipitará. De certo modo, pode ser êste o aspecto mais importante da retenção de "constituições" em ditaduras totalitárias, à parte o valor propagandístico dessas "constituições" em apoiar a alegação de que a ditadura totalitária é uma "democracia". Entretanto, seria tolice supor que a sucessão de Lenin ou Stalin haja sido resolvida por um processo democrático "de baixo para cima", visto que tôda a dinâmica necessária ao funcionamento dêsse processo, como liberdade de expressão ou partidos competitivos, inexiste no Estado totalitário.

A ação das entidades maiores e mais populares, como o Soviete Supremo, é, portanto, puramente aclamatória. Isso ainda deixa aberta a questão de como ocorre a sucessão. O acúmulo de adulação ao líder totalitário e o desenvolvimento do vácuo a seu redor criam um hiato dos mais perigosos no momento em que êsse deus mortal perece. Dentro da natureza das coisas, o líder não foi capaz de designar um sucessor de sua escôlha; mesmo que o tivesse feito, êsse sucessor ficaria sem apoio após a morte do líder. Na verdade, essa designação bem poderia ser o beijo da morte. Como vimos, pessoas muito chegadas a Stalin, tais como seu secretário particular, foram "eliminadas" pelo grupo que arrebatou o contrôle da fonte real de poder físico após a morte do líder.

As provas documentárias que possuímos sôbre a questão da sucessão são um tanto escassas. Além da história da ascenção de Stalin ao poder após a morte de Lenin, quando a União Soviética ainda não estava plenamente desenvolvida como Estado totalitário, dispomos tão sòmente de provas documentárias como as que foram dadas à luz com respeito a sucessores potenciais de Hitler e Mussolini. Tanto quanto as provas disponíveis permitem-nos chegar a uma conclusão, podemos dizer que: o problema da sucessão não estava resolvido; a questão do sucessor potencial estava aberta e não resta dúvida de que na Alemanha teria ocorrido uma luta violenta entre os militares e Himmler, êste apoiado por suas tropas SS. É difícil prognosticar quem teria vencido. Se o caso da União Soviética pode fornecer alguma pista, é possível que o exército tivesse feito causa comum com certos líderes chaves do partido, como Goering, e eliminado Himmler. O fato de um militar ter assumido o contrôle de Hitler não pode ser citado como prova conclusiva em apoio dessa afirmativa. No caso de Mussolini, a tentativa do exército de depô-lo foi frustrada, mas isso por causa da intervenção dos nazistas, de modo que êsse caso é ainda mais inconclusivo. É interessante que no princípio de sua carreira Mussolini haja procurado determinar seu sucessor. Após 1929, competiria ao Grande Conselho escolhê-lo; vários dirigentes, como Ciano, Italo Balbo, Bocchini e Buffarini, bem como o secretário do partido, Starace, eram mencionados de vez em quando. De qualquer forma, todos os indícios levam à conclusão de que também na Itália uma luta acirrada teria eclodido entre vários litigantes. Além do mais, os casos de Hitler e Mussolini estão prejudicados pelo fato de ambos terem sido derrotados em guerra e, portanto, seus verdadeiros sucessores serem os vitoriosos.

Hoje parece estar bem claro que, após a morte de Lenin, o hiato a princípio não foi preenchido por ninguém. Para dentro da brecha saltou um grupinho de dirigentes de cúpula que imediatamente começaram a disputar entre o contrôle supremo. À luz das provas examinadas por Fainsod e outros

(47f; 142b; 24b), parece que Trotsky, como herdeiro óbvio que se considerava com direito à sucessão, despertou imediatamente o antagonismo mudo de Stalin. A luta concentrou-se numa divergência de política; é ocioso investigar se foi essa divergência que precipitou o antagonismo ou se foi o antagonismo que gerou a divergência; òbviamente, antagonismo e divergência fizeram parte de uma mesma situação. Depois de haver isolado Trotsky e destruído seu poder e seu apoio, bem como os de seus seguidores, Stalin investiu contra aquêles que o haviam auxiliado nessa tarefa e também os isolou e destruiu. Ao fim de três anos, surgiu como um líder totalitário no contrôle efetivo do sistema.

Sua tomada do contrôle do poder total foi facilitada pela ausência de uma burocracia estatal estabelecida e em funcionamento e por sua capacidade, como secretário do Partido, de manipular seus órgãos. Já na década de vinte os órgãos locais do Partido haviam assumido importantes funções administrativas. Essas funções não eram infringidas nem pela polícia secreta (ainda em formação) nem pelo exército, na época dèbilmente organizado à base de milícias territoriais (231a). E, visto que o Partido estava altamente envolvido em problemas administrativo-operacionais locais, um quartel-general central — o Secretariado e o Secretário — tendiam a assumir importância suprema em questões não só de patronato como também de lealdade profissional. A capacidade vital para êsse trabalho, assim como sua posição real, se tornaram, conseqüentemente, de importância decisiva para sua subseqüente tomada do poder.

Essa experiência, embora não seja naturalmente, conclusiva, sugere que seria um tanto arriscado tirar quaisquer deduções do presente estado de coisas na União Soviética. Presumìvelmente, ainda é cedo demais para se saber qual será o resultado da luta pela sucessão. Entretanto, à luz da análise que fizemos da ditadura totalitária, temos motivos para duvidar de que a liderança autocrática tenha sido substituída permanentemente por um contrôle de grupo ou liderança coletiva. Baseando nossas opiniões apenas nas provas disponíveis, é crível que haja acontecido o mesmo que ocorreu após a morte de Lenin: um grupo de membros do Partido assumiu o contrôle, e êsses membros parecem ser aquêles que estão em posições poderosas, seja no Partido ou no exército. Êsses membros do Partido estão lutando entre si pelo poder supremo. (*)

O caráter fluido da situação provocada pela morte de um ditador totalitário é demonstrado pela mudança que ocorreu nos círculos de cúpula da liderança soviética em março de 1953. À luz das provas disponíveis cinco fases distintas do

(*) Cumpre notar que, tendo êste livro sido publicado originalmente em 1956, os autores referem-se ao problema da sucessão após a morte de Stalin. (N. do T.).

desenvolvimento da luta pela sucessão parecem já evidentes. O primeiro estágio, que durou apenas alguns dias, consistiu em Malenkov herdar, se não todo, pelo menos parte do poder de Stalin. Nesse breve interlúdio Malenkov se aqueceu ao calor da aclamação da imprensa soviética e, mais concretamente, manteve nas mãos os postos decisivos de Premier e Secretário do Partido. Numa célebre foto-montagem, o *Pravda* o estampou num íntimo colóquio com Stalin e Mão Tse-tung; todos os demais participantes foram eliminados da fotografia original. Todavia, êsse estágio durou pouco. Os outros lugar-tenentes evidentemente reuniram-se depressa para impedir o advento de um nôvo ditador, que poderia, subseqüentemente, desejar promover seus próprios lugar-tenentes. Malenkov viu-se forçado a abrir mão de um de seus cargos e Kruchov o substituiu como Secretário do Partido. Proclamou-se o princípio da liderança coletiva e o *Pravda* declarou que "o coletivismo é o princípio supremo da liderança partidária" e que "as decisões individuais são sempre ou quase sempre unilaterais" (271e).

Contudo, êste segundo estágio também foi curto. Por razões obscuras, Beria, o chefe da polícia secreta, achou necessário garantir sua própria segurança pela aquisição de maior poder (18d). Assim, a terceira fase consistiu numa luta pelo poder entre Beria e os outros dirigentes, evidentemente encabeçados por Malenkov. A despeito de êxitos iniciais, refletidos particularmente no crescente contrôle de algumas repúblicas nacionais (notadamente a Geórgia e a Ucrânia), Beria e seus correligionários foram finalmente presos e liquidados. Sua remoção da "liderança coletiva" provocou necessàriamente uma reestruturação interna, que não deixaria de acarretar subseqüentemente transferências de pessoal.

A quarta fase, em 1954, pareceu indicar uma polarização do poder entre Malenkov e Kruchov, respectivamente nos postos de Premier e Primeiro Secretário, devida sobretudo ao compromisso do primeiro com uma política de incremento da produção de bens de consumo e da ênfase dada pelo segundo à expansão da agricultura e da indústria pesada.

A quinta fase teve início no comêço de 1955. O contrôle do *apparat* do Partido por Kruchov se mostrou decisivo e a sessão do Comitê Central de 1955 endossou inteiramente sua posição de chefe. Malenkov renunciou em princípios de fevereiro e Bulganin, que contava com o apoio dos militares e colaborava de boa vontade com Kruchov, tornou-se Premier.

A administração estatal altamente desenvolvida e burocratizada e, conseqüentemente, o Partido, são como duas colunas que suportam o edifício do Estado soviético. A arcada que as une e sustenta é representada pelos outros lugar-tenentes na "liderança coletiva". Tal situação parece um tanto instável e futuros conflitos acêrca da sucessão parecem

mais do que prováveis, embora nosso conhecimento atual não nos autorize prever seu resultado final.

Contudo, provas abundantes indicam que a atual "liderança coletiva" está acorde num ponto especial: não deverá haver nenhum outro Stalin durante sua vigência. O significado dessa concordância é diminuído pela consideração de que a liderança atual é claramente transitória: compõem-ne homens em seus sessenta anos e, portanto, seja qual fôr sua estrutura, ela deve ser vista sob essa perspectiva. Todavia, seus esforços para destronar Stalin podem produzir conseqüências significativas. A presente campanha anti-stalinista certamente dificultará as aspirações de mando absoluto de qualquer ditador em potencial. Essa campanha, a pleno vapor enquanto êsse livro vai ao prelo, começou, de fato, poucos dias após sua morte. As referências a Stalin logo começaram a escassear, sendo dada maior ênfase a Linin (*) e comparou-se a liderança coletiva com os efeitos danosos decorrentes da chefia monocrática. Os ataques abertos sobrevieram em fevereiro de 1956.

No Congresso do Partido, Mikoyan criticou abertamente vários princípios básicos de Stalin, além de chamar de "camaradas" algumas vítimas de expurgos stalinistas. Alguns dias depois, numa sessão secreta noturna do Congresso, Kruchov desfechou um ataque detalhado e, ao que se disse, emocional contra Stalin, acusando-o de uma série de crimes, que variavam desde liderança inepta na guerra contra Hitler até terrorismo e assassínio. Preparou-se assim o cenário para a derrubada do ídolo.

Notícias dêsse discurso espalharam-se ràpidamente em tôda a órbita soviética e realizaram-se reuniões especiais de membros do Partido aos quais foi lida uma carta do Comitê Central sôbre o assunto. Em alguns lugares, particularmente na Geórgia (**), stalinistas convictos reagiram muito desfavoràvelmente. Houve notícias de protestos e fuzilamentos em Tbilisi. Perturbações ainda maiores ocorreram nos países satélites, onde os ataques a Stalin foram mais enérgicos. Um dos Secretários do Partido Comunista da Polônia (Partido dos Trabalhadores Unidos), Jerzy Morawsky, escreveu abertamente no jornal do Partido acêrca do terror e malefícios causados por Stalin e sôbre suas tendências paranóicas. Em alguns casos, velhos agravos foram denunciados e comunistas anteriormente expurgados e enforcados foram reabilitados.

No que concerne ao problema da sucessão, êsses acontecimentos tornam improvável o advento de um chefe absoluto num futuro imediato. Excluem certamente a possibilidade de alguém vir a reclamar o cetro de Stalin, embora não se possa eliminar inteiramente uma alternativa dêsse tipo. Todavia,

(*) As referências a Lenin logo se tornaram idólatras. No XX Congresso êle foi constantemente mencionado como o "imortal Lenin", "o mestre imortal" e "a fonte de todos os triunfos do Partido".

(**) N. do T. — Região onde nasceu Stalin.

a perspectiva mais provável é que a liderança atual continue a proclamar a volta do regime ao verdadeiro leninismo e o abandono do "culto à personalidade". Porém, o leninismo não exclui, como assinalam os fatos, a possibilidade de um governante único. Assim, seria possível a um nôvo chefe alegar estar executando uma política leninista, enquanto de fato esteja alimentando seu próprio poder.

No momento, todos os indícios sugerem que Kruchov teve êxito em fortalecer efetivamente seu próprio poder no *apparat* do Partido, que o XX Congresso teve como conseqüência um extenso expurgo no Comitê Central (aproximadamente quarenta por cento de seus membros foram alijados) e que o Congresso foi precedido por expurgos semelhantes nos comitês centrais das repúblicas nacionais. No referido Congresso, Kruchov prestou o relatório político em que criticou severamente alguns colegas e, em recentes aparecimentos internacionais — em Belgrado, Gênebra, Nova Déli e Londres — desempenhou o papel principal. Voroshilov teve ocasião de se referir a êle, Kruchov, como o chefe da delegação soviética à Iugoslávia, que incluía Bulganin. Todos os relatos são unânimes em afirmar que êle tomou a iniciativa em todos os setôres e que os outros dirigentes soviéticos o seguiram. Seu dedo tem sido percebido nas recentes alterações de pessoal do Partido; seus protegidos ucranianos têm subido e seus adversários do passado descem gradualmente os degraus do poder. Tais processos, dado seu cenário totalitário, tendem a ser cumulativos. Outros notam êsses fatos e reagem unindo-se à oposição ou demonstrando sua fidelidade. Não sabemos se existe oposição a Kruchov no Presidium do Partido. É concebível que êle possa um dia ser deposto do cargo de Primeiro Secretário e acusado de tentar subverter a liderança coletiva. Mas, por enquanto, o XX Congresso do Partido forneceu algumas indicações de que vários *apparatchiki* começam a prestar atenção especial ao que diz o Primeiro Secretário. Dentro do contexto de grande ênfase sôbre a liderança coletiva, o relatório de Kruchov em favor do Comitê Central provocou, segundo o *Pravda,* louvores como: "O relatório do Camarada Kruchov descreveu com grande fôrça e convincentemente (...)" (Shepilov); "(...) em seu discurso o Camarada Kruchov relatou clara, profunda e exaustivamente (...)" (Suslov); "No relatório do Camarada Kruchov, com definida clareza e profundidade, êle (...)" (Brezhnev); "(...) o Camarada Kruchov, com clareza e profundidade conclusiva (...)" (Furtseva). Perece que expressões quanto à "profundidade" de Kruchov foram mais difundidas entre os escalões inferiores do *apparat* do que entre seus próprios colegas do Presidium. Ainda mais importante potencialmente foi seu papel como revisor da doutrina do Partido, outro papel que êle representou em nome do Comitê Central, mas do qual, não obstante, foi o articulador. Como seu discurso tem sido distribuído

em milhões de panfletos, aos membros do Partido será impossível deixar de pensar nos "ensinamentos do Camarada Kruchov". Surge êle assim, pelo menos, como o *primus inter pares* no Partido; entretanto, não resta dúvida de que um futuro líder, no caso de haver um, só poderá, dada a idade avançada de Kruchov, nascido em 1895, provir da geração mais jovem do Presidium. Entre êstes, Brezhnev, Pervukhin e Malenkov são considerados pelos observadores como os mais capazes.

Em vista da natureza inconcludente de nosso conhecimento empírico do problema da sucessão, talvez seja valioso considerar a questão sob o ponto de vista da lógica inerente ao sistema totalitário. Pois, aparentemente a sucessão repousa, por necessidade, sôbre a legitimização do poder de um govêrno. A sucessão expõe a autoridade do regime à sua maior tensão, uma vez que a morte do dirigente põe em prova não só a sua própria autoridade, como também a do sistema em si. Os imensos problemas relacionados com a autoridade ultrapassam nosso presente propósito; deve-se notar, no entanto, que a autoridade pode resultar de fôrça bruta; pode também ser conseqüência de persuasão racional ou de participação efetiva em sua escôlha. A autoridade garantida pela fôrça é mais fàcilmente transferida, pois para isso só é necessário que sejam superados os meios de coerção.

Poderia parecer que, como o ponto focal dinâmico da ditadura totalitária é a interdependência entre chefe e partido, coubesse a êste solucionar o problema sucessório, não como um grupo democrático e cooperativo de indivíduos livres, mas como uma máquina burocrática com uma estrutura hierárquica de legitimidade. O próprio Hitler falou de um corpo de seus lugar-tenentes que agia nos moldes do Conselho do Vaticano (84c). Longe de nós sugerir qualquer espécie de identificação entre a Igreja Católica e a ditadura totalitária; porém, dando-se tôda a margem para as diferenças fundamentais, a coesão doutrinária dos crentes, sôbre a qual repousa a legitimidade da liderança hierárquica permite algumas indagações analógicas: não constitui a eleição de um papa, o mentor espiritual da instituição, pelo colégio de cardeais, uma indicação de como poderá vir a ser formalizada a sucessão numa ditadura totalitária, se esta permanecer como uma organização governamental? Não se legitimiza o próprio absolutismo do papa por sua escôlha pelos seus pares na hierarquia dos crentes? Tal procedimento não é "convincente" em têrmos que atendem tanto à ideologia quanto à estrutura do poder da ditadura totalitária?

Contra tal hipótese tem-se levantado argumentos ponderosos em apoio da tese de que a polícia, tendo conquistado posição de mando na ditadura totalitária, manipulará a sucessão (59a; 3c). No entanto, qual a base das reivindicações por parte da polícia? Não deve ela procurar por todos os modos demonstrar sua ortodoxia? E como cumprir essa tarefa, senão

apelando ao Partido? Pode haver muita zombaria cínica entre os verdadeiros detentores do poder em tal sistema; entretanto, por acaso, encontramos até mesmo um Himmler renunciando ao arcabouço ideológico chave do partido mandatário? (*) Parece haver uma explicação simples para êste fenômeno. Os "comissários" que governam dentro de tal sistema totalitário são homens eminentemente práticos, que estão tanto quanto possível afastados de estudos teóricos e contemplativos; jamais são iogues (Koestler). Isso os predispõe a evitar controvérsia ideológica ou até mesmo reflexões sôbre os *slogans* do partido. De tempos em tempos serão necessárias alterações nesses *slogans;* contudo, essas alterações jamais constituirão uma rejeição total ou mesmo parcial do conjunto de fórmulas estabelecidas que foram aprendidas por todos os aderentes. Não haveria sentido em tentar apelar a outros, às massas inertes e intimidadas que nem são aderentes nem estão organizadas no partido dominante. Em suma, o partido procuraria encher a lacuna, eliminando o hiato causado pela morte do chefe, e sòmente aquêle que compreender plenamente seu papel possui qualquer probabilidade de vir a ser o sucessor. Vencer na luta que se travará é uma questão de personalidade, de contrôle efetivo do *apparat*, de hábil manipulação dos diversos competidores. Assim como o expurgo é necessário para rejuvenescer o *apparat*, da mesma forma a sucessão, que envolve o rejuvenescimento da própria cúpula da hierarquia, não pode se realizar senão com o concurso e o apoio do *apparat*.

Assim, é dêsse santuário íntimo do sistema, dêsse *apparat* que constitui sua mola real, que emergirá finalmente um nôvo chefe. Êste processo poderá ser longo ou breve, dependendo da interação das muitas variáveis envolvidas. E durante o interregno em que a sucessão não esteja determinada, a liderança efetiva será exercida, simbòlicamente, pelo partido — como a personificação de continuidade ideológica — e, efetivamente, pelas cúpulas do *apparat*. Dentro dêsse *apparat* as manobras pelo poder, como já vimos na experiência soviética após as mortes de Lenin e Stalin, serão, com tôda probabilidade, corruptas e fatais. Tais intrigas e lutas internas, ademais, não se limitam meramente ao período imediatamente posterior à morte do ditador. Tanto a história dos movimentos fascistas como a do regime comunista mostram que até mesmo durante a vida do ditador ocorre soma considerável de renovação de pessoal e de traição nas cúpulas do partido. Disso são exemplos as lutas entre Goering e Bormann, Zhdanov e Malenkov. Na verdade, o ditador poderá até mesmo encorajar e secretamente fomentar alguns dêsses conflitos, mantendo por êsse meio a mobilidade interna entre seus lugar-tenentes e preservando uma situação indefinida que não oponha perigo à sua própria liderança indisputada.

(*) Quando Himmler finalmente o fêz, foi apenas para salvar a pele, face a derrota iminente.

Contudo, não é provável que a luta pela sucessão leve o sistema totalitário à desintegração, como muitos se inclinam a esperar. O fracasso nessa luta é geralmente fatal e, por isso, ela é travada com cautela. É possível que a falta de prudência de Beria, devido a circunstâncias fora de seu contrôle, tenha unido os outros dirigentes contra êle, ocasionando sua queda. Todavia, todos os implicados possuem interêsse profundo na manutenção do sistema e não se disporão a desmantelá-lo levianamente. O cerramento de fileiras que ocorreu após a morte de Stalin ilustra êsse aspecto. No período inicial após a morte do ditador, transigências e concessões mútuas serão, provàvelmente, as políticas seguidas. O princípio político de "não-violação" mútua deverá prevalecer, feitas as devidas advertências e estabelecidas as penalidades para aquêles que desejarem ludibriar seus colegas.

Em certo sentido, isso tende a produzir uma assustadora imagem de todo um sistema, que compreenda milhões de pessoas polìticamente controladas, governado por um corpo coletivo impessoal, sem rostos nem vozes individuais, como imaginou George Orwell em "1984". As massas não possuem nenhuma indicação real das relações internas e dos acontecimentos dentro dêsse círculo fechado. Sabem sòmente o que lêem e vêem nos jornais oficiais, que em todos os feriados publicam devidamente uma foto sombria da "liderança coletiva" — um grupo de homens de rostos impenetráveis. As mudanças dentro dêsse grupo só se evidenciam depois de operadas fìsicamente — pela queda do *apparat* e posterior eliminação. O leitor cuidadoso poderá então tecer, à vista do fato consumado, a trama da intriga. Dentro de poucos anos tôdas as referências àquele que caiu em desgraça são apagadas dos registros e êle deixa de ter existido.

É precisamente êste elemento de segrêdo e de total afastamento das massas que torna improvável a desintegração do sistema totalitário através de uma luta pela sucessão. Lutas políticas ocorrerão no seio dêsse *apparat* — êsse agrupamento secreto divorciado do povo por uma cortina de trevas — como sempre ocorrerão entre seres humanos que possuem poder e desejam aumentá-lo mais e mais. Entretanto, nenhum chefe será capaz de sair em campo para fazer um apêlo às massas. Nenhum conflito ideológico na escala pré-totalitária como o travado entre Stalin e Trotsky será possível. O monopólio totalitário de tôdas as comunicações e armamentos o tornarão inviável. O intrincado sistema de contrôles interrelacionados tornará difícil para qualquer dirigente individual aliciar o apoio inconteste de uma estrutura de poder, como o exército, por exemplo. Por conseguinte, as lutas internas resolver-se-ão dentro do *apparat*, e sòmente suas conseqüências chegarão ao conhecimento das massas, como aconteceu no caso de Beria. Já então a questão de desintegração será destituída de sentido (59b).

Contudo, o poder político nunca fica estático. A liderança coletiva de um sistema totalitário será provàvelmente

submetida a uma eliminação gradual de seus elementos fronteiriços, e é provável que se manifeste uma tendência para o aparecimento de disputantes centrais com o passar do tempo. A lógica do poder surgere sua monopolização e a história das duas sucessões soviéticas parecem confirmar essa afirmativa. O processo de tomada de decisões e sua conseqüente responsabilidade leva, no decorrer do tempo, inevitàvelmente a desigualdades internas na "liderança coletiva", e a verdadeira liderança começa novamente a assumir um cunho pessoal, mesmo se ainda contestada por dois ou mais competidores dentro do círculo fechado do *apparat*. Entretanto, é dentro dêsse *apparat*, e não em trincheiras de conflito ideológico, que os novos dirigentes totalitários são gerados, destruídos ou finalmente triunfam.

6

A ditadura totalitária e o mundo

"Uní-vos, trabalhadores de todo o mundo!" foi o lema do Manifesto Comunista. Constitui a exortação à revolução mundial que a União Soviética, pelo menos ideològicamente, tem mantido. "Hoje a Alemanha, amanhã o mundo!" era o grito de guerra do Partido Nazista, enquanto Hitler se dispunha à agressão e à guerra. Êsses apêlos virulentos de revolução mundial fazem parte inerente da ditadura totalitária. Correspondem à "paixão por unanimidade" que êsses regimes mostram em suas relações com aquêles que já estejam sob seu contrôle, e são também indicação de sua propensão inata para perturbar a paz. Não subsiste dúvida de que, sem uma projeção exterior contra um inimigo real ou imaginário, êsses regimes não poderiam canalizar a devoção fanática que seu sistema exige para sobrevivência. Resistir ao constante estado de emergência criado pelos totalitaristas tornou-se, portanto, um dos problemas mais sérios de todos os regimes constitucionais e democráticos.

Êsse problema tem sido agravado pela incapacidade dos estados democráticos de admitir o fato de que os totalitaristas rejeitam inteiramente os padrões tradicionais de procedimento diplomático na arena internacional. Tais normas de conduta, institucionalizadas consuetudinàriamente ao longo de muitos anos, requerem um certo ritual e a adoção de certos requintes conseqüentes. Em certo sentido, portanto, o protocolo diplomático — que regulamenta a conduta geral de negócios e conferências internacionais — serve para limitar a área de guerra diplomática a certos campos de batalha aceitos, e a conduta real da guerra a certas armas aceitas de comum acôrdo. Os totalitaristas aceitam tudo isto na medida em

que tais regras e convenções não restrinjam sua liberdade de ação; no momento em que isto acontecer rejeitam-nas sem hesitar.

O ditador proclama assim inteira liberdade de ação para a realização de suas metas totais. O mundo perplexo, acostumado durante os últimos cento e cinqüenta anos pelo menos, a normas diplomáticas tradicionais, julgou de um extremo mau gôsto que Ribbentrop, ao apresentar suas credenciais como embaixador nazista à côrte de St. James, saudasse o estupefato monarca britânico com um tonitruante "Heil Hitler!" Contudo, é provável que o mundo houvesse esquecido que uma atitude semelhante de desdenhosa rejeição das normas internacionais estabelecidas já ocorrera mais de quinze anos antes, quando a primeira delegação soviética chegou a Brest Litovsk para negociar com os rígidos e formais delegados alemães. Tão logo a delegação soviética desembarcou do trem e trocou saudações oficiais com os representantes imperiais alemães, Radek, que acompanhava a delegação soviética, afastou-se e começou a distribuir impressos revolucionários entre os curiosos observadores militares alemães reunidos na estação.

Destarte, os estados democráticos se confrontam com uma norma de conduta inteiramente em desacôrdo com a sua. As operações totalitárias são sempre projetadas em têrmos de seus objetivos, e as restrições são aceitas com relutância. As notas diplomáticas dos regimes totalitários, por exemplo, são geralmente vasadas em têrmos que há algumas décadas teriam constituído um *casus belli* para qualquer nação que se respeitasse (*). Injúrias, mentiras tendenciosas e vituperação, tudo isso faz parte do conteúdo normal de uma nota de uma ditadura totalitária, seja ela a Alemanha nazista de alguns anos atrás ou a China comunista de hoje. Entretanto, isto não surpreende um estudioso do moderno totalitarismo. Tais notas, refletindo em parte a visão totalitária real do mundo, não se propõem, na verdade, a promover a compreensão entre as nações como desejariam os cidadãos de um estado democrático. São instrumentos que visam ou a formar a opinião pública nacional ou a abalar o moral do adversário. Essa atitude tornou-se tão arraigada no costume totalitário que hoje em dia, até mesmo notas destinadas a influenciar a vacilante opinião estrangeira, como, por exemplo, as notas soviéticas à França em 1954, com relação à Comunidade Européia de Defesa, não podem deixar de conter aqui e ali algumas observações injuriosas sôbre as aspirações capitalistas.

Da mesma forma, em conferências internacionais os totalitaristas têm freqüentemente triunfado, substituindo um tipo mais formal de negociação por competições de vitupe-

(*) Bastará como exemplo disso citar o famoso Despacho Ems e a guerra Franco-Prussiana de 1870.

ração, para o que têm um especial pendor. Ao mesmo tempo, para espanto dos estadistas mais convencionais, os delegados do ditador totalitário, particularmente comunistas, utilizam essas reuniões para apêlos diretos às populações dos países adversários, conclamando-as a se revoltarem. Realmente, ao apresentarem em Berlim, em janeiro de 1918, o relatório sôbre as primeiras negociações com os delegados soviéticos, o Embaixador Kuehlmann e o General Hoffman estavam atônitos. O que os deixou preplexos, presumìvelmente, foi que a Conferência de Brest Litovsk tornara-se a primeira assembléia internacional em que uma mesa de reuniões foi usada como caixote para discursos de agitação. Foi nessa Conferência que Trotsky declarou em seu nome e no de seus colegas que "não pertencemos à escola diplomática. Devemos antes ser considerados soldados da revolução" (240). E até hoje os dirigentes soviéticos utilizam conferências internacionais, bem como oportunidades nacionais, para combinar denúncias dos dirigentes do Ocidente com ressonantes apêlos aos "fraternos" povos da Inglaterra e Estados Unidos.

Uma demonstração recente do caráter de agitação da diplomacia totalitária foi proporcionado pela visita de Kruchov e Bulganin à Índia e à Birmânia em novembro e dezembro de 1955. Os diplomatas ocidentais ficaram estarrecidos com o tom brutal e o cunho de falsidade dos discursos proferidos pelos dirigentes soviéticos a multidões de indianos e birmaneses. Despresando inteiramente a possibilidade de suas observações virem a embaraçar seus anfitriões, Kruchov e Bulganin não perderam oportunidades para denegrir o Ocidente, acusando-o de uma imensidade de crimes que variavam desde auxiliar o ataque de Hitler à Rússia até planejar subverter a recém-conquistada liberdade dos povos asiáticos, a maioria das quais fôra garantida pelo Ocidente. O que os observadores ocidentais não haviam percebido é que os chefes totalitários negam-se a encarar as visitas oficiais à luz da tradicional diplomacia ocidental, que remonta a antigos costumes de cortesias entre casas reais e polida troca de hospitalidade. Para êles, essas visitas constituem tão sòmente outra oportunidade para solapar a posição do inimigo. Vistos sob êsse prisma, Kruchov e Bulganin agiram segundo uma norma estabelecida.

Assim, o intercâmbio normal de representantes diplomáticos é considerado pelo ditador totalitário como parte da luta total. Seus diplomatas, conquanto insistam nos privilégios diplomáticos habituais, não hesitam em servir de organizadores de Quintas Colunas nazistas, de células subterrâneas ou de redes de espionagem comunistas. Ao mesmo tempo, são feitos esforços para negar aos diplomatas democráticos até mesmo os privilégios habituais nas zonas de influência totalitária. Ao contrário, provocam dificuldades constantes que vão desde severas restrições de viagem a atos de barbarismo como o encarceramento do Consul americano Lester

Ward em Mukden ou o assassínio do Consul Geral polonês Matusinski em Kiev em 1939. Para um ditador totalitário isso é uma mera questão de tática e o que damos a seguir talvez sirva para ilustrar as diferenças operacionais fundamentais entre as relações democráticas e totalitárias com o mundo.

Um exame das minúcias da política exterior totalitária em seu desenvolvimento detalhado ultrapassa o escôpo de nossa análise (55; 7; 52). No entanto, é de grande importância o estudo dos problemas gerais que essa premissa de revolução mundial do ditador totalitário acarreta. Antes de considerarmos as semelhanças entre os diferentes sistemas, é mister assinalar uma diferença básica entre as ditaduras fascista e comunista. Essa diferença está no campo da ideologia (Vd. Capítulo 7). Os fascistas de todos os matizes glorificam a guerra. É notório que Mussolini glorificava a guerra ao pregar a ressurreição "da grandeza que foi Roma". O tema foi desenvolvido por Hitler. A guerra era a escola necessária para os homens, insistia Hitler, e sòmente através das provas impostas ao guerreiro é que as virtudes viris podiam ser desenvolvidas e preservadas. Suas idéias eram freqüentemente repetidas em discursos e artigos de sublíderes nazistas. "Todo alemão que por seu sangue pertence à imensa comunidade germânica é antes de tudo um soldado, um guerreiro de sua nação", disse Victor Lutze, Chefe do Estado-Maior das Tropas de Assalto, a um grupo de diplomatas e jornalistas estrangeiros em 24 de janeiro de 1936. Numa publicação oficial acêrca do treinamento da juventude alemã para o serviço militar, escrita por Hellmut Stellrecht, editada em 1935, lemos que "é absurdo transformar um homem num soldado por apenas dois anos, e isso depois de êle ser adulto. A preparação para o serviço militar deve começar na juventude, quanto mais cedo possível, e deve continuar até o ponto culminante do treinamento ser alcançado pelo serviço no exército". Da mesma forma, a Balilla italiana declarara: "Portanto, todos vós deveis considerar-vos um soldado, mesmo quando não envergar a farda verde-cinza, mesmo quando estiver trabalhando (...) um soldado ligado ao restante do exército (...)" (50a). No caso do movimento fascista italiano, basta-nos citar a proposição chave de Mussolini, mais tarde reiterada repetidamente por êle, bem como por muitos outros nazistas e fascistas: "O Fascismo (...) não acredita nem na possibilidade nem na utilidade da paz perpétua (...) Sòmente a guerra leva à sua maior tensão tôda a energia humana e apõe o sêlo de nobreza sôbre os povos que têm a coragem de enfrentá-la. Tôdas as outras provas são secundárias, provas que, na verdade, jamais colocam os homens na situação em que têm de tomar sua maior decisão — a alternativa de vida ou morte" (50b). Essa glorificação da guerra e do guerreiro, que repousa na ênfase ideológica dada a um coletivismo que absorve a dedicação total do indivíduo (Vd. Capítulo 7), constitui a pedra angular da visão fascista do homem. Contrasta

nìtidamente com a ênfase dada pelos comunistas ao trabalhador. Para o comunista, a guerra é sobretudo de classes, antes que de nações. Entretanto, essa guerra de classes, que culmina em revolução, não é considerada um bem em si mesma. Com efeito, a eventual ordem mundial comunista é uma ordem pacífica, embora o comunismo rejeite a possibilidade de paz entre comunismo e capitalismo. Essa rejeição é a conseqüência daquilo que os soviéticos consideram uma visão realista dos provocadores de guerra e de suas tramas contra a "pátria socialista". A presteza bolchevista em preparar-se para a guerra deve-se à sua visão do homem como um ser de consciência classista, motivada por interêsse econômico. Entretanto, alegam, de alguma forma tôda essa belicosidade desaparecerá quando fôr consumada a revolução mundial. A guerra é um meio necessário para o fim almejado pelos bolchevistas; não um fim em si mesma.

É por essa razão que os dirigentes comunistas são capazes de professar simultâneamente, e com algum grau de sinceridade, suas convicções contraditórias da possibilidade de coexistência dos mundos comunista e capitalista e da inevitabilidade de conflito entre os dois sistemas, finalizando na extinção total do mundo capitalista. Freqüentemente os dirigentes soviéticos têm expressado sua crença na coexistência pacífica e poderíamos mencionar uma infinidade de citações nesse sentido. Assim, respondendo à pergunta de Elliot Roosevelt, sem dúvida bem intencionada, quanto à possibilidade da coexistência, Stalin declarou, sendo suas palavras largamente divulgadas:

> **É claro que sim. Isto não só é possível, como razoável e plenamente realizável. Nos períodos mais tensos da guerra, diferenças na forma de govêrno não impediram que nossos países se unissem e derrotassem o inimigo. Em tempo de paz, é possível manter essas relações em grau ainda maior. (260)**

A posição de Stalin provém, com tôda lógica, do que dissemos anteriormente com relação à convicção comunista no triunfo final de sua causa. É precisamente por suporem, em bases que dizem *científicas,* que o capitalismo tem seus dias contados, que estão dispostos a coexistir com êle. Pois, para êles, a coexistência não é absolutamente uma situação estática. Na concepção comunista da realidade, a coexistência não detém o desenrolar da história, que os comunistas acreditam devem promover, e a queda do capitalismo continua ainda objeto de febril atividade, apesar da ausência de conflitos armados. Com efeito, a guerra é um meio, mas apenas um entre muitos; outros meios freqüentemente tão efetivos quanto a guerra são a decadência social e econômica, insurreições anticoloniais e disputas raciais. Só quando falham é que a guerra pode tornar-se necessária. Assim, Molotov

não contradisse Stalin ao declarar que "os esforços febris dos imperialistas, sob cujos pés o solo está cedendo, não salvará o capitalismo de seu destino inexorável. Vivemos uma era em que todos os caminhos levam ao comunismo" (271f).

Terá essa diferença de perspectiva alguma importância prática? Para o estadista democrático, confrontado com a União Soviética de hoje, a diferença é primordialmente a seguinte: o fato de que isso torna a União Soviética um inimigo mais perigoso a longo prazo. Ao passo que era tolice duvidar das propensões bélicas de Hitler, e supor que elas poderiam ser aplacadas, provàvelmente não será correto supor que a URSS aproveite a primeira oportunidade proporcionada pela superioridade atômica para atacar os Estados Unidos. À medida que se tornem mais fortes, os soviéticos talvez se mostrem mais ousados em desafiar a posição norte-americana em áreas contestadas; não é provável, porém, que precipitem uma guerra geral. Não é necessário que se aceitem sem reservas os protestos daqueles que alegam que os dirigentes da União Soviética estão de tal forma confiantes na vitória final do marxismo, de qualquer maneira, que não verão motivos para iniciar uma guerra. Consta que Stalin teria dito a um visitante inglês que lhe fêz perguntas a êsse respeito que, com muita freqüência, um pontapé bem administrado poderia ajudar muito. Entretanto, tais pontapés, tais guerras limitadas, são meios para alcançar o objetivo da revolução mundial; não são algo a ser glorificado como um fim em si mesmo. (*)

A luta pela conquista mundial, que constitui a inclinação natural dos totalitaristas, tem certas afinidades com o imperialismo de uma era anterior, mas não deve ser entendido errôneamente como sendo idêntico a êle. Mussolini, certamente, escreveu que "o imperialismo é a lei imutável da vida". Para êle, o guerreiro em potencial, o imperialismo era "no fundo, nada menos que a necessidade, o desejo e a vontade de expandir que possuem todos os indivíduos e tôdas as pessoas vivas e vitais". Acrescentou que "o imperialismo não é, como geralmente se pensa, obrigatòriamente aristocrático e militar. Pode ser democrático, pacífico, econômico, espiritual" (50c). Entretanto, essa concepção ampla do imperialismo obscurece os aspectos significativos. Hannah Arendt observou acertadamente que "imperialismo não é construir impérios e expansão não é conquista" (3d). Todos êles estão relacionados, mas devem ser claramente distinguidos. E a conquista do mundo para um movimento totalitário também é outra coisa. Enquanto o imperialismo antigo era um crescimento desmedido da economia industrial, a vontade de conquistar o mundo que anima os sistemas totalitários está

(*) O único escritor marxista de nomeada que se inclinou para isto foi Georges Sorel que, em seu livro *Reflexions sur la Violence*, acentuou o valor do combate sangrento para o desenvolvimento do moral do proletariado. Mussolini reconheceu seu débito para com Sorel. Cf. o esclarecedor prefácio à edição inglêsa de E.A. Shils, Glencoe, 1950.

intimamente ligado às suas preocupações ideológicas. É a projeção exterior daquela "paixão pela unanimidade" que não tolera discordâncias com o que o movimento proclamou ser "a verdade".

Conseqüentemente, o ataque totalitário é incessante. Toma a forma de atividades subversivas em comunidades exteriores, baseadas na ideologia do movimento. Os fascistas italianos e os nazistas alemães tentaram mobilizar êsses elementos em países como os Estados Unidos, que por experiência e tradição "participavam". Houve época, imediatamente antes da entrada dos Estados Unidos na II Guerra Mundial, que todos os programas em italiano transmitidos em Boston estavam nas mãos de agentes fascistas (246). A Aliança Nazista procurou proporcionar apoio efetivo para a linha partidária de Hitler, especialmente entre germano-americanos (10). Atividades semelhantes eram realizadas onde quer que houvesse minorias alemãs que pudessem ser organizadas para êsse propósito. Um exemplo particularmente notável disso foi a subversão em grande escala executada pelas organizações alemãs dos Sudetos de propensão nazista que vieram a abranger uma grande percentagem da população de língua alemã da Tchecoslováquia (17). Hitler reconheceu êsses fatos na primavera de 1938 e nêles fundamentou um apêlo anexacionista. Em seu discurso perante o Reichstag em 20 de fevereiro de 1938, êle referiu-se a 10 milhões de "alemães" que viviam na Áustria e na Tchecoslováquia e anunciou que a proteção de sua liberdade pessoal, política e ideológica constituía um interêsse nacional do Reich Alemão (85; 104).

Êsses esforços, ainda que perigosos, foram brincadeira em comparação ao movimento internacional dos partidos comunistas, devido à sedução limitada que a supremacia de um "povo" particular tem para o resto do mundo. Em alguns países o partido foi proscrito, mas não existe nenhum país no mundo em que não haja um partido comunista e, em alguns dêles, êle é bastante grande para influir vitalmente nas decisões políticas nacionais, sempre que surge uma divergência de vulto. A substancial maioria em favor da Comunidade Européia de Defesa que existia na França fora das fileiras comunistas foi destruída quando fizeram causa comum com seus adversários de outros setôres. Talvez êsse seja sòmente o exemplo mais extraordinário do "inimigo interno" a determinar efetivamente a política exterior de um país através de meios parlamentares. Resultados semelhantes são contìnuamente alcançados na França e na Itália, embora raramente em muitos outros países onde o Partido Comunista não é bastante forte. Nesses países o Partido devota seus esforços a infiltrar o serviço público, instituições educacionais e, mais especialmente, os sindicatos. A infiltração nos sindicatos pode ser muito séria, se os sindicatos envolvidos operam indústrias chaves vitais que possam prejudicar um esforço de defesa. Até mesmo nos Estados Unidos, onde o comunismo

é notòriamente fraco, alguns sindicatos estiveram sob domínio comunista (30; 188).

Afirma-se que a infiltração comunista nos Estados Unidos alcançou também as cúpulas do govêrno, havendo incluído, durante as décadas de trinta e quarenta, altas personalidades dos Departamentos do Tesouro e do Estado. É precisamente esta capacidade dos comunistas de recrutar partidários locais que os tornam muito mais eficientes e perigosos que os nazistas. O contrôle comunista sôbre as nações cativas da Europa Oriental, muito mais estável do que a ocupação nazista, deve muito não só à ocupação militar soviética física, que serviu para tomar o poder, mas também à capacidade de recrutar funcionários locais, que poderiam então subverter fàcilmente qualquer tentativa de organização de um movimento anti-comunista clandestino. Sob essas circunstâncias, medidas repressivas são muito mais efetivas.

Essa "estratégia de terror", que se tornou ainda mais pertubadora pelo desenvolvimento de bombas atômicas que poderiam, presumìvelmente, ser colocadas em centros estratégicos por um grupo relativamente pequeno de sabotadores sem muita dificuldade ou mesmo perigo de detecção, até hoje ainda não foi respondida por quaisquer contra-medidas significativas por aquêles que se opõem às ditaduras totalitárias. Os tímidos esforços de transmitir migalhas de informação para os países totalitários, se bem que provàvelmente tenham algum valor limitado, não podem de modo algum ser comparados com a subversão totalitária. Conseqüentemente, a extensão do contrôle soviético sôbre um território após outro tem-se processado desde 1945 com tôda regularidade. Após o grande ataque daquele primeiro ano, em que foram tomadas a Polônia, a Rumânia, a Hungria e a Iugoslávia, houve as anexações da Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, China, Coréia e Indochina. Esforços semelhantes com relação à Grécia, Irã e Indonésia foram detidos temporàriamente, mas parece ser apenas questão de tempo antes de a próxima vítima ser aprisionada.

A única brecha significativa na marcha dos soviéticos foi a que ocorreu na Iugoslávia, que, apesar de uma alienação temporária do bloco soviético, não deixou de ser uma ditadura comunista. A razão disso é dupla: primeiro, a Iugoslávia nunca abandonou o bloco soviético, sendo, pelo contrário, expulsa muito a contragôsto; segundo, a Iugoslávia era, provàvelmente, o satélite mais comunizado do leste europeu quando houve a cisão em 1948. A perda da Iugoslávia originou-se de um supreendente êrro de cálculo de Stalin e, diz-se, de Zhdanov. Os dirigentes soviéticos supuseram que devido ao elevado fervor revolucionário do Partido Comunista Iugoslavo e às suas ambiciosas metas políticas e econômicas, a própria idéia de separação do bloco soviético faria o partido rejeitar a liderança de Tito e substituí-lo por sucessores mais dóceis. A expulsão de Tito do Cominform, entretanto, não

provocou sua queda do poder. A razão para isso pode ser encontrada precisamente naquilo que era considerado o fundamento para esperar sua queda com tanta confiança: o Partido Comunista Iugoslavo era bastante forte e bastante organizado para não precisar de assistência exterior em 1948. A despeito da expulsão de seu chefe, o Partido podia manter sua coesão e ainda reter seu poder (215). A brecha está em processo de ser anulada, desde a dramática visita de Kruchtchov e Bulganin a Belgrado em 1955. Isto deve ser suficiente para sugerir que falar de Titoísmo na China é um êrro baseado em duas acepções falsas: dá ao Titoísmo o caráter de defecção, ao invés de uma expulsão mal calculada; supõe que a liderança soviética seja bastante tôla para cometer o mesmo êrro duas vêzes.

Portanto, as relações entre o ditador totalitário e o mundo são de luta constante, variando apenas em lugar e intensidade. As aspirações à revolução mundial do movimento comunista entrelaçaram-se com as antigas propensões imperialistas russas, com base em reminiscências históricas e induzimentos geográficos, as chamadas necessidades da geopolítica (12o). Essa nova combinação tem como conseqüência proporcionar à expansão imperialista russa um sustentáculo ideológico muito mais forte do que as ideologias do Paneslavismo e do Terceiro Reich. Deve-se manter isso de modo claro em mente, principalmente em vista de muitos autores consagrados terem alegado o contrário. Hannah Arendt, por exemplo, argüiu que "o nazismo e o bolchevismo devem mais ao pan-germanismo e ao paneslavismo (respectivamente) que a qualquer outra ideologia ou movimento político"; prosseguindo, afirmou que "isso é mais evidente na política exterior, campo em que as estratégias da Alemanha nazista e da Rússia soviética seguiram de perto os conhecidos programas de conquista delineados pelo pan-germanismo e pelo paneslavismo" (3e; 96). As opiniões de Miss Arendt são sempre merecedoras de respeito, mas parece difícil concordar com ela que a URSS deve *mais* ao paneslavismo do que ao comunismo, mesmo que se concorde que a política soviética haja seguido o "programa de conquista" paneslávico. Nem a China nem a Alemanha representaram nesses programas o papel que representam na política e ideologia soviéticas. No entanto, houve uma significativa mudança para o nacionalismo a partir de 1934 e existem curiosos pontos de parentesco entre as idéias do paneslavista Danilevsky e as de Stalin. Ambos consideraram inevitável a luta entre o mundo eslavo e o Ocidente, desejaram que a Rússia se voltasse para os asiáticos em busca de apoio, e estavam profundamente convencidos de que uma guerra prolongada com o Ocidente terminaria numa vitória da Rússia. Entretanto, no espírito de Stalin essas idéias estavam estruturadas nas rígidas fórmulas dialéticas do marxismo-leninismo ortodoxo, faltando-lhes inteiramente a nota

romântica que constituiu um aspecto tão curioso do paneslavismo (13o).

Nesse ponto seria interessante acrescentar algumas palavras acêrca da "explicação" que o filósofo russo Nikolai Berdyayev deu em seu livro "As Origens do Comunismo Russo" (Chicago, 1948). Também êle tentou ligar o comunismo aos antigos sonhos russos de dominação mundial:

> O comunismo era o destino inevitável da Rússia, o ímpeto interior no destino do povo russo (...) O velho e consagrado Império Russo caiu e um nôvo formou-se, um império também consagrado, uma teocracia invertida. O marxismo, em si mesmo tão pouco russo em origem e caráter, assumiu um estilo russo que se aproximou do eslavofilismo. Até mesmo o velho sonho eslavófilo de transferir a capital de St. Petersburgo para Moscou, para o Kremlin, concretizou-se, e o comunismo russo proclamou novamente a velha idéia dos eslavófilos e de Dostoiewsky — *ex Oriente Lux*. A luz vem de Moscou, do Kremlin, para alumiar as trevas burguesas do Ocidente.

Não devemos permitir que êsses paralelos poéticos ocultem o fato de que os atuais governantes totalitários estão muito distantes de qualquer uma dessas noções românticas que talvez desempenhem um papel, mas certamente secundário, no espírito das massas russas. O paneslavismo sempre foi mais um tópico de conversação de intelectuais que um sentimento de massa na Rússia e em outras nações eslavas. Na realidade, tais noções de missão mundial constituem um tema recidivo na história das nações, e não só no Ocidente; também a China já teve tal tradição de império mundial. Pode-se argumentar que em algum ponto no decorrer de uma concebível transformação da URSS tais idéias paneslavistas possam vir a proporcionar substitutivos convenientes para a enfraquecida sedução das fórmulas comunistas. Êsse dia, porém, parece estar relativamente remoto e é mais que duvidoso se êle venha a significar uma mudança substancial na ditadura totalitária.

Entre a posição nazista e o pan-germanismo há uma relação mais direta, visto que Hitler explìcitamente reconhece em "Minha Luta" seu débito para com von Schönerer, o líder austríaco do movimento pan-germânico (82a). Contudo, certamente não se pode alegar que o pan-germanismo seja o ingrediente básico da ideologia nazista. Embora os discursos e os escritos de Hitler utilizem com freqüência temas do pan-germanismo, a chave da ideologia nazista é o mito da raça, como veremos no Capítulo 7, e esta doutrina racista é, apesar de algum anti-semitismo nas fileiras da Liga Pan-Germânica, um eco distante do antiquado imperialismo dessa Liga, que nunca contou com um apoio popular substancial. Ao Pan-Germanismo faltava a profundidade emo-

cional do paneslavismo, da mesma forma que carecia de raízes históricas. Possuía uma qualidade áspera e uma superficialidade demagógica que contrasta desfavoràvelmente com os sonhos românticos de um Danilevsky ou de um Dostoiewsky (228).

Concluindo, poderíamos dizer que a aspiração do ditador à dominação mundial é inseparável da ideologia do movimento e do partido, que proporciona o arcabouço para a atuação do ditador nesse e em outros campos. Sendo assim, é de todo evidente que a possibilidade de coexistência pacífica entre as nações pressupõe o desaparecimento das ditaduras totalitárias. Uma vez que, segundo suas próprias profissões de fé proclamadas à viva voz, seus sistemas devem se tornar mundiais, aquêles que rejeitam o sistema não têm alternativa senão buscar sua destruição. Qualquer relaxamento da vigilância necessária para enfrentar imperialistas ideológicos como o são os totalitaristas, resultará provàvelmente em desastres como a II Guerra Mundial, ou pior.

III — A NATUREZA E O PAPEL DA IDEOLOGIA

7

Tipos de ideologia totalitária

Na opinião de muita gente, "idéias são armas". O cínico concorda com isso, pois a verdade nada significa para êle. Os totalitaristas tendem a ser assim cínicos. Entretanto, mostram-se fanáticos quando se trata de defender suas próprias idéias. Parecem acreditar apaixonadamente em *sua* verdade. No entanto, serão a fé apaixonada e o fanatismo indícios da fôrça de uma convicção? Uma pessoa não discute violentamente com outra, e muito menos a agride por essa outra se negar a admitir que dois mais dois são quatro. Igualmente, o cristão convicto de sua fé não se mostra intolerante para com o homem que não consegue vislumbrar a verdade de sua crença. A história da religião, como, na realidade, a história das idéias de um modo geral, mostra que os períodos de caça às bruxas são períodos de fé vacilante, dúvida, incerteza e ansiedade. As idéias se tornam armas quando já não evocam uma fé verdadeira.

Marx e Engels descreveram todo o âmbito das idéias como uma "superestrutura". Encararam religião, lei e outros sistemas de valores como simples camuflagem que envolvia os fatos crus e brutais dos contrôles econômicos, o "contrôle dos meios de produção". Êsses valores serviam como armas na luta de classes, com a qual a classe dirigente esteiava seu poder. Assim, Marx escreveu: "As idéias predominantes de cada época foram sempre as idéias da classe dominante" (126). Em outra ocasião: "(...) todo período histórico tem suas leis próprias, (...) tão logo a sociedade vence um dado período de desenvolvimento, e está em transição de um estágio para outro, ela começa a se sujeitar a outras leis" (125). Evidentemente, segundo essas leis, a ideologia predominante de qualquer época particular era tanto a racionalização exterior da organização econômica daquela era, como também o instrumento usado pela classe dominante para impedir a história de seguir seu caminho inevitável. Pois, segundo Marx e Engels, a história era um avanço perpétuo através do tempo, provocado irresistìvelmente pela luta de classes, embora êsse progresso se efetuasse de maneira variável. A luta produzia o ímpeto histórico e colocava as massas econômicamente dominantes numa posição de poder, de onde as derrubava depois. "Tôda a história é a história da luta de

classes", declarou o Manifesto Comunista. Durante todo êsse desenrolar de transformação dialética, combinando revolução e evolução, a ideologia serviu alternadamente para mascarar a "realidade objetiva".

Embora possamos ver claramente que essa atitude comunista em relação à história e às idéias nela atuantes foi produto de um período histórico definido, Marx e seus seguidores acreditavam ser sua qualidade única o fato de ela ser mais do que uma ideologia. Para êles, essas idéias materializavam a ciência da história, constituindo, como tal, uma visão sem precedentes do curso verdadeiro do desenvolvimento, além de proporcionar àqueles que as compreendiam plenamente uma chave para compreender não só o passado e o presente, como também o futuro. E como essa visão do futuro era tida como cientificamente exata, e porque ela assevera que o futuro seria melhor do que o presente, ela se tornou prontamente uma exortação à ação. O futuro, assim corretamente percebido e avaliado, devia ser apressado; seu advento devia ser auxiliado por todos os meios possíveis. O materialismo dialético (ou o *Diamat* do jargão soviético), oferece, segundo os comunistas, não só uma percepção infalível do significado da interrelação de fôrças sociais, como também um guia claro para o caráter da inevitável transformação social. Combina indignação moral contra o Hoje com uma feroz convicção fanática de que o Amanhã, cujo advento é forçoso, será uma sociedade superior, na verdade quase perfeita (157).

Marx e Engels, fazendo as idéias dependerem do sistema econômico, levantaram a questão do que viria a ser conhecido como a "sociologia do conhecimento" — ou o estudo do condicionamento social que causa e, por isso, explica o surgimento e o desenvolvimento de idéias, de noções de valores, de descobertas científicas, e de programas práticos de reforma social. Afirmando que todo êsse conhecimento é essencialmente superestrutura, o marxista faz do conhecimento uma variável dependente que muda com o sistema econômico. Esta é uma imensa generalização sociológica e era natural que não fôssem só os eruditos a investigar e indagar por seu turno: até onde essa proposição é verdadeira? Até que ponto é o sistema econômico a causa primeira de tôdas as outras mudanças no terreno intelectual? De fato, a indagação óbvia impunha-se: será isto verdade em relação ao próprio sistema marxista?

Não penetraremos nesse vasto problema de criação intelectual e de sua relação com o condicionamento ambiente; porém, desejamos tornar claro inicialmente que essas questões estão envolvidas no problema da ideologia e de seu papel nas ditaduras totalitárias de nossa época. A ditadura soviética, particularmente, repousa sôbre essa crença da natureza instrumental das idéias e da ideologia. Longe de reduzir o papel da ideologia, essa convicção levou ao seu cultivo explícito e à doutrinação em grande escala das massas. Uma

intensa preocupação pela conformidade ideológica é a conseqüência paradoxal da doutrina de que as idéias não são senão armas.

Mas antes de elaborarmos uma tipologia das ideologias totalitárias, é necessário definir o que são elas. O problema da ideologia totalitária deve ser visto dentro do contexto mais geral do papel da ideologia na comunidade política. Alguns a definiriam como "um sistema geral de crenças comuns aos membros de uma coletividade, ou seja, uma sociedade, ou uma subcoletividade de uma sociedade — inclusive um movimento dissidente da cultura principal da sociedade — um sistema de idéias orientado para a integração da coletividade e da situação em que ela está inserida, os processos pelos quais ela se desenvolveu até seu estado dado, as metas em direção às quais seus membros estão orientados coletivamente, e sua relação com o rumo futuro dos acontecimentos" (153a). Tal definição faz com que a ideologia seja um aspecto característico de qualquer comunidade politicamente organizada, equivalente em função a uma racionalização de um indivíduo, e atendendo ao propósito de integração. Pode-se bem duvidar da exatidão de uma definição tão ampla do têrmo ideologia. As ideologias têm um significado muito menos geral e são um fenômeno bem mais recente. Surgem em conexão com partidos e movimentos que defendem sistemas explícitos de pensamento; são produto da era da comunicação em massa.

Ainda mais duvidosa é outra definição que contrasta a ideologia com a utopia. Derivando sua idéia da conhecida obra de Karl Mannheim (123a), êsses autores sustentam que a ideologia funciona como o "mito político", que por sua vez é definido como o "padrão de símbolos políticos básicos". É função de mito político "preservar a estrutura social". Deve ser claramente distinguido de uma "utopia", cuja função consiste em "destruir a estrutura social" (106a). Em conseqüência, argumentam então êsses autores que, "com a tomada do poder, os símbolos utópicos tornam-se ideologias". Êsse contraste e justaposição da ideologia com a utopia é, para dizer o mínimo, confuso. Obsta a compreensão das realidades da política totalitária (*). E tem o inconveniente adicional de o mesmo conjunto de idéias ser em um certo momento fixo transformado de utopia em ideologia, quando na verdade preenchem ambas as funções, antes e depois da tomada do poder. Isto pode ser razoável num caso como o da

(*) Num estudo especial a respeito do conservadorismo, Karl Mannheim discutiu (*Essays on Sociology and Social Psychology*, Londres, 1953), a questão envolvida na generalização de Lasswell, através de particular referência aos fascistas italianos. Na realidade, a nota "conservadora" no fascismo italiano surgiu logo depois de 1919, muito antes da Marcha sôbre Roma. O Sr. Germino sugere que poder-se-ia até dizer que o fascismo foi conservador antes de atingir o poder, tornando-se utópico depois disso.

União Soviética, mas é confuso no caso do "Minha Luta" de Hitler, que seria uma utopia antes de 30 de janeiro de 1933 e uma ideologia dapois dessa data. Na realidade, "Minha Luta" contém a ideologia utópica do movimento fascista alemão de antes e de depois daquela data.

Parece ser melhor, em vista de todos os fatos, restringir o têrmo ideologia a um conjunto de *idéias enunciadas*. Assim definida, uma ideologia é um corpo razoàvelmente coerente de idéias referentes aos meios práticos para modificar e reformar uma sociedade, baseadas numa crítica mais ou menos elaborada daquilo que está errado na sociedade existente ou antecedente. Então, uma ideologia totalitária seria aquela que se refere à destruição ou reconstrução total, envolvendo caracterìsticamente uma aceitação ideológica da violência como o único meio prático para tal destruição total. Por conseguinte, a ideologia poderia ser definida como "um corpo razoàvelmente coerente de idéias referentes aos meios práticos para modificar ou reconstruir totalmente uma sociedade pela fôrça, ou violência, baseadas numa crítica universal ou total daquilo que existe de errado numa sociedade existente ou antecedente". Por sua própria natureza essa reforma ou reconstrução totais constituem uma "utopia" e, por isso, as ideologias totalitárias são de natureza tìpicamente utópica (276c). Sob essa perspectiva, as ideologias totalitárias são uma forma radical de manifestação que, embora haja precedentes, é tìpicamente moderna; não devem ser confundidas com noções, crenças e costumes predominantes em sociedades tradicionais.

Conseqüentemente, também não concordamos com Mannheim quando êle sugere que se dê à ideologia o qualificativo de "total" quando desejarmos "nos referir às características e composição da estrutura tottal do espírito dessa época ou dêsse grupo" (123b). Mannheim nos esclarece que o conceito de uma ideologia total "se propõe a designar a perspectiva inevitàvelmente associada a uma dada situação histórica e social, e o *Weltanschauung* e estilo de pensamento a ela ligados" (123c). Com essa ideologia total Mannheim contrasta ideologias "particulares", que incluiriam "todos aquêles pronunciamentos cuja falsidade deve-se ao fato de seu autor iludir a si próprio ou a outros, uma ilusão intencional ou não, consciente, semi-consciente ou inconsciente, que ocorre num plano psicológico e que estruturalmente assemelha-se a mentiras" (123d). Essa dicotomia de dois tipos de ideologia, a total e a particular, baseada em aspectos morais e psicológicos partilhados por todos os sistemas de idéias, é bastante infeliz (*). Por isso, não surpreende que nas seções posteriores de sua obra, êle abandone a "ideologia total" como

(*) Vistas como criações de mentes finitas, tôdas as idéias são de alcance limitado, selecionando aspectos de uma realidade infinitamente complexa, podendo, por isso, ser descritas como "uma ilusão de si próprio ou de outros".

uma concepção válida, observando que "tanto quanto possível, evitaremos empregar o têrmo 'ideologia', *devido à sua conotação moral;* falaremos, antes, da 'perspectiva' de um observador". Essa "perspectiva" Mannheim considera o terreno natural da "sociologia do conhecimento" (123e). O que subsiste como a conceituação ideológica de Mannheim é que as ideologias são "pronunciamentos", e que são "estruturalmente semelhantes a mentiras". Entretanto, a "estrutura" de uma mentira é tìpicamente aquela de uma afirmativa que não corresponde a uma asserção que pode ser tida como verdadeira; exemplo: "todos os homens são criados iguais". Embora êsse pronunciamento faça parte, sem dúvida, da ideologia democrática, êle recebe seu significado "ideológico" do fato de trazer consigo a implicação de que os privilégios hereditários são odiosos e deviam ser abolidos, e que uma sociedade sem tais privilégios é boa e assim deveria ser constituída.

Em suma, ideologias são, essencialmente, sistemas de idéias relativas à ação. Contêm tìpicamente um programa e uma estratégia para sua realização; seu propósito essencial consiste em agrupar as organizações que são formadas a seu redor (109a).

O aparecimento e o desenvolvimento dessas ideologias afiguram-se, como dissemos, um aspecto da era democrática e parecem estar associados com o desenvolvimento de partidos. Os partidos reformistas, especialmente, tendem a desenvolver essas ideologias, que propõem pôr em prática ao assumir o poder. Nesse processo ocorrem adaptações e alguns dos aspectos mais utópicos da ideologia são eliminados como uma concessão à realidade (4a). Os partidos totalitários são um caso extremo dessa tendência geral. Eliminando todos os rivais (Vd. Capítulo 3), monopolizam o campo e convertem sua ideologia de grupo a uma ideologia de govêrno. Entretanto, ainda assim ocorre o processo de adaptação à "realidade", muito embora haja um esfôrço persistente para manter o mito de que a ideologia está intacta e de que as concessões são temporárias. Assim, Hitler viu-se obrigado a transigir com o alto comércio e, com efeito, fortalecer sua posição de contrôle monopolista da economia alemã, ainda que sua ideologia exigisse um "socialismo", no sentido de o Estado proteger os interêsses das classes médias inferiores e dos trabalhadores. Pela mobilização da idéia de "liderança" e pela transformação do proprietário ou do gerente da fábrica em "líder" da emprêsa, Hitler tentou acomodar o conflito ideológico.

Da mesma forma, na União Soviética o regime teve de enfrentar o problema de ajustar o conceito sagrado da "extinção do estado" às novas "realidades socialistas". Êste conceito, sumamente utópico em sua sedução, fôra repetidamente acentuado nas obras de Lenin, que o abonava citando Marx e Engels, êle próprio enfatizando que "o proletariado

necessita sòmente de um Estado que esteja se extinguindo, isto é, um estado constituído de maneira a começar a se extinguir imediatamente, e que não tenha alternativa senão extinguir-se" (113a).

O abismo entre essa asserção e a corrente realidade soviética é óbvio, e os líderes soviéticos não deixaram de o perceber. Por conseguinte, o conceito foi redefinido para convir aos imperativos de poder sem invalidá-lo à primeira vista. Stalin declarou simplesmente que

> [o conceito] é correto, mas sòmente em uma das condições seguintes: 1) *se* estudarmos o Estado socialista apenas do ângulo do desenvolvimento interno do país, abstraindo, de antemão, o fator internacional, isolando, para conveniência da abstração, o país e o estado da situação internacional; ou 2) se assumirmos que o *socialismo* já esteja vitorioso em todos os países, ou na maioria dos países, que exista um envolvimento socialista em lugar de *envolvimento capitalista,* que não exista mais perigo de ataque do exterior, e que não haja mais necessidade de fortalecer o exército e o Estado. (119a).

Essas ilustrações servem para mostrar que uma ideologia pode ser mais ou menos "racional" em sua elaboração. A ideologia soviética, baseada nas descobertas ditas "científicas" de Karl Marx e Friedrich Engels, desenvolvidas por N. Lenin e outros, apresenta-se decididamente mais racional do que as ideologias da Itália fascista ou da Alemanha nazista. Nos dois últimos casos, a ideologia era distintamente "pessoal", a fascista baseando-se nos artigos que Mussolini escreveu para a imprensa e, especialmente, em seu ensaio sôbre o fascismo na Enciclopédia Italiana (1932) (150a); a ideologia nazista, por seu turno, baseava-se em "Minha Luta" (82), escrita em 1932/34, durante o tempo que Hitler passou na prisão e que foi sempre considerada a bíblia do Nacional Socialismo. Uma análise em têrmos de influências intelectuais antecedentes e coisas semelhantes nos levaria a estabelecer uma diferenciação maior e considerar o credo de Mussolini mais racional que o de Hitler. O grau de "racionalidade" aqui envolvido é o de uma racionalidade de meios, e não de fins. Pois os valores em tôdas as três ideologias são de uma espécie sumamente emocional. Isto pode não fazer muita diferença para o cético que considera tôdas as estimativas de valores além da discussão racional; em todo caso, porém, há diferenças de grau e certamente nos é dado asseverar que as estimativas de valores feitas à base do tomismo, cristianismo e constitucionalismo moderno são mais racionais do que as dos credos totalitários, mesmo se não são inteiramente racionais.

Essas ideologias totalitárias podem também ser classificadas segundo seus valores supremos, sendo êste o procedi-

mento mais habitual e convencional. Chegamos então à mais que notória diferenciação entre a ideologia soviética, universal em seu apêlo — "Uní-vos, trabalhadores de todo o mundo!" — e as ideologias fascistas — que se dirigem a um povo particular em têrmos de sua grandeza, poder e papel histórico. Na ideologia soviética, o lugar do grupo nacional é tomado pelo proletariado, que é investido da missão histórica de libertar a humanidade dos grilhões do capitalismo industrial; entretanto, Marx e Engels fazem bem claro que êsse proletariado, mediante a derrubada da existente estrutura de classes, virá finalmente a se eliminar a si próprio e deixar de existir como classe proletária. Dêsse ponto de vista, a justiça social surge como o valor supremo, a menos que seja êsse valor a sociedade sem classes, sua condição essencial; para os fascistas, êsse valor supremo é o domínio, e a nação-raça forte e pura é sua condição essencial, como mostra sua ideologia. Visto que existem muitas nações e muitas raças, teòricamente podem existir outros tantos fascismos, e na realidade isto foi o que aconteceu. Em tôdas as partes do mundo em que o fascismo penetrou, — na França, na Inglaterra ou nos Estados Unidos — a fôrça e a purificação de cada nação particular tornou-se o foco da atenção ideológica. Êsse aspecto é um elemento de debilidade nas ideologias fascistas, em contraste com as ideologias comunistas. Estas últimas possuem a vantagem de um inerente universalismo e a capacidade conseqüente de resolver mais prontamente a extensão do poder a outras nações (a União Soviética com relação à Polônia, Tchecoslováquia, Alemanha, etc., a China com relação à Coréia, Indochina, etc.)

É precisamente êsse universalismo doutrinário que torna o comunismo uma arma efetiva de combate, não só entre nações, mas também, e geralmente ao contrário do fascismo, dentro de nações. O fascismo, quando um produto espontâneo de combustão local, tendeu por necessidade a acentuar a personalidade própria e a soberania de cada nação. Freqüentemente enfatizou a superioridade biológica da comunidade em que se estabelecia. Quando imposto a várias nações, o fascismo provocou, como na II Guerra Mundial, as mais vigorosas reações das nações que envolvia. A universalidade baseada num apêlo nacionalista restrito é uma contradição de têrmos. Na realidade, o fascismo italiano mostrou uma grande sedução fora da Itália. Movimentos semelhantes brotaram na Áustria, Hungria, Rumânia, Espanha, França e Grã-Bretanha, e não se deve esquecer que o fascismo italiano foi, afinal, a inspiração para muitos dos seguidores de Hitler, bem para o próprio Hitler. Peron também seguiu a linha básica do fascismo italiano. Há um item muito interessante no catecismo fascista usado nas organizações de juventude: "Pergunta: O Fascismo é exclusivamente um fenômeno italiano? Resposta: O fascismo, no que toca às suas idéias, doutrina e realizações, é *universal*, pois está em condição

de dizer a todos os povos civilizados *a palavra de verdade sem a qual não pode haver paz duradoura no mundo; o fascismo é, portanto, o sustentáculo e criador de uma nova civilização".* Note-se, contudo, que com essa espécie de "universalismo", conquanto possa ser capaz de despertar imitadores, cada um dos movimentos fascistas resultantes procurará, por seu turno, a dominação mundial ou regional, e assim oporá obstáculos para a extensão do contrôle efetivo por parte do "criador". Uma França ou uma Inglaterra fascista teria sido, presumìvelmente, uma rival das aspirações italianas a domínio no Mediterrâneo pelo menos tão vigorosa quanto eram os regimes democráticos dêsses países (64a).

O comunismo, por outro lado, tem tido um êxito notável em atuar na base nacional com vistas a metas supranacionais. Isso porque o comunismo, à diferença do fascismo, opera simultâneamente em dois planos: o primeiro é o nível universal, "ortodoxo", e filosófico, que ainda é de domínio privado da liderança soviética, não obstante algumas modestas contribuições de Mao Tse-tung para o conceito da revolução. O outro nível é o prático, o tático. Neste nível o comunismo pode variar, pelo menos temporàriamente, de país para país. Assim, a natureza do apêlo comunista é bastante diferente na França, do que na Índia. Igualmente, até mesmo nas nações cativas do leste europeu e na China, dava-se muita ênfase à natureza distinta de seu desenvolvimento comunista. Na Polônia, por exemplo, nos anos que se seguiram imediatamente à guerra, as declarações oficiais do Partido salientavam que o comunismo na Polônia devia ser executado "da maneira polonesa" (263a). Com efeito, tornou-se hábito dos comunistas de salão da Europa Oriental frisar o caráter típico, supostamente mais democrático, do desenvolvimento de uma sociedade comunista naquela área em contraste com a história da construção da URSS.

Uma atitude como essa, naquela época, não constituía heresia. Era simplesmente um reconhecimento do "fato" de que a história progride por estágios, que segundo o marxismo são recìprocamente contraditórios, e de que a União Soviética, estava, no momento, operando num nível superior de desenvolvimento social. O caso de Tito, contudo, logo obrigou a liderança soviética a afirmar categòricamente que a experiência soviética passada é compulsória para todos os partidos comunistas, não importando as circunstâncias locais. A publicação teórica do Partido Comunista Soviético, *Bolchevik,* declarou que:

> A asserção de que cada país avança para o socialismo por seu próprio caminho específico não pode ser tomada como correta, bem como a afirmativa de que existem tantas estradas para o socialismo quanto existem países. Expressar essa opinião significa negar o vaticínio internacional da experiência bolchevista. As leis gerais da transição do capitalismo para o socialismo, descobertas por

> Marx e Engels, e experimentadas, postas em uso prático e desenvolvidas por Lenin e Stalin com base na experiência do Partido Bolchevista e do Estado Soviético, são extensivas a todos os países. (243a).

Não obstante, importantes variações locais de natureza prática são hoje evidentes, como, por exemplo, no tratamento dado à Igreja Católica ou dos fazendeiros na Polônia, ou a redefinição do conceito da elite na China. O determinante crítico da lealdade ideológica é a implicação suprema da variação local: se ela serve para promover as metas gerais da ideologia universal, sem fragmentar o bloco de fôrça no qual repousa a ideologia, o desvio prático e tolerado. Se não serve, é condenado.

Durante todo o estudo da tipologia da ideologia totalitária, aludimos a certos antecedentes históricos que ajudaram a formular as idéias contidas nessas ideologias. Agora nos voltaremos para êsse problema. Quais são as raízes históricas dêsses movimentos ideológicos? E qual é, portanto, a importância dessas "idéias" nas ideologias? Deverão certos grupos ou pensadores ser "censurados" pelo aparecimento das ideologias totalitárias, no sentido de que, se não houvessem escrito, as ideologias não teriam se formado?

8

As raízes históricas da ideologia totalitária

Na investigação das raízes da ideologia totalitária, tôda espécie de liame foi estudada (97). Marx, Hegel Nietzsche, Hobbes, Kant, Rousseau, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Lutero, Calvino — todos foram acusados de forjar as idéias que se tornaram armas no arsenal dos totalitaristas. Visto que êsses pensadores estão, por sua vez, relacionados com muitas outras correntes e concepções intelectuais, não será demasiado sugerir que a soma de todos os argumentos é claramente a seguinte: a ideologia totalitária está enraizada na totalidade do pensamento ocidental, e particularmente em seu pensamento político. Os pontos chaves de ênfase, tais como igualdade, justiça e liberdade são de natureza tão geral que não se prestam a uma análise muito precisa neste contexto. Porém até pontos mais específicos, como o acento na democracia ou no estado, são semelhantemente enganadores. Esta situação não deverá surpreender a ninguém, pois os programas de ação proclamados pelos totalitaristas são moldados em têrmos dos Estados antecedentes da sociedade européia e americana (com varia-

ções interessantes introduzidas em casos como o da China) e devem, portanto, ser relacionados aos padrões de idéias associadas com êsses Estados antecedentes. Ademais, como a ideologia tem uma função instrumental, como vimos, os dirigentes totalitários ajustarão seus instrumentos ideológicos aos estados de espírito das massas a que se dirigem. A idéia do progresso, por exemplo, produto tão peculiar do espírito ocidental, está arraigado no pensamento totalitário tão profundamente que êste se desmoronaria se a idéia fôsse eliminada.

Fique bem claro que tôda essa pesquisa das raízes da ideologia totalitária repousa sôbre a resposta dada à pergunta: qual o papel das idéias na história? Têm as idéias efeitos perceptíveis ou serão elas meramente incidentais, como a espuma sôbre as ondas de um mar agitado? Muitos dos escritores que salientaram o fundo ideológico dos movimentos totalitários deixaram de perceber as plenas implicações dessa concepção. Pois se partirmos da premissa de que as idéias têm importantes efeitos causais no rumo dos acontecimentos, chegamos fàcilmente a uma interpretação espiritualista da história. Uma ênfase sôbre idéias religiosas tenderá particularmente a trazer essa implicação. O argumento comum de que os homens agem conforme as idéias que têm em mente não soluciona a questão da origem dessas idéias. Sendo introduzida uma noção como a da inspiração — Trotsky escreveu que a revolução é a inspiração louca da história — perguntar-se-á então: inspiração de quem e por quem? É evidente que muitas fórmulas contemporâneas são simplesmente maneiras mal disfarçadas e febrilmente vulgarizadas de dizer a mesma coisa que os hebreus antigos tinham em mente quando alegavam que Deus dera as Tábuas da Lei a Moisés. As diversas ideologias totalitárias são bàsicamente reformulações gastas de certas idéias tradicionais, arrumadas de uma maneira incoerente que as torna altamente sedutoras às mentes fracas.

Suas raízes são tão variegadas quanto as histórias das pessoas que as expõem ou que as escutam. Poder-se-ia ilustrar isso pelas repetidas referências em "Minha Luta", de Hitler, ao conceito de que o fim da glória nacional justifica quaisquer meios adequados à sua realização. Êste "maquiavelismo" tem sido atribuído a Machiavelli e a alguns de seus seguidores. Entretanto, aquilo que em Machiavelli, ao menos em seu tempo, era uma doutrina nova e razoàvelmente sofisticada, em Hitler torna-se um pensamento cru e banal.

Em outras palavras, qualquer tentativa de relacionar mais especìficamente a ideologia totalitária a uma concepção antecedente revela que a concepção antecedente ou está deturpada para se ajustar à proposição, ou completamente destorcida. Assim, Hegel é feito expoente da doutrina de que "a fôrça faz o direito", quando, na realidade, êle a rejeitou explícita e inteiramente. Da mesma forma, diz-se que Hobbes acreditava em o "estado regulando tudo", quando é gritante

a um leitor casual, mas sem preconceitos, que Hobbes se inclinava a limitar o soberano à função policial, isto é, a de manter a paz numa dada sociedade. Fôssemos discutir tôdas as várias teses apresentadas nesse sentido, poderíamos encher volumes inteiros. Tais contestações podem ter algum valor na arena, onde têm lugar os combates acêrca dessas idéias; mas, de forma geral, é um empreendimento inútil, pois a história das idéias é um campo particularmente difícil da erudição, dominado sòmente por uns poucos. Em todo caso, o problema do que um autor realmente disse e do que pretendia ao dizê-lo exige uma pesquisa interminável, e quanto mais pormenorizada a exposição do autor, mais divergentes são as repostas. Não obstante, o debate, quanto a se as atividades da União Soviética ajustam-se às idéias expostas por Marx e Engels, é uma fonte de contínua controvérsia. Um volume como *The God that Failed* é quase todo dedicado a um estudo dos verdadeiros significados dos ensinamentos marxistas.

Não resta dúvida de que o marxismo tem um grande débito intelectual para com as tradições, e principalmente para com as disposições filosóficas, da Revolução Francesa. O clima intelectual da Europa, do qual Marx e Engels faziam parte integrante, fôra sacudido não só pelos *slogans*, mas também pelo conteúdo filosófico daquele enorme movimento. Como resultado, embora certamente não fôsse pela primeira vez na história da Europa, o intelectual, em seu papel de intérprete do passado e do presente, dispôs-se a formular as realidades do futuro. Reconhecer que o marxismo seja parte dessa corrente não significa, contudo, estabelecer uma relação causal, pois isto equivaleria a se empenhar em tentativas *ex post facto* de interpretar as idéias e até mesmo as motivações dos prosadores do século XVIII em têrmos de categorias impostas pelas realidades dos séculos XIX e XX. Não obstante, pode-se demonstrar que o conceito Rosseauístico da democracia total pode fàcilmente degenerar em ditadura total quando o legislador deixa de ser um educador transitório para se tornar a vanguarda permanente agindo em nome do povo. Conceitos como "conhecimento" não estão muito distantes de "consciência", de uma variedade classista, e ambos precisam ser inoculados naqueles "que nascem livres mas que em tôda parte estão em cadeias". A ênfase dada à unidade, à unanimidade e à participação incessante sugere — mas sòmente isso — a "paixão por unanimidade" do nosso século (Vd. Capítulo 13), característica dos sistemas totalitários. Ademais, foi a Revolução Francesa que proporcionou um escape para o sentimento dos revolucionários racionalistas de que a sociedade pode e deve ser refeita em sua totalidade para assegurar ao homem a liberdade que lhe é inerente. Com efeito, impõe-se uma relação dialética com os fanáticos religiosos do passado. Tal qual Saint-Just, na Revolução Francesa, êsses indivíduos arvoram-se em guardiães da virtude

e da verdade; genuínos conflitos de opinião são excluídos e a discordância é condenada como pecado.

Da mesma forma, a dialética marxista contém não só Hegel como também Babeuf e suas primitivas noções da luta de classes. Ao mesmo tempo, a doutrina de Marx disassociou a ênfase utilitária dada ao interêsse egoísta do indivíduo, ligou-o a uma classe econômica e tornou-o o ponto focal do movimento histórico. Assim, várias noções antecedentes tomadas de diversos autores e movimentos foram ajustadas às necessidades de uma era industrial e à reação dos camponeses à máquina. Contudo, não é necessário que se discorra sôbre a relação entre o marxismo e o pagamento anterior na herança política ocidental para provar como é complexa a tarefa de estabelecer uma derivação intelectual significativa. Dentro do próprio marxismo, que se desenvolveu, como veremos, através de choques cismáticos, o problema de elaboração ou distorção é continuamente discutido. Por exemplo, a formação de novos regimes comunistas na Europa Central e na Ásia, trazendo consigo o problema de transição de uma sociedade burguesa ou feudal para o comunismo, tem desafiado os ideólogos soviéticos nos últimos anos. Devido a várias razões de ordem prática, a teoria da ditadura do proletariado, mencionada uma única vez por Marx, em sua *Crítica do Programa Gotha,* e desenvolvida por Lenin em algo da máxima importância, tornou-se inadequada para essas regiões. Surgiu uma terminologia inteiramente nova e uma nova interpretação em tôrno da expressão "Democracia Popular". A relação entre essa terminologia e a própria concepção de Marx da situação pós-revolucionária está aberta à discussão.

Crentes desiludidos de algumas idéias contidas numa dada ideologia freqüentemente constituem fortíssimos adversários do regime baseado em tal ideologia. Êste fenômeno é familiar à história das religiões. Afinal, a história do Cristianismo é, em grau considerável, a história de sucessivos desacordos a respeito do significado de Cristo e do verdadeiro sentido de sua mensagem. Dêsses desacordos resultaram as sucessivas dissenções que acarretaram o aparecimento de novas seitas e igrejas. Considerando o tempo relativamente curto em que os totalitaristas têm trabalhado efetivamente, surpreende o grande número de interpretações divergentes que já foram expostas e que se tornaram base de movimentos cismáticos.

Entretanto, são êsses cismas que proporcionam uma chave real para o significado do têrmo que temos empregado — ideologia totalitária. As cisões e os desacôrdos surgidos em tôrno dos princípios básicos do marxismo, por exemplo, servem para acentuar os aspectos democráticos e não-democráticos daquela teoria. Mediante um processo de adaptação política, divergências quanto ao grau tornaram-se divergência quanto à espécie, apesar da uniformidade conceptual original. Portanto, não serão a democracia social e o comunismo, possìvelmente, produtos das mesmas raízes intelectuais? Não

alegam pertencerem a um mesmo tronco genealógico? Não são suas suposições básicas encontradas nas mesmas obras? A despeito das respostas necessàriamente afirmativas, a diferença entre a duas escolas de pensamento, quando transplantadas para a prática, torna-se fundamental e profunda — uma é totalitária, a outra não.

A realização de uma ideologia na prática tem habitualmente o efeito de revelar certas inadequações inerentes à previsão humana. As tentativas de descrever o futuro e de prescrever os métodos para realizá-lo não podem, evidentemente, levar em conta tôdas as eventualidades, tôdas as situações possíveis, e o comunismo leva a desvantagem adicional da frouxidão geral de sua estrutura filosófica. Conseqüentemente, os movimentos cismáticos que logo surgiram, enquanto se tentava transformar o marxismo em prática política, foram, descontados puros fatôres de poder, produto inevitável dessa tentativa de execução. Quando se aplica uma teoria a uma situação real, geralmente só se apresentam duas alternativas: uma delas consiste em modificar a teoria de maneira a torná-la mais compatível com os pré-requisitos da prática; a outra consiste em tentar ajustar a realidade à teoria. Os totalitaristas, em virtude de sua rejeição quase completa do *status quo,* inclinam-se a obrigar a história a se ajustar à concepção que dela fazem (*). E quando essa concepção envolve uma idéia profunda do esquema de organização social desejável, isto é, històricamente inevitável, os esforços para ajustar a sociedade a êsse esquema, e as consequentes medidas para destruir a resistência, resultam em totalitarismo.

Contudo, nem todos os defensores originais de tal ideologia pretendem ir tão longe. Isto é especialmente demonstrado pelo cisma marxista acêrca da questão de evolução *versus* revolução. O marxismo engloba ambos os conceitos, tidos como històricamente inseparáveis. "A revolução é a parteira de tôdas as sociedades", disse Marx; porém, antes de a parteira começar a trabalhar, um longo processo revolucionário precede os espasmos climáticos da revolução. As contradições interiores do capitalismo têm de amadurecer para que a revolução não deixe de vingar por demasiado prematura. E foi precisamente em tôrno dêsse fator tempo que se chocaram as interpretações. Qual o momento exato para a ação revolucionária?

Bernstein e os chamados revisionistas achavam que a ação revolucionária precipitada só serviria para intensificar o fluxo sangüíneo nas veias esclerosadas do capitalismo e assim prolongar sua vida. A chave para o êxito, segundo

(*) Vd. Capítulo 7 para a definição que fazemos da ideologia totalitária. Os totalitaristas mostram-se particularmente veementes e violentos em sua crítica às sociedades "existentes" (antecedentes). Todavia, seu esfôrço de alterar a história não os impede de fazer concessões específicas em sua ideologia, quando essas concessões se fazem necessárias por conveniência. Vd. Capítulo 9.

Bernstein e a escola social democrática, era a capacidade de esperar, enquanto se obtinha concessões através da participação no processo democrático. O socialismo eventualmente suplantaria a ordem capitalista e o cenário revolucionário torna-se-ia meramente o ato técnico de assumir o poder. O capitalismo morreria de velhice e, portanto, não precisava ser trucidado. O ato revolucionário consistiria em sepultá-lo, e não em matá-lo.

Por isso, os sociais democratas não têm se empenhado em medidas drásticas para destruir a sociedade capitalista. A certeza que têm do êxito os torna pacientes e dispostos a trabalhar dentro da estrutura da sociedade constitucional-capitalista. Tendo aceito a perspectiva de um inevitável triunfo ditado pelo determinismo histórico, contentam-se em pensar que o *status quo* não durará.

Os totalitaristas, contudo, tendo anunciado que o *status quo* está condenado, põem-se a provar a correção de sua análise mediante medidas para pô-la em efeito. Para êles, a disposição de esperar constitui traição pura e simples. "O reformismo (...) que, com efeito, nega a revolução socialista e tenta instituir o socialismo pacìficamente (...) que prega não a luta de classes, mas sua instigação — êste reformismo está degenerando dia a dia, e está perdendo tôdas as marcas do socialismo" (198). Lenin e os revolucionários bolchevistas, portanto, frisavam que a ação revolucionária era a chave para a salvação histórica e que sòmente medidas diretas que visassem a derrubar a ordem capitalista seriam eficientes. "As grandes questões históricas só podem ser resolvidas pela *violência*", exclamou Lenin (113b), exortando os revolucionários a agir como os coveiros da história e a ajudar a lançar os destroços do capitalismo na lixeira das velharias. Pois, a menos que um partido revolucionário que assuma a posição de vanguarda do proletariado, atue com firmeza, as classes trabalhadoras desenvolverão uma mentalidade sindicalista pacifista e se tornarão instrumentos inconscientes de medidas capitalistas de auto-preservação.

No movimento nazista, os elementos socialmente mais radicais eram fortemente representados pelas Tropas de Assalto (SA), os chamados Camisas Pardas. As SA estavam sob o comando do General Roehm, que na época gostava de sugerir que tudo que precisavam fazer era virar suas braçadeiras, que ostentavam a suástica, para torná-las vermelhas. É verdade que tôda essa discussão permaneceu num plano muito limitado, como todo o debate ideológico no movimento hitlerista de modo geral; não obstante, ela representou um característico conflito ideológico que apontava correntes divergentes no credo original.

Também no fascismo italiano ocorreu um desvio "esquerdista", chefiado por Giuseppe Bottai, Edmondo Rossoni e Ugo Spirito. Mais tarde Giuseppe Gentile foi persuadido a tomar o lado dessa facção, e sua última obra, *Genesi e struttura*

della societa, expõe a teoria geral do grupo (19b). Duas críticas, editadas por Bottai e Rossoni, expressavam êsses pontos de vista de uma maneira velada; note-se, porém, que essas idéias não contavam com apoio nos círculos internos do partido.

Na realidade, tanto no movimento nazista como no fascista, foi a presença física dos formuladores de seus programas que impediu a eclosão de cisões de vulto (*). Os postulados essenciais de ambos movimentos — os quais salientavam o princípio de liderança, os valores tradicionais e históricos do povo em contraste com a degeneração "burguesa", o *Etatismo* italiano e a veneração do *Volk* do nazismo, o corporativismo estatal a par da propriedade privada, a qualidade mística da terra e por último, mas não menos importante, o princípio de raça — de uma maneira geral não foram contestados durante suas existências relativamente breves.

Contudo, vale notar que tanto o comunismo como o fascismo caracterizam-se por sua insistência quanto à realização, através de revolução, das "verdades" de suas doutrinas, e é essa insistência que leva às conclusões adicionais quanto à necessidade de um partido disciplinado — a elite do proletariado ou da nação. Êste partido deveria eliminar os destroços dos vencidos. Sua liderança infalível, através de "intuição" ou "ciência", deveria provocar as condições que, segundo a ideologia, são necessárias para a realização de seu apocalipse utópico. É precisamente essa tentativa de impor a uma sociedade um esquema de formas distintamente novas de organização social concebido racionalmente, ou antes pseudo-racionalmente, que conduz à opressão totalitária. E visto que essa opressão é justificada em têrmos da ideologia, essa ideologia é totalitária.

O fato de a ideologia totalitária estar arraigada na totalidade das idéias ocidentais tráz à baila a questão de sua relação com a democracia e com o cristianismo. Essas duas filosofias são a antítese patente da ideologia fascista e comunista. O conflito com o cristianismo foi pôsto em relêvo na União Soviética pelo Movimento Anti-religioso; na Alemanha nazista o conflito levou a lutas prolongadas para estabelecer o contrôle sôbre as igrejas católica e protestante (Vd. Capítulo 23). Em relação à democracia, a situação afigura-se um pouco mais confusa, porquanto tanto os comunistas como os fascistas gostam de se considerar verdadeiros democratas. No entanto, sendo a democracia definida, em têrmos constitucionais, como caracterizada por uma competição genuína entre dois ou mais partidos, uma separação de poderes governamentais e uma proteção de direitos individuais imposta judicialmente, o conflito torna-se bastante óbvio, tanto no

(*) Essencialmente, o mesmo ocorreu no movimento peronista da Argentina. O ditador foi o promulgador oficial da ideologia do Justicialismo, que se afigura como uma maior vulgarização do corporativismo fascista (155).

plano ideológico quanto no prático. Entretanto, a despeito dêstes nítidos conflitos entre as ideologias totalitárias por um lado, e com a herança cristã e democrática por outro, é sòmente dentro do contexto dessa herança que as ideologias podem ser plenamente compreendidas. O comunismo não é cristão, mas não poderia ter criado raízes sem as fundações assentadas pela fé cristã na fraternidade do homem e na justiça social. Talvez ainda mais importantes do que êsses laços substantivos sejam os hábitos mentais criados pelo cristianismo e outras religiões que contam com uma ideologia formal, como o budismo e o islamismo, pois elas criam o hábito ou característica cultural de relacionar normas e programas de ação a elaborados arcabouços "racionais". Êsses arcabouços teológicos racionais então secularizam-se e se transformam em ideologias. Existe, em outros têrmos, um estilo de vida que exige explicações transcendentes daquilo que é certo. Quando as explicações teológicas tornam-se inadequadas em virtude do declínio da fé religiosa, essas religiões seculares" preenchem então o vácuo (3a). Vista sob essa perspectiva, torna-se evidente porque a ideologia totalitária tornou-se potente até mesmo na China, que não é absolutamente um país cristão. A discussão é avivada pela consideração de que a China herdou, mas não inventou, a ideologia comunista. Parece mais que duvidoso que o pensamento chinês tivesse produzido essa espécie de ideologia, e tôda a suposta originalidade de Mao na interpretação da herança marxista-leninista significa pouco mais que uma tentativa de aplicá-la a específicas condições chinesas (76; 185a). Talvez se possa acrescentar que a ideologia comunista está, em certo sentido, para a cultura chinesa tradicional como os credos cristãos: um corpo missionário de pensamento alienígena.

Finalmente, deve-se observar que a relação entre a ideologia totalitária com a ideologia cristã e democrática é uma relação "dialética", quer dizer, antitética. Porém, da mesma forma que na lógica a antítese não pode ser concebida a não ser em justa posição à sua tese, também no movimento de idéias a raiz é freqüentemente a tese da qual a idéia ou a ideologia em tela é a antítese. A importância dessa espécie de relação está não só na conseqüente "consangüinidade", que possibilita aos seres humanos passar dessa para aquela ideologia, como pode também proporcionar uma solução para o próximo passo na dialética.

De modo geral, nosso estudo mostrou que as raízes das ideologias totalitárias, tanto comunista quanto fascista, estão na verdade entrelaçadas com tôda a herança intelectual do homem moderno, e que todos os liames específicos devem ser vistos, não em têrmos de origem — êsse ou aquêle pensador ou grupo de pensadores sendo "responsável" pelas ideologias totalitárias — mas como fios de uma tapeçaria complexa e variada. O ingrediente totalitário específico, ou seja, o

emprêgo, até mesmo a glorificação, de violência para a realização das metas que a ideologia persegue, está inteiramente ausente do pensamento daqueles cujas idéias essas ideologias utilizaram — e distorceram.

9

A alteração e a corrupção de ideologias

Ao estudar o papel da ideologia nas sociedades totalitárias, algumas pessoas negam, como vimos, que a ideologia desempenhe uma parte importante no pensamento dos dirigentes. Aquêles que assim argumentam geralmente discorrem a respeito das alterações na ideologia que acreditam serem, na verdade, corrupções que atestam a insinceridade dêsses dirigentes. Afirmam que os grupos chaves da liderança não levam a ideologia a sério, mas que a manipulam, alterando-a arbitràriamente de acôrdo com suas variáveis linhas políticas (3). Entretanto, a alteração não constitui, obrigatòriamente, uma corrupção; pode ser uma adaptação genuína e significativa. Contudo, deve-se admitir que no caso de Hitler aquela alegação encontra forte justificativa, devido às cínicas declarações do próprio Hitler. Certamente, várias passagens conhecidas de "Minha Luta", bem como observações compiladas por Rauschning em "A Revolução do Nihilismo" (164), dão fundamento à afirmativa de que a atitude de Hitler em relação à ideologia era movida pela conveniência. Por outro lado, as conversações secretas de Hitler (86a), dão-nos uma impressão diferente, muito embora a ideologia não desempenhe nelas um papel decisivo; nesses monólogos Hitler claramente mantém-se dentro do arcabouço de sua ideologia racista.

Sejam quais forem as conclusões concernentes às opiniões de Hitler, parece bastante claro que a liderança soviética e a liderança comunista de modo geral, têm continuado a dar uma importância considerável à ideologia. Apesar das violentas denúncias de trotskystas e outros elementos oposicionistas, chega-se, obrigatòriamente, à conclusão de que a ideologia representa uma parte importante na vida soviética, e que os dirigentes preocupam-se sinceramente com questões ideológicas. Todo o engenho da oposição na realidade só conseguiu provar que existem importantes *alterações* no padrão ideológico empregado pelos dirigentes.

Algumas das controvérsias chaves dêsses embates ideológicos desenvolvem-se em tôrno da questão da propagação da revolução, do problema da democracia *versus* a ditadura, e da natureza da organização e operações do partido. A primeira controvérsia, a da revolução mundial contra o "socialismo em um só país", foi resolvida a favor dos Bolchevistas

mais por necessidade que por decisão doutrinária. Não obstante, o problema ocasionou choques violentos e ácidos desacôrdos.

A princípio, a maioria dos líderes revolucionários tinha esperança de que a revolução se propagaria da Rússia para o Ocidente. Trotsky falou triunfantemente de como "a classe trabalhadora da Rússia, introduzindo a emancipação política há de erguer-se a uma posição inédita na história, ajuntar em suas mãos fôrças e meios e tornar-se a iniciadora da liquidação do capitalismo em uma escala global..." (210; 36). Todavia, o tratado de Brest Litovsky, ditado pelas baionetas alemãs, deixou claramente implícito que a revolução estava limitada territorialmente à Rússia pròpriamente dita. Isto provocou uma séria crise dentro do Partido. Bukharin declarou tratar-se de um golpe dirigido contra o proletariado internacional que fêz com que êle e seus partidários "se afastassem com desprêzo". A resposta de Lenin foi típica: "Sim, assistiremos à revolução mundial internacional, mas, no momento ela é um bom conto de fadas, um lindo conto de fadas — entendo perfeitamente que as crianças gostem de belos contos de fadas" (113c).

As esperanças bolchevistas cresceram muito por um breve período após o Armistício e o conseqüente colapso do poder imperial germânico e austro-húngaro. A Europa Central tornou-se um vácuo político, dividido por lutas sociais e políticas. A situação parecia pronta para o comunismo. Em janeiro de 1919, o comandante do Exército Vermelho, Leon Trotsky, jactava-se: "Já não é mais o espectro do comunismo que assombra a Europa ... o comunismo em carne e ôsso agora marcha pelo continente" (213). A êle fêz eco, ainda que de uma maneira menos grandiloqüente, Lenin, que observou esperançosamente que "a revolução começou e está adquirindo fôrça em todos os países" (111c).

No entanto, isto não sucederia. A revolução não conseguiu se propagar, mas têve êxito na Rússia. Seu fracasso como movimento internacional levou ao nascimento da teoria da vitória socialista em um país de cada vez. Essa idéia foi inicialmente exposta com cautela e os dirigentes soviéticos continuaram a frisar ser ela simplesmente uma fase de transição no desenvolvimento histórico. Em uma de suas primeiras declarações, Stalin expressou-a da seguinte maneira:

> Embora seja verdade que a vitória *final* do Socialismo no primeiro país a se emancipar seja impossível sem os esforços combinados dos proletários de vários países, é igualmente verdade que o desenvolvimento da revolução mundial será tanto mais rápida e completa quanto maior fôr a eficiência da assistência prestada pelo primeiro país socialista aos trabalhadores e massas operários de todos os outros países. (199b).

Conseqüentemente, a União Soviética tornou-se a base da revolução mundial. A importância dessa questão foi um tanto exagerada pela luta entre Trotsky e Stalin que, por se desenvolver dentro de um cenário orientado no sentido da ideologia, tomou necessàriamente a forma de um choque teórico.

Da mesma forma, a controvérsia a respeito da questão da democracia *versus* a ditadura deu origem a acusações (mais tarde reiteradas por Tito) de que também nesse ponto os Bolchevistas abandonaram o verdadeiro comunismo. Em certo sentido, foi dêsse conflito que nasceu o Partido Bolchevista. Não será ocioso, contudo, frisar mais uma vez que o marxismo está sujeito a variadas interpretações, e as linhas divergentes seguidas por bolchevistas e menchevistas proporcionam uma notável ilustração. Lenin acentuou que durante o período revolucionário é inútil falar de democracia, pois "a democracia ampla na organização partidária em meio às trevas da autocracia (...) não é senão um brinquedo inútil e perigoso" (111d). E, uma vez realizada a revolução, o terror é necessário para eliminar os remanescentes da burguesia. A ditadura do proletariado, portanto, não tolerará quaisquer restrições de sua liberdade de ação contra os inimigos vencidos mas ainda não aniquilados. Lenin expôs a situação com tôda franqueza:

> **A ditadura é o poder baseado diretamente na fôrça e não limitado por quaisquer leis. A ditadura revolucionária do proletariado é o poder conquistado e mantido pela violência do proletariado contra a burguesia, um poder que não é limitado por nenhuma lei. (113d)**

A questão da ditadura está inerentemente relacionada com o conflito a respeito da natureza do partido que deveria conduzir o proletariado. A cisão ocorrida entre bolchevistas e menchevistas eclodiu precisamente em tôrno dessa questão crucial, e alguns dos mais severos ataques lançados por correligionários marxistas contra Lenin foram feitos durante o desenvolvimento dêsse cisma. A famosa acusação de Stalin, que com freqüência é errôneamente descrita como dirigida contra Stalin, surgia repetidamente, sempre que a questão era discutida por marxistas: "Os métodos de Lenin levam a isso: a organização do Partido (...) a princípio substituiu todo o Partido; depois o Comitê Central substituiu a organização; e, finalmente, um 'ditador' único substituiu o Comitê Central" (212).

Entretanto, como tôda essa enxurrada de injúrias não conseguiu provar que a insistência de Lenin numa organização militar disciplinada e paramilitar fôsse contrária ao marxismo, não é de espantar que a idéia leninista tenha prevalecido e que o partido leninista haja tomado o poder em 1917. Os

acontecimentos políticos provaram que Lenin tinha razão e entre os primeiros a reconhecê-lo estava o próprio Trotsky. Também Lenin, apesar de seus êrros doutrinários iniciais, aceitara em 1917 o conceito trotskysta da revolução permanente, quando os acontecimentos políticos também mostraram sua correção doutrinária.

Considerando-se êsse escôpo de conflito ideológico — essas alterações que são essencialmente corrupções — surpreende serem as questões antes políticas que econômicas. Isto se deve, pelo menos em parte, ao fato de que Marx e Engels inclinavam-se a minimizar o problema político que surge quando o proletariado "toma o poder" (Vd. Capítulo 7). O "Manifesto Comunista" parece imaginar uma sociedade puramente cooperativa, onde não existe nenhuma forma de govêrno. "O estado se extingue", escreveu Engels, referindo-se, naturalmente, ao desaparecimento da burocracia. Marx e Engels concentraram seu esfôrço ideológico na crítica do estado em que se encontrava a sociedade, ou seja, sôbre o segundo aspecto da ideologia aqui definido e, como entusiastas da economia, só trataram pormenorizadamente a análise da realidade econômica, referindo-se apenas de passagem aos problemas políticos. De certa forma isso é curioso, se atentarmos a que ambos haviam criticado violentamente os antigos socialistas por serem "utópicos", por não darem a devida atenção às realidades políticas e, mais especialmente, ao "estado". Da mesma forma, as controvérsias de Marx com os anarquistas punham em relêvo o fato dêstes últimos não avaliarem o poder dos estados existentes e o esfôrço necessário para derrubá-los.

Poder-se-ia acrescentar que a gigantesca tarefa de industrialização atacada pelos dirigentes soviéticos na Rússia exigia um planejamento estatal em grande escala, sem levar em conta quaisquer posições doutrinárias. A doutrina marxista, econômicamente falando, só é elaborada com relação ao "capitalismo"; dizer que o dogma marxista está "fechado" ou terminado no setor econômico é certamente errôneo. Generalizações como "a cada um conforme sua necessidade, de cada um conforme sua capacidade" são *slogans* sociais, e não teoria econômica.

Falando de um modo geral, as alterações ideológicas na União Soviética não precisam ser vistas como "corrupções" da ideologia, como foram consideradas na URSS por seus adversários socialistas e, mais especialmente, marxistas. Podem ser interpretadas como "adaptações" ou "modificações" e assim podem ser vistas como indício de vitalidade, como indica uma comparação cultural em outros setôres. Assim, a adaptabilidade e a flexibilidade constituem virtudes, desde que não conduzam a um oportunismo vazio. Existem numerosas passagens nas obras de Marx e Engels que sugerem tais adaptações.

As políticas soviéticas durante as últimas décadas servem, da mesma forma, para ilustrar a adaptabilidade (ou corruptibilidade) do comunismo. Foram feitas notáveis adaptações, segundo os imperativos da realidade política, em questões fundamentais como igualdade, política de nacionalidades, autoridade e relações exteriores. Para tomar sòmente um exemplo, a União soviética é hoje, como Barrington Moore chama-a corretamente, "um sistema de desigualdade social organizada", em que pesem seus ataques quase fanáticos contra a desigualdade capitalista (141a). Esta desigualdade soviética envolve não só uma escala de recompensas grandemente diferenciada, que cria classes distintas dos que "têm" e dos que "não têm", e também, o que é mais importante, níveis diferentes de oportunidades para progresso na escala social (141b).

Não seria possível fugir ao problema de adaptar a teoria comunista de igualdade a esta realidade soviética, devido à importância dêste aspecto doutrinário. Tampouco poderia ser êste princípio republicano. Por conseguinte, a racionalização soviética encontra-se nas linhas do artigo publicado no *Pravda* sôbre socialismo e igualdade, que diz:

> A idéia de igualdade não é uma verdade eterna inabalável. Ela nasceu de certas relações sociais bem definidas. Seu conteúdo muda com essas relações. O sentido da exigência de igualdade jaz sòmente na abolição da desigualdade. Com o desaparecimento da desigualdade, perde-se o conteúdo da exigência de igualdade. (271a).

Em outras palavras, com a eliminação da opressão de classes e da luta de classes, realiza-se a igualdade. Conseqüentemente, as inumeráveis manifestações desigualdade na URSS são, à luz dessa análise soviética, não indicações de desigualdade, e sim aspectos concomitantes e necessários de uma complexa sociedade industrial (*).

No XX Congresso do Partido, em fevereiro de 1956, houve uma elaboração da doutrina marxista, ou melhor, soviética. Também ela ilustra a natureza flexível da ideologia bolchevista, uma virtude de que os dirigentes soviéticos freqüentemente se jactam. Nesse Congresso, Kruchov refugou o conceito leninista da guerra civil como um estágio *necessário* na transição de qualquer sociedade para o socialismo; declarou que a necessidade do conflito civil depende do grau de fôrça e determinação das classes opressoras. Se essas classes forem débeis e se a elas se opuserem classes trabalhadoras poderosas e unidas, "a conquista de uma maioria parlamentar

(*) A êsse respeito é interessante observar a variação de sôldo entre oficiais e praças no Exército Soviético, que é consideràvelmente maior que a variação existente no exército "capitalista" dos Estados Unidos.

estável apoiada por um movimento revolucionário de massa do proletariado e de todos os trabalhadores poderia criar para a classe trabalhadora de vários países capitalistas e ex-coloniais as condições necessárias para garantir fundamentais reformas sociais". É excusado acrescentar que os dirigentes soviéticos provàvelmente estavam cônscios do efeito favorável que essa declaração teria em algum círculos pós-coloniais e neutralistas.

Por que não encontramos um esquema semelhante de alteração ideológica nos estados fascistas? Pondo de lado o fato de terem durado muito menos, poder-se-ia sugerir, antes de mais nada, que tanto Mussolini quanto Hitler estavam presentes para "interpretar" suas próprias idéias. A situação assemelha-se à da Internacional Socialista na época em que Marx e Engels ainda estavam vivos e podiam ser consultados. Algumas modificações em suas próprias idéias foram, certamente, reconhecidas por êsses ditadores fascistas. E embora estivessem, lògicamente, em desacordo, podia-se alegar serem conseqüência natural daquilo que o próprio líder afirmara ser sempre sua intenção de propósito. Contudo, é supreendente que em certas áreas violentas divergências pudessem ter surgido sôbre questões ideológicas. Assim, a Concordata de Mussolini com a Igreja Católica foi considerada por diversos sub-dirigentes fascistas como uma traição da ideologia fascista; o próprio Gentile assim pensava. As variadas atitudes tomadas por Hitler com relação às igrejas protestantes levaram, por um lado, a violentos conflitos com os protestantes, que haviam aceito sua liderança devido ao seu alegado propósito de revitalizar a religião cristã, ao mesmo tempo que, por outro lado alienou alguns de seus seguidores mais decididamente pagãos (Vd. Capítulo 23). Já nos referimos ao conflito potencial com os "socialistas" camisas-pardas cujo espírito rebelde foi aplacado com o "expurgo sangrento" de 1934. As dificuldades nêsse setor de relações entre o "capital" e o "trabalho" nunca deixaram de atormentar os nazistas; fêz-se uma série de transigências intranqüilas.

Ainda mais espantoso é o aspecto anti-semítico da ideologia nazista, um aspecto que era, naturalmente, crucial na posição ideológica inicial de Hitler, desenvolvida em "Minha Luta". Segundo Hitler foram seus "estudos" sôbre a questão judaica que o transformaram de "um febril cidadão cosmopolita" em um "anti-semita fanático" (83a). Para Hitler, o anti-semitismo estava inerentemente ligado ao anti-comunismo, e êle acreditava firmemente que "se os judeus, auxiliados por seu credo marxista, conquistarem as nações do mundo, seu reino será a corôa funérea da raça humana, e o planêta percorrerá o éter (...) vazio de homens" (83b). O próprio Hitler atribuiu sua conversão a certos dirigentes austríacos e reconheceu a inspiração que êstes lhe deram — especialmente o Dr. Lueger, então prefeito de Viena. Embora Hitler encontrasse ressonância para seu anti-semitismo entre os camponeses da Alemanha, êsse anti-semitismo mostrou-se uma

faca de dois gumes. Pelo menos um pesquisador, Abel, ofereceu provas extraordinárias de sua afirmativa de que Hitler aliciou seus seguidores não por causa de seu anti-semitismo, mas apesar dêle. Considerando êste fato, bem como o ponto em que o anti-semitismo mostrou-se um empecilho em sua política exterior, é surpreendente verificar com que determinação radical Hitler perseguiu esta meta "ideológica" até o amargo fim. O extermínio maciço dos judeus durante a guerra foi, sem dúvida, motivado em parte pela convicção de Hitler de que os judeus eram responsáveis pela oposição que britânicos e norte-americanos faziam a êle e às suas políticas, constituindo, portanto, um ato de vingança. Contudo, o aspecto ideológico continuou a ser de importância crucial; nas conversações secretas registradas no apogeu de seu poder e triunfo êle o expunha com zêlo fanático. De certa maneira, o aspecto ideológico surge como a "lógica" íntima de tôda sua conduta.

É possível, principalmente tendo em vista o final catastrófico do empreendimento de Hitler, argumentar que o fato de êle não ter adaptado sua ideologia às realidades da política nacional e internacional foi uma fonte de fraqueza, talvez a maior. Uma "corrupção" oportuna, como era advogada, às vêzes, por Goering e outros de seus sub-dirigentes, poderia tê-lo salvo. Hitler não era um purista total, pois enunciou a doutrina curiosamente paradoxal de que ninguém que êle tivesse proclamado ser ariano podia ser um judeu. Várias pessoas de seu círculo imediato eram, segundo as provas disponíveis, não-arianos no sentido nazista de terem algum antecedente judaico. Êste fato proporcionava não só oportunidades de zombaria aos adversários do regime como perturbava os puristas da raça. Entretanto, como não foi justificado ideològicamente, mas colocado em têrmos de ato consumado da vontade divina do *Führer,* os crentes do Terceiro Reich podiam argumentar que tais arianos não-arianos haviam sido purificados pelo "toque divino".

Finalmente, pode-se sugerir que um certo toque de flexibilidade empresta uma aparência de infalibilidade: posições colocadas na vanguarda como desenvolvimentos de um tema subjacente, não importa quão ilógicas sejam, podem ser adotados para reforçar êsse tema. Enquanto a meta final permanecer pura, as adaptações parecem fortalecê-lo.

Visto que tanto o comunismo quanto o fascismo são "filosofias de êxito", construídas sôbre a suposição confiante de que a história está a seu lado, os fatôres ideológicos são armas na luta pela mente (Vd. Capítulo 11). No passado, o papel da ideologia do fortalecimento da entidade política sempre fôra desempenhado pela religião e pela tradição, e pelos símbolos e mitos encarnados pela religião e pela tradição. Nas sociedades totalitárias modernas, os dirigentes devem

criar e controlar cuidadosamente as armas ideológicas úteis à sua existência política; as adaptações e corrupções ideológicas são definitivamente testadas pelo papel que desempenham na propaganda e na educação das sociedades totalitárias.

10

Símbolos e mitos

Foice e martelo, suástica e feixe são os símbolos familiares dos movimentos totalitários. São conhecidos por muitos que não têm uma concepção clara dos movimentos que simbolizam. Cada um dêsses símbolos representa um elemento central de sua ideologia, e sua importância para o totalitarista merece atenção. O símbolo empresta forma concreta a uma abstração, e a abstração, por sua vêz, serve para esclarcer ao fiel o "significado" do símbolo. A foice e o martelo simbolizam bem os trabalhadores e os camponeses que juntos constituem a nova sociedade que a URSS pretende alcançar. A suástica e os feixes ("fasces", o cilindro de varas amarradas encimado por um machado que era o símbolo do poder de certos altos funcionários da Roma antiga) simbolizam o velho mundo tribal a que o nazismo e o fascismo desejavam parecer ligados, os bárbaros pagãos nas florestas da Europa Setentrional de antes de Cristo, e os antigos romanos. Enquanto a suástica é um símbolo ritual de origem incerta, muito comum nas sociedades primitivas, o feixe é imagem da severa disciplina da austera e arcaica Roma que, presumìvelmente, proporcionou a base para a posterior grandeza da cidade. Provàvelmente, não é por acidente que o símbolo da União Soviética e de seus satélites é um símbolo artificial, inventado pelos dirigentes do movimento e indicando o futuro, ao passo que os símbolos fascista e nazista eram formas antigas e herdadas que relacionavam o movimento a um passado mítico.

Na tentativa de instituição de um regime totalitário na Argentina, o apêlo simbólico pareceu ter como foco o magnetismo pessoal dos dirigentes do regime — Peron e sua espôsa, Evita. Seus retratos apareciam com a mesma freqüência com que as suásticas decoravam os edifícios nazistas ou com que a Estrêla Vermelha fulge em edifícios, lares e veículos soviéticos. Em seu uso de símbolos, o regime peronista tendeu a utilizar a inclinação religiosa de sua população, de formação étnica predominantemente latina. Assim, por exemplo, após a morte de Evita, o Partido Peronista e, em particular, o movimento sindical peronista patrocinaram um culto a Evita Peron — o símbolo vívido do Justicialismo

peronista. Tôdas as referências a Evita eram vasadas sempre no presente do indicativo — "Evita diz, Evita ordena, Evita cuida..."; seus retratos foram vendidos em todo o país como relíquias religiosas; pequenos santuários foram-lhe erigidos. *"Peron cumple, Evita dignifica"* — essas palavras, estampadas em enormes cartazes, acompanhavam o cidadão argentino onde quer que êle fôsse, recordando-lhe seus débitos para com o regime peronista.

Essa inclinação no sentido de identificar a pessoa do ditador com o simbolismo do regime tornou-se muito acentuada na URSS perto do fim da existência de Stalin. Seu septuagésimo aniversário foi o ponto de partida de um verdadeiro festival de comemorações, ofertas, panegíricos e profissões de fé que continuaram até sua morte. O trecho seguinte, extraído de uma revista soviética, não constitui, absolutamente, um caso extremo de culto à personalidade:

> **Aproximei-me do retrato de Stalin, retirei-o da parede, coloquei-o na mesa e, apoiando a cabeça nas mãos, contemplei-o e meditei. O que eu deveria fazer? O semblante do chefe, como sempre tão sereno, seus olhos tão perspicazes, penetravam na distância. Parece que seu olhar penetrante atravessa meu quarto e sai para envolver todo o globo. Não sei como eu pareceria a alguém que me olhasse naquele momento. Mas com tôdas minhas fibras, meus nervos, com todo meu sangue, sinto que, neste momento, nada existe em todo êste mundo senão êsse rosto querido e amado. Que devo fazer? "O govêrno soviético domina os inimigos do povo com mão firme..." Estas são as tuas palavras, camarada Stalin. Creio nelas religiosamente. Agora sei como agir. (267; 139).**

Após a morte de Stalin em 1953, seus sucessores começaram a desacreditá-lo como símbolo do poder soviético e em 1956, após o XX Congresso do Partido, passaram a atacá-lo abertamente como um tirano paranóico que brutalmente suprimira a "democracia partidária" nos estágios finais de seu domínio. Sentindo evidentemente que Stalin e o stalinismo eram-lhe prejudiciais e às suas relações exteriores, os sucessores de Stalin renegaram abertamente seu antigo chefe e passaram a culpá-lo por muitos crimes reais e imaginários. Ao mesmo tempo, entretanto, numa vívida demonstração do significado simbólico de um líder pessoal, os novos dirigentes soviéticos não pouparam esforços para enfatizar serem êles "fiéis" e "leais" discípulos de Lenin, que pintavam como um "gênio", um "grande chefe" e "criador do Partido Comunista". Naturalmente, uma coisa é glorificar um chefe vivo, outra glorificar um chefe morto. A campanha de glorificação de Lenin deu à liderança soviética ampla liberdade para definir o que era o leninismo, ao passo que um chefe vivo constantemente define suas próprias premissas e políticas. Nesse

sentido, a liderança coletiva soviética pôde fortalecer seu próprio apêlo amplo, ao mesmo tempo em que não limitava sua capacidade manipuladora na formulação da política.

Outro símbolo importante para todos os regimes totalitários é a imagem negativa estereotipada do inimigo. Para os nazistas, êsse símbolo eram os judeus ricos e gordos, ou os bolchevistas israelitas; para os fascistas, foi primeiro o agitador radical, depois o burguês fraco, corrupto e degenerado; para os soviéticos, é o capitalista americano de Wall Street, ameaçando com a bomba atômica e promovendo guerras; para os comunistas chineses, é o imperialista ianque e os exploradores coloniais ocidentais. Essas imagens negativas tendem a acentuar, pelo contraste, os valores positivos do regime totalitário que protege seu povo dêsses monstros perigosos e conspiradores.

Todos êsses símbolos estão intimamente relacionados ao mito. Um mito é, tìpicamente, um conto relativo a fatos passados, que lhes dá um significado e uma importância específicos para o presente e que, assim, reforçam a autoridade daqueles que detêm o poder numa dada comunidade. Podem encerrar uma lição, explícita ou implícita, para o rumo futuro dos acontecimentos. Tais mitos podem ser inventados ou podem surgir espontâneamente, mas desempenham um papel vital na ditadura totalitária. Embora não sejam, certamente, encontrados sòmente nas ditaduras totalitárias (4b), surge portanto a questão de determinar se êsses mitos totalitários têm uma qualidade específica. Êste é o caso, na verdade. São pseudo-científicos. O mito comunista repousa sôbre a noção de que sua concepção da história está além de crítica (Vd. Capítulo 7), enquanto o mito nazista alega a superioridade biológica de uma raça. Naturalmente, dificuldades consideráveis surgem quando essas idéias defrontam-se com a realidade. Êste processo foi ridicularizado por George Orwell em "1984"; encontramos um Ministério da Verdade onde os funcionários estão sempre ocupados em formular e reformular o registro do passado para ajustá-lo à situação particular e às conjunturas em que a ditadura se encontra. Isto aconteceu na vida real em grau suficiente para tornar a caricatura significativa. Quando, após a morte de Stalin, tornou-se importante realçar certos homens novos, como Malenkov, surgiram fotografias suas que os mostravam juntos do chefe falecido. Na realidade, algumas dessas fotos eram contrafações preparadas com o propósito de estabelecer um elo entre novos e os velhos dirigentes. O próprio Stalin, anteriormente, usara artifícios semelhantes para fixar o mito de que Lenin o apreciava. Felizmente, Trotsky, entre outros, cuidou que as referências desfavoráveis que Lenin às vêzes expressava com relação a Stalin não se perdessem para a posteriodade (24a; 234). Entretanto, essas falsificações não devem obscurecer a importância real que o mito tem em tôdas as sociedades políticas, inclusive as totalitárias. O mito é conseqüência de

uma resposta espontânea de homens que possuem poder e procuram autoridade e que desejam que outros, sujeitos àquele poder, aceitem-no como legítimo.

Numerosos são os mitos que desempenharam papel importante nas ditaduras. Para os soviéticos, êles estão, pelo menos em parte, incrustados nos escritos de Marx. Sendo os mitos contos, as histórias que narram são geralmente sôbre o passado ou sôbre o futuro. O *Diamat*, ou materialismo dialético, proporciona o mito chave para os comunistas. Nas palavras de Stalin, "(...) se a transformação de lentas mudanças quantitativas para rápidas e bruscas mudanças qualitativas é uma lei do desenvolvimento, então, torna-se claro que as revoluções feitas pelas classes oprimidas são um fenômeno inteiramente natural e inevitável. Por isso, a transição do capitalismo para o socialismo e a libertação da classe trabalhadora do jugo do capitalismo não pode se efetuar através de reformas lentas, mas tão sòmente por meio de uma mudança qualitativa do sistema capitalista, através de uma revolução" (199c). A idéia de que tôda a história é a história da guerra de classes faz parte dêsse mito geral do mundo comunista; a idéia de que Lenin detestava Trotsky e estava ansioso por destruir suas tramas contra-revolucionárias é um mito específico; ambos estão relacionados com o passado; ambos são mitos históricos. A idéia de que eventualmente existirá um paraíso anárquico de indivíduos numa sociedade cooperativa livre é, igualmente, um mito geral relativo ao futuro; outro mito futurista mais específico é a idéia de que a União Soviética libertará os povos que entrem em sua órbita, que abolirá as distinções de classes, etc.

No caso dos nazistas, o papel do mito foi especìficamente proclamado como constitutivo do movimento e do regime. Apoiando-se em certas noções populares desde os dias do Romantismo, Alfred Rosenberg expôs em seu livro *Der Mythos des Zwanzigsten Jahrhunderts* (O Mito do Século XX), muitas vêzes mencionado, mas raramente lido, uma doutrina racial um tanto confusa. Essa doutrina é o "mito" do século:

> A alma é a raça vista de dentro para fora. Inversamente, a raça é o exterior da alma. Despertar uma raça-alma e trazê-la à vida significa reconhecê-la como o valor supremo, e atribuir aos outros valores suas posições orgânicas sob êste valor dominante: na Estado, na arte e na religião. Esta é a missão de nosso século, criar, de um nôvo mito de vida, um nôvo tipo de homem. (171)

Com êste mito está relacionado outro, o de que os alemães, como nação culta, montam guarda contra os bárbaros eslavos aos quais, por alguma razão não explicada, é negada a condição de raça com função histórica. Um ódio infinito por tudo quanto fôsse eslavo, que também era uma forte motivação do austro-sudeto Hitler, produziu em Rosenberg,

um alemão do Báltico, as mistificações de seu livro, que hoje parecem invectivas de um louco, mas que eram tidas por todos os aderentes do movimento nazista como verdade evangélica. Contudo, o próprio Hitler admitiu que nunca lera o livro (84b). "A missão germânica" estava arraigada nesse mito rácico, que, segundo Rosenberg, tem sempre como centro uma idéia metafísica. Suas generalidades prolixas a respeito da Índia, da Pérsia e do resto dos nórdicos e arianos, à maneira de Stewart Houston Chamberlain, culminam na proposição de que a honra e a liberdade espiritual são as idéias metafísicas que dão forma ao mito germânico. Do modo típico ao mito, as incoerências gritantemente ilógicas e os completos absurdos são envolvidos por uma linguagem conscientemente mistificadora. Como o mito comunista do materialismo dialético, representam versões laboriosamente corrompidas de vulgarizadas noções hegelianas.

No fascismo italiano encontramos também um misticismo semelhante e uma ênfase consciente no mito. Um intérprete chegou ao cúmulo da incompreensão dêsse fenômeno, afirmando que "o fascismo representa um reavivamento religioso". Todavia, tendo uma concepção pragmática da religião, êsse autor acrescentou imediatamente que êle não queria dizer que o fascismo desenvolvia uma nova teologia, mas sòmente que "para milhares de jovens italianos êle era o ideal pelo qual estavam prontos a sacrificar tudo" (183). Se isto fôsse um critério válido para determinar se um movimento é de cunho religioso, poderíamos perfeitamente concluir que todos os movimentos totalitários são movimentos religiosos, pois é evidente que seus membros jovens estão dispostos a sacrificar tudo. Aliás, é essencial fazer uma distinção clara entre religião e mito político. Em outro capítulo (Capítulo 23) trataremos de religião e igrejas, mas já podemos dizer que o mito político do fascismo é a idéia da "grandeza que foi Roma", às vêzes vista como a síntese do Império Romano em seu esplendor, reforçado pela Igreja Católica Romana como sua guardiã espiritual, porém mais tìpicamente divorciada desta. O amor apaixonado de todos os italianos por sua pátria foi projetado em têrmos de conquista e violência expansionista, santificada pelas lembranças de um passado histórico. A própria história foi, no caso dos alemães, "concebida espiritualmente", isto é, igualmente distorcida e vista como girando em tôrno da Itália — a nação latina por excelência, o centro de tôda a civilização, a "luz do mundo".

Em todos os pronunciamentos de Mussolini está evidente que seu realce na fôrça criadora do mito remonta à inspiração que êle extraiu de George Sorel e Vilfredo Pareto. Em sua obra *Reflexions sur la Violence,* Sorel argumentara que o golpe geral é ou deveria ser "o mito em que o socialismo está inteiramente compreendido" (195; 42). Sorel definira êsse mito como "um conjunto de imagens capazes de evocar

instintivamente todos os sentimentos que correspondem às diferentes manifestações da guerra movida pelo Socialismo contra a sociedade moderna". Ao mito geral ligam-se mártires e heróis para torná-lo mais concreto e, conseqüentemente, sedutor.

Êsse ponto de vista fôra colocado na perspectiva mais ampla de uma concepção geral da sociedade por Vilfredo Pareto (152), que acentuou a "conduta não-lógica" como sendo característica de tal vida política (e social), e atribuiu aos mitos, dos quais examinou muitas variantes históricas, um papel essencial na atividade organizada de massa. Ainda que as aplicações práticas estivessem distantes dos interêsses científicos de Pareto, é óbvio que êle deixava implícito que um homem que queira organizar um movimento político deve criar mitos calculados para satisfazer a sêde humana de crenças metaracionais em cujos têrmos as emoções humanas possam ser canalizadas para a ação.

Vários escritores, como Charles Merriam, Harold Lasswell, e Talcott Parsons, tenderam a salientar antes os símbolos que os mitos em suas análises gerais. O trabalho de antropólogos tem levado à descoberta de "sistema de *símbolos*" que correspondem a sistemas de culturas e de valores (Vd. Capítulo 7). De fato, os mitos podem ser interpretados como símbolos. Vimos que, em certo sentido, os mitos são "imagens" que retratam o passado ou o futuro panorâmicamente. Vistos dessa forma, os mitos são "símbolos" mentais, se os tomarmos no sentido lato de "signos". Parsons observa que "até mesmo a mais elementar orientação de ação em níveis animais envolve signos que constituem, ao menos, o princípio da simbolização. Isto é inerente ao conceito de espera que envolve alguma espécie de "generalização" criada pelas particularidades de um estímulo-situação imediatamente corrente" (153b). Em outras palavras, sem signos não poderia haver orientação nem seleção de alternativas. Parsons acredita que a simbolização seja a condição necessária para o aparecimento da cultura. Sem dúvida, isto é històricamente válido. Na fabricação consciente de símbolos e de mitos por instituições que poderíamos chamar de "ministérios da verdade" do totalitarismo contemporâneo (repetidas tristemente nas atividades inescrupulosas de agitadores e propagandistas políticos em tôda parte), vemos que essa simbolização, ou seja, o processo de formação de símbolos, pode também tornar-se a condição para a destruição da cultura e para o surgimento de um "palácio de ecos" kafkiano onde tôdas as palavras e outros signos tendem a perder seu significado. Se fôr verdade que "a elaboração de sistemas humanos de ação não é possível sem sistemas simbólicos relativamente estáveis nos quais o significado não seja predominantemente contingente a situações sumamente particularizadas" (153c), poderia então parecer que as sociedades totalitárias não podem durar, pois a frenética busca da unanimidade trai uma

grande instabilidade dos símbolos (e mitos), precisamente porque o significado é predominantemente contingente às situações sumamente particularizadas com que a ditadura totalitária se defronta continuamente (Vd. Capítulo 13). Só o tempo dirá.

Uma concepção tão ampla de símbolos e mitos implica em outro perigo. Se constituições, cartas, leis, tratados e outros produtos da ordem política legal-racional forem incluídos na categoria de símbolos, daí poderá advir uma séria confusão (106b). É claro que, no decorrer do tempo uma constituição pode tornar-se *também* um símbolo. Quando um cidadão americano refere-se à Constituição, sem na verdade saber o que a Constituição dos Estados Undos diz a respeito do assunto que êle está discutindo, a "Constituição" tornou-se um símbolo de alguma vaga entidade mística, como o "americanismo", que está cercado de símbolos e mitos (55a). Entretanto, à parte êsse aspecto simbólico, coisas como constituições retêm um íntimo significativo e, com efeito, polìticamente predominante, em sua função e em seu conteúdo legal-racional, a que qualquer pessoa pode apelar. Êste fato pode ser de grande importância política em situações em que a constituição é simbòlicamente violada, pois permite àqueles que discordam dos violadores pedir-lhes contas.

Portanto, parece ser mais correto e útil limitar o significado de símbolos aos signos metaracionais, tais como monumentos e feriados dedicados aos mortos, canções, bandeiras, condecorações e uniformes, cerimônias e ritos, comícios e desfiles (133). Em tudo isso os totalitaristas progrediram mais que as sociedades tradicionais, embora nada disso falte a qualquer corpo político, como não poderia faltar. Entretanto, a exposição de dirigentes mortos, como Lenin, os feriados especiais, como o aniversário da revolução, as bandeiras especiais e uniformes complicados contribuem com sua parcela para uma simbolização maciça e eficazmente manipulada, que culmina nos grandes desfiles dos comícios do partido, na Praça Vermelha ou em Nuremberg. Poderíamos concluir êste capítulo com uma viva descrição de um dêsses desfiles.

O mais importante feriado soviético é a comemoração do Dia do Trabalho. O que se segue é uma descrição feita por um ex-diplomata norte-americano, cuja janela na Embaixada dava para a Praça Vermelha, o ponto focal dêsse ritual simbólico:

> Às 10 horas em ponto aparece o encarregado do desfile ... para cuidar que as tropas estejam prontas. "Hurras" ressoam enquanto êle as inspeciona. Segue-se um breve discurso de dez minutos, e depois disso dão-se muitos "vivas" ao Dia do Trabalho, ao Partido Comunista, ao estado soviético, e a Stalin. Vem então o desfile militar, que dura aproximadamente quarenta minutos (...) Ao mesmo tempo tem lugar a demonstração aérea (...) Durante o

dia inteiro soam os alto-falantes em tôda a cidade. Os programas variam desde o Hino Soviético" e música militar a danças tocadas em acordeons, desde imensos corais a sopranos, e como o fundo para todo êste barulho dos alto-falantes ouve-se o ruído dos participantes do desfile; as esclamações, os vivas e as canções duram oito horas a fio. No desfile pròpriamente dito não se vê muitas bandas. As roupas, os pendões e as bandeiras são multicores. Contudo, entre elas domina o vermelho (...) O túmulo [de Lenin e Stalin] pròpriamente dito é cercado por tropas da MVD ombro a ombro, constituídas principalmente por oficiais; nota-se que quando tem início o desfile e as demonstrações civis, essas tropas são reforçadas imediatamente. Essas tropas MVD são colocadas em cuidadosa formação, um pelotão olhando para dentro, o seguinte para fora — tudo isso uma dupla precaução (...) Durante todo o dia, desde as primeiras horas antes do amanhecer até muito depois do pôr-do-sol, os participantes "espontâneos" acorrem para a praça, vindo de tôdas as direções ao longo das principais avenidas e ruas laterais que convergem para o largo de alguns milhares de paralelepípedos que constituem o centro da Rússia. (175)

IV — O FLUIDO PSíQUICO: PROPAGANDA E TERROR

11

A propaganda e o monopólio dos meios de comunicações em massa

O fluido psíquico, isto é, a atmosfera peculiar da ditadura totalitária, é criada por dois fenômenos intimamente relacionados entre si — a propaganda e o terror. Visto que o terror reforça o monopólio das comunicações de massa, e com efeito, boa parte de tôdas as comunicações, a propaganda totalitária só pode ser entendida dentro dêsse contexto. Inversamente, o terror adquire sua qualidade onipresente por ser difundido através de uma contínua repetição de temas da propaganda oficial. Essa ligação entre a propaganda e o terror distingue-os de todos os fenômenos semelhantes nos sistemas de govêrno não-totalitários.

Concorda-se geralmente que o monopólio quase total dos meios de comunicação em massa é uma das características mais notáveis da ditadura totalitária. É também, como vimos, um dos aspectos que a distinguem claramente das formas anteriores de govêrno despótico. Os meios modernos de comunicação em massa, a imprensa, o rádio e o cinema, têm-se desenvolvido gradualmente e, sob condições de competição, têm sido considerados como uma condição essencial para a democracia em grande escala. Isto porque, excluindo-se a possibilidade de comunicar uma grande quantidade de informação que está além do alcance da comunidade imediata, até mesmo a participação fortuita na determinação da política, a que o cidadão do estado moderno é solicitado, seria impossível.

Nas ditaduras totalitárias, todos êsses meios de comunicação são controlados centralmente pelo govêrno, não importa se são realmente de propriedade estatal, como na União Soviética, ou se continuam a serem de propriedade "particular", como nos estados fascistas. Até mesmo máquinas de escrever foram classificadas nessa categoria, como atesta o seguinte decreto, emitido em 1950 pelo govêrno comunista na Rumânia: "Tôdas as instituições, emprêsas, lojas estatais e particulares, associações públicas ou particulares, escritórios para a cópia de documentos, e tôdas as pessoas físicas que possuírem máquinas de escrever e de duplicar, tais como, "gestettners", mimeógrafos, heliógrafos, prensas manuais, bem como materiais necessários para a duplicação múltipla, tais

como stencils, líquidos e outros materiais congêneres, ficam obrigados a registrá-los no Ministério do Interior, Administração Geral de Polícia, dentro de 30 dias após a publicação desta decisão" (244). O contrôle efetivo do conteúdo das comunicações é de competência do "estado", o que, na realidade, significa os altos funcionários do Partido, que geralmente possuem, em conseqüência de uma anterior agitação revolucionária, um considerável conhecimento no campo da propaganda.

A propaganda não é peculiaridade da ditadura totalitária. Reconhece-se cada vez mais que ela é parte integrante de tôda atividade organizacional numa sociedade de alto nível cultural. A propaganda tem sido definida de várias maneiras, dependendo em parte daquilo de que se procura distinguí-la. Deve-se observar que os soviéticos fazem uma clara distinção entre propaganda e agitação. Parte do que chamamos aqui de propaganda seria, na terminologia soviética, considerada, mais precisamente, como agitação. Para os soviéticos, a propaganda está adstrita a um apêlo mais refinado, racional, documentário, projetado mais para convencer que para induzir. A agitação tende a ser mais veemente, movimentada, e geralmente visa as massas. Daí as freqüentes referências na imprensa soviética à agitação de massa. Já se disse que "propaganda é a opinião do alheio". Na mesma linha de uma definição tão superficial, muita gente tem a propaganda na conta de algo essencialmente falso. Entretanto, nenhum propagandista digno dêsse nome preferirá uma falsidade a uma verdade, se a verdade convier a seu propósito. Êste é o teste vital de tôda propaganda: ela cumpre seu propósito? E qual é seu propósito? As necessidades, interêsses e exigências da organização para a qual trabalha o propagandista determinarão a resposta a essa pergunta. Tratando-se da Cruz Vermelha, o "propósito" poderá consistir em angariar contribuições; tratando-se de uma revista semanal, colhêr assinaturas. O último exemplo demonstra que a propaganda, sob condições de competição, assemelha-se à publicidade; hoje em dia ambas são chamadas comumente por um eufemismo, "relações públicas". Em resumo, a propaganda relaciona-se essencialmente à ação; visa fazer com que as pessoas façam ou não certas coisas. Êsse foco de ação pode ser bem visível ou estar oculto. Mas sempre existe e precisa ser investigado, se desejarmos compreender a propaganda. E, visto que a propaganda é executada em benefício de uma organização, é igualmente importante averiguar quem a financia. Por isso, muitos propagandistas mostram-se relutantes em revelar a fonte de seus recursos. (58a)

Nas ditaduras totalitárias, pràticamente tôda a propaganda visa manter no poder o partido que a controla. Isto não significa, contudo, que não haja muitos conflitos violentos entre propagandistas rivais. Como será mostrado posteriormente, a integração final da ditadura totalitária não exclui

a ocorrência de muitas lutas intestinas; pelo contrário, dá a essas lutas uma ferocidade e uma violência raramente vistas em sociedades mais livres. Essa questão dos elementos componentes rivais na sociedade totalitária particular causa problemas dificílimos para a direção geral da propaganda. O propagandista freqüentemente tem de optar entre tais grupos rivais. (No Ministério de Propaganda e Esclarecimento Público de Goebbels, essas reivindicações rivais até certo ponto se manifestaram na organização de um "centro", isto é, de diversos escritórios que investigavam diferentes setôres da população e assim espelhavam os conflitos.) (38a).

As provas documentais dadas a público depois da guerra tendem a corroborar as primeiras concepções concernentes ao mecanismo interno da organização de propaganda de Goebbels (193a). Não há nenhuma necessidade de entrarmos nas minúcias da organização aqui, mas alguns aspectos importantes merecem um breve comentário. Talvez o aspecto mais importante dêsse contrôle "monopolista" fôsse o dualismo de govêrno e partido. Cada um possuía sua elaborada organização de propaganda, chefiadas pelo Dr. Goebbels, que teve êxito em manter certa coordenação efetiva. De modo geral, porém, é de parecer que o Ministério de Propaganda e Esclarecimento Público e o escritório de propaganda do Partido estivessem coordenados. Funcionários chave do Ministério, entretanto, que mantinham o mais acirrado antagonismo a Goebbels, o chefe de imprensa do govêrno de Hitler, ocupavam também altos postos na máquina de propaganda do Partido, e essa "união pessoal" estendia-se bastante. A relação foi descrita da seguinte forma:

> **A tarefa do Ministério de Propaganda dentro da máquina de contrôle e formação da opinião pública poderia ser comparada com a de um Ministério da Guerra. Ele coordena, planeja e é responsável pela execução perfeita de todo o esfôrço de propaganda do govêrno alemão. O Departamento de Propaganda do Partido, por outro lado, pode ser comparado ao Estado-Maior de um exército, o qual realmente dirige operações e tropas e organiza as fôrças e seus suprimentos e munições. (193b).**

Por esta e outras provas depreende-se que as duas organizações tinham funções diferentes no regime, comparáveis à diferença entre partido e govêrno. A ousadia agressiva de um dirigente do movimento Nacional Socialista era uma qualidade que se exigia de Goebbels tanto quanto cautela enérgica a um alto funcionário do govêrno. Concorda-se geralmente que a arma mais importante de Goebbels no planejamento e coordenação de tôdas as atividades esparsas de suas duas organizações era a Divisão de Coordenação do Ministério. Aqui se centralizava o conflito entre as exigências antagônicas das duas organizações; aqui, se possível, essas

dificuldades eram solucionadas pelos funcionários chave da Divisão, ou, se necessário, pelo próprio Goebbels. Mas nunca era fácil juntar os vários fios divergentes da máquina de propaganda, e as dificuldades experimentadas pelo Ministério de Propaganda refletiam as tensões de cada momento. Êsse problema sempre existe quando há um contrôle monopolista total.

O mesmo problema, muitas vêzes de forma agravada, se depara ao propagandista totalitário no campo das relações exteriores. Embora êle desfrute da vantagem de controlar todos os canais de informação para outros países, sofre a clara desvantagem de ter pouca *chance* de assegurar a confiança dos povos estrangeiros, inclusive seus próprios govêrnos, quanto a qualquer informação que lhe chegue a respeito do país. Hitler mostrou uma considerável consciência dessas dificuldades. Numa ocasião, falando num círculo de amigos, observou que se deveria traçar uma nítida distinção entre o tratamento dado à imprensa nacional e à estrangeira. As mensagens radiofônicas para o exterior devem ser igualmente diferentes. Tais mensagens, se dirigidas à Grã-Bretanha, deve encerrar ofertas musicais, pois agradam ao gôsto britânico e habituariam o público a sintonizar para as transmissões alemãs.

> Com referência a boletins noticiosos para a Grã-Bretanha, limitar-nos-emos à mera exposição dos fatos, sem tecer comentários sôbre sua importância (...) Como diz o velho ditado, gotinhas d'água acabarão por furar a pedra. (84d).

Goebbels acrescentou que a opinião das pessoas que tinham confiança em sua liderança poderia ser aumentada efetivamente mediante claros e inequívocos julgamentos. Recomendou, por isso, que nas mensagens dirigidas ao povo alemão fôssem sempre feitas referências ao "bêbedo Churchill" e ao "criminoso Roosevelt".

Essa tentativa de criação de estereótipos do inimigo foi desenvolvida a um ponto extremo na propaganda soviética. Todos os debates e representações pictóricas do inimigo acentuam algum traço ou característica que sugere a alegada natureza criminosa ou a intenção maléfica do inimigo. Operando numa imensa escala e dirigindo seu apêlo às grandes massas do povo soviético, a propaganda soviética esforça-se por apresentar uma imagem simples, sem requintes e acentuadamente negativa, de maneira a criar o reflexo condicionado politicamente desejável naqueles a que visa.

Durante a guerra, por exemplo, o epíteto "hitlerista" era geralmente associado a têrmos como "verme" ou "fera", muitas vêzes com ilustrações correspondentes. A campanha anti-americanista, da mesma forma, tendeu a limitar-se a certos têrmos gastos, como "provocadores de guerra", utilizando

assim o mêdo de guerra do povo soviético. *Krokodil,* a revista de "humor", tornou-se uma galeria de vários tipos criminosos, de rostos ferozes, vestidos em uniformes do exército americano ou com casacas e cartolas, os dedos pingando sangue e segurando ameaçadoramente uma bomba atômica. Êsses excessos contra nações estrangeiras também causam consideráveis dificuldades. Por isso, na propaganda exterior, a União Soviética nunca deixa de fazer distinção entre o povo pròpriamente dito e os dirigentes, que são aquêles que se ajustam ao estereótipo.

O contrôle quase total de todos os meios de comunicação de massa dá à ditadura totalitária a imensa vantagem de poder alterar seu ponto de vista radicalmente a pequenos intervalos. Isto é de especial utilidade no campo das relações exteriores. Após o Pacto Hitler-Stalin de 1939, os propagandistas nazistas e comunistas passaram sùbitamente a acentuar os traços comuns a êsses regimes "populares" e seu contraste com as "pluto-democracias" do Ocidente. Vários pontos foram destacados a êsse respeito — como o fato de russos e alemães serem ambos "jovens" e "vigorosos", em contraste com a decadência do Ocidente. Ainda mais extraordinário foi a reviravolta em relação à Stalin. Tais inversões completas na linha propagandística oficial são inconcebíveis sob condições de competição. Note-se, a êsse respeito, que embora essas inversões possam ter êxito na União Soviética, elas tendem certamente a provocar crise no movimento comunista em outros países. Muitos comunistas, inclusive alguns que ocupavam cargos importantes, abandonaram o campo bolchevista no passado e podem fazê-lo novamente. Após o Pacto Hitler-Stalin, vinte e um congressistas comunistas franceses, de um total de setenta e dois, abandonaram o partido (14). Da mesma forma, simpatizantes nazistas em vários países, principalmente nos Estados Unidos, ficaram profundamente chocados e as atividades anti-nazistas foram auxiliadas por causa dessa mudança.

Ocorreu justamente o contrário quando Hitler decidiu sùbitamente invadir a União Soviética no verão de 1941, baseando-se num pretexto dos mais fúteis. Verificamos que Hitler estava muito satisfeito com seu sucesso no desempenho dêsse salto mortal. "Sinto-me orgulhoso de ter conseguido, com êsses poucos homens, [êle próprio, Goebbels, e alguns auxiliares] mudar o rumo em 180.º. Nenhum outro país poderia fazer o mesmo" (86b; 84e). Nesse caso, sabemos pela documentação surgida após a guerra que seu efeito sôbre a opinião pública alemã foi muito variada. Pois, enquanto alguns homens que haviam se mostrado anteriormente alheios decidiram que numa luta de vida ou morte com o comunismo deviam apoiar Hitler, outros concluíram que as cartas estavam na mesa e uniram-se ao que se tornou um movimento oposicionista perigoso e de grande envergadura. Uma aná-

lise desapaixonada sugere que não foi tanto a propaganda, como os próprios fatos, que tiveram o maior efeito (174a; 39a).

Êsse exemplo serve para ilustrar o que é, provàvelmente, um dos aspectos mais importantes de tôda a propaganda totalitária. O fato de haver um contrôle monopolista dos meios de comunicação provoca gradualmente no público um profundo descrédito em tôdas as notícias e outras espécies de informação. Como as pessoas não têm outra fonte de informações, surgem constantes ondas de boatos, bem como cria-se uma decepção geral. E como o homem não pode pensar sem ter alguma informação válida em que basear seu pensamento, o público tende a se tornar alheio a tôdas as questões gerais. Por sua vez, isso leva a um fenômeno que será discutido mais amplamente adiante, que podemos chamar de "o vácuo" que envolve gradativamente a liderança. Ao estilo de Harun al-Raschid, que a lenda conta ter passeado por Badgad à noite disfarçado para saber o que ocorria, as ditaduras totalitárias têm tentado romper êsse vácuo por meio de vários artifícios. Os registros da Gestapo recém-descobertos contêm muitos "relatórios" prestados por funcionários locais da Gestapo sôbre a marcha da opinião pública. Alguns dêsses relatórios são estimativas muito realistas, que mostram como a propaganda falhava como meio efetivo de contrôle público. Diziam às vêzes não haver nem um por cento de cidadãos dignos de confiança.

Dispõe-se de poucas informações dêsse tipo com relação à URSS. Contudo, alguns documentos soviéticos, inclusive relatórios da polícia secreta, caíram em poder do Ocidente e nos permite uma visão limitada. O fato mais curioso a respeito dêsses relatórios da polícia secreta é sua sinceridade quase total. Relatórios sôbre declínio do moral entre o pessoal do partido, ou sôbre atitudes hostis em relação a políticas soviéticas específicas, ou relatos de reações particulares entre trabalhadores ou camponeses a uma dada medida, foram feitas, segundo a informação disponível, de uma maneira muito crua, em que pouco ou nada se tentou suavizar os fatos com uma roupagem mais aceitável. Desde que êsses relatórios não sejam casos únicos de precisão (e não há razão para acreditar que sejam), e desde que recebam a atenção que merecem, o regime soviético poderá, sempre que desejar, avaliar a receptividade da população à sua propaganda com um elevado grau de exatidão. Somos levados a imaginar se as modificações ocorridas na URSS após a morte de Stalin não foram, pelo menos em parte, motivadas por relatórios a respeito do descontentamento com o regime. Não resta dúvida de que a população soviética de hoje é muito menos espontânea em suas expressões e reações que a geração passada. Isto, naturalmente, torna o trabalho de pesquisa de opinião pública menos digno de crédito.

Goebbels não desconhecia absolutamente as dificuldades que confrontava. Nos "Diários de Goebbels", publicados por Louis Lochner depois da guerra (67), o problema é um tema sempre presente. Mostram também como êle sabia explorar as idéias estapafúrdias que estavam sendo ventiladas pelos Aliados com referência ao povo alemão de modo geral, especialmente a exigência de rendição incondicional. À medida que se acumulavam os fatos palpáveis do êxito da guerra aérea dos Aliados contra a Alemanha, a fórmula de "rendição incondicional" tornou-se uma das poucas armas de propaganda a que era possível recorrer. Outra possibilidade foi a que surgiu com a apresentação do "Plano Morgenthau" em Quebec, em setembro de 1943. Mas não foram sòmente os Aliados ocidentais que proporcionaram armas de propagandas desesperadamente necessárias; a União Soviética, exigindo que dez milhões de alemães fôssem fornecidos para a reconstrução na União Soviética, permitiu a Goebbels observar: "Exigências como essa são ótimas para nossa propaganda. Agitam profundamente a opinião pública alemã. A idéia de que nossos soldados poderiam não voltar para casa, tendo de permanecer na União Soviética para trabalhos forçados é terrível para tôdas as mulheres e mães. O povo alemão preferiria lutar até o último alento" (67a). Note-se, de passagem, que isto é uma ilustração do fato que observamos acima: um propagandista prefere uma boa verdade à melhor mentira (*). Entretanto, apesar dêsses auxílios, a tarefa da propaganda tornava-se cada vez mais desesperada à medida que a guerra continuava. O que fêz Goebbels continuar foi, evidentemente, o fato de êle acreditar na capacidade do *Führer* em impedir o desastre, pelo menos até o fim de 1943.

Otto Dietrich descreveu as dificuldades resultantes da hostilidade de Hitler à imprensa. Isto contrastava curiosamente com a avidez com que Hitler lia reportagens estrangeiras. (38b). Mas embora elas lhe fôssem trazidas quase de hora em hora, não conseguiam influenciar suas maneiras de expressão e seus temas básicos de propaganda. É interessante notar que Dietrich acredita que êsses temas prejudicavam o regime. Seus comentários indicam um típico choque de idéias entre o propagandista profissional e o ideólogo, educador ou fanático do Partido, preocupado não com a sobrevivência do movimento totalitário, mas com seu progresso. Os comentários de Dietrich são tão reveladores que merecem serem citados na íntegra:

(*) Outra indicação dêsse fato, na década de cinqüenta, foi a exploração feita pelos soviéticos na Polônia e na Tchecoslováquia da relutância norte-americana em abrir mão de algumas reivindicações territoriais na Alemanha Ocidental. Isto deu aos soviéticos uma vantagem publicitária que os Estados Unidos têm continuamente subestimado.

> Naquela época eu estava firmemente convicto de que uma Alemanha nacional socialista poderia viver em paz com o mundo, se Hitler tivesse sido moderado em seus atos, tivesse subornado o radicalismo internamente, e tivesse no exterior uma propaganda objetiva que levasse em conta os interêsses de outras nações. As demonstrações de provocação, que atingiram um grau desnecessário (...) os excessos anti-semíticos, instigados e tolerados e a propaganda mundial de Goebbels, materializadas no tom e no conteúdo de suas demonstrações no Sportpalast, eram psicològicamente inadequadas para conquistar no exterior apoio para a Alemanha nacional socialista e fazer outras nações reconhecerem o que havia de bom no nacional socialismo. Essas explosões ofensivas e rudes influenciaram decisivamente a opinião pública mundial contra a Alemanha logo depois de 1933. (38c).

É provável que Dietrich tenha razão, mas êle despreza o fato de que Hitler não estava interessado principalmente no povo alemão — fato que reconhece em todos os outros momentos — mas que era motivado fundamentalmente por sua missão totalitária, como a concebia, e para isso o povo alemão servia de mero instrumento.

Outra característica importante da propaganda totalitária é sua onipresença, que é, naturalmente, conseqüência direta do monopólio da propaganda. Não só os membros do partido e as massas mais ou menos indiferentes, mas até mesmo os adversários mais ou menos determinados do regime são vitimados por seu clamor insistente, pela repetição interminável das mesmas frases e das mesmas alegações. Um padrão geral de pensamento, quase uma maneira de pensar, mostra-se cada vez mais irresistível à proporção que o regime continua no poder. Um médico alemão, que por quase dez anos foi prisioneiro dos russos e que trabalhou em vários campos de concentração onde estavam detidos inimigos políticos do regime, publicou em 1954 um relato muito lúcido de suas observações. Observa êle a extensão em que inimigos declarados do regime pensam em têrmos da terminologia característica do marxismo-leninismo (201a).

Com efeito, aquêles que têm tido ocasião de entrevistar-se com ex-cidadãos soviéticos, observam freqüentemente que até mesmo aquêles que professam a mais violenta hostilidade ao regime soviético mostram propensão para raciocinar segundo os padrões que lhes foram inculcados por aquêle regime. Suas atitudes em relação a questões como liberdade de imprensa ou o sistema partidário inclinam-se muitas vêzes a refletir, mesmo por contradição ou negação, a propaganda soviética oficial. Semelhantemente, em questões como emprêgo de vocabulário, palavras que trazem em si uma carga de valores emocionais derivados da propaganda são usadas como parte de seu vocabulário cotidiano. Dessa forma, essas

pessoas atuam inconscientemente como propagandistas do regime que abominam.

Êste êxito singular da propaganda totalitária resulta da constante repetição. A imprensa, o rádio, a agitação verbal e a propaganda soviéticas funcionam incessantemente, suplementando as atividades do Partido e do Konsomol e o sistema de treinamento de orientação ideológica (89a). Os jornais soviéticos, de contrôle central, repetem dia após dia os temas políticos fixados pelo *Pravda,* o órgão do Comitê Central do PCUS, e pelo *Izvestia,* o órgão do Conselho de Ministros. O próprio *Pravda,* que tem uma circulação bem superior a três milhões de exemplares, é lido e estudado em tôda a União Soviética, especialmente nas células do Partido, onde sua leitura é obrigatória. Os jornais locais, muitos dos quais têm tiragens de várias centenas de milhares de exemplares, como o *Radvans'ka Ukraina* e o *Leningradskaia pravda,* repetem os pontos essenciais do diário de Moscou, muitas vêzes republicando seus editoriais e comentários. A imprensa local às vêzes recebe também instruções especiais a respeito do tratamento a ser dado às notícias e sôbre a seqüência em que as diversas declarações dos dirigentes devem ser apresentadas. Após a "demissão" de Malenkov em fevereiro de 1955, por exemplo, a Rádio de Moscou emitiu tais instruções especiais para todos os jornais do interior. Além dos dois diários centrais, existe um grande número de jornais especializados para a juventude, sindicatos, fôrças armadas e outros setôres da população, publicados centralmente e distribuídos para tôda a URSS. Todos êsses jornais, com uma tiragem conjunta de mais de quarenta e sete milhões de exemplares, desempenham um papel importante no processo soviético de doutrinação (255).

Êste processo é apoiado pelos outros dois meios básicos de propaganda e doutrinação: o rádio e a agitação pessoal. O rádio, que conta com uma audiência estimada de aproximadamente quarenta milhões de pessoas, dedica, naturalmente, grande parte de suas transmissões a assuntos políticos (89b). Uma estimativa digna de confiança calcula o tempo dedicado a transmissões políticas e científicas em 28 por cento da programação da rádio central. Uma das transmissões radiofônicas mais importantes de Moscou é a leitura matutina (7 horas da manhã) do editorial do *Pravda,* retransmitida simultâneamente por tôdas as outras estações soviéticas (245a). As publicações do sistema radiofônico soviético admitem francamente a importância política do rádio, como atesta a seguinte declaração:

> O rádio auxilia consideràvelmente a educação comunista dos trabalhadores. É um dos meios mais importantes de disseminar informação política, de divulgar as idéias triunfantes do marxismo-leninismo, de popularizar as técnicas agrícolas e industriais mais avançadas e as realizações da cultura, da ciência e da arte soviética. (274)

Os programas de notícias e de leitura de editoriais, particularmente, são preparados para complementar a cobertura da propaganda pela imprensa e para destacar os pontos importantes nos temas propagandísticos. Raramente as notícias do exterior recebem pronta divulgação, e são dadas geralmente sob forma de comentário. Além disso, é fomentada a utilização de sistemas de rádio-difusão, que operam à base de transmissão por meio de fios e que, portanto, são inúteis para a captação de emissoras não-soviéticas. Isto, naturalmente, assegura um completo monopólio de todo o sistema radiofônico soviético, e aproximadamente 70 por cento de todos os aparelhos na URSS são dêsse tipo (89c). Aparelhos semelhantes estão sendo introduzidos atualmente nos países satélites da Europa Central.

O terceiro meio básico de propaganda, que, de certa forma, é o mais importante, é a agitação pessoal, direta. Envolve milhões e milhões de agitadores, alguns trabalhando em regime de tempo integral, outros durante campanhas especiais; organizam reuniões em massa, fazem conferências, visitam famílias, distribuem literatura especializada, formam grupos de estudo e debate e, de forma geral, tentam atrair todos para participação ativa no processo de doutrinação. O número estimado de agitadores regulares orça pela casa dos dois milhões, havendo assim um agitador para cada duzentos cidadãos soviéticos (inclusive crianças) (89d). Em certo sentido, essa doutrinação em massa constitui uma tentativa de conduzir um processo de "lavagem cerebral" em escala nacional, a que sòmente muitos poucos escapam. É dêsses processos de propaganda, bem como do sistema de treinamento educacional, que o regime depende para a realização da integração ideológica total de seu povo. Êsses são os instrumentos de condicionamento mental que são usados pelo govêrno para produzir uma geração de verdadeiros totalitaristas, que pensem e ajam da mesma maneira.

O aspecto correspondente das técnicas de propaganda nazistas e fascistas era a ênfase dada à palavra oral. O próprio Hitler defendeu ardorosamente êsse método em "Minha Luta", e êle se tornou uma política chave das operações de Goebbels. Tôda uma seção da máquina de propaganda do partido era dedicada ao treinamento de oradores e havia um esfôrço deliberado para que fôsse empregada a oratória em lugar de comunicações escritas. Milhares de homens eram assim treinados para imitar Hitler no desenvolvimento da técnica de instigar a massa, com suas explosões emocionais e na violência contra os judeus, os marxistas e os criminosos novembristas.

Sob todos os aspectos, o sistema de propaganda e de comunicação em massa desenvolvido nas sociedades totalitárias é de importância crucial para a manutenção do regime. É de duvidar que o sistema pudesse mesmo funcionar sem o terror, mas não resta dúvida de que, da maneira que fun-

ciona, é de tôda eficiência. Num sentido muito literal, êle desumaniza os indivíduos, privando-os de pensar e julgar independentemente..

12

A educação como doutrinação

Ao estudar a estrutura do partido, mostramos como a organização totalitária se estende aos jovens e até mesmo às crianças. Konsomol, Juventude Hitlerista ou Balilla, tôdas procuram organizar e doutrinar a criança na idade mais tenra possível. Entretanto. além disso, os totalitaristas também transformam uma parte substancial do próprio processo educacional em uma escola para sua espécie particular de ideologia. Todo o processo educacional serve aos esforços de propaganda do regime e é deturpado para êsse propósito cada vez mais à medida que a natureza totalitária da ditadura se revela. Isto é fato comprovado, muito embora o sistema educacional, principalmente em níveis superiores, proporcione um refúgio importante para dissidentes, e funcione como um "grupo de isolamento", que oferece certa oposição. Estudaremos posteriormente êsse aspecto da educação (Vd. Capítulo 24). Neste capítulo desejamos considerar seu funcionamento como técnica para "fabricação" de fascistas ou de comunistas.

Contudo, ao se apreciar a atividade totalitária nesse campo, é importante lembrar que, até certo ponto, isto também se verifica em tôdas as sociedades políticas. Num estudo famoso, Charles Merriam explorou êsse problema em suas várias ramificações e empreendeu a formulação de certas generalizações (132). É óbvio que tôdas as sociedade políticas devem instilar em seus cidadãos amor à pátria e às suas instituições a fim de gerar aquêle grau de lealdade sem o qual não pode haver uma cooperação efetiva. E visto que nenhum regime político pode existir sem um certo grau de cooperação efetiva da maioria de seus membros, o desenvolvimento dessa lealdade tem preocupado todos os govêrnos. Isto foi salientado por Aristóteles, que devotou algumas páginas de sua "Política" a essa "formação de cidadãos". Entretanto, há uma diferença, vital entre empregar o sistema educacional para desenvolver nos jovens a capacidade e a inclinação de "pensar por si mesmos", como diz a frase convencional, e empregar a educação com o propósito de fazer com que todos que caiam sob suas garras pensem idênticamente. Não resta dúvida de que, freqüentemente, programas de educação cívica nos países livres mostram propensão para ultrapassar os limites sugeridos por êsse con-

traste. As organizações patrióticas com freqüência procuram deturpar o processo educacional, até mesmo nas democracias, fazendo-o ministrar alguma doutrinação propagandística, "para desenvolver uma fé ardente", ou de alguma outra maneira restringir a livre pesquisa e confiná-la aos limites de alguma ortodoxia política (ou religiosa) particular. Mas essas atividades, no mais das vêzes são percebidas e, ainda que possam prevalecer temporàriamente sob o impacto de uma crise de guerra, são finalmente repudiadas pela maioria dos cidadãos.

No caso das ditaduras totalitárias, essa rejeição não é possível. Tanto professores como alunos são submetidos continuamente às pressões oriundas da máquina totalitária. E quando, no decorrer do desenvolvimento de uma ditadura totalitária, um número crescente de professores envolve-se no movimento, muitas vêzes através de recrutamento formal pelo próprio partido, a distinção entre educação e propaganda torna-se cada vez mais vaga, pelo menos no que diz respeito aos amplos aspectos de instrução moral e social (28). Tal qual a ideologia, a educação transforma-se numa arma do partido, que reserva a si a definição do que seja a verdade. Êste processo chegou ao máximo no interêsse de Stalin pelo idioma. Em seu livro *Marksizm i voprosy iazykoznaniia.* Stalin rejeitou inteiramente a doutrina oficial soviética da lingüística, válida até então, tachando-a de "não-marxista". Até a declaração de Stalin em 1950, a linha oficial, enunciada pelo acadêmico N. Ya. Marr, era a de que o idioma fazia parte da superestrutura derivada da base econômica. Assim, a língua estava sujeita ao mesmo processo de desenvolvimento dialético. Stalin declarou que, pelo contrário, a língua era um fenômeno independente, que não devia ser confundido com a superestrutura. Os propagandistas do Partido, aproveitando imediatamente a deixa, declararam que a língua russa era a língua internacional da era do socialismo, da mesma forma que o latim, o francês e o inglês haviam sido as línguas universais de épocas passadas. Do mesmo modo, no caso das teorias de Lysenko, hoje negadas, foi através da intervenção oficial do regime, especialmente na pessoa de Zhdanov, que uma obsoleta abordagem ecológica à biologia foi proclamada como a que ajustava ao marxismo. A tentativa de obrigar vários campos da cultura a se ajustar à ortodoxia do partido, teve, naturalmente, efeitos deletérios seríssimos sôbre o sistema educacional. O mesmo ocorreu com a alegação nazista de que a teoria da relatividade era um desvio "judeu" da verdade, e de que certas tendências da matemática e da física moderna, não se falando da biologia, deviam ser rejeitadas por estarem em conflito com o mito rácico da ideologia oficial.

A fim de que se possa fazer um sistema educacional atender a essas diretrizes metarracionais, é necessário organizá-lo em rígida subordinação à hierarquia oficial. Além da burocratização geral, característica de tôda sociedade moderna (Vd. Capítulo 17), faz-se necessário obrigar todos os profes-

sores a se filiarem ao partido ou a organizações correlatas, como a União Nacional Socialista de Professores, a Associação Fascista de Professores ou as agremiações profissionais soviéticas de trabalhadores acadêmicos. Contudo, mais importante ainda é cuidar que todo o sistema educacional seja permeado pelo "espírito" do movimento. Desde à escola primária até à universidade, o sistema deve responder aos apêlos propagandísticos da cúpula, à medida que a ideologia oficial é adaptada e elaborada. Ao mesmo tempo, o sistema deve estar organizado no sentido de criar o "homem soviético", o "nôvo homem", que seria uma projeção idealizada de certos aspectos chaves da ideologia, como o trabalhador consciente de classe no regime soviético ou o "guerreiro" nos regimes fascistas (60; 6; 109b). Essa noção da flexibilidade infinita dos seres humanos constitui, naturalmente, uma importante premissa da ênfase totalitária na educação como um instrumento à distância da propaganda (58b).

A estrutura do sistema educacional na União Soviética sofreu mudanças consideráveis após a primeira fase pós-revolucionária. Os primeiros ideólogos, Lunacharsky especialmente, estavam arrebatados por um entusiasmo genuíno por reformas educacionais, que se assemelhavam às que se tornaram conhecidas em todo o Ocidente como "educação progressiva". Acreditavam em libertar a criança dos grilhões da autoridade tradicional, e esperavam que um sistema de completa liberdade escolar fôsse adequado para a formação do futuro cidadão soviético. Sidney e Beatrice Webb, êles próprios compromissados com êste progressivismo ocidental, escreveram a respeito dessa primeira fase do esfôrço educacional soviético. Ela se combinou a uma vigorosa campanha contra o analfabetismo, que constituíra um aspecto lastimável da autocracia czarista (224b). É evidente, em retrospecto, que essa fase da educação soviética é anterior à consumação da ditadura totalitária na URSS.

Essa fase foi marcada por um espírito de revolta contra as tradições disciplinares das escolas czaristas e teve como conseqüência o esfacelamento da autoridade escolar. Dar independência ao aluno era considerado o melhor método de inculcar senso de responsabilidade no jovem; a autoridade do professor era tornada mínima, os trabalhos em casa e os exames foram abolidos e em muitas escolas prevalecia um estado de semi-anarquia. Contudo, essa fase um tanto destrutiva logo terminou em 1923 e a ela seguiu-se uma era igualmente mal sucedida de experimentação organizada concebida para criar um processo educacional tìpicamente soviético. A nova educação soviética deveria ser uma manifestação das novas relações de classes que prevaleciam na URSS, e, por isso, devia favorecer as classes trabalhadoras. Generalizaram-se práticas discriminatórias contra os filhos de trabalhadores liberais, ex-aristocratas e outros. Ao mesmo tempo, foram envidados esforços para dar à criança os benefícios da

educação política na menor idade possível. Até mesmo crianças de jardim de infância deviam participar de estudos que envolviam, por exemplo, a relação entre as fôrças armadas e a burguesia, etc. Disciplinas tradicionais, por outro lado, eram negligenciadas (71; 209, 232).

A grande transformação ocorreu em princípio da década de trinta. Constituiu uma parte do processo geral de totalitarização, marcado pelos expurgos, pela coletivização e pela supressão da oposição. Teve lugar, ainda, durante uma tremenda expansão dos meios educacionais, como indicam os números seguintes, referentes à matrícula em cursos primários e secundários: 1914, 7.800.000; 1928, 11.952.000; 1939, 32.000.000; 1950, 33.000.000; 1954, 39.000.000 (37).

O número de professores também cresceu ràpidamente: 1914/15, 23.007; 1938/39, 1.270.164 (286a). Em 1932 o regime já reconhecera o fracasso de suas experiências educacionais e deu meia-volta. Os quadros docentes foram reestabelecidos, numa tentativa de dar à profissão acadêmica maior prestígio, os salários aumentaram ràpidamente, matérias tradicionais (como história e literatura) reapareceram, o Konsomol foi convocado para ajudar a afirmar a autoridade do professor, e o processo de educação política foi racionalizado. Em níveis inferiores, foi abandonado inteiramente, recebendo ênfase crescente nos cursos superiores. Em 1938 foi publicada a "História do PCUS", sub-intitulada "Curso Breve", uma extraordinária contrafação do passado, tornando-se estudo obrigatório para os estudantes mais adiantados. Os expurgos removeram de suas funções muitos professores não filiados ao Partido e os outros tornaram-se inteiramente sujeitos ao contrôle partidário através das associações profissionais de professores. A atmosfera interna das escolas passou a se caracterizar por uma disciplina das mais rígidas e por um profundo respeito ao professor como representante do Estado. Com efeito, um ginasiano norte-americano ficaria surpreso com os regulamentos que governam seu colega soviético, segundo o decreto da República Socialista Soviética Confederada Russa, de 2 de agôsto de 1943, que reproduzimos na íntegra.

Todo estudante é obrigado a:

1. Estudar com pertinácia e persistência a fim de se tornar um cidadão culto e educado e tão útil quanto possível à Pátria Soviética.
2. Estudar com aplicação; comparecer às aulas regularmente; não chegar atrazado à escola.
3. Obedecer irrestritamente às instruções do diretor da escola e dos professores.
4. Comparecer à escola com todos os livros e material de escrita necessários; estar inteiramente pronto para a aula antes da entrada em classe do professor.

5. Comparecer à escola limpo, com os cabelos bem penteados e vestido corretamente.
6. Conservar sua carteira limpa e em ordem.
7. Entrar na sala de aula imediatamente após o sinal e ocupar sua carteira (só com a permissão do professor o estudante pode deixar ou entrar na sala durante a aula).
8. Dentro da sala de aula sentar-se ereto, não debruçar-se sôbre os cotovelos, escutar com atenção às explicações do professor e as respostas de outros estudantes, não conversar e não se distrair com assuntos estranhos à aula.
9. Quando o professor ou o diretor da escola entrar ou sair da sala, cumprimentá-lo pondo-se de pé.
10. Ao responder ao professor, levantar-se, manter-se ereto [êste ítem e o n.º 9 também se aplicam aos estudantes universitários], e só sentar-se com permissão do professor; levantar a mão quando desejar dar respostas ou fazer perguntas.
11. Registrar num caderno os deveres dados pelo professor para o dia seguinte e mostrar êsse registro aos pais; fazer os trabalhos de casa inteiramente sòzinho.
12. Demonstrar respeito pelo diretor e pelos professores; encontrando o diretor da escola ou um professor na rua, saudá-lo respeitosamente, os rapazes levantando o chapéu.
13. Ser cortêz com os mais velhos, proceder com recato e decência na escola, na rua e em público.
14. Não empregar palavras rudes, não fumar; não praticar nenhum jôgo a dinheiro ou por objetos de valor.
15. Cuidar do patromônio escolar; cuidar também da propriedade sua e de seus colegas.
16. Ser atencioso e prestativo para com pessoas idosas e crianças, com pessoas fracas ou doentes, dar-lhes passagem e lugar, auxiliá-los de tôdas as maneiras possíveis.
17. Obedecer aos pais e ajudá-los a cuidar dos irmãos e irmãs menores.
18. Conservar o quarto limpo, e manter roupas, sapatos e roupa de cama em boas condições.
19. Guardar sempre com cuidado o boletim escolar, não o entregar a outras pessoas e exibí-lo sempre que solicitado pelo diretor ou por um professor da escola.

20. Proteger a reputação de sua escola e de sua turma tanto quanto a própria.

Os estudantes são passíveis de punição, inclusive expulsão, no caso de violação dessas regras. (33; 103a)

Destarte, a atmosfera reinante no sistema escolar foi corrigida para estar de acôrdo com a ênfase geral dada à disciplina, tão característica nas sociedades autoritárias.

Mais recentemente, segundo as instruções expressas no XIX Congresso do Partido, maior ênfase tem sido dada ao treinamento técnico e profissional, em detrimento de literatura e humanidades (284). Ao mesmo tempo, o regime deixou bem claro que nem todos os estudantes secundários podem esperar seguir cursos superiores após a conclusão de seus estudos. Pelo contrário, segundo a tendência iniciada em 1940, a admissão a institutos de ensino superior tem-se tornado cada vez mais difícil, não só devido à introdução de anuidades como também por causa da elevação dos níveis educativos exigidos pelos vestibulares (*). Na URSS não faltam candidatos para educação superior e seria perigoso para todos os estudantes orientarem-se puramente em têrmos de uma educação superior acadêmica. As escolas devem inculcar nos estudantes "um desejo de se unirem às fileiras dos trabalhadores" (262a) e atualmente muitos dos que se formam em escolas secundárias são enviados diretamente para a indústria ou para a agricultura. Isto ocorre principalmente nas regiões agrícolas, onde muitos estudantes completam sua educação com a idade de 11 anos e têm permissão para trabalhar. Nas áreas urbanas a idade mínima para trabalhar é 14 anos (280). Assim sendo, o processo educacional na URSS transformou-se em instrumento do regime, o qual utiliza a educação não para simplesmente esclarecer os espíritos, mas também como método de canalizar mentes e mão de obra para atender necessidades de momento. É escusado acrescentar que a administração do sistema educacional é altamente centralizada, apesar da pretensa autonomia das repúblicas no campo da educação. Livros, programas de ensino e linha ideológica emanam do centro, e a atividade intelectual dos estudiosos é rigorosamete supervisionada. Nos últimos anos, por exemplo, assistiu-se a freqüentes ataques a muitos historiadores nas várias repúblicas soviéticas por seu alegado "desviacionismo nacionalista". Contudo, de modo geral seria errôneo concluir que, devido a ênfase

(*) Contudo, o XX Congresso do Partido, realizado em 1956, pareceu indicar que as anuidades serão abolidas; entretanto, os níveis exigidos para admissão permanecerão muito elevados. Internatos especiais serão criados para os estudantes excepcionalmente bem dotados; essas escolas destacar-se-ão por sua comodidade material e seus altos padrões educativos. Resta verificar se elas não se transformarão em escolas para os filhos da elite privilegiada.

dada à doutrinação política, a escola soviética falhe em sua função de treinar e preparar especialistas, técnicos e cidadãos capazes. Na realidade, chega-se à conclusão notável e perigosa de que o totalitarismo soviético parece estar realizando ambas as coisas (282).

Os Nacionais Socialistas, embora tenham quase imediatamente atacado a tarefa educacional em têrmos totalitários, não tiveram, na verdade, tempo para amadurecer tal sistema. Ainda que desde o comêço tenham sido ajudados vigorosamente pela Juventude Hitlerista (Vd. Capítulo 4), as escolas e principalmente as universidades mantiveram uma certa resistência passiva (Vd. Capítulo 24). Não obstante, o sistema educacional liberal e humanístico, que fôra o orgulho e a glória da Alemanha no passado, foi inteiramente subvertido. A educação física passou a constituir o interêsse principal, e a espécie de personalidade em que os nazistas acreditavam, na qual honra e lealdade eram invocadas para cultivar uma obediência irrestrita ao *Führer,* era não só encorajada, como também coercitivamente imposta. Essa obediência irrestrita recebeu um realce significativo, induzindo-se os estudantes a se identificarem completamente com o *Führer* e seu regime. O processo de realização de tal identificação significava, onde tinha êxito, que a educação estava inteiramente "politizada". Não só o conteúdo de várias disciplinas, como história, literatura e biologia, como também suas escalas de prioridades de preferência, eram determinados por considerações políticas derivadas da ideologia do Partido. O conceito chave nessa conexão tornou-se ação (*Tat*) — uma atitude inteiramente pragmática que pode ser descrita pela paráfrase de um velho ditado americano: "Não sabemos para onde vamos, mas Hitler sabe, e de qualquer forma estamos a caminho". Essa educação para a ação e a obediência ativa relacionava-se, em certo sentido, a uma corrente mais velha de submissão passiva a autoridades tradicionais que os poucos anos da República de Weimar não haviam conseguido erradicar, a despeito dos esforços dos que estavam então no comando, como o Dr. Becker, Ministro da Educação da Prússia por vários anos. No entanto, não se deve confundir as duas coisas, como fêz a propaganda de tempo de guerra. Pois a nova perspectiva ativista comprometia aquêle que a aceitava aos valores e crenças envolvidos. A identificação que ela requeria poderia ter-se tornado o degrau para um ponto de vista mais independente, uma vez desintegrada a identificação; mas, enquanto durou, "a mística" de "serviço" e "lealdade" fêz a submissão à "vontade do povo e do Estado", personificada por Hitler, e às ordens de funcionários e autoridades parecer não só natural, como também "moralmente obrigatória" (105a). Essa "mística" ou ideologia possuía, naturalmente, fortes notas militaristas e imperialistas que ajudaram a converter todo o sistema educacional em uma escola para guerra agressiva e de conquista.

Os nazistas não contemporizaram muito com a antiga autonomia local no campo da educação. Logo organizaram seu Ministério da Educação, que centralizava tôda a autoridade educacional. (Esta centralização da política educacional é uma das semelhanças mais notáveis entre o nazismo e o jacobinismo). Êsse Ministério não conseguiu completar uma revolução nos métodos e na organização do ensino, que simplesmente voltou a ser um pouco mais autoritário e rígido. Entretanto, impôs às escolas uma enxurrada de disciplinas de orientação política; basta citá-las: sociologia familiar, teoria e prática racial, genética, política demográfica, etnografia, prehistória, fatos contemporâneos, política colonial, planejamento, defesa civil, aeronáutica, assistência social (293). Admite-se que algumas dessas disciplinas possam ser interessantes no currículo de uma escola moderna, se ensinadas dentro de um espírito de experimentação e livre pesquisa. Os nazistas a transformaram em veículos para transmissão de sua ideologia de "sangue e solo".

A situação na Itália fascista, conquanto se assemelhasse à da Alemanha nazista, caracterizava-se pela luta entre o govêrno e a igreja objetivando o contrôle das escolas. Os fascistas procuraram contrabalançar a contínua influência da Igreja Católica nas escolas por meio de um serviço obrigatório nas organizações de juventude (Vd. Capítulo 4). No decorrer dessa luta, desenvolveram atitudes que os nazistas nunca tentaram; na verdade, em todo o campo da educação os nazistas foram os pioneiros, dirigidos por um homem de excepcional saber e capacidade, Giovanni Gentile. Contudo, diga-se desde já que suas "reformas" foram deturpadas pelas necessidades da ditadura totalitária. Um comentarista observou que as reformas de Gentile foram "projetadas para reduzir a dominação do livro, e da memorização, e para trazer para as escolas o sabor da vida real e os problemas de conduta". E êsse comentarista nota acertadamente que "êsse é o problema crucial da educação em todo o mundo" (50d). Entretanto, os totalitaristas fizeram exatamente o oposto. Substituiram o texto educativo, de tradição humanística, pela dominação do livro partidário, pela memorização de rituais e de fórmulas propagandísticas, tudo isso aparentemente livre de influências livrescas, para trazer o sabor da vida e da conduta, da forma que os totalitários a vêm, para a escola. Em suma, revelaram o grande perigo que paira sôbre tôda a educação que está implícita nessas frases grandiloqüentes. A cantilena repetia-se: "A escola é vida, e a vida italiana é o entusiasmo da fé e da disciplina fascistas".

Os detalhes enfadonhos da arregimentação de professores e da doutrinação de alunos não precisam ser descritos mais minuciosamente. O processo é, essencialmente, o mesmo em todos os regimes totalitários. As escolas tornaram-se, com efeito, ramificações do Partido Fascista, dedicando-se à tarefa de "fazer fascistas" (184). Havia retratos do Duce em tôda parte, altares comemorativos. retábulos, celebrações, cantos,

desfiles e a repetição infindável de lemas de propaganda fascista. A Associação de Professores publicava guias para ajudar os professores a manter a contínua ofensiva, e os livros estavam cheios dos mesmos *slogans*. Herman Finer resumiu sua impressão dêsses textos de uma maneira bem eficaz:

> Por que és um Balila? Por és uma "Mocinha Italiana"? Não basta possuir o cartão e o uniforme! Deves ser sincero de coração e educado no fascismo! Por exemplo, deves aprender a obedecer. Qual o primeiro dever de uma criança? A obediência! O segundo? A obediência! O terceiro! A obediência! As comemorações fascistas são explicadas. A Bandeira e as varas ilustradas (...) A vida do Duce é recontada sob a legenda: O Menino Prodígio (...) Cria-se tôda uma lenda de Mussolini como herói de guerra. Fica a impressão de que a guerra era travada por sua vontade e sob sua direção (...) 50e; 40a; 122a; 216).

A mesma cantilena era repetida anos afora, desde a escola primária até às universidades. E, embora uma educação intelectual muito rigorosa da espécie continental formal tenha continuado nas escolas da Itália, o arcabouço essencial era proporcionado por essa adulação tìpicamente totalitária do líder, do partido e do sistema. (As universidades são tratadas no Capítulo 24). É espantoso, em vista dêsses fatos, que maiores reformas nesse sentido fôssem previstas pela reforma escolar proposta em 1938 (*Carta della Scuola*) (122b) por Giuseppe Bottai. Na época Bottai pedia uma "união orgânica de partido e escola através da organização de juventude" que "poria fim, para sempre, à era da escola agnóstica (...) decisivamente desejamos uma escola fascista, uma pedagogia fascista — ensino fascista para criar o homem fascista, aos milhares" (275b).

A semelhança em método e efeito das atitudes comunista e fascista em relação à educação escolar é demonstrada por fatos ocorridos na Zona Soviética da Alemanha ocupada. Sòmente os funcionários da nova elite governante e a ideologia diferem — mas não tanto quanto se pretende. O desenvolvimento da reforma educacional começou com um impulso genuíno para a democratização. Vários ex-professores e autoridades escolares, em sua maioria membros do Partido Social Democrático e comprometidos com o progressista idealismo educacional da República de Weimar, foram postos a trabalhar e produziram a "lei para a Democratização da Educação" em 1946. Rejeitando os conceitos tradicionais, como o da *Standesschule* (escola de classes), e professando uma perspectiva nìtidamente anti-fascista, a lei regulava: "A escola alemã deve ser organizada de maneira a garantir o mesmo direito à educação, segundo suas capacidades, a

todos os jovens (...) não importa a posição social de seus pais". Conseqüentemente, exigia que "a educação pública seja um sistema de escolas igual para rapazes e moças, estruturado orgânicamente e democrático" (105b). Até aí, tudo bem. Mas, à medida que a evolução da Zona Soviética da Alemanha pendia para o totalitarismo, a interpretação do têrmo "democracia" tornou-se cada vez mais o da União Soviética. Os reformadores escolares democratas se demitiram ou foram alijados, e todo o sistema escolar permeou-se com o espírito da luta de classes, ou seja, politizou-se e foi transformado em instrumento da máquina publicitária da ditadura. Todos os professores foram registrados nas organizações oficiais, os estudantes foram expostos a uma ampla variedade de disciplinas estritamente pragmáticas relacionadas às tarefas da ditadura, e a lealdade tornou-se parte do teste vestibular aos níveis superiores do sistema educacional. Ao mesmo tempo, os estudantes eram submetidos a uma disciplina rígida e doutrinária.

A experiência da Alemanha Oriental constitui parte de um processo geral, aplicado em todos os satélites europeus da URSS, de politizar a educação e transformá-la em parte da função doutrinária do Partido. Em todos êsses regimes as escolas foram submetidas a expurgos intensivos com o fim de extirpar tanto o professor recalcitrante como o estudante hostil. O exemplo mais notório disso, embora não seja o único nem o mais extremo, foi o caso do Comitê de Ação Comunista investigar e expulsar professores e alunos da antiga Universidade Charles em Praga, após demonstrações estudantis em favor do govêrno de Benes. Em todos os sistemas satélites, a lealdade política tornou-se o pré-requisito essencial para admissão a institutos de ensino superior. Os candidatos são selecionados num exame oral que tem o fim de testar sua consciência política e verificar o nível de sua maturidade ideológica. Uma visão curiosamente franca dessa prática é proporcionada por um conto publicado em *Nowa Kultura,* o órgão literário oficial do regime comunista da Polônia. O autor descreve a experiência e as emoções de um rapaz do campo que enfrenta a banca examinadora. Antes de sua partida de casa, sua mãe prega-lhe no casaco uma gravura sagrada, que seu pai silenciosamente retira pouco antes de chegarem à cidade para o exame, e seu tio lhe adverte: "Estamos numa época de política. Não se esqueça de dizer tudo direito, como lemos nos jornais (...)" (264).

A admissão, porém, não depende sòmente da capacidade do candidato em convencer os examinadores de que êle está preparado para a educação superior da "democracia do povo". Segundo a *Trybuna Ludu,* o órgão oficial do Partido na Polônia, "os candidatos (de origem camponesa) ao primeiro ano de estudos em instituições de ensino superior devem anexar aos seus pedidos de inscrição um certificado oficial que mostre até que ponto seus pais ou responsáveis cumpriram suas quotas de entrega" (281). Ademais, foi estabe-

lecido um sistema especial de prioridades que tem por fim manter afastados das instituições superiores aquêles cuja origem os torne inimigos em potencial do nôvo sistema. Dentro dêsse espírito discriminatório, Anna Jungwirthova, membro do Parlamento Tcheco, sugere que "(...) se as crianças de origem burguesa são bastante sadias, devem escolher trabalho manual, a espécie de trabalho em minas e fábricas que sua classe prazerosamente deixou ao proletariado (...) Lá, bem no fundo, usando a broca no carvão, ou no esplendor fulgurante das fundições, perto do ferro candente, verão um nôvo mundo, um mundo de trabalho versátil. Lá encontrarão êles suas novas escolas e colégios superiores; lá seremos capazes de moldá-los e reeducá-los, transformando-os em construtores do socialismo" (258; 21).

Concluindo, poder-se-ia talvez dizer que a profissão de professor é profundamente alterada sob uma ditadura totalitária. Sob um prisma democrático, em têrmos dos ideais da profissão docente numa sociedade livre, pode-se dizer que esta profissão é totalmente incompatível com o conceito totalitário do ensino. Como em tantos outros campos, o totalitarismo modifica totalmente o significado dos têrmos. O professor torna-se o doutrinador a longo prazo, o instilador de uma ideologia que se propõe a subjugar os estudantes intelectualmente e comprometê-los para o resto da vida com uma ortodoxia doutrinal. Entretanto, à diferença de muitos outros aspectos da ditadura totalitária, essa idéia não é nova. Platão a expôs em seu diálogo "Leis", e argumentou que uma comunidade estável dependia dessa firme doutrinação (161; 68), e várias igrejas, incluindo a Católica Romana, a Ortodoxa Grega e as igrejas islâmicas adotaram êsse ponto de vista com diversos graus de intensidade pelos séculos. Entretanto, o mesmo fizeram confucianos e budistas, e a burocracia mandarim do Império Chinês foi construída sôbre o ensino da virtude doutrinàriamente fixo, de uma maneira muito semelhante às idéias de Platão. Tudo isso torna evidente que em sua atitude em relação ao ensino e à educação, os totalitaristas voltaram ao que foi a tendência predominante no passado. Dela diferem sòmente em asseverar que essas doutrinas ideológicas sejam "científicas", e não transcendentalmente inspiradas por experiência religiosa. Alegam que elas são racionais e, portanto, estão de acôrdo com o mundo moderno. Para sua infelicidade, a verdadeira ciência está sempre a progredir, e até mesmo aquêles conceitos genuinamente científicos envolvidos nas posições originais dos movimentos totalitários foram depois ultrapassados por outros, mais novos. É difícil predizer o que isso significará a longo prazo para a estabilidade da estrutura totalitária; entretanto, não resta dúvida de que contribui para aumentar suas dificuldades orgânicas.

13

O terror e a paixão por unanimidade

O totalitarismo é um sistema de revolução, uma revolução que pretende destruir a ordem política existente de modo que, subseqüentemente, essa ordem possa ser revolucionada econômica, social e culturalmente. Os movimentos totalitários, motivados pelas metas gerais delineadas por suas ideologias, não pararam, assim, com a tomada do poder, como freqüentemente foi o caso nas antigas ditaduras, que se preocupavam meramente com a manutenção do *status quo*. Tais ditaduras, após tomar o poder, redicavam geralmente o restante de suas energias à preservação da ordem existente, sem pôr em movimento quaisquer outras mudanças fundamentais. E quando essas mudanças ocorriam, em conseqüência da lógica da reação, ocorriam, na maioria dos casos, *apesar* dos esforços do ditador.

Após tomar o poder, o movimento totalitário procura estendê-lo a todos os escaninhos da sociedade. Assim, a reforma torna-se a palavra de ordem. Essa reforma, que não se pretende que pare com o cumprimento do Primeiro Plano Qüinqüenal, destina-se a ser obra de gerações. O processo de construção do comunismo não termina com a mera liquidação física dos capitalistas. A revolução continua, como ainda acentuam os dirigentes comunistas, a execução de cada tarefa dando ensejo a outra. Da mesma, forma, a vitória na II Guerra Mundial não constituiria para os nazistas de Hitler o momento de cruzar os braços e contemplar o "Reich Milenar". À vitória seguir-se-iam planos gigantescos de reconstrução em tôda a Europa, esquemas de vastas reorganizações, de constante colonização, uma luta incessante em prol de uma maior taxa de natalidade teutônica. O presente nunca está bastante bom — o movimento totalitário preocupa-se sempre com o futuro.

Essa orientação futurista do movimento totalitário, repetindo, baseia-se firmemente na ideologia totalitária, com tôdas as suas doutrinas pseudo- científicas e tôdas as suas distorções da verdade. Seja essa ideologia as leis "inevitáveis" do marxismo-leninismo ou a "intuição do *Führer*", igualmente imprecisa, o movimento totalitário marcha confiante na idéia bem-aventurada de estar marchando *pari passu* com a História. A rejeição constante do presente em favor de esquemas grandiosos de reconstrução social e de reeducação humana proporciona, assim, a base para a extensão total do poder totalitário a todos os segmentos da sociedade.

O terror é gerado por essa determinação de realizar uma reforma total. Reformas sempre acarretam oposição; numa sociedade livre a reforma total é impossível, pois provocaria

uma resistência maciça de vários grupos e interêsses. Numa sociedade totalitária a oposição tem seu desenvolvimento impedido pela organização de um terror total, que eventualmente atinge todos os cidadãos.

Os programas totalitários para a destruição da sociedade existente são realmente totais, como poderá dizer qualquer leitor da literatura fascista ou comunista. Em todos os casos, a vida humana e a natureza da existência social devem ser submetidas a extensas revisões, previstas na ideologia e executadas pelas exigências subseqüentes do regime, operacionalmente convenientes. Não há necessidade de levar a cabo essas revisões imediatamente — com efeito, a história dos sistemas totalitários nos diz que geralmente é adotado um programa paulatino, em que a violência aumenta pouco a pouco. Por sua vez, essa violência, que leva ao terror, é quase inevitável dentro dêsse contexto. Isso porque a sociedade é composta por grupos estreitamente interligados e que dividem interêsses. É quase impossível submeter um grupo social a medidas punitivas, ou "re-educativas", como os totalitaristas as chamariam, sem que se provoque uma reação hostil não só do grupo interessado como também de unidades sobrepostas e entreligadas cujos interêsses ditam essa reação. Os totalitaristas não têm mesmo outra alternativa senão intensificar seus esforços.

Assim, as medidas repressivas dos regimes totalitários, que objetivam inicialmente destruir seus inimigos declarados, estendem-se gradualmente, à maneira de bola de neve, a outros setôres da sociedade. O terror totalitário cresce com espantosa velocidade. Torna-se não só uma profilaxia política do regime, visando antecipar a resistência política, como também o método fundamental de realizar as metas totais do regime e de manter a revolução permanente, sem a qual o regime perderia seu caráter totalista e, provàvelmente, também seu poder (59c). O terror totalitário é, por conseguinte, o centro nervoso do sistema totalitário.

Êsse sistema, em virtude da suposta infalibilidade ideológica de seu dogma, é impelido rumo a um aumento de terror por uma violenta paixão por unanimidade. Como o totalitarista acredita que a História lhe dá razão, espera que tôdas as outras pessoas concordem consigo, justificando destarte a correção de sua visão histórica. Essa paixão por unanimidade faz com que os totalitaristas insistam na concordância completa de tôda a população sob seu contrôle com as medidas postas em vigor pelo regime, Essa concordância, que se expressa em plebiscitos e eleições coagidas, não deve ser passiva; pelo contrário, os regimes totalitários insistem em que uma unanimidade entusiástica caracterize o comportamento político da população. Assim, as eleições periódicas na URSS não consistem apenas no ato mecânico de depositar um voto na urna, voto em que só consta um nome. Durante semanas antes das eleições, uma agitação intensa é conduzida por milhões e milhões de membros do Partido e jovens do

Konsomol. A população deve comparecer a reuniões de massa, aprovar resoluções apropriadas e dar seu beneplácito às políticas passadas e futuras do regime. O dia da eleição pròpriamente dito torna-se um acontecimento festivo, um feriado, no qual as massas devem comemorar o apoio total que dão ao regime.

Os plebiscitos não são invenção dos totalitaristas. Foi um aspecto importante do govêrno ditatorial de Napoleão I. O costume nasceu das consultas revolucionárias ao povo, consultas que supostamente representavam as idéias de Rousseau a respeito de democracia direta. Napoleão, porém, foi mais longe. Em certos momentos cruciais de sua carreira, como sua eleição vitalícia como Primeiro Cônsul ou quando se tornou Imperador, êle convocou plebiscitos populares. Êsses plebiscitos eram realizados abertamente, com muita coerção. Ainda assim, os franceses mostravam-se muito independentes, de modo que Napoleão "corrigia" pessoalmente o resultado, para melhorar aquilo que a intimidação e a fraude não haviam conseguido (55c). Êsse costume foi restaurado por Napoleão III, com resultados semelhantes.

Êsses plebiscitos dos Napoleões e de seus imitadores não devem ser confundidos com as práticas terroristas dos regimes totalitários contemporâneos, embora talvez os tenham inspirado. Até mesmo as fontes oficiais mostram a diferença entre êles. Segundo uma autoridade nazista, "o significado de tal 'consulta' ao povo pelo *Führer* deveria ser vista no fato de que a relação de confiança entre o líder e o povo, na qualidade de seguidores, recebe sua expressão política tangível por ocasião de decisões políticas importantes". Em outras palavras, a decisão é tomada pelo líder; o povo meramente "registra" sua anuência. A união mágica entre chefe e chefiados recebe sua consagração simbólica. Nesse ponto está uma das raízes da paixão por unanimidade. Qualquer dissidência afigura-se como um ato de profanação que deve ser eliminada, se não puder ser evitada de antemão por meio do terror. Mussolini declarou isso com tôda franqueza antes do plebiscito de 1929, dizendo que mesmo que a maioria votasse "não", os fascistas continuariam no poder, que o plebiscito podia "consagrar" uma revolução, mas não derrubá-la.

Os Nacional-Socialistas utilizaram o plebiscito com freqüência para demonstrar um estado de coisas inteiramente metarracional: um povo completamente preso nas garras da paixão, a paixão por auto-afirmação e auto-realização. Falavam da "alma ardente do povo" (*Kochende Volksseele*) como se falassem de um vulcão em erupção — uma fôrça natural a um tempo formidável e irresistível. No outono de 1933, quando Hitler resolveu deixar a Liga das Nações e a Conferência do Desarmamento, pediu ao povo que expressasse sua opinião. Essa manobra visava mostrar a todo o mundo que a sua exigência de "igualdade de tratamento" era apoiada pela ardente alma do povo. Mas pretendia também, o que era ainda mais importante, comprometer o maior número

possível de alemães com a comunidade popular dos nazistas, fazendo-os se sentirem unidos em sua paixão nacional. O referendum, realizado em 12 de novembro de 1933, produziu os resultados desejados: de 45.176,213 eleitores qualificados, 43.491.575, ou seja, 96,39% foram às urnas; dêsses, noticiou-se que 40.622.628, ou seja, 95,1% votaram "sim"; 2.101.191 votaram "não"; o restante dos votos foi invalidado. Falamos atrás de "resultados desejados"; na verdade, êsse resultado ainda estava longe dos 99,99% que foram eventualmente alcançados após a repetição constante da técnica. Quando, após a morte de Hindenburg em julho de 1934, Hitler assumiu os plenos poderes da presidência, quando Hitler ocupou a Renânia (1936), quando Hitler forçou o *Anschluss* da Áustria (1938), a decisão foi "submetida" ao povo para "ratificação" num "plebiscito livre" (55d).

Na Itália fascista, as eleições atendiam à mesma finalidade. Lá também, a busca desesperada de uma união mágica através da ostensiva uniformidade exemplificou a paixão totalitária por unanimidade. Bàsicamente, o eleitorado italiano permanecia tão indiferente como em tôda parte, enquanto os funcionários da organização partidária eram tomados por um verdadeiro frenesi na busca de apoio. Sua "ação capilar", usando a frase de Mussolini, intensificava-se nessas ocasiões ao ponto de atos terroristas de violência, grandes e pequenos, tornarem-se a ordem do dia (50f).

Mas por que razão os dirigentes dêsses regimes de fôrça exigirão invariàvelmente o apoio de mais de 99% da população? O que ocasiona essa paixão por unanimidade? Porventura ela constituirá em si mesmo uma arma de propaganda? Porventura um Goebbels acredita que um sentimento de alheiamento e isolamento naqueles que estão insatisfeitos com o regime deve ser incrementado como maneira eficaz de desencorajá-los e eventualmente desorientá-los por completo? Tal intenção teria de partir do pressuposto de que os elementos de oposição acreditavam nos resultados dêsses plebiscitos e aceitavam os números como verdadeiros. Entretanto, por que o fariam, se não confiam em nenhuma notícia oficial?

Todavia, essa preocupação pela unanimidade poderia ainda ser explicada de outras maneiras. Há a preocupação dos totalitaristas pelo julgamento da História, como no "1984" de Orwell, em que o propagandista totalitarista do Ministério da Verdade vê-se reescrevendo a História através da manipulação dos relatórios. Há ainda a probabilidade de que essa busca frenética de unanimidade seja conseqüência do desejo dos totalitaristas de iludirem a si próprios quanto à extensão real do apoio com que contam. Ademais, contando com um apoio esmagador, a liderança totalitária pode sentir-se justificada em cometer os crimes mais hediondos. Escondem-se, por assim dizer, no ventre de uma sólida coletividade.

Outra explicação, pelo menos parcial, para a paixão por unanimidade é a convicção totalitária na grande mentira

como arma de propaganda. Consta que Hitler, Goebbels e outros acreditavam que pregando-se uma mentira grande o povo estará mais propenso a acreditar, pois essa mentira grande apela ao seu sentimento de superstição. Por isso, os 99,7% de respostas afirmativas num plebiscito levam à crença em um resultado altamente favorável, muito embora suponha-se que o número real esteja exagerado. A evidência da experiência soviética parece indicar que a ênfase compulsiva no apoio total ao regime pode realmente ter tido êxito em convencer muita gente, mesmo entre aquêles mais desconfiados. Em última análise, porém, a paixão por unanimidade parece provir do fervor pseudo-religioso da ideologia totalitária. As grandes religiões universais concebem sua missão como sendo a de converter tôda a humanidade à sua fé como o único meio de salvar o mundo futuro. Da mesma forma, os totalitaristas crêem na validez universal de sua missão secular. O impulso para a unanimidade manifestou-se na Idade Média na perseguição e no extermínio de sectários e heréticos, como os Waldensianos e Albigensianos, e, mais recentemente, nos freqüentes pogroms contra os judeus. Tal dissenção era considerada uma ofensa intolerável à majestade da ordem divina aceita por todos os fiéis. Numa ditadura totalitária o dissidente está numa posição análoga; constitui também uma ofensa intolerável à grandeza do empreendimento totalitário e deve ser liquidado, porque, segundo a ideologia, êle não tem lugar no mundo que o movimento totalitário está empenhado em construir.

Vê-se claramente porque o terror totalitário e a unanimidade total são assim interdependentes. A paixão por unanimidade, típica de um movimento de massa, exige instrumentos que a suscitem. E, segundo a ideologia totalitária, todos os membros "normais" da sociedade participarão naturalmente dessa unanimidade. Sòmente desajustados sociais esparsos — sejam êles a burguesia (històricamente destinada a desaparecer) ou os judeus (racialmente deformados) — estão fora dessa unanimidade, aos quais possìvelmente se unem alguns traidores. O terror cuida que as massas não sejam contaminadas, enquanto os "desajustados sociais" são liquidados. Desta forma, tôda a violência brutal e premeditada do terror torna-se racionalmente justificada para o totalitarista.

O terror totalitário não desempenha sòmente essa função negativa. Operando dentro dêsse quadro de forçada unanimidade, êle se torna um estimulante para expressões mais entusiásticas de apoio ao regime. Classifica o comportamento humano segundo graus de lealdade e a mera ausência de oposição ao regime torna-se insuficiente como prova de devoção. Exige-se ação positiva, surgindo daí uma competição de lealdade. Não é por acaso que os arquivos da polícia secreta na URSS salientam, antes de mais nada, se um indivíduo é, polìticamente, ativo ou passivo. Ocioso é acrescentar que numa sociedade totalitária só se pode ser ativo em favor

do regime. Uma observação a respeito das *kharakteristika* de alguém que o apresente como passivo representa uma séria dúvida quanto à sua lealdade. O Partido Comunista da União Soviética, particularmente, frisa que o *partiinost* (sentimento de partidarismo) exige apoio ativo, muito ativo ao regime, um apoio medido em realizações concretas.

O mesmo ocorria nas ditaduras fascista e nazista. Na campanha eleitoral após o assassinato de Matteotti houve muita pressão, violência, muito desfile de fôrças uniformizadas. Concorde-se ou não com Finer quando êle diz que essas manifestações "asseguraram o triunfo do Partido", não resta dúvida de que êle tem razão em acentuar a extensão em que a atividade partidária tornou-se o teste de permanência após ter sido conquistada a vitória (50g). "Nada de transigência, calma ou covardia face às responsabilidades impostas pelo Partido" — assim Finer resume o papel do membro do partido. O conformismo exterior a certas mudanças na maneira de falar e de comer transformou-se no teste de entusiasmo partidário e os membros que não se conformavam eram não só censurados, como às vêzes expulsos, seviciados ou encarcerados.

Na Alemanha nazista, o partido era tão grande que seus membros deixaram de ostentar algumas das características de completa dedicação que há pouco descrevemos. Em conseqüência disso, a guarda de elite (as SS) assumiu cada vez mais êsse papel de apoiadora irrestrita e entusiasta do regime. Era ela, em suas três formações distintas, que incarnava, para as massas do povo subjugado, a máquina terrorista do regime, simbolizada pelo punhal que cada membro recebia ao ser iniciado nessa "elite". Uma análise cuidadosa levada a cabo recentemente (287c), revela que a SS incarnava uma perspectiva de vida e política mais satânica do que o comum dos nazistas e das tropas SA. Realmente, havia em atuação nas SS uma tendência nìtidamente anti-intelectual da qual Himmler, seu chefe, participava plenamente. Êsses anti-intelectuais infiltraram-se no govêrno, nas fôrças armadas, na economia e no partido, que procuravam controlar (110). Após o *putsch* abortado da oposição clandestina, as SS conseguiram assumir os contrôles chaves das fôrças armadas. Triunfou seu estilo da "coluna móvel". As SS eram essencialmente uma "ordem". Sua atitude resumia-se claramente na exigência de "Crer, obedecer e lutar!". Tôdas as idéias foram reduzidas aos lemas de uma ideologia estratificada a ser enunciada, ou talvez reafirmada, pelo *Führer* a seu bel-*prazer*. Tôda dissidência devia ser eliminada e esmagada com um terror impiedoso.

É fato curioso e assustador que o terror totalitário aumente em violência à medida que o sistema totalitário torna-se mais firme e estável. No período inicial após a tomada do poder, a maior energia da máquina de terror dirige-se contra os inimigos óbvios — tais como os Social Democratas na Alemanha, os menchevistas ou a "burguesia"

na Rússia, os partidos democráticos na Europa Oriental (Vd. Capítulo 14). Sòmente quando êsses inimigos são destruídos é que a espada do regime volta-se contra as massas; sòmente então é que o terror em massa desenvolve-se gradualmente. Hannah Arendt observou que

> O fim do primeiro estágio chega com a liquidação de resistência aberta e secreta em qualquer forma organizada: pode ser demarcado por volta de 1935 na Alemanha e aproximadamente 1930 na Rússia soviética. Sòmente depois de ter sido completado o extermínio de inimigos reais e iniciada a caça a "inimigos em potencial", é que o terror torna-se o conteúdo dos regimes totalitários. Sob o pretexto de construir o socialismo em um só país, ou utilizando um dado território para uma experiência revolucionária, ou levando a cabo o *Volksgemeinschaft*, executa-se a segunda reivindicação do totalitarismo, a reivindicação de domínio total. (3f).

É nesse estágio final que o terror totalitário alcança sua plenitude. Busca instilar mêdo em todos e apregôa aos quatro ventos sua paixão por unanimidade. O terror engloba tôda a sociedade, vasculhando-a em busca de dissidentes reais ou potenciais da unidade totalitária. A muitos parece estarem sendo caçados, ainda que a polícia secreta possa não tocá-los durante anos ou nunca. Reina o terror total.

A escala total e o caráter de penetração e continuidade do terror totalitário são, por conseguinte, suas qualidades especiais. Utilizando a mais avançada técnologia, não permitindo fuga e penetrando nos santuários mais recônditos dos regimes (Vd. Capítulo 14 e 16), o terror atinge uma escala sem precedentes na história. A atmosfera de mêdo que êle cria exagera fàcilmente a fôrça do regime e ajuda a construir e a manter sua aparência de unanimidade. Adversários esparsos do regime, se ainda existirem, isolam-se e sentem-se como renegados da sociedade. Essa sensação de solidão, que é o destino de todos, porém mais ainda dos adversários do regime totalitário, tende a paralizar a resistência e torna-a muito menos atraente. Dá origem a um anseio universal de "evasão" na anonimidade do todo coletivo. A unanimidade, mesmo que coagida, é uma fonte de fôrça para o regime.

Naturalmente, alegar que em todos os lugares e em tôdas as épocas os cidadãos de um regime totalitário estejam sujeitos a prisão imediata e vivam com um receio constante de perderem a vida seria um grosseiro exagêro simplista. Para começar, o terror pode recolher-se ao íntimo individual; o povo familiariza-se com um padrão de conformismo, aprende a exteriorizar uma conduta de lealdade, sabe o que não deve dizer ou fazer. Em segundo lugar, o recurso à fôrça pode decrescer à proporção que uma segunda geração, educada na lealdade e plenamente doutrinada, toma seu lugar

na sociedade totalitária. Entretanto, como último recurso, o terror está sempre presente, e a potencialidade de seu emprêgo desinibido não desaparece. Esta parecia ser a situação da URSS em 1956.

A análise precedente torna evidente que o terror totalitário não pode ser comparado às explosões ocasionais de violência e ao terrorismo que ocorrem por vêzes em sociedades constitucionais. Tais explosões, por lamentáveis que sejam, representam geralmente reações esporádicas a crises específicas. Mesmo quando institucionalizadas pelo processo legislativo, atuam com uma meta objetiva e definida e visam um segmento da sociedade pequeno e nìtidamente delimitado. Tais situações levam fàcilmente ao abuso e, com efeito, a história registra muitos casos de injustiça. Entretanto, comparar essas explosões, como muitos inclinam-se a fazer, ao terror totalitário, equivale a subestimar êste e exagerar grosseiramente as primeiras. A escala total do terror totalitário e seu caráter de penetração e continuidade, operando numa atmosfera de compulsão ideológica, o tornam um aspecto crucial do totalitarismo moderno.

14

A polícia secreta e os inimigos do povo

"Quando morre a velha sociedade, o cadáver da sociedade burguesa não pode ser metido num ataúde e sepultado. Êle se decompõe ao redor de nós, apodrece e nos contamina", advertiu Lenin (238).

Para o totalitarista, êsse "cadáver em decomposição" do *ancien régime* ainda constitui um inimigo mortal do qual o povo deve ser protegido. Não importa se o povo deseja ou não essa proteção. O totalitarista está convencido de que as massas estão consigo ou de que deveriam estar. E, em qualquer caso, devem ser defendidas do inimigo que envida todos os esforços para impedir o processo de doutrinação — ensinar o povo a perceber a "verdade" totalitarista — ou até mesmo para destruir o sistema totalitário. Essa luta contra os inimigos é constante e, como foi sugerido na seção anterior, muitas vêzes aumenta de intensidade à proporção que o regime se torna mais firme e mais estável. O regime pode então empregar maior violência, e a paciência e cautela iniciais cedem lugar a um terror desenfreado.

Quem são os inimigos? Uma longa lista poderia incluir tôdas as diversas categorias de inimigos, espiões, sabotadores e traidores que os regimes totalitários perseguem dia e noite. Todo totalitarismo, ou pseudo-totalitarismo, possui seu próprio inimigo principal, e todo um elenco de adversários adicionais que entram e saem de cena, dependendo da situa-

ção política e internacional. Assim, o sistema nazista tinha um arqui-inimigo: "a conspiração judaica, capitalista e internacional". Dizia-se que essa conspiração incluía o Bolchevismo Judaico, salvo durante o breve interlúdio do pacto Hitler-Stalin. Os inimigos do nazismo eram ainda as várias raças não-teutônicas: os eslavos, que deviam ser destruídos; os latinos, exceção feita aos italianos, dos quais se dizia serem, de modo geral, preguiçosos e afeminados; os americanos, dos quais se dizia serem, em sua maioria, de raça negróide, etc, Internamente, havia os comunistas, os racialmente impuros (parcialmente judeus), e as igrejas que reconheciam uma divindade superior ao *Führer*. Êsses exemplos não esgotam absolutamente a lista, mas sugerem que os "inimigos" são numerosos e que, portanto, para eliminá-los são necessários esforços constantes.

Igualmente, o florescente totalitarismo da Argentina de Peron acentuava a necessidade de proteger o povo — os descamisados, como Peron afetuosamente os chamava — contra as tramas odiosas da *Oligarquía*. A *Oligarquía*, nas palavras de Peron, substituía o *ancien régime:* o latifundiário abastado nas províncias, as famílias tradicionais de Buenos Aires, os ricos e privilegiados que conspiravam contra a "justiça social" do Peronismo e *last, but not least*, o clero. O povo tinha de ser protegido da *Oligarquía* que, no plano internacional, era auxiliada e instigada pelo "imperialismo ianque". O inimigo era poderoso; a luta, incessante.

Mas, provàvelmente, a maior quantidade de "inimigos do povo" é proporcionada pela história da luta do regime stalinista contra seus muitos e diversos inimigos. Todo o sistema capitalista, com seus inúmeros satélites é tido como inimigo da União Soviética. No plano internacional, êle supostamente organiza sucessivos sistemas de envolvimentos e tramas capitalistas, cercando a URSS de bases aéreas e núcleos militares, planejando guerra e destruição. Basta olhar a imprensa diária soviética para perceber um quadro terrível de "provocação de guerra" e de conspirações contra a URSS. Isto, asseguram os dirigentes soviéticos ao povo, tem também repercussões internas. Os remanescentes da burguesia, dizem, animam-se e passam a sabotar "a grande construção socialista", pondo em perigo a segurança do povo.

"O inimigo do povo" é uma frase familiar na terminologia soviética. Aparece na imprensa, em discursos, em arquivos secretos. Em vários estágios do desenvolvimento soviético foi aplicada a ex-menchevistas e liberais, membros do Partido Comunista caídos em desgraça, apoiadores da oposição contra Stalin, líderes nacionalistas locais, dirigentes industriais mal sucedidos, generais derrotados, autoridades expurgadas do partido, da polícia e das fôrças armadas. E à medida que a influência soviética expandiu-se para o Ocidente, os antigos dirigentes políticos, intelectuais e profissionais dos países cativos também se tornaram "inimigos do povo". Quem quer que esteja em contacto com a "conspi-

ração internacional burguesa" é um inimigo do povo, e é sintomático que entre as ordens dadas à NKVD na época da ocupação da Lituânia, em 1940, figurava a de prender todos os estudantes de Esperanto e os colecionadores de selos estrangeiros (*).

Os regimes totalitários, contudo, não proclamam a destruição total de todos os inimigos do regime. No caso de alguns dêles, o propósito oficial dos totalitaristas consiste em "reeducá-los", embora os nazistas pareçam ter tido menos esperanças que os outros em sua capacidade em conseguir isto. Os "inimigos do povo" pecaram, é verdade, mas agora que os regimes totalitários estão estabelecidos firmemente no poder, e a situação reinante é outra, alguns deles podem, na verdade, ser redimidos e reeducados. Êsse processo, naturalmente, exige sacrifício por parte dos envolvidos, e era devido a êsse espírito de cinismo que os campos de Auschwitz e Dachau ostentavam, na entrada, cartazes que proclamavam: "Arbeit macht frei" — O Trabalho Liberta.

Na prática, contudo, verifica-se geralmente que os "inimigos do povo" são "incorrigíveis". Sua liquidação torna-se então o procedimento comum, e pode ser decretada tanto para grandes grupos de pessoas quanto para indivíduos (Vd. Capítulo 15). Tal violência não é, naturalmente, peculiar ao totalitarismo. Indivíduos particularmente perigosos têm sido presos e liquidados em tôdas as formas de autocracia. Tal liquidação de indivíduos caracteriza especialmente o período totalitário inicial, depois da tomada do poder ou da ocupação por uma potência estrangeira, quando êsses indivíduos ainda se destacam. Muito mais típica e na verdade extraordinária em sua escala é a liquidação de vastas massas de pessoas, categorizadas de uma maneira arbitrária como "inimigos do povo" e, portanto, inadequadas para existir num sistema totalitário. Tal foi, por exemplo, o destino dos judeus mortos pelos nazistas nos campos de concentração, ou dos oficiais poloneses assassinados pelos russos em Katyn, ou ainda do povo *checen-ingush,* deportado *in toto* para a Sibéria, sob a acusação de ter lutado contra a União Soviética.

Tudo isso, naturalmente, exige uma elaborada máquina terrorista, e a história dos regimes totalitários reflete-se, até certo ponto, na evolução e aperfeiçoamento graduais dos instrumentos de terror. Um dos primeiros atos do regime na União Soviética consistiu em organizar um órgão especial incumbido de eliminar seus inimigos. Essa "Comissão Extraordinária para Combate à Contra-Revolução", ou Cheka, abreviatura derivada de suas duas primeiras letras russas — Ch. K. — foi organizada em dezembro de 1917, recebendo a tarefa de combater "a contra-revolução e a sabotagem" (271g). A burguesia, dizia-se, era auxiliada e instigada pela Entente,

(*) O preposto da NKVD era o atual Coronel-General Serov, chefe do Comitê de Segurança do Estado.

tramava um retôrno e, por isso, fazia-se necessária uma vigilância constante. O atentado malogrado dos Sociais Revolucionários contra a vida de Stalin deu aos bolchevistas uma excelente justificativa prática para a intensificação do terror. Seguiram-se prisões em massa e o fuzilamento de reféns generalizou-se. O terror não cessou com o término da Guerra Civil, mas, como sugerido anteriormente, cresceu com a maior estabilização do regime. O rótulo oficial da polícia secreta mudava de tempos em tempos, segundo a conveniência das circunstâncias políticas. À Cheka seguiu-se o GPU — Administração Política do Estado; veio depois a NKVD — Comissariado do Povo para Assuntos Interiores; e ainda MVD e MGB — Ministério de Assuntos Interiores e Ministério de Segurança do Estado, e em 1954 MVD e o Comitê de Segurança do Estado (47g).

O impulso maior para a expansão da polícia secreta soviética foi proporcionado pela coletivização do princípio da década de trinta e pelos grandes expurgos do Partido Comunista e da máquina estatal que duraram, quase ininterruptamente, uma década, até o VIII Congresso do Partido em 1939. A oposição dos camponeses ao programa de coletivização teve como conseqüência a adoção de vigorosas medidas repressivas. A GPU, em colaboração com organizações partidárias locais, prendeu e deportou milhões e milhões dos chamados culaques, alguns dos quais foram meramente instalados em regiões remotas da URSS; outros proporcionaram o esqueleto para a rede de campos de trabalhos forçados da NKVD (Vd. Capítulo 15). A organização policial, naturalmente, expandiu-se em proporção às necessidades dessa tarefa. A importância da polícia secreta foi, da mesma forma, acentuada pelos expurgos em massa, iniciados por Stalin, para limpar o Partido e a burocracia estatal pela remoção de antigos desviacionistas e adversários potenciais. Êsses grandes expurgos foram responsáveis, entre os anos de 1933 e 1938 por cêrca de dois milhões dos três e meio milhões de membros do Partido em 1933 (18e). À medida que o expurgo crescia em histeria e violência, cessava de ser uma mera operação do Partido e a polícia secreta tornou-se seu agente principal. Com efeito o período de 1936/38 é conhecido entre os soviéticos como o período do *Yezhovshchina*, assim chamado por causa de Yezhov, chefe da NKVD. Em 1938 a situação tornara-se tão tensa que, não fôsse a oportuna liquidação de Yezhov e de seus associados mais íntimos, a polícia secreta poderia ter absorvido o partido.

Entre 1939 e 1953 a polícia secreta soviética foi chefiada por Lavrenti Beria. Durante sua gestão, os campos de trabalho forçado expandiram-se tremendamente, com as deportações em massa da Polônia e dos estados bálticos. Ao mesmo tempo, a NKVD conduzia a "pacificação" dos territórios adquiridos pelo pacto Ribbentrop-Molotov, especialmente pela eliminação da *intelligentsia* dos territórios recém-adquiridos. O massacre de Katyn constitui apenas um exemplo especial-

mente dramático e notório dessa política. Depois da guerra, políticas semelhantes foram levadas a cabo nas áreas da Europa Central controladas pela URSS. As fôrças policiais dos países satélites foram estreitamente conjugadas através de supervisão pessoal e direta, com a MVD soviética.

Após a prisão de Beria em 1953, houve indicações de uma certa diminuição no papel da polícia secreta. Ainda não se dispõe de informações precisas (201b), mas sabemos que a polícia secreta já não conta mais com um representante pessoal no órgão supremo do Partido, o Presidium (ex-Politburo), como antes. O órgão administrativo de aplicação de sentenças, a Junta Especial, foi freqüentemente abolido. Outra reforma foi a divisão de funções entre a MVD e o recém-fundado Comitê de Segurança do Estado. Contudo, é provável que essa medida tenha se imposto em virtude de considerações de eficiência administrativa. As vastas funções da polícia secreta foram, assim, divididas entre duas entidades separadas, bastante análogas às antigas MVD e MGB. Atualmente a MVD está incumbida de policiar o país e manter suas tropas de elite. O Comitê de Segurança do Estado desempenha as tarefas mais especializadas de investigação, espionagem, contra-inteligência, etc. Desnecessário dizer, essa reforma não só poderia resultar numa maior eficiência administrativa, como seguramente torna mais que improvável o surgimento de um estado dentro de um estado — como muitos chamam à polícia secreta.

Como salvaguarda adicional, e também para evitar o abuso excessivo do poder, foi organizada em abril de 1956 uma divisão especial do Escritório do Chefe de Justiça para supervisionar e investigar as atividades da polícia secreta. Esta sempre foi a função nominal da chefia de Justiça; a necessidade de uma divisão especial sugere que essa função não era cumprida. Sòmente o tempo dirá se essa nova entidade terá mais êxito. A polícia secreta, não obstante, continua a desempenhar um papel destacado na vida soviética. Kruchtchov explìcitamente o corroborou em abril de 1956 — dois meses após criticar o "terror stalinista" — declarando num discurso ao Konsomol que: "Nossos inimigos esperam que relaxemos nossa vigilância, que enfraqueçamos nossos dispositivos de segurança estatal. Não! Isso nunca acontecerá. A espada proletária deve estar sempre afiada ..." (271r).

Em ambos os movimentos fascistas, o instrumento original de terror, designado para intimidar os adversários, bem como eventualmente os governos, eram grupos militares armados, os Camisas Pretas ou Squadristi no Fascismo italiano, e os Camisas Pardas ou SA (tropas de assalto) no nazismo. Cometiam vários atos de violência: desbaratavam reuniões de adversários, administravam óleo de castor a seus dirigentes, espancavam pessoas que consideravam indesejáveis, etc. Ambos os movimentos envolveram-se eventualmente com êsses elementos "revolucionários", e procuraram subjugá-los. Nisto os nazistas tiveram mais êxito que os fascistas, pois

Heinrich Himmler conseguiu substituir as tropas de assalto (SA) por sua Guarda de Elite (SS, ou Schutzstaffeln), e por sua vez assumiu o contrôle da polícia e eventualmente a suplantou, utilizando as SS para tal. No princípio, a Polícia Secreta do Estado (Gestapo, ou Gehaime Staatspolizei) foi o instrumento principal do govêrno e estava sob o contrôle de Hermann Goering, como chefe do govêrno prussiano, mas Himmler conseguiu pô-la sob sua direção em 17 de junho de 1936. Pouco antes de irromper a guerra (26 de maio de 1939), a fusão da Gestapo e das SS completou-se; naquela data foi decretada uma mesma chefia para ambas, embora tarefas distintas fôssem atribuídas a cada uma delas. Naquela ocasião a polícia era composta de duas organizações: a Ordnungspolizei (polícia comum) e a Sicherheitspolizei (polícia de segurança); ambas eram chefiadas por subordinados diretos de Himmler e por elementos importantes das SS. A Gestapo, que integrava êsse complexo conjunto organizacional, tornara-se, em 1936, parte do Gabinete de Justiça, fôra separada do contrôle judicial e assumira, teòricamente, o contrôle e a operação dos campos de concentração. Contudo, na realidade ela pouco tinha a ver com a operação dos campos, que em 1936 foram postos sob a direção do Gabinete Econômico das SS. A Gestapo distorceu a noção de "custódia protetora" o usou-a para a prisão arbitrária e encerramento em campos de concentração de qualquer pessoa que quizessem e pelo tempo que desejassem; a Gestapo tornou-se, assim, o mais dramático símbolo do terror e da ditadura totalitária em seus piores aspectos. Cooperando estreitamente com a Gestapo e logo a excedendo em violência arbitrária havia o Serviço de Segurança (S.D., ou Sicherheistdienst) das SS. Muitos dos piores excessos, como a gerência das câmaras de morte de Auschwitz (Oswiecim), estavam em suas mãos.

O fenômeno italiano diferiu bastante do nazista. Como dissemos, os ativistas do partido, ou *squadristi,* foram sempre agentes da ditadura fascista, cometendo violência e com ela compremetidos. A polícia secreta, por outro lado, era gerida como um serviço *estatal* e, de modo geral, tendeu a opor-se aos membros mais extremistas do partido. O partido, de fato, continuou a manter seus próprios serviços de investigação, enquanto a Polícia Secreta, organizada após 1926 como a *Opera Volontaria per la Repressione Antifascista* (OVRA) atuava como instrumento do govêrno, não sendo nem mesmo composta exclusivamente por fascistas. Foi chefiada, até sua morte em 1940, por Arturo Bocchini, que nunca alcançou no Conselho do Fascismo nada que se assemelhasse à posição de Himmler (117); depois de 1940, ela passou a ser chefiada por Carmine Senise. As relações entre partido e polícia foram sempre tensas. Na verdade, o partido continuou a operar suas próprias unidades de polícia secreta, e a julgar e controlar os aspectos políticos da OVRA. Seu serviço especial de Investigação Política estava a cargo da Milícia, constituída pelos fanáticos do partido. Detinha o contrôle

direto do Tribunal Especial encarregado dos casos de atividades anti-fascistas. Administrava também, juntamente com a polícia estatal, o *confino*, ou confinação, a versão italiana da custódia protetora, mediante o qual pessoas que haviam incorrido no desagrado do partido ou do regime eram confinadas ou a uma localidade ou (em casos mais sérios) às ilhas penais, que equivaliam aos campos de concentração nazistas. Embora as condições não fôssem tão sérias, as ilhas eram cercadas pela mesma atemosfera de mistério aterrorizante, e quando combinadas com o costume generalizado de espancamentos, bastavam para criar a característica atmosfera de terror totalitário. Em seus "Diários", Ciano fala de um indivíduo que foi espancado pela simples razão de ter empregado *Lei* (êle), ao invés do *Voi* (você) decretado pelo fascismo. A polícia, permanecendo independente do partido, bem como do Ministério do Interior, ilustrava bem a relação entre govêrno e partido na Itália fascista (cf. Capítulo 3).

(Em seu estudo sôbre a polícia (64e), Germino chama a atenção para uma passagem em "Pão e Vinho", de Ignazio Silone, que descreve os tentáculos do terror:

> **Todo mundo sabe [diz Minorca] que a polícia tem informantes em tôdas as seções de tôdas as fábricas grandes, em todos os bancos, em todos os escritórios. Em todo edifício de apartamentos o porteiro é, por lei, informante da polícia. Em tôda profissão, clube e sindicato a polícia tem suas ramificações. Seus informantes formam uma legião, quer trabalhem por uma miserável ninharia, quer seu único incentivo seja a esperança de promoção em suas carreiras. Êsse estado de coisas dissemina suspeita e desconfiança entre tôdas as classes da população. Nessa degradação do homem em um animal assustado, que treme de mêdo e odeia seu vizinho em seu mêdo, vigia-o, atraiçôa-o, vende-o e passa a viver com mêdo de ser descoberto, baseia-se a ditadura. A organização real em que se baseia o sistema dêsse país é a manipulação secreta do mêdo.**

Na Itália, como em tôda parte, partido e polícia dividiam responsabilidades nessa manipulação do mêdo, embora de forma geral, o sistema fôsse menos total, menos terrível, e portanto menos "maduro" que na Alemanha e na União Soviética, e na China e nos satélites de hoje.

A máquina terrorista, que defende o "povo" de seus "inimigos" e é glorificada em publicações totalitárias por seu heroísmo e eficiência, baseia-se num código criminal um tanto elástico que dá à categoria de crime político uma extensão muito ampla. Assim, até mesmo fracassos industriais tornam-se freqüentemente crime político para os quais devem ser encontrados responsáveis.

A imprensa soviética tem mostrado novamente tendência para enfatizar os perigos de subversão e tem acentuado os méritos de constante vigilância. Num artigo recente, "Vigilância — Nossa Arma", publicado no órgão do Comitê Central do PCUS, *Partiinaia Zhizn*, os membros do partido eram exortados a se conservarem vigilantes contra tentativas estrangeiras de solapar a União Soviética. O artigo descreve minuciosamente tentativas norte-americanas de lançar sabotadores por meio de paraquedas sôbre a URSS e frisa que os órgãos de segurança soviéticos pedem a cooperação da população em seus esforços para defendê-la dêsses inimigos (265b). O exame cuidadoso da imprensa soviética revela também que em tôdas as regiões atuam hoje, paralelos a escritórios locais da MVD, Plenipotenciários do Comitê de Segurança do Estado.

O não cumprimento de quotas e manipulações financeiras geralmente tem sido tratado como sabotagem. Com efeito, em todos os estados totalitários ocorre uma tremenda expansão no campo do direito penal ou criminal em que a procuradoria de Estado é a queixosa, com uma consequente redução do direito civil. Questões que em sociedades constitucionais são sujeitas a ação entre indivíduos tornam-se assunto estatal e, tendo sido assim absorvidas no arcabouço geral da justiça totalitária, são apreciadas na base de padrões políticos. Desenvolve-se inevitàvelmente uma estreita relação entre a polícia secreta e os advogados de defesa e de acusação. O sistema judicial fica, assim, politizado e os objetivos políticos do regime substituem o direito substantivo. O Ministro da Justiça comunista tcheco afirmou isto com tôda franqueza: "A missão real daqueles que estão incumbidos da administração da justiça deve ser o cumprimento à letra das resoluções do partido e do govêrno, e particularmente a consolidação da estrutura legal socialista e a imitação em nossos tribunais do exemplo fulgente dos tribunais da União Soviética" (277). A degradação abjeta do processo judicial é, portanto, um aspecto muito característico do totalitarismo moderno (102) (*).

Em casos políticos sérios, o princípio de responsabilidade coletiva tem sido freqüentemente adotado pelos totalitaristas.

(*) Isto ainda era verdade em 1956, a despeito da campanha de "legalidade socialista", como indica o seguinte ataque a dois advogados de defesa por terem, evidentemente, levado sua tarefa demasiado a sério. *Trud*, de 10 de abril de 1956, após noticiar a condenação de dois criminosos, acrescenta: "Deve-se também fazer referência ao comportamento dos camaradas Rumiantsev e Rybakov, os advogados dos réus. Em lugar de ajudar a côrte a estabelecer a verdade e lançar uma luz objetiva nos fatos, tentaram lançar dúvida sôbre os fatos das testemunhas e procederam sem tato durante o julgamento. Mesmo quando estava claro a todos que os desordeiros haviam sido identificados como criminosos, os advogados negaram obstinadamente os fatos óbvios e fizeram tudo que lhes era possível para ressalvar seus constituintes, esquecendo que o dever fundamental do advogado soviético está em ser sempre honesto e consciencioso. Firmou-se uma opinião a respeito do comportamento dos advogados Rumiantsev e Rybakov..."

Em 1934 foi incorporado oficialmente ao direito soviético com relação a casos de deserção para o exterior. A polícia secreta totalitária, ademais, tem carta branca em casos políticos e a MVD soviética e a Gestapo alemã dispensavam "justiça" através de processos administrativos para os quais não havia possibilidade de apelação. O encerramento em campos de concentração, ou até mesmo execução, na maioria dos casos políticos é tratado dessa forma. Com freqüência a polícia secreta soviética exerce sua prerrogativa de transladar pela fôrça supostos "inimigos do povo" para regiões distantes da URSS, dos quais não têm permissão de sair. Êste método tem sido usado com especial freqüência em relação aos "inimigos do povo" condenados em massa como uma categoria hostil, como os alemães do Volga em 1941.

Em têrmos de desenvolvimento de técnicas de terror totalitário, a polícia secreta soviética geralmente tem sido mais sofisticada em suas operações e tem tido mais êxito em eliminar a oposição do que a Gestapo, principalmente com relação a povos estrangeiros. A MVD tem mostrado muito mais aptidão para infiltrar populações dominadas com redes de informantes; conseqüentemente, a experiência de movimentos subterrâneos em nações controladas pelos comunistas tem sido bastante lamentável. Confiando mais em funcionários locais do que a Gestapo foi capaz, a MVD geralmente tem conseguido cortar pela raiz quaisquer manobras organizacionais de elementos oposicionistas incipientes. E, à diferença dos hábitos da Gestapo, a MVD nunca emprega prisões em massa nas ruas, fuzilamentos de reféns, ou execuções em praça pública, que só servem para intensificar a resistência. As prisões soviéticas são tranqüilas, geralmente à noite; as execuções são realizadas secretamente em câmaras da MVD ou em florestas ermas. A oposição direta é evitada e geralmente tomam-se precauções para evitar resistência aberta. Assim, quando a NKVD prendeu em 1940 o chefe do Movimento Militar Clandestino Polonês, usou de um hábil subterfúgio para disfarçar sua intenção; quando a porta do esconderijo foi aberta em resposta a uma batida, um miliciano comum (não da NKVD) entrou trazendo consigo dois moleiros de aventais brancos, de mãos erguidas. Êsses dois moleiros prontamente apontaram o chefe clandestino, acusando-o de mercado negro. Em seguida, êle foi polidamente convidado a ir até ao distrito policial para averiguação, com o que prontamente concordou, visto que seus papéis estavam em ordem. Logo que entrou no carro da polícia, foi preso pelos dois "moleiros", que se identificaram como coronéis da NKVD. Existem, naturalmente, milhões e milhões de ocorrências semelhantes, muitas delas enterradas nos arquivos da polícia secreta.

Além dos inimigos do povo que se infiltram numa sociedade totalitária, existem, naturalmente, os inimigos ainda mais terríveis que se ocultam além das fronteiras dos sistemas

totalitários. Além da política exterior do regime existem muitas atividades em que a máquina terrorista do regime totalitário se empenha para fazer face a êsses inimigos. Essas atividades dividem-se em duas categorias principais. Existem as atividades, geralmente de natureza criminosa, mediante as quais um regime totalitário busca eliminar, através do assassinato ou do seqüestro, importantes inimigos do regime. A polícia secreta soviética eliminou, ao que se acredita geralmente, Leon Trotsky pela mão de um assassino no México. Outros casos também notórios envolvem dois desertores do serviço secreto soviético: Ignace Reiss e W. G. Krivitsky. Reiss desertou da rede da NKVD na Europa Ocidental por causa dos expurgos na Rússia, protestando especialmente contra a execução do Marechal Tukhachevsky em junho de 1937. Conseguiu fugir aos assassinos da NKVD até setembro, quando seu corpo foi encontrado crivado de balas numa solitária estrada suíça. A polícia suíça estabeleceu o fato de êle ter sido morto por um pelotão de execução da NKVD. Krivitsky, general da NKVD e chefe de sua rede de espionagem na Europa Ocidental, desertou pouco tempo depois e por quatro anos conseguiu escapar a repetidas tentativas de assassinato ou rapto, mas finalmente teve uma morte misteriosa num hotel americano.

Um segundo método, que em muitos sentidos é mais perigoso, consiste na organização de grupos subversivos que, desde a Guerra Civil espanhola tem sido chamados de "Quintas Colunas". Essas Quintas Colunas tornaram-se particularmente conhecidas com relação à conquista da Europa por Hitler. Em todos os países atacados por Hitler, surgiam movimentos auxiliados pela polícia secreta nazista, cujo objetivo era o de organizar seu país segundo o modêlo fascista e cooperar com Hitler ao ponto de abrir mão da independência nacional, se necessário, para cumprir a meta de totalitarização do país. Através dêsse desenvolvimento de Quintas Colunas, a noção de "povo" passa a incluir uma população internacional de simpatizantes. Êste processo de "universalização" do povo é, evidentemente, consumado com maior facilidade quando a própria ideologia é universalista e repousa sôbre o lema "Uní-vos, trabalhadores de todo o mundo!". De qualquer forma, funcionou no caso dos nazistas, e em escala considerável. Seus efeitos psicológicos sôbre o "inimigo" do regime totalitário foram muito maiores, contudo, do que prometia a fôrça real do movimento, e o mesmo efeito de terrorização pode ser observado, atualmente, com relação às "células" comunistas nos Estadqos Unidos. Um estudioso atento dessas atividades de "Quintas Colunas" pôde demonstrar, pelos documentos de que hoje se dispõe, que sòmente nos casos da Tchecoslováquia e da Áustria os movimentos nazistas foram fator verdadeiramente eficaz na conquista do país. Entretanto, sua eficácia na terrorização dos "inimigos do povo", como os consideram os totalitaristas, foi fantástica. Na Holanda, na Bélgica, na França, na Noruega, na Dinamarca — em tôdas as partes,

acreditou-se que o "inimigo interno" fôsse a explicação real do súbito colapso de um país que fôra considerado defensável. (35) Êste inimigo, que quando visto pelo ângulo nazista, era "o povo em marcha", consistia de soldados e oficiais alemães, agentes de polícia e sabotadores, disfarçados como nativos de tôdas as maneiras. Nessas condições, a atmosfera reinante logo adquiria um fantástico espírito kafkiano.

15

Expurgos, confissões e campos

O expurgo é um refinamento do terror totalitário e um aspecto típico da ditadura totalitária. À diferença, porém, do terror que invade tôda a sociedade totalitária, o expurgo tem seu alcance limitado aos que integram o movimento totalitário, só caindo em suas garras, por vêzes fatais, aquêles que parecem, pelo menos superficialmente, ser de todo leais ao regime. Em si, o expurgo resulta tanto dos imperativos de poder da liderança totalitária quanto dos ditames da ideologia oficial, da forma que ela é interpretada pela liderança. É a ação recíproca dessas duas tendências manifestas que torna o expurgo um instrumento sem igual do govêrno totalitário, sem paralelo nos sistemas ditatoriais mais tradicionais.

Como vimos, o terror totalitário mantém, institucionalizada, a guerra civil que produziu originàriamente o movimento totalitário e mediante a qual o regime é capaz de levar avante seu programa, primeiro de desintegração social, e depois de reconstrução social. A pulverização da oposição, tanto real quanto potencial, abre caminho para um coagido entusiasmo público pelas metas oficiais e introduz no sistema uma vigorosa competição de lealdade ao regime. O expurgo, entretanto, é de âmbito mais restrito. Nem judeus nem capitalistas podem ser expurgados, pois, por definição, não fazem parte do sistema. O expurgo só pode ser aplicado contra aquêles que já estejam ungidos, que aceitaram a ideologia totalitária, e que estejam, direta ou indiretamente, associados ao movimento.

Além disso, o expurgo é expressão do vigor e da energia do movimento totalitário e não, como muitos afirmam errôneamente, indicação de sua corrupção e próxima desintegração. Os dirigentes soviéticos proclamam freqüentemente que o Partido se fortalece pelo expurgo e, falando empìricamente, a unidade monolítica do Partido foi realmente forjada através do recurso constante à técnica de expurgo. Os elementos que possìvelmente desafiariam a vontade da liderança eram removidos, muitas vêzes brutalmente, sendo estabelecida uma

coesão interna. De um ponto de vista externo, tais procedimentos podem ser moralmente inaceitáveis, mas o totalitarismo cria sua própria ética, glorificando o êxito e o poder.

A êsse respeito, vale notar que, de uma forma geral, não houve expurgos quando os partidos totalitaristas estavam fracos ou empenhados em conflitos cruciais pelo poder. Só ocorreram durante os períodos de relativa estabilidade política, quando a liderança pôde dar-se ao luxo dessa operação. Além disso, sempre que o expurgo fêz parte de uma luta interna pelo poder, suas manifestações mais violentas, explosivas e generalizadas só surgiram como mera conseqüência dessa mesma luta, significando a vitória de um dos competidores. Constituindo então, essencialmente, uma operação de limpeza, o expurgo não representa, certamente, uma manifestação de debilidade.

Nesse aspecto, o totalitarismo soviético está muito mais desenvolvido que seus equivalentes nazistas ou fascistas. Em virtude de sua existência mais longa, o totalitarismo soviético teve mais tempo para sofrer uma considerável evolução interna, e atravessou fases de desenvolvimento que foram proteladas, tanto na Alemanha como na Itália, pelo irrompimento da guerra. Todavia, a instituição fascista das "Mudanças de Guarda" era, na realidade, uma forma branda de expurgo e atendia à mesma finalidade. O regime soviético pôde pôr em prática seus ambiciosos planos de reconstrução social e já enfrentou duas crises sucessórias, que produziram suas próprias repercussões peculiares. Evidentemente, nada disso ocorreu nas ditaduras fascista (64f; 11; 18f) e nazista, que, até sua desintegração política e militar, permaneceram nos estágios preliminares de desenvolvimento e continuaram a ser dirigidas até o fim por seus iniciadores. Pode-se, naturalmente, fazer referência ao expurgo Roehm, mediante o qual Hitler esmagou a oposição da ala esquerdista das tropas de assalto, eliminando, incidentalmente, vários inimigos preeminentes do movimento, tal como o General Schleicher. (O Dr. Heinrich Brüning, ex-chanceler e inimigo ferrenho do nazismo foi também marcado para extermínio, mas, avisado pela espionagem britânica, evadiu-se). Entretanto, êsse expurgo não teve as características funcionais que notamos nos expurgos das sociedades totalitárias desenvolvidas. O mesmo pode-se observar com respeito às execuções em grande escala que se seguiram ao atentado contra Hitler em 20 de julho de 1944. O extenso movimento de resistência que estivera se desenvolvendo entre os alemães de tôdas as camadas sociais — operários sindicalizados, homens de negócio, funcionários públicos, professores universitários, bem como oficiais do exército — foi conseqüência natural das derrotas sofridas por Hitler na guerra que provocara e da certeza da perda da guerra e da destruição de cidades alemãs por bombardeios (174b; 39b; 169a; 53). Entretanto, o fato de os implicados numa revolta armada, principalmente em tempo de guerra, serem executados não é absolutamente peculiar a uma dita-

dura totalitária, ainda que a crueldade, desumanidade e selvageria com que as punições foram aplicadas sejam de feição totalitária. Tudo isso somado, a conseqüência do atentado de julho de 1944 não parece ter sido um expurgo, no sentido aqui definido de uma "instituição" da ditadura totalitária, mas sim uma ação punitiva resultante da rápida desintegração do regime. Conseqüentemente, somos forçados a concluir que no regime Hitler não se desenvolveu uma verdadeira técnica de expurgo, o mesmo ocorrendo no fascismo italiano. Por conseguinte, uma análise do expurgo deve se fundamentar principalmente na experiência soviética, embora a China também tenha realizado recentemente um verdadeiro expurgo. Contudo, devido a certas qualidades genéricas do govêrno totalitário, a lição soviética pode servir como base para conclusões mais amplas.

A experiência dos expurgos soviéticos sugere não só que as manifestações mais acentuadas do expurgo constituem essencialmente indicação de vigor do movimento totalitário, como também que existe um contínuo estado de expurgo no sistema totalitário. Em certo sentido, portanto, o expurgo é como o movimento ondulatório do oceano, sempre ativo, mas só raramente tempestuoso. A história do Partido Comunista da União Soviética indica que sua liderança, operando num contexto isento dos dispositivos democráticos para assegurar a eficiência mediante aberta competição eleitoral, defronta-se com o dilema de solucionar o problema de eficiência, ao mesmo tempo que é obrigada a manter o partido em sua condição de elite. Visto que êsse estado exclui a possibilidade de qualquer competição política aberta, o problema tem de ser resolvido internamente, e isso através do expurgo. Por conseguinte, êsse expurgo processa-se contìnuamente, com base num constante tráfico de influência, manipulação de grupos e pressões. Em certo sentido, o expurgo é um processo contínuo (18).

Durante crises específicas, o expurgo pode ser utilizado para a realização de objetivos de poder particulares e, se necessário, torna-se bastante violento e de grandes proporções. Assim, o período de transição da ditadura soviética para um moderno regime totalitário industrial, com objetivos sociais de longo alcance, fêz com que a década de trinta se tornasse um período de violentos expurgos em que pereceu um número sem conta de indivíduos. Não constitui o escôpo dêste capítulo prestar um relato pormenorizado dêsse período, mas bastará observar que, da época do assassinato de Kirov em 1934, até a liquidação de Yezhov em 1938, foram expurgados aproximadamente um milhão de membros do Partido, e muitos dêles, mormente os funcionários mais graduados, foram executados. Assim consolidou-se a ditadura stalinista, e Stalin não se jactava ociosamente ao declarar que

> ... após ter esmagado os inimigos do povo e depurado o Partido e as organizações soviéticas de degenerados, o Partido mais ainda se uniu em sua obra política e administrativa, congregando-se ainda mais sòlidamente em tôrno de seu Comitê Central. (190a.).

Contudo, Stalin deixou de observar que o próprio Comitê Central perdera cerca de 75 por cento de seus membros.

Os anos subseqüentes não assistiram a essas aplicações drásticas do expurgo. Não obstante, após o término das hostilidades em 1945, uma série de tranqüilos expurgos varreram o *apparat* do Partido Comunista, bem como os círculos intelectuais, atingindo, após a morte de Zhdanov em 1948, personalidades como Voznesensky e outros íntimos colaboradores do falecido herdeiro presuntivo. Tais expurgos continuaram nos níveis republicanos até a morte de Stalin em 1953, o que lhes deu imediatamente uma conotação política mais específica. O mais notável expurgo depois de 1953 foi o que se seguiu às conseqüências da luta sucessória entre Beria e os outros membros da liderança coletiva instaurada em março de 1953.

Conquanto a história completa dêsse período ainda não tinha sido contada, hoje percebe-se claramente que Beria sentiu-se numa posição insegura, provàvelmente devido às implicações originais da "trama dos médicos judeus" de janeiro de 1953. Ao mesmo tempo, a imprensa soviética insinuou claramente que a "conspiração dos médicos judeus" contra as altas personalidades do regime soviético era tolerada pela polícia secreta. Beria provàvelmente sentiu que devia, portanto, fortalecer sua posição na hierarquia do poder pela colocação de seus correligionários em posições chaves em tôda a URSS. Desta forma êle poderia neutralizar os elementos que haviam patrocinado a intriga de janeiro, que evidentemente o visava. Entretanto, os esforços nesse sentido provocaram, após certo tempo, uma reação dos outros líderes que, por seu turno, sentiam-se ameaçados pelas manobras de Beria. A situação chegou ao clímax em junho de 1953, e Béria foi prêso. Durante o verão e o princípio do outono tentou-se a destituição de seus correligionários dos cargos que ocupavam, e vários dêles foram presos. Beria e seis de seus associados mais íntimos foram executados em dezembro de 1953. Êste episódio ilustra mais uma vez a natureza contínua do expurgo bem como suas recidivas após uma situação de crise.

A experiência dos países satélites também apoia esta tese. Os maiores expurgos nos satélites ocorreram após os regimes estarem sòlidamente instalados no poder, e sua intensidade foi mais pronunciada naqueles países cujos partidos comunistas eram mais fortes. Na Polônia, por exemplo, a violência do expurgo de Gomulka e seus partidários foi muito menor

que o de Slansky na Tchecoslováquia, Rajik na Hungria, ou Kostov na Bulgária.

Por conseguinte, o expurgo parece ser um fenômeno inerente ao totalitarismo moderno, sendo causado tanto pelas condições existenciais do sistema como pelas motivações subjetivas da liderança. O expurgo serve para revigorar o movimento, que muitas vêzes fica eivado de carreiristas e aduladores. Restaura-lhe um sadio fervor revolucionário. Insufla-lhe sangue nôvo — aquilo que Pareto chamou de circulação da elite. Alivia as tensões inerentes a um sistema fechado e, com efeito, observou-se que o expurgo evoca nas massas um feroz sentimento de satisfação à vista da queda de burocratas e funcionários muitas vêzes opressores. Essa "equalização" de infortúnios torna os fardos da opressão política um pouco mais toleráveis para o homem comum, a cujos olhos os senhores, antes invencíveis, são obrigados a morder o pó.

Ao mesmo tempo, o expurgo é utilizado para impedir a estabilização de fôrças políticas em tôrno da liderança totalitária e para impedir o desenvolvimento de sátrapas locais nas províncias que possam debilitar o contrôle central da liderança. Conseqüentemente, cria-se uma instabilidade artificial entre os níveis superiores do Partido, e as deficiências existentes são transferidas dos ombros dos dirigentes para convenientes bodes expiatórios. Isto, por sua vez, permite à liderança totalitária uma considerável liberdade de ação, não obstada por interêsses estáveis de grupos. A abolição do Alto Comando do Exército Vermelho em 1937 foi, ao menos em parte, motivada por êsse objetivo. Não se permite o amadurecimento de nenhuma alternativa ao líder, enquanto que a competição institucionalizada em lealdade assegura a perpetuação de uma indisputada supremacia da liderança.

Assim, o expurgo é um instrumento importante para o govêrno totalitário. Contudo, deve ser utilizado com cautela; a experiência soviética em 1937 demonstra que o expurgo pode fàcilmente tornar-se incontrolável. Sendo um instrumento político, o expurgo opera com o elemento humano, e as fôrças de histeria, o impulso para o poder e a brutalidade podem fàcilmente dominá-lo. O expurgo pode desenvolver um ímpeto e alcançar proporções tais que o próprio sistema seja ameaçado. Seus defensores podem ser tomados de pânico e sua lealdade pode esmorecer. Foi precisamente isto o que sucedeu na União Soviética durante os anos de 1937 e 1938 e desde então a liderança soviética tem sempre evitado empregar o expurgo numa escala total.

Como o expurgo se processa num contexto político, a natureza cambiante dêsse contexto influencia o caráter do expurgo. Assim, originàriamente, durante a primeira década do domínio comunista, o expurgo restringiu-se ao Partido e era efetuado segundo normas partidárias (239). Com a crescente totalitarização do sistema e as fundamentais reformas

sociais e econômicas da década de trinta, o expurgo cresceu em violência e âmbito e tornou-se, ao mesmo tempo, função da polícia secreta. Após a II Guerra Mundial, durante o período de consolidação, o expurgo funcionou sem alardes, removendo do Partido os elementos indesejáveis admitidos durante o conflito, e não irrompeu com violência senão até a luta sucessória. Mesmo então, porém, êle mostrou tendências para se ater aos escalões superiores do regime. Êste fato sugere a possibilidade de que, com a institucionalizada concentração de poder na cúpula e o totalitarismo geral do sistema, os expurgos futuros possam permanecer restritos aos níveis superiores do *apparat*, onde resolver-se-ão todos os conflitos, se necessário, pela violência. O público só terá conhecimento dêsses conflitos após terem se consumado, quando fôrem anunciados os nomes dos expurgados. Isto já parece ter ocorrido nos expurgos soviéticos de 1953.

No entanto, seja qual fôr o caráter futuro assumido pelo expurgo, o totalitarismo moderno necessita do expurgo com vistas à eficiência operacional, e uma das acusações que se pode imputar ao sistema é a de que êle não pode funcionar bem sem o expurgo. Para o bem ou para o mal, os dois estão ligados numa união indissolúvel.

Conseqüência curiosa dos expurgos foram as confissões. "Não desejo clemência. A côrte proletária não deve e não pode poupar minha vida (...) Só tenho um desejo, permanecer com a mesma calma (...) no local de execução e com meu sangue lavar a mancha de um traidor de meu país" — assim clamava um ex-revolucionário bolchevista perante uma côrte stalinista em 1937 (167). E o Promotor Público dizia: "O tempo passará. Os túmulos dos traidores torpes se cobrirão de ervas e espinhos e sôbre êles pairará o eterno desprezo (...) Mas sôbre nosso país ditoso, nosso sol brilhará com seus raios fulgurantes, tão brilhantes e jubilosos como antes" (166).

As confissões, as invectivas vulgares dos promotores, os veredictos de morte e as proclamações de execuções — tudo isso contribuiu para um espírito de terror que dominou a vida soviética durante os famosos anos do Grande Expurgo. As confissões eram especialmente mistificantes e inquietadoras. Ali estavam homens que haviam passado suas vidas em perigo, que haviam enfrentado a morte em numerosas ocasiões, mas que agora curvavam-se, admitiam sua culpa, batiam no peito. Entretanto, nenhum dêsses homens parecia ter sido torturado, dopado ou espancado. Por que confessavam, e por que o regime soviético desejava que confessassem?

Antes de se tentar responder a essas perguntas, é mister observar que as técnicas soviéticas de obter confissões e de encenar julgamentos públicos evoluiram gradualmente para o estágio de refinamento alcançado em meados da década de trinta. Vale também notar que a ênfase no papel das

confissões em julgamentos públicos acompanham paralelamente a ascenção de Stalin a uma posição dominante no Partido. Assim, os primeiros grandes julgamentos que receberam considerável publicidade e nos quais os réus admitiram ser culpados e colaboraram com a acusação só ocorreram em fins da década de vinte e no começo da de trinta. Em 1928 foi "desmascarada" uma conspiração política contra o regime soviético, e os acusados confessaram ter planejado a tomada do poder. Uma versão muito aperfeiçoada dêsse tipo de julgamento foi encenada dois anos mais tarde com o chamado "Julgamento do Partido Industrial". Nesse julgamento eminentes técnicos russos confessaram haver elaborado planos de sabotagem e destruição com o fim de torpedear a economia soviética. Mas ainda aqui a polícia secreta cometeu um lapso cronológico, no caso da implicação de dois supostos "contactos" para a conspiração, que, na realidade, haviam falecido cinco anos antes. Outro revés ocorreu em 1933 no julgamento Metro-Vickers, quando alguns dos técnicos estrangeiros acusados repudiaram suas confissões, tomando coragem em vista da intervenção do govêrno britânico em seu favor. Seus colegas russos, completamente a mercê do regime, mantiveram suas confissões.

Diversos outros julgamentos ocorreram antes dos "grandes espetáculos" de 1936/38. A maior competência da acusação, a natureza mais elaborada das confissões, os casos de dramático confronto e confirmação demonstrados nos julgamentos atestaram que a polícia secreta estava tendo êxito em dominar sua arte. Êste processo de forma geral seguiu paralelo à maior totalitarização do sistema político e à conseqüente necessidade de eliminar as últimas alternativas possíveis ao govêrno stalinista. É êsse fator de evolução que provàvelmente explica porque grandes julgamentos públicos semelhantes não ocorreram na Alemanha nazista. Os alemães entraram na guerra seis anos após a tomada do poder pelo nazismo. Sòmente após o malogrado golpe de julho de 1944 foi que os Tribunais Populares se atiraram com ódio vingativo sôbre adversários reais ou potenciais do regime, e foram encenados julgamentos que exibiam tôdas as qualidades terroristicas.

Ao se tratar do problema geral da confissão no julgamento público totalitário, vale notar, antes de mais nada, que nem todos os prisioneiros políticos são na realidade levados a julgamento. Muitos dêles falecem e sòmente suas alegadas admissões de culpa são na verdade levadas ao tribunal. Com efeito, isso foi o que ocorreu com alguns altos funcionários soviéticos expurgados no período de Stalin e no de Kruchtchov-Malenkov. Os chefes militares, notadamente o Marechal Tukhachevsky, foram executados após um julgamento *incamera* em junho de 1937, e o mesmo destino tiveram Beria e seus associados em dezembro de 1953. Impõe-se claramente a possibilidade de êles terem se recusado a confessar. Contudo, um grande número de acusados confessa. E entre êstes

contam-se homens que, segundo os padrões normais, não podem ser considerados fracos, covardes ou tolos. Portanto, a questão do *por que* de suas confissões ainda espera uma resposta.

Qualquer explicação para êste fenômeno será, é claro, tanto especulativa quanto inconclusiva. Contudo, dispõe-se de informações suficientes, tanto de antigos prisioneiros como de ex-membros de polícias secretas, que proporcionam base para uma análise ao menos parcial (204; 151; 143). Verificamos então que as confissões são obtidas por meio de dois processos paralelos e que coincidem em parte: o fatigamento do prisioneiro, tanto física quanto mentalmente. A primeira técnica tende a ser mais útil para aplicação a não-comunistas, a segunda a comunistas. Ambas, porém, são empregadas simultâneamente, diferindo apenas em grau de aplicação.

O processo de fatigamento, à luz das evidências disponíveis, consiste de quatro métodos principais. Primeiro, há a insônia, induzida por meios como a iluminação da cela durante tôda a noite, a proibição de manter as mãos sob o cobertor, e a obrigação de se deitar, ao tentar dormir, em decúbito dorsal, olhando para cima, em direção à luz elétrica. Nessas condições, o sono não é fácil. Um segundo incômodo físico é o frio, causado por um aquecimento precário. A cela nunca fica realmente fria, mas é mantida sempre mal aquecida e às vêzes até um pouco úmida. Isso também dificulta bastante o repouso. Em terceiro lugar, uma sub-nutrição sistemática mantém o prisioneiro acima do nível de inanição, mas nunca o alimenta adequadamente. Por conseguinte, o alimento torna-se uma obcessão, obscurecendo todos os outros pensamentos. Finalmente, há os intermináveis interrogatórios, que duram amiúde dez horas ininterruptas e são efetuadas por turnos de investigadores, todos êles expressando convicção quanto à culpa do acusado. Freqüentemente êsses interrogatórios incluem tortura e espancamento do prisioneiro (*). Somam-se a isso artifícios como o silêncio sepulcral que reina na prisão, reclusão solitária, gritos ocasionais daqueles que são levados para a câmara de execução. Tudo isso, evidentemente, tende a quebrar a resistência física do prisioneiro.

O outro aspecto, muito mais importante em têrmos do julgamento real, envolve a técnica de pulverização intelectual do prisioneiro. Mediante um processo de fricção intelectual, o prisioneiro é gradualmente induzido a questionar seu próprio julgamento, sua memória e até mesmo seus próprios motivos. É confrontado com testemunhas que repetem, com minúcias, supostas conversas com o prisioneiro, atestando

(*) O emprêgo da tortura física, segundo o discurso secreto de Kruchtchov em 24/25 de fevereiro de 1956, foi especìficamente ordenado em meados da década de trinta pelo próprio Stalin como método de interrogar "inimigos óbvios do povo".

seus maus atos ou intenções. Com o passar do tempo, com os fatôres físicos também desempenhando seu papel, o prisioneiro começa a compreender a inutilidade de maior resistência ou na verdade pode até mesmo começar a aceitar as interpretações que lhes são impostas pela polícia secreta. Uma vez conseguido isto, êle está pronto para exibição pública no tribunal (*).

Essa distorção intelectual da realidade constitui algo que com muito maior probabilidade terá êxito com comunistas do que com não-doutrinados. A maneira de pensar comunista, operando com base no processo dialético, tende geralmente a não fazer distinção entre aspectos tais como predição e preferência. Assim, por exemplo, predizer o colapso soviético equivale a apoiá-lo, como demonstra claramente êsse diálogo entre Vichinsky e Radek, durante o julgamento dêste:

Vishinsky: O senhor era a favor da derrota em 1934?
Radek: Em 1934 eu considerava a derrota inevitável.
Vishinsky: O senhor era a favor da derrota em 1934?
Radek: Se eu pudesse impedir a derrota, seria contra a derrota.
Vishinsky: O senhor julga que não poderia tê-la evitado?
Radek: Eu a julgava um fato inevitável.
Vishinsky: O senhor está respondendo minha pergunta incorretamente. O senhor aceitava tôda a linha de Trotsky que lhe era dada em 1934?
Radek: Em 1934 eu aceitava tôda a linha de Trotsky.
Vishinsky: A derrota fazia parte dela?
Radek: Sim, era uma linha de derrota.
Vishinsky: A linha de Trotsky incluía a derrota?
Radek: Sim.
Vishinsky: O senhor a aceitava?
Radek: Aceitava.
Vishinsky: Portanto, como o senhor a aceitava, estava a favor da derrota?
Radek: Do ponto de vista...
Vishinsky: O senhor lutava pela derrota?
Radek: Sim, é claro.
Vishinsky: Ou seja, o senhor era a favor da derrota?

(*) Recentes estudos psicológicos efetuados em conjunção com o Instituto Nacional de Saúde Mental emprestam uma validez mais científica à hipótese acima. Êsses estudos envolveram experiências nas quais o paciente foi colocado de cabeça para baixo mergulhado num tanque de água (munido de máscara de oxigênio), onde ficava a flutuar. A princípio isto provocava uma sensação de grande prazer e repouso. Após algum tempo, entretanto, sua mente começava a se obscurecer e seu pensamento se desorganizava. Nessa altura, o paciente ficava pronto para um processo de "alimentação" de informações daqueles que conduziam a experiência e o paciente absorvia essas informações como se fôssem idéias próprias, não sendo capaz de distinguir a verdade da falsidade. O paralelo entre isto e os fatos descritos no texto sugere uma explicação real das mais extraordinárias e terríves para o motivo das confissões.

Radek: Naturalmente, se digo que sim, isto significa que lutávamos por ela.
Vishinsky: Então, qual de nós dois está colocando a questão nos têrmos corretos?
Radek: Tanto faz, acho que o senhor não está colocando a questão corretamente.
Vishinsky: Em 1934, então, o senhor não era contra a derrota, mas era a favor da derrota?
Radek: Sim, foi o que eu disse. (168)

O prisioneiro é assim forçado a admitir que a situação que êle esperava que ocorresse era a que desejava. Tendo-a desejado, êle estava, é lógico, trabalhando por ela. Por isso, de nada valeria explicar que o que se desejava era exatamente evitar tal situação, pois como disse Lenin, "(...) na questão não importa absolutamente seus desejos, pensamentos e boas intenções (...) O que importa são os resultados" (111e).

Todos êsses fatôres somados, mais os elementos prováveis de ameaças e promessas de acôrdos, faziam os prisioneiros confessar ou, como sudeceu freqüentemente, cooperar com a promotoria enquanto tentavam fugir a parte da responsabilidade (108). Mas por que estaria o regime tão ansioso por fazer os prisioneiros confessar? A resposta a isso está provàvelmente no caráter de massa do totalitarismo moderno, que funciona na base de lemas para a massa e explicações simplistas. Os julgamentos e as confissões são, conseqüentemente, muito úteis nos programas "educacionais" do regime, e dão às massas explicações simples para todos os males que existem, ao mesmo tempo que justificam o poder e a sabedoria da liderança. Permitir aos prisioneiros defenderem-se, negar as acusações, e interrogarem-se mùtuamente só serviria para complicar as coisas, criar heróis e confundir o público. A confissão, apoiada por testemunhos subsidiários, elimina essas eventualidades e transforma o julgamento público numa importante função educacional de terror.

É notável que no caso das ditaduras fascistas não tenha ocorrido fenômeno semelhante. A causa dessa ausência de confissões é motivo de especulação. Por acaso pertencem elas a uma fase posterior do totalitarismo? (*) São elas parte do peculiar fanatismo dogmático do credo bolchevista? Tôdas essas hipóteses, e mais outras foram aventadas, mas

(*) A possibilidade de que as confissões sejam um aspecto de um período específico do desenvolvimento totalitarista que necessite de persuasão terrorística pode ser indicada pelo fato de que em abril de 1956 o diário de justiça soviético *Sovietskoie gosudarstvo i pravo* criticou Vishinsky por haver fomentado êsse hábito. O fato de que certamente êle não o fomentou sòzinho (e de estar convenientemente morto) sugere que essa crítica deve ser tomada *cum grano salis*. Só o futuro dirá até onde ela tem fundamento; possìvelmente, porém, em algum julgamento alguns associados de Vishinsky *confessarão* ter iniciado êsse odioso costume de confissões.

tudo o que sabemos com certeza é que elas não ocorreram no fascismo, mas que ocorreram nos satélites ocidentais, embora com menos freqüência. Recentemente afirmou-se que fenômeno análogo sucedeu na época dos Tudor (253).

O campo de concentração é outro aspecto familiar e significativo do terror totalitarista. O campo de concentração é uma das características típicas dêsses sistemas, sem equivalente nas tradicionais instituições coercitivas dos regimes constitucionais ou absolutistas. Em certo sentido, uma das provas do caráter "totalitário" de um regime é a presença ou a ausência de campos de concentração. Êsses campos de concentração destinam-se a receber aquêles elementos da sociedade que, por uma razão ou por outra, são tidos como incapazes de se ajustar à sociedade totalitária (Vd. Capítulos 13, 14). No campo de concentração terão oportunidade de se redimir e de se tornarem novamente úteis à sociedade. O fato de a maioria das vítimas morrerem durante o processo é, segundo o ponto de vista totalitário, meramente incidental.

Segundo Eugen Kogon, que escreveu o que constitui seguramente o mais lúcido estudo do campo de concentração (embora haja limitado sua análise à Alemanha nazista), êsses campos (chamados Kazett-Kz, de *Konzentrationslager*) eram a expressão mais nítida do sistema de terror, e ao mesmo tempo seu método mais eficiente (95; 176). Kogon acredita que a finalidade dos campos era a de eliminar todos os inimigos reais, potenciais e imaginários do regime, primeiro segregando-os, depois humilhando-os, arrasando-os e destruindo-os, preferindo matar dez inocentes a deixar um "culpado" escapar. Kogon admite que houvesse vários propósitos colaterais; entre êsses, Kogon observa que os campos serviam também para proporcionar uma área de treinamento para a "elite" de Himmler — homens que aprenderiam a ser duros e impiedosos, especialistas em brutalidade, cujos instintos de ódio, dominação e opressão assim se desenvolveriam. Havia também o propósito de dar aos chefes da SS escravos que serviriam a seus senhores num constante pavor, enquanto conviesse aos chefes mantê-los vivos.

Os campos começaram de uma forma relativamente modesta, mais ou menos uma dúzia, sem mais que aproximadamente mil reclusos em cada um dêles. Os atos de tortura revoltante que estão suficientemente comprovados não constituíam, a princípio, um sistema. Foram conseqüência da brutalidade de guardas individuais, mas Heinrich Himmler e seus SS logo passaram a sistematizar essas práticas, transformando-as num elaborado ritual. Eram administradas de um centro, comandados diretamente por Himmeler. Mais tarde os campos foram divididos em três categorias, os campos de trabalho que eram, relativamente, os mais brandos, o segundo grupo muito mais severo, e finalmente aquêles que eram chamados de "moinhos de ossos", aos quais poucos sobreviviam. Essas distinções, porém, não são de grande

importância. Dachau, por exemplo, sempre permaneceu no Grupo 1, como campo de trabalho, embora na realidade estivesse entre os piores.

Ainda não é possível afirmar com segurança o número de pessoas que foram enviadas para os campos. Kogon está convencido de que milhões de indivíduos passaram pelos campos no decorrer do regime nazista. Visto que pelo menos 3,5 a 4,5 milhões de pessoas foram mortas sòmente em Auschwitz (Oswiecim), 8 a 10 milhões não parece ser um número exagerado. Provàvelmente, porém, nunca chegou a haver mais de um milhão de pessoas nos campos simultâneamente, considerando-se que até mesmo os campos maiores, como Dachau, Buchenwald e Sachsenhausen, raramente tinham mais de 100.000 internados. Parece que, próximo ao fim, Himmler mencionou num decreto um número de aproximadamente 600.000 pessoas, numa época em que aproximadamente meio milhão de prisioneiros já haviam sido libertados pelos exércitos Aliados.

Quais eram os principais tipos de seres humanos encerrados nesses campos? Segundo a concepção das SS, havia quatro grupos principais: (1) os inimigos políticos do regime, (2) os membros de raças inferiores e as pessoas que pareciam "biològicamente inferiores", (3) criminosos e (4) "pessoas associais". É evidente que essas categorias eram muito flexíveis, que não eram absolutamente interpretadas por tribunais ou órgãos judiciários, mas sim pelo mero arbítrio da liderança das SS. Na segunda categoria encontramos, até 1939, judeus e pessoas com êles relacionadas. Criminosos não eram necessàriamente homens que houvessem cometido crimes, mas também aquêles que pudessem cometê-los ou que no passado houvessem cometido crimes. Entre os "associais" estavam, além de vagabundos, bêbedos, proxenetas, etc., muitas pessoas que nada haviam feito além de chegar atrazadas ao trabalho ou ofender algum nazista. Entre os inimigos políticos do regime encontravam-se uma ampla variedade de pessoas, inclusive nazistas dissidentes, eclesiásticos (principalmente católicos), e Testemunhas de Jeová.

Kogon, Rousset e outros demonstraram que os diretores de campo e seus sequazes dependiam, em um grau considerável, dos próprios prisioneiros para o funcionamento dos campos. Desenvolveram a arte de lançar um grupo contra outro; os comunistas eram incentivados a maltratar socialistas, e aos criminosos, especialmente, eram dados ensejos freqüentes de praticar suas várias "artes" contra companheiros de prisão. Paralelas a êsse sistema, várias organizações secretas se formaram entre os prisioneiros e criaram-se complexos mecanismos de defesa contra as horripilantes realidades da vida nos campos. Compensando, num sentido elevado, a depravação dos SS e de seus comparsas, surgiram exemplos de camaradagem altruísta e heróica abnegação. O mundo dos campos, inacreditável do ponto de vista de uma sociedade liberal e civilizada, reduzia os seres humanos à sua

essência última; torpezas, corrupção e deboche inacreditáveis eram contrabalançados por atos de santidade e por exemplos do que há de mais belo e nobre no homem.

Os campos de trabalho soviéticos começaram a surgir em grande escala durante a década de trinta a fim de acomodar as centenas de milhares de culaques deportados. Êsses camponeses desapropriados eram tangidos para campos provisórios e utilizados como mão de obra barata na construção de projetos como o canal Stalin no norte semi-ártico. Desnecessário é dizer que a taxa de mortalidade era muito elevada. Concomitantemente, houve o gradual aumento no número de prisioneiros políticos, começando com os elementos oposicionistas do partido e depois englobando os muitos milhares presos durante os grandes expurgos de trinta. Os campos soviéticos assumiram paulatinamente um caráter mais político, e tornaram-se os principais depósitos de supostos inimigos do sistema soviético. Durante a guerra uniram-se a êsses prisioneiros centenas de milhares de poloneses, bálticos, finlandeses e, posteriormente, outros centro-europeus, e até mesmo um punhado de americanos e britânicos. As únicas exceções consistiram daqueles que foram executados sumàriamente, como os quatro mil oficiais poloneses massacrados na floresta de Katyn, e aquêles considerados bastante importantes para serem colocados em reclusão solitária em Lublyanka, a principal prisão da polícia secreta, no centro de Moscou (140).

Teòricamente, os campos de concentração soviéticos são "campos correcionais de trabalho", destinados a "purificar" o prisioneiro e treiná-lo para admissão como cidadão soviético. Contudo, todos os depoimentos de ex-prisioneiros salientam que o índice de mortalidade é altíssimo, e que poucos prisioneiros políticos são libertados (79; 66). Assim, a sentença de internação em campos significa para a maior parte das vítimas uma protelada pena de morte. Os campos são dirigidos pela Administração Principal de Campos (GULAG) do Ministério de Negócios Interiores (MVD). É a MVD que estabelece as quotas de trabalho, os padrões de vida, os regulamentos internos e a distribuição de prisioneiros. A GULAG faz também uma importante contribuição para a economia estatal soviética. Segundo o "Plano Oficial de Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS para o ano de 1941", capturado pelos alemães, a parcela da polícia secreta do investimento de capital projetado atingiu ao montante de 18 por cento do total planejado (47h). Isto não atingia notórios empreendimentos da MVD tal como a indústria madeireira no norte ou a mineração de ouro em Kolyma. Òbviamente, vastos programas como êsses exigem muitos prisioneiros e as diversas estimativas de trabalho forçado na URSS orçam pela casa dos milhões. (237)

Outro aspecto impressionante do sistema de trabalho forçado soviético é que, não poucas vêzes, a polícia secreta dá seus prisioneiros em aluguel a agências locais para a reali-

zação de algum projeto de construção. Quando isto ocorre, as duas partes firmam um contrato elaborado, especificando todos os pormenores e fixando os preços a serem pagos à polícia secreta. Concluída sua tarefa, os prisioneiros, ou melhor dizendo, os escravos, voltam à custódia da polícia secreta.

Após a morte de Stalin em 1953, e especialmente depois da prisão de Beria em junho do mesmo ano, uma onda de intranqüilidade varreu os campos, culminando numa séria revolta nos campos de mineração de carvão em Vorkuta. O regime conseguiu sufocar as revoltas, ou greves, mas encarou-as com bastante seriedade a ponto de empreender certas reformas. A administração dos campos, segundo alguns depoimentos, passou a ser feita pelo Ministério da Justiça, e tentou-se melhorar um pouco suas condições internas. Aos prisioneiros criminais não mais se permitiu impor o terror sôbre os prisioneiros políticos nem eliminá-los, e os prisioneiros que ultrapassavam suas quotas de trabalho passaram a ter suas penas diminuídas proporcionalmente. Por sua vez, isto ajudou, naturalmente, a aumentar a produtividade dos prisioneiros, uma questão não estranha aos interêsses do regime.

No outono de 1955 o regime pós-stalinista empenhou-se nas primeiras libertações em grande escala a prisioneiros políticos. O alcance dessa anistia ainda não está estabelecido; ao que se sabe, ela não teve como conseqüência a extinção dos campos de trabalho, e essa odiosa instituição ainda desempenha um papel importante no arsenal de terror soviético. Não obstante, como resultado dessa política, muitos prisioneiros políticos encarcerados durante os expurgos ganharam liberdade, inclusive velhos bolchevistas que passaram os últimos vinte anos atrás do arame farpado. Muitos dos prisioneiros estrangeiros também foram libertados, embora existam indicações de que nesse caso a anistia, na melhor das hipóteses, foi apenas parcial. Entre os grupos principais havia dois muito diferentes entre si: combatentes clandestinos poloneses capturados pela polícia secreta soviética em 1945 e 1946, e que, após lutarem contra os nazistas durante cinco anos, passaram os anos de após-guerra em trabalhos forçados; e aproximadamente 10.000 prisioneiros alemães, classificados pela URSS como "criminosos de guerra". Contudo, o número de libertados é pequeno em proporção às centenas de milhares de prisioneiros que, não libertados, provàvelmente morreram.

No que concerne ao impacto geral dos campos de concentração, recentes estudos psicológicos parecem afirmar que o mêdo do campo é muitíssimo maior fora do que dentro do campo. Até certo ponto, isto é causado pelo costume totalitário de manter uma cortina de mistério em tôrno do campo de concentração. Aos raros prisioneiros libertados se ordena, sob pena de severas punições, silenciarem a respeito de suas experiências. Em conseqüência disso, os campos de concen-

tração representam, para as grandes massas da população, o grande e temível desconhecido. O julgamento público ocasional, com o mistificante espetáculo de confissão, mais ainda realça êsse sentimento. tão típico da atmosfera do terror totalitário.

Expurgos, confissões e campos são, assim, parte do arsenal de um sistema totalitário desenvolvido. Estão presentes em vários graus de intensidade, dependendo do estágio de desenvolvimento, em todos os sistemas totalitários. Desenvolveram-se ao máximo nas ditaduras comunistas, onde maiores foram as reformas sociais, a eliminação em massa e as lutas sucessórias no seio do partido. Entretanto, as provas disponíveis sugerem que, tivesse o regime nazista sobrevivido a Hitler, a luta sucessória e o conflito ideológico entre Bormann, Goering e Himmler produziria igualmente expurgos em grande escala após sua conclusão. Para o sistema totalitarista, o expurgo proporciona o mecanismo de eliminação e estímulo aos "eleitos", as confissões são úteis para depreciar a oposição e salientar a infalibilidade da liderança, ao passo que os campos oferecem mão de obra barata e um instrumento para a liquidação dos "inimigos do povo". Todos três dão sua contribuição para a onipresente atmosfera de terror pela qual o regime totalitarista tenta construir seu futuro feliz.

16

Os limites do terror: o vácuo

Sob tôdas suas formas, o terror é um fenômeno tão formidável que não parece haver fuga possível. Quando reforçado pela propaganda totalitária, êle invoca o espectro de uma população de milhões de pessoas que pensam e falam da mesma maneira. Entretanto, existem limites; embora fluidos, são muito importantes. Além dos "grupos de isolamento" que serão estudados na parte final desta análise, existe um padrão de reação que falsifica tôda a comunicação entre chefes e chefiados, desde o ditador ao mais humilde funcionário do partido, ultrapassando mesmo o âmbito do partido e afetando tôdas as relações de subordinação, corroendo e por fim destruindo tôda autoridade verdadeira (247c; 59d).

A essa ausência de comunicação eficiente, tanto na hierarquia do partido como com o resto do povo e do mundo, daremos o nome de vácuo. Êsse vácuo surge nos regimes totalitários como uma espécie de espaço vazio em tôrno dos dirigentes, um vazio de penetração cada vez mais difícil. Uma lenta desintegração, que afeta tôdas as relações humanas, lança os indivíduos uns contra os outros e provoca suspeitas mútuas, de modo que os indivíduos se isolam e os laços de

confiança nas relações sociais são corroídos pelo terror e pela propaganda, pela espionagem, pela delação e pela traição, até que o tecido social ameaça romper-se. Esfavela-se a confiança que de ordinário une o gerente de uma fábrica a seus subordinados, os membros do corpo docente de uma universidade entre si e a seus alunos, advogado a cliente, médio a paciente, pais a filhos, irmãos a irmãs. A essência dêsse processo de desintegração parece ser o rompimento da possibilidade de comunicação — a propagação do vácuo. Isolamento e ansiedade tornam-se a conseqüência universal. E a única resposta que a ditadura totalitária tem a oferecer a essa desintegração das relações humanas é mais coerção organizada, mais propaganda, mais terror.

No folclore do despotismo encontramos uma lenda que se criou para enaltecer a sabedoria do chefe, mas que ao mesmo tempo ilustra êsse problema da ruptura da comunicação à medida que o poder se torna absoluto. Harun Al-Raschid, diz a lenda, era bastante sábio para compreender que seus subordinados seriam propensos a abusar de seus poderes, e, ao invés de utilizá-los para o bem da comunidade e do bem-estar comum, oprimissem e explorassem o povo. Entretanto, como não tinha nenhuma maneira segura de conhecer as opiniões do homem da rua através dos meios regulares, porquanto todos êles eram controlados pelos próprios subordinados que êle queria pôr à prova, o grande Califa às vêzes se disfarçava e misturava-se com o povo, nas trevas da noite, nas tavernas e nas ruas para escutar suas queixas. E, de acôrdo com o que ouvia, julgava aquêles a quem o povo chamava de corruptos. Êsse problema existe em tôdas as organizações humanas, mas em um govêrno constitucional organizado (e nas correspondentes organizações particulares), essa verificação faz-se pronta e contìnuamente em conseqüência da crítica aberta externada por seus membros, não só em reuniões formais, como também informalmente pela imprensa, pelo rádio e todos os outros meios. Nas ditaduras totalitárias, a verificação torna-se extremamente difícil, se não impossível.

Poder-se-ia sugerir que as ditaduras totalitárias adotassem algum meio institucional como a censura da China Imperial. Êsses censores eram homens cercados por tradição e por proteção imperial, homens com o maior grau de independência, que viajavam pelas províncias do Império e que ouviam as queixas de todos que se considerassem oprimidos e explorados. Sem alarde, julgavam até o governador de uma província. A idéia era, evidentemente, a de que êsses censores representavam realmente o Imperador, sendo-lhes prestadas, por isso, grandes honras. Mas o funcionamento da instituição dos censores repousava claramente no sistema confuciano, que acentuava um estático bem público, o *li*, a tradição, os costumes e as boas maneiras. De certa forma, é difícil imaginar algo mais diamètricamente oposto ao dinamismo totalitário que o Império Confuciano. Numa ditadura

totalitária uma instituição de censores torna-se-ia imediatamente ou um ritual inócuo ou um centro de poder rival.

Parte da função dêsses censores, a função de verificação, tem, às vêzes sido atribuída à polícia secreta nos sistemas totalitários. Sabemos hoje que as tropas SS de Himmler investigaram extensamente a atitude do povo alemão durante a guerra. Muitos dêsses relatórios mostram uma extraordinária franqueza a respeito do titubeante apoio ao regime. Mas temos todos os motivos para crer que êsses relatórios nunca chegaram a Hitler, nem mesmo em forma abreviada. Não está claro ainda nem mesmo quantos chegaram a Himmler. O terror que invade os funcionários do partido e da polícia secreta, não menos que o povo, atua como uma inibição para o relato da verdade. Os pesquisadores falsificam seus relatórios na esperança de ganhar o favor de seus superiores. Veremos mais adiante como essa tendência de fingir que os resultados são melhores e mais favoráveis para o regime e de fazer modificações não só em relatórios sôbre atitudes como também nos de produção e manutenção de emprêsas industriais influi no planejamento industrial (Capítulos 18, 19).

Uma situação semelhante surgiu na Itália. Pelas "Memórias" de Leto ficamos sabendo que dentre os lugar-tenentes de Mussolini, sòmente Rocchini tinha coragem de dizer-lhe que o povo italiano opunha-se amargamente a que o país entrasse na II Guerra Mundial; Starace afirmou mesmo que quase todos os italianos formariam ao lado do Duce (116a). Da mesma forma, o Duce estava mal informado quanto ao estado da preparação militar da Itália; seus subordinados preferiam agradar seu chefe apresentando-lhe cálculos otimistas, falando do vigor do regime (116b).

Essa manipulação de relatórios afeta também o serviço de informações da URSS e, portanto, suas relações exteriores. O serviço de informações soviético é um pouco prejudicado pelo fato de ter de trabalhar, pelo menos em certos aspectos, em conjunção e através de partidos comunistas locais. Se tentasse agir sem seu auxílio, logo se veria em dificuldades, principalmente com referência ao problema de recrutamento de agentes e contactos, bem como de infiltração nos serviços públicos das potências estrangeiras (177). Mas quando o serviço de informações utiliza a organização do partido comunista local, expõe-se ao perigo dêsse processo de falsificação, motivado tanto pelo mêdo do centro de Moscou como por cegueira ideológica. Os líderes comunistas locais, receosos do desagrado de Moscou e de subseqüentes expurgos, podem fàcilmente desenvolver uma tendência no sentido de superestimar sua fôrça e o grau de desintegração interna do sistema capitalista. Os êrros de cálculo soviéticos na França e na Itália em 1947 e 1948 são os mais recentes entre muitos exemplos dêsse fato, remontando aos dias do Comintern e da malograda aventura soviética na China. Também na época do bloqueio de Berlim, empreendido pela URSS em junho

de 1948 para neutralizar a reforma monetária que os Aliados ocidentais haviam instituído após prolongada obstrução soviética (27; 241a), ficou claro que a União Soviética, com base nas informações do SED (Partido Socialista Unido), havia confiado em que os alemães de Berlim renunciassem à causa Aliada e se submetessem ao ponto de vista soviético, quando, na realidade, mesmo um serviço de informações elementar poderia ter previsto o contrário. Na verdade, há motivos para se acreditar que tôda a política soviética na Alemanha foi, até certo ponto, conseqüência dêsse mau assessoramento, devido a um crédito excessivo nas informações dos comunistas alemães.

Contudo, seria errôneo concluir, por isso, que o serviço soviético de informações, tanto na URSS como no exterior funciona como se usasse óculos vermelhos. A liderança soviética, como provas conclusivas demonstram claramente, envida esforços especiais para estabelecer canais alternados de informação e contrôle a fim de eliminar precisamente êsse elemento de otimismo e distorção. A espionagem soviética no exterior, além de colaborar còm os núcleos comunistas locais, dirige também, redes independentes, subordinadas diretamente a Moscou. As revelações sôbre espionagem de Guzenko e Petrov mostram que existem normalmente cinco dessas redes num país sujeito a intensa espionagem soviética: uma opera através dos partidos comunistas locais, outra é dirigida pela MVD, uma terceira rede colhe informações militares, uma quarta trata de espionagem comercial e, finalmente, existe a rede de informações do serviço exterior. As discrepâncias excessivas podem assim ser verificadas com maior facilidade quando todos êsses relatórios são processados em Moscou e submetidos aos formuladores da política. Da mesma forma, em sua espionagem nacional, os dirigentes soviéticos têm o cuidado de não se tornar dependentes de uma única fonte de informações. Além da polícia secreta e dos canais regulares do Partido, existem as Comissões de Contrôle do Partido, que investigam as atividades partidárias em todos os setôres da sociedade, o Contrôle do Ministério do Estado, que tem a incumbência específica de investigar as atividades administrativas e preparar relatórios independentes sôbre suas operações, e o Procurador Geral e seus subordinados, que recentemente foram investidos de poderes de investigação adicionais (285). Há também a técnica conhecida como *samokritika,* ou auto-crítica, mediante a qual autoridades e funcionários soviéticos, assim como o povo em geral, são encorajados a fazer crítica às operações, *mas não à política,* do Partido, do govêrno e das emprêsas econômicas. Isto serve não só para dar vasão à agressividade recalcada, como é também útil em revelar aos líderes fraquezas, abusos e atitudes da opinião pública.

Não obstante tudo isso, o regime soviético não está livre, embora pareça estar mais livre que a ditadura nazista, da maldição do vácuo. Contudo, parece que isto se deve mais

a um dogmatismo ideológico geral que a uma pura falta de informações adequadas e precisas. A maneira como os fatos objetivos são reunidos e interpretados é predeterminada pelas necessidades ideológicas do sistema. O exemplo mais clássico disto é o famoso debate Varga, no qual uma correta avaliação da situação econômica americana foi censurada como falsa e Varga foi obrigado a renegar as asserções que havia feito antes da II Guerra Mundial de que os Estados Unidos não estavam ameaçados por uma iminente crise econômica. Conseqüentemente, a União Soviética continuou a agir na suposição de que os Estados Unidos seriam obrigados a fazer concessões políticas à URSS em troca da continuidade de suas relações econômicas, e até mesmo conceder à URSS um empréstimo para evitar uma catástrofe na economia norte-americana. Só o futuro dirá se a atual liderança soviética pode manter-se acima dessa espécie de falso otimismo (*).

Algo semelhante poderia ser dito com referência à política de Hitler em relação à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos. Embora lêsse constantemente recortes da imprensa estrangeira, Hitler não recebia nenhuma informação séria tanto sôbre o rumo provável da política anglo-americana, quanto sôbre a tendência da opinião em ambos os países. Ao tomar a decisão de declarar guerra à Polônia, Hitler pareceu esperar que os britânicos não fizessem mais que um gesto de ação, e esperou até o fim poder manter os Estados Unidos fora da guerra. Os esforços de certas pessoas habilitadas, principalmente no Ministério das Relações Exteriores, em fornecer a Hitler dados mais verdadeiros, foram torpedeados pelos funcionários do partido que detinham o mando (186; 234). Êsse fato não diminui sua responsabilidade moral, é claro, mas mostra o efeito catastrófico do fator que estamos analizando, como uma conseqüência involuntária do terror totalitário. Uma anedota não confirmada a respeito de Hitler no tempo de Munique ajusta-se bem ao caso. Conta-se que Hitler fazia um cruzeiro em companhia de altas personalidades nazistas e homens de negócios no verão de 1938. Hitler recebia o Almirante Horthy a bordo de um navio de guerra. Todos os presentes partilhavam da convicção geral de que uma guerra seria desastrosa para a Alemanha e que era necessário advertir Hitler do rumo provável que ela tomaria, em vista da atitude imprevisível da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. A anedota conta então, com grande jocosidade, como cada um dos homens insistia em que o outro era melhor qualificado e estava em melhor situação para informar Hitler: Goering, por ser o seguinte na hierarquia; Himmler, porque tinha acesso a tôdas as espécies de informações secretas; o

(*) Após a visita de Kruchtchov e Bulganin à Inglaterra, noticiou-se que os líderes soviéticos manifestaram surprêsa ante o alto nível do padrão de vida (*New York Times*, 30/4/56), o que constituiria indicação de profundo desconhecimento das verdadeiras condições de vida no exterior.

principal empresário, por estar livre de ligações oficiais, e assim por diante. No final, ninguém informou Hitler de nada, porque ninguém desejava incorrer na ira do *Führer*, dizendo-lhe algo que êle não gostaria de ouvir. Da mesma forma, quando Hitler resolveu iniciar a guerra, nos fatídicos dias de agôsto de 1939, êle se isolou e nenhum assessor, nem mesmo Goering, não se falando de diplomatas estrangeiros — segundo o doloroso relato de Sir Nevile Henderson — conseguia chegar até Hitler (77b).

Não especìficamente o vácuo, mas seu efeito nos dirigentes totalitários, fêz com que um eminente estudioso dêsses problemas fizesse o seguinte comentário:

> Onde os instrumentos do esclarecimento público estão inteiramente sob o domínio da ativa elite governante, os controladores dos meios de comunicação constroem um mundo de fantasias em que as imagens comunicadas ao povo pouco tem a ver com a realidade. O fluxo de comunicação público torna-se a tal ponto dogmático e protocolar que se torna impróprio considerar o contrôle de comunicações como um problema de propaganda. Seria mais exato pensar em ritualização que em propaganda (...) (59e).

Sem dúvida essa espécie de ritualização existe até certo ponto. Por outro lado, repetidas alterações impostas às linhas reais de comunicação, envolvendo sérias contradições da posição da liderança, indicam que grandes quantidades de material propagandístico continuam a ser emitidas. O "mundo de fantasias" em que vive o ditador, e que é produto do vácuo criado pelo terror ao redor dêle, desempenha seu papel na competição com o mundo real que o ditador procura dominar.

O que ocorre na natureza ocorre também na sociedade — o vácuo não é absoluto. E visto que os ditadores totalitários, não menos que Harum Al-Rashid, percebem até certo ponto seu isolamento, vários esforços são feitos para reduzir o "ar rarefeito" que os rodeia. Isto é um problema tanto de formação como de propagação. No que se refere ao último, desenvolveu-se a técnica de campanhas ao pé do ouvido. Um alto funcionário do partido entra em contacto com alguns amigos um pouco abaixo na hierarquia e, de uma maneira inteiramente confidencial, informa-os de algo muito admirável ou secreto. Êle sabe perfeitamente que êles dirão aquilo a outra pessoa, também em segrêdo, e assim por diante. Essa técnica foi e ainda é empregada com o propósito de dar falsas informações a correspondentes estrangeiros. Essa técnica não é, naturalmente, desconhecida em outras sociedades; entretanto, nessas cumpre uma finalidade radicalmente diferente. É o meio de penetrar um nevoeiro, não o de preencher um vácuo.

O vácuo tem ainda outro efeito curioso, no que concerne à exaustão. Nas ditaduras totalitárias o povo passa a suspeitar tanto de tôdas as comunicações, julgar que tôda notícia seja propaganda, que até mesmo os fatos mais importantes são tidos como falsos. De sorte que, ainda em 12 de setembro de 1939, os alemães declaravam não saber, ou melhor, não acreditar que a Grã-Bretanha e a França haviam declarado guerra à Alemanha. A reação do povo alemão às espalhafatosas manchetes da imprensa de Goebbels fôra, evidentemente, crer que se tratrava de outra campanha de propaganda. Na época da rebelião de Franco, quando a imprensa noticiou, corretamente, que a Marinha inglêsa estava fazendo demonstrações no Mediterrâneo ocidental, uma generalizada reação da opinião pública na Alemanha gerou um mêdo genuíno da guerra, pois o povo se convenceu que a Marinha inglêsa estava fazendo demonstrações não no Mediterrâneo Ocidental, mas na costa do Mar do Norte que banha a Alemanha (67b). Em seus diários Goebbels relata vários outros exemplos dessa espécie e o conjunto dos diários proporciona uma eloqüente ilustração da teoria do vácuo; à medida que a guerra se desenrolava, o problema de atingir à massa alemã tornou-se cada vez mais difícil (*).

Na União Soviética a guerra também deu origem a muitos boatos que varreram a população através da agência de notícias UMD — tradução da sigla popular e sintomática da frase russa "uma mulher disse..." Durante o período de reveses soviéticos iniciais, relatos muito exagerados de derrotas soviéticas, fugas de chefes, e outras coisas dêsse quilate passaram de bôca em bôca, contradizendo as transmissões da rádio oficial e as notas da imprensa. Mais tarde, já em 1943 e 1944, como corolários às muitas promessas de um futuro feliz feitas pelos dirigentes soviéticos, circularam boatos de que o govêrno soviético decidira pôr fim à coletivização da agricultura e a libertar todos os prisioneiros políticos. É possível até que êsses boatos tenham sido provocados pelo próprio govêrno, a fim de ganhar o apoio do público para o esfôrço de guerra. Seja como fôr, algumas entrevistas com ex-cidadãos soviéticos indicam que êsses boatos eram geralmente tidos como verdadeiros, e a população muito se decepcionou com a aspereza das políticas stalinistas de após-guerra.

(*) Na verdade, êste problema também atormentou aquêles que estavam incumbidos da propaganda de guerra nas democracias ocidentais, pois durante a guerra foram instituídas "ditaduras constitucionais", e os contrôles sôbre as notícias que surgiram em decorrência dessa concentração de poder temporária fizeram com que o público se tornasse cada vez mais desconfiado.

Todos os dados de que dispomos seriam de molde a sugerir que o vácuo atua como um câncer nos sistemas totalitários. Isto significa que seu crescimento põe em perigo a continuidade da exigência do esquema totalitário. Pode até mesmo atirar essa ditadura numa calamitosa aventura exterior, como foram as guerras de Hitler. A ignorância de Stalin a respeito da situação agrícola tornou o problema de alimentação na URSS muito mais sério, segundo as revelações de Kruchov no XX Congresso do Partido. É difícil perceber a realidade num vávuo criado por mêdo e mentiras, e mantido pela violência.

V — A ECONOMIA DIRIGIDA

17

A burocratização totalitária

Quer o grito de guerra seja "expropriação dos exploradores" ou "antes do egoísmo o bem comum" (*), as ditaduras totalitárias apresentam uma economia centralizada como o sexto aspecto de sua síndrome. Essa economia centralizada, que passaremos a estudar, exige um número sempre maior de funcionários públicos para cumprir tôdas as funções de que tal economia necessita. Entretanto, além da nomeação de todos os funcionários públicos necessários, ocorre uma burocratização de enormes setôres de atividade administrativa fora do sistema governamental formal. Os alemães proclamaram a *Gleichschaltung,* ou seja, a coordenação de tôdas as organizações, como uma das metas do regime. Com isso queriam dizer que, em conformidade com o princípio de liderança, "os líderes" de tôdas as organizações deveriam ser nomeados pelo govêrno e que êsses líderes escolhidos deteriam então a espécie de autoridade absoluta em sua organização que o princípio de liderança impunha a todos quanto se encontrassem na linha da hierarquia oficial. Na Itália, a idéia do estado corporativo atendia a um propósito semelhante, no que se refere à economia; tôdas as organizações, fôssem elas emprêsas de comércio ou indústria ou sindicatos, seriam integradas na estrutura hierárquica encabeçada pelo Duce. Descreveremos êsses sistemas com maiores detalhes nos Capítulos 19, 20 e 21. É óbvio que, através de arranjos como êsses, os funcionários de quase tôdas as organizações tornam-se burocratas; a diferença entre êles e os funcionários públicos verdadeiros não é de prerequisitos formais, como direito a pensões e estabilidade, mas de função política real. Vistas sob essa perspectiva, as funções de um gerente comercial numa corporação fascista e a de um gerente de fábrica num truste soviético são muito semelhantes. Ambos são funcionários dependentes de uma imensa máquina controlada pelo govêrno. Em suma, depara-se-nos o que pode ser chamado de burocratização total.

No entanto, há tendências em conflito. Estudando a burocracia dos regimes totalitários do ponto de vista de um conceito evolutivo da burocracia, como está implícito na

(*) *Gemeinnutz geht vor Eigennutz* é uma frase que não se presta a uma fácil tradução, devido às suas aliterações. A tradução literal "o benefício comum precede o benefício individual" é fraca.

conhecida análise de Max Weber (225b; 154; 226; 134a), seremos forçados a concluir que o totalitarismo, embora aumente a burocracia, também a corrompe. Os seis aspectos ou elementos que se repetem numa burocracia em desenvolvimento do tipo ocidental moderno são a centralização de contrôle e de supervisão (aspecto hierárquico), diferenciação de funções, qualificação para o cargo, objetividade, precisão e continuidade, e secretividade (discrição). Os três primeiros são aspectos ou critérios administrativos, os três últimos aspetos ou critérios de procedimento. Podemos considerá-los critérios quando os empregamos como medidas para a determinação da extensão da burocratização; pois todos êles podem existir em grau maior ou menor, e é êsse grau que determina o grau de burocratização. Naturalmente, nunca são plenamente atingidos; conforme o caso, não poderia haver na administração real uma completa centralização, uma completa diferenciação, e assim por diante.

Contudo, o que encontramos nas ditaduras totalitárias é um acentuado desvio ou retrocesso onde existiu anteriormente um maior grau de burocratização. A centralização do contrôle e da supervisão dá lugar a um conflito entre a burocracia do partido e a do govêrno, a centralização é invalidada por sátrapas locais como os *Gauleiters*, e a lealdade partidária substitui a qualificação profissional para o cargo.

Então, em têrmos de tal conceito de burocracia desenvolvida, os sistemas totalitários mostram-se regressivos. A submissão da burocracia à interferência e ao contrôle do partido, a insistência em que não só os centros de formulação de política, como todos os funcionários, e no caso fascista os membros das "organizações coordenadas", sejam membros ativos do partido totalitário, e tendências semelhantes (Vd. Parte II e também o Capítulo 24) demonstram que as ditaduras totalitárias são menos racionais e organizadas, e portanto menos desenvolvidas do ponto de vista burocrático que, por exemplo, os serviços governamentais de algumas monarquias absolutas do século XVIII.

Na União Soviética, a supremacia do Partido, que já foi descrita, criara burocracias paralelas do govêrno e do partido. Fainsod declarou sucintamente que "o desenvolvimento da máquina do Partido Comunista como uma extensão do longo braço do ditador constitui uma das realizações administrativas mais impressionantes e formidáveis do totalitarismo moderno" (47i). Seus membros tornam-se os *apparatchiki*. Desde a nomeação de Stalin como secretário do Partido, sua máquina interna nunca deixou de se expandir num ritmo constante, tanto assim que atualmente o Secretariado do Comitê Central constitui uma imponente superburocracia, cujos tentáculos atingem todos os aspectos da vida soviética. Foi pela hábil manipulação dos órgãos de nomeação do Comitê Central que Stalin conseguiu suplantar seus adversários e consolidar sua posição no poder. Sob a direção de Stalin, o *apparat* tornou-se o principal instrumento de poder político

na URSS. Isto é comprovado pelo fato de terem todos os atuais líderes soviéticos, Kruchtchov, Bulganin e Malenkov, feito suas carreiras através do *apparat*. Ademais, foi em virtude de seu contrôle do *apparat* do Partido, na qualidade de Secretário do Partido, que Kruchtchov surgiu em 1955 como o chefe da hierarquia soviética.

Os *apparatchiki* são, portanto, os burocratas importantes do Partido Comunista. Seus equivalentes, cada vez mais numerosos à medida que passa o tempo, existem também nos níveis inferiores da burocracia do Partido. No vértice da Pirâmide estão os chefes e os funcionários das diversas seções do Comitê Central que supervisionam os ministérios e controlam as operações do Partido; seguem-se os secretários dos partidos republicanos com seus estafes e funcionários; os secretários dos duzentos e poucos comitês partidários provinciais e regionais e seus estafes; os secretários e estafes de 544 comitês partidários municipais; os secretários e estafes de 4.886 comitês partidários distritais (271h; 47j); e, finalmente, os milhares de trabalhadores do Partido que chefiam as organizações partidárias primárias nas fazendas coletivas, em instituições do govêrno e em unidades militares. Um cálculo recente situa o número de secretários do Partido em todos os níveis (e deve-se lembrar que todos os comitês partidários acima do nível primário possuem mais de um secretário) em aproximadamente 327.000 (245c). Êsse número seria aumentado consideràvelmente se a êle fôsse acrescentado o grande número de membros de comitês. Todos êles fazem parte da teia urdida em tôrno da União Soviética pelo Secretariado do PCUS em Moscou.

Essa burocracia partidária opera paralelamente à burocracia estatal e nela se introduz. A rápida expansão da burocracia estatal criou os característicos problemas de burocratização, inclusive rigidez protocolar e privilégios. Já em 1926, a Grande Enciclopédia Soviética calculava o total do funcionalismo público em 2.500.00; em 1939, êste número crescera para aproximadamente 10.000.000 (141c). Contudo, êsse processo de expansão não se verificou sem dores, e a história da burocracia soviética é uma história de constantes esforços para se ajustar aos requisitos teóricos e políticos do regime.

Antes de se apoderarem do poder os bolchevistas proclamaram sua violenta determinação de esmagar a máquina estatal existente. O Estado, como instrumento da opressão de classes tinha de acabar, e a burocracia, sendo sua manifestação mais direta, suportou o maior embate dêsse ataque. Lenin logo se viu tentando racionalizar a necessidade não só de um Estado (Vd. Capítulo 7), como também de uma burocracia. Lenin negou que os bolchevistas tivessem uma burocracia, mas admitiu que tinham burocratas, os quais,

naturalmente, eram burocratas recrutados entre o povo e a êle devotados:

> **O poder soviético é um nôvo tipo de estado, no qual não há burocracia, polícia, exército permanente, e no qual a democracia burguesa é substituída por uma nova democracia — uma democracia que promove a vanguarda das massas operárias, transformando-as em legisladores, administratdores e numa guarda militar, o que cria uma máquina capaz de reeducar as massas. (113f)**

A organização dessa burocracia soviética criou problemas imediatos. O recrutamento de pessoal foi um problema óbvio. Um grande número de servidores públicos do czarismo tinha de ser mantido, para que a máquina não se desmantelasse, até que fôssem treinados novos funcionários soviéticos. As posições de comando foram, naturalmente, assumidas por fanáticos do Partido, mas o regime ainda permaneceu intranqüilo, e sòmente duas décadas mais tarde foi que a burocracia sovietizou-se inteiramente. O segundo problema que naquela época parecia mais urgente consistia em manter a aparência de igualdade, uma parte intrínseca da doutrina, face às necessidades da organização burocrática e, particularmente, face ao princípio de hierarquia. Moore conta que os funcionários do Comissariado do Povo para Negócios Exteriores pensaram, a princípio, que doravante a política exterior seria formulada coletivamente. Contudo, êsses sonhos vãos logo se dissiparam. Estribando-se em Engels, Lenin declarou tranqüilamente que "qualquer reivindicação de igualdade que ultrapasse a reivindicação de abolição de classes é um preconceito estúpido e absurdo" (111a). A centralização do comando e a hierarquia, portanto, não eram incompatíveis com a igualdade.

Todavia, o problema não foi resolvido assim fàcilmente. Setôres consideráveis do Partido opunham-se às tendências em rápido desenvolvimento no sentido da centralização do poder, e os primeiros Congressos do Partido tornaram-se forums de discussões, freqüentemente violentas, sôbre o mérito e ortodoxia teórica da unidade de comando (*edinonachalstvo*) versus administração de um colegiado, sendo esta uma concessão às exigências de liderança coletiva. Essa administração colegiada, embora relegada ràpidamente para os níveis inferiores, persistiu até a década de trinta, quando as arremetidas stalinistas impuseram a necessidade de uma completa centralização do comando. Desde então a burocracia soviética tem funcionado numa atmosfera de rígida disciplina e hierarquia altamente estratificada.

Durante os primeiros anos do poder soviético, a burocracia do Partido nutriu suspeitas quanto à burocracia estatal, e especialmente em relação a seus antigos servidores czaristas. Como salvaguarda, a Comissão de Contrôle do Partido,

organizada pelo X Congresso do Partido em 1921 para verificar as operações do Partido, passou também a investigar as operações da burocracia estatal. Foram feitos também esforços para, tão rápido quanto possível, colocar nela membros leais do Partido que substituíssem os remanescentes czaristas conservados sòmente por questão de conveniência. Assim, por exemplo, em 1930, de cêrca de 450.000 servidores públicos prestes a se aposentarem, aproximadamente 30 por cento foram exonerados (252b; 18h). Contudo, ainda em 1932, algumas administrações soviéticas possuiam quadros dos quais 50 por cento eram constituídos de antigos burocratas tsaristas. (141d) Não foi senão até os grandes expurgos do período chamado *Yezhovshchina* que êsse processo de limpeza pôde ser considerado completo. Nessa época, um grande número (centenas de milhares) de jovens técnicos e estudantes foram promovidos a importantes cargos públicos (190b).

Desde essa época a burocracia soviética tem sido formada essencialmente por membros leais do Partido ou por indivíduos investigados e considerados simpatizantes. No entanto, até mesmo êsse gênero "seguro" de burocrata continua sujeito a intenso contrôle. Assim o descreve Fainsod:

> **O plano dentro do qual êle atua deve ser aprovado pelo Comitê de Planejamento do Estado. Sua classificação é controlada por padrões estabelecidos pela Comissão de Serviço Público do Estado. Suas transações financeiras estão sujeitas ao exame do Ministério das Finanças. O Ministro do Contrôle supervisiona sua eficiência, mantem um rígido contrôle sôbre os gastos de recursos, e verifica se êle está cumprindo tôdas as ordens e decretos do govrno. O Procurador Geral vigia a legalidade de seus atos. A polícia secreta do Ministério de Negócios Interiores (MVD) o mantém sob constante observação para se assegurar de sua lealdade política. Tôdas as suas atividades, bem como as dos órgãos de contrôle, estão sempre sob a cuidadosa vigilância de representantes do Partido. Não será exagerado descrever essa complexa rede de contrôles como um sistema de poder baseado na recíproca espionagem e na institucionalização da suspeita mútua. (47k).**

A lealdade política é o principal critério para a avaliação da competência de um burocrata. Isto não quer dizer que outros padrões mais objetivos sejam inteiramente desprezados, mas que o julgamento político é a pre-condição principal e fundamental para um parecer favorável sôbre a competência dêsse burocrata. O fato de serem essas avaliações feitas principalmente por órgãos especializados do Partido obriga a um constante reajustamento entre a burocracia do Partido e a do estado. Há uma crescente tendência, que o Partido oficialmente combate, de os burocratas do govêrno

passarem a responsabilidade para os funcionários do Partido e assim evitarem ter de tomar decisões. Os órgãos do Partido, como mostram estudos de arquivos soviéticos, afundaram-se em minúcias, em conseqüência disso. Alguns dos protocolos de Comitês do Partido, a que estudiosos estrangeiros tiveram acesso em decorrência da II Guerra Mundial, mostram que até mesmo as atividades mais òbviamente burocráticas estão sendo usurpadas por órgãos do Partido. Líderes locais do Partido, em lugar de tratarem de assuntos partidários, envolvem-se em questões como gasolina para tratores, licenças de serviço para burocratas e condições habitacionais. As autoridades do Partido decidem também a respeito de nomeações burocráticas locais, que devem ser aprovadas pelo comitê do Partido. Preocupada com isto, a liderança do Partido tenta constantemente minimizar essas tendências. As organizações partidárias são conclamadas a não interferir diretamente em atividades do govêrno, e sim simplesmente dar o exemplo, mantendo e insistindo em altos padrões de desempenhos. Assim, os funcionários do Partido devem dirigir e supervisionar, mas não usurpar as funções de órgãos governamentais legìtimamente constituídos. O jornal do Comitê Central do Partido, num recente editorial intitulado, significativamente, "Aumente-se o papel administrativo da máquina do Partido", atacou especìficamente a tendência de alguns membros em "trabalhar para os outros" e de transformar os obreiros do Partido em funcionários de escritório, ao invés de mantê-los no nível de organizadores (265c). Entretanto, o problema parece ser inerente à situação política, e é de duvidar que algum dia êle seja resolvido por um sistema totalitário que enaltece uma burocracia politizada.

Outro problema que perturba a burocracia soviética é a tremenda expansão de suas funções e âmbito. Dada a natureza totalitária do sistema, a burocracia soviética atinge tôdas as organizações, tôdas as instituições, tôdas as fazendas coletivas e, com efeito, tôdas as pessoas ligadas a qualquer atividade que envolva um grupo. Em conseqüência disso, há uma evidente tendência na máquina estatal de atender a tôdas as premências pela criação de um nôvo órgão para tratar delas. Isto é tão verdadeiro em relação aos níveis inferiores quanto em relação à hierarquia ministerial, em que o atual número de ministério é superior a cinqüenta. De vez em quando, é feita uma drástica redução, como após a morte de Stalin, mas logo ocorre uma nova expansão. Em conseqüência disso, a papelada e a divisão de responsabilidades continua a atormentar a burocracia soviética. Uma administração agrícola regional, por exemplo, reportou que durante o ano de 1953, recebeu do Ministério da Agricultura nada menos que 7.569 cartas; em 1954, 8.459, e, em média, cêrca de 30 instruções diárias (265d). O próprio Ministério da Agricultura estava, em dezembro de 1954, dividido em 422 administrações (278).

Tal situação afeta os burocratas desfavoràvelmente. Ainda se espera que "produzam", mas só podem fazê-lo por meios não prescritos por regulamentos e pela hierarquia. Por conseguinte, surge então um complexo sistema de evasão. Diminuem em seus relatórios a capacidade de produção de suas organizações, de modo que planos serão fixados em níveis inferiores; realçam suas realizações reduzindo os padrões ou falsificando registros; organizam arranjos informais entre si, baseados parcialmente no subôrno, para evitar o contrôle e trocar dados necessários (273a).

Por conseguinte, há um constante jôgo de esconder entre os burocratas soviéticos e o Ministério do Contrôle do Estado, cuja tarefa é descobrir êsses fatos. Para combater o que foi descrito acima, "ao Ministério de Contrôle do Estado foi dado o direito de impor punições disciplinares aos funcionários culpados do não cumprimento de ordens e instruções do govêrno, de relatos negligentes, de dissipação, gasto indiscriminado em fornecimentos e de recursos, e também por prestar informações falsas a agências de contrôle do Estado" (278b). Nessa atribuição inclui-se o direito de remoção e de entrega do culpado à justiça.

Tal situação, lògicamente, afeta não só a eficiência como também o moral. Parece ter havido um constante declínio no fervor ideológico dos burocratas soviéticos. As publicações do Partido têm dado uma atenção cada vez maior ao baixo nível de consciência política entre os servidores públicos soviéticos, tendo sido citados casos de burocratas que desconheciam as obras fundamentais do marxismo-leninismo. O Partido não deseja que os burocratas soviéticos desenvolvam um *esprit de corps* próprio, com seus próprios padrões de eficiência e qualidade. Os burocratas soviéticos são exortados a não se esquecer que

> o administrador soviético é um representante do estado socialista, um líder investido da confiança do povo. Deve tratar os problemas politicamente e trabalhar criadoramente e com um propósito definido. Características inseparáveis de um administrador soviético são uma perspectiva ideológica comunista e a capacidade de organizar na prática o cumprimento das decisões do Partido e do govrno e de criar condições para aumentar a iniciativa e atividade criadora das massas. (255b).

O Partido Comunista da União Soviética continua, assim, a lutar por criar uma burocracia eficiente, mas ideològicamente consciente e politicamente leal. Até certo ponto, todos os três critérios foram atendidos. Contudo, é difícil atingir e manter todos os três em seu ponto máximo.

De modo geral, é evidente que a tendência na União Soviética é mista. Observamos uma rápida burocratização, tomando-se êste têrmo no sentido de um aumento do papel

da burocracia. Mas essa burocratização teve lugar em dois campos distintos: no govêrno e no partido. Em certo sentido, isto pode ser comparado ao desenvolvimento dualista da burocracia nos países capitalistas democráticos, onde podemos observar uma rápida expansão da burocracia tanto no govêrno como na comunidade não-governamental, principalmente no mundo dos negócios e nos sindicatos. Entretanto, ao passo que nesses países democráticos a burocratização em ambas as esferas continua a ser sujeita a um grande número de contrôles, como eleições, órgãos representativos e reuniões de acionistas, as burocracias rivais da ditadura totalitária podem até certo ponto refrear-se mùtuamente, mas estão sujeitas a um contrôle de níveis inferiores. A burocracia das democracias é responsável, a da União Soviética não. O mesmo se aplica, naturalmente, com variações de pouca monta, aos satélites e à China.

Uma tendência semelhante é observada na Zona Soviética da Alemanha. Ela interessa particularmente ao nosso ponto de vista, pois sua burocracia foi organizada sôbre o processo de burocratização levado a efeito na ditadura nazista. Devido a isto, talvez devamos examinar antes os problemas enfrentados pela burocracia após Hitler assumir o poder.

A ascenção de Hitler ao poder foi seguida de perto por uma lei, um tanto retòricamente descrita como destinada a "limpar o serviço público do favoritismo político"; seu título oficial era Lei de Restauração do Serviço Público. Aprovada em 7 de abril de 1933, esta lei foi seguida por uma outra em junho que tinha como objetivo assegurar que o servidor público "dê garantia de identificar-se sempre plenamente com o estado de renovação nacional". Êsses ataques iniciais contra a burocracia profissional, que Max Weber um dia considerara "inabalável", foram consolidados e ampliados em 1937 por uma completa "reforma" do serviço público. Esta reforma subverteu os padrões tradicionais da burocracia governamental; os padrões da burocracia do Partido, como lealdade ao *Führer* e à ideologia nazista, tornaram-se as provas fundamentais de conduta oficial. Êste processo constitui a chave para aquela desburocratização a que nos referimos no princípio (134b).

Em têrmos do conceito de burocracia, acima definido, encontramos no nazismo de Hitler o desenvolvimento de um dualismo de burocracias do govêrno e do partido, que encontrou expressão simbólica no fato de Hitler ser ao mesmo tempo Chanceler e chefe do partido. Isto não é uma situação desconhecida em sistemas constitucionais, como o da Grã-Bretanha ou o dos Estados Unidos. Entretanto, como nesses sistemas, o partido e seu chefe só ficam "no poder" enquanto o eleitorado os apoia em eleições livres, os funcionários do govêrno independem dêles em grande escala em suas atividades quotidianas. O contrôle do partido expressa-se pela adoção de leis a que os funcionários estão obrigados, naturalmente, a obedecer, ou seja, executar e aplicar. Contudo, no

caso de Hitler, o Partido viera para ficar (Vd. Capítulo 3). Através de suas ramificações e extensões, como a Polícia de Segurança, a Juventude Hitlerista e a Liga de Servidores Públicos Nacional Socialista e outras, o partido infiltrava-se no serviço público. Isto significou, como já dissemos, que a burocracia governamental foi desburocratizada das seguintes maneiras: a centralização de contrôle (a hierarquia) era contìnuamente desafiada por funcionários do Partido; as funções de vários funcionários do govêrno eram usurpadas por departamentos do partido (por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores pelo Escritório para Questões de Política Exterior do Partido, dirigido por Rosenberg, e por outro escritório semelhante das SS de Himmler); a admissão e promoção na burocracia governamental passou a depender cada vez mais de posições no Partido e em suas organizações que de "qualificação para o cargo"; a objetividade foi trocada por "conformação ideológica"; nem precisão nem continuidade eram permitidas quando entravam em choque com as exigências do momento, inclusive os caprichos do *Führer;* segredos de Estado eram contínua e impunemente comunicados a funcionários do Partido, que dêles faziam o uso que lhes aprazia, inclusive a publicação em órgãos de orientação ideológica como o *Das Schwarze Korps* (A Unidade Negra) das SS.

Por trás dessas influências corruptoras encontramos, naturalmente, o terror. Quaisquer tentativas por parte de um funcionário para manter antigos padrões de legalidade e objetividade eram vistos como tentativas de pôr em perigo a segurança do povo, de seu partido e de seu govêrno; assim, eram punidos com exonerações, reclusão em campos de concentração e execução. A princípio êsses ossos foram raros, mas à medida que o regime de Hitler se tornava mais totalitário, tornaram-se mais numerosos, até que em 1942 estavam na ordem do dia. (Vd. Parte IV) O resultado foi, naturalmente, que os funcionários mais medíocres logo adotaram uma atitude de dócil conformação com as mais arbitrárias diretrizes do Partido (54c). É fácil imaginar um conselheiro — tímido embora dedicado a seu trabalho, convencional embora bem educado e competente, acomodado em sua rotina e temendo por seu emprêgo, cuja segurança fôra em sua juventude uma das razões principais para êle se tornar funcionário público — curvando-se a um funcionário do Partido, empertigado num vistoso uniforme de, digamos, *Sturmbannführer* (major) das SS, e que exigia, em nome da ideologia e do interêsse do Partido a alteração de uma decisão que o desafortunado funcionário tomara de acôrdo com a lei existente. A êsse respeito, lembre-se que por ocasião do Expurgo Sangrento de 1934 Hitler se proclamara o "supremo senhor da lei" (oberster hoechster Rechtsherr) da Alemanha.

A situação do poder judiciário, tradicionalmente considerado independente do executivo e, portanto, da burocracia, merece mais alguns comentários. A princípio, os juízes

tardaram em ceder à pressão hitlerista. Tendo desempenhado um papel conservador, para não dizer reacionário, durante a República de Weimar, orgulhavam-se de sua independência de influências "democráticas". Tal qual o exército, acreditavam em sua "neutralidade", ou seja, em sua distância da política. Mas os Nacionais Socialistas não podiam, naturalmente, permitir essa independência. Ràpidamente transformaram o poder judiciário, e principalmente, a lei criminal, num órgão de terror (16). No princípio da década de quarenta, quando o regime se tornou inteiramente totalitário, um preeminente jurista nazista escreveu: "No campo da prevenção criminal, o juiz não mais se limita a meramente administrar justiça. Sua (...) atividade aproxima-se da de um oficial administrativo. Êle não mais procura apenas a justiça, mas age de acôrdo com a conveniência. Juiz e administrador, o judiciário e a polícia, muitas vêzes se unem (...) em busca de objetivos idênticos. Esta mudança do caráter de algumas atividades judiciais levou a um declínio [na importância] do judiciário" (127). O tribunal militar norte-americano em Nuremberg processou um grupo de juízes no processo de *Josef Altstötter et al,* no qual se desnudou tôda a corrupção do judiciário. Êste caso demonstra claramente, como muitos outros surgidos em Côrtes Alemãs de Desnazificação, que o poder judiciário se tornara essencialmente um departamento do serviço administrativo, sujeito a uma contínua interferência do partido. Entretanto, isto não bastava. A fim de tratar de certos casos de processos criminais, para os quais nem mesmo esta espécie de judiciário serviria, o regime nazista organizou os *Volksgerichte,* ou Tribunais do Povo, tribunais especiais que se assemelhavam aos tribunais revolucionários do terror francês, bem como às instituições da URSS, nos quais sòmente a convivência em têrmos de padrões nazistas servia como base para julgamento (81.2).

Se passarmos dêsses fatos da ditadura hitlerista para a Zona Soviética da Alemanha (59.2), verificaremos que bàsicamente o SED (Partido Socialista Unido) continuou, ou reviveu, após tornar-se totalitário, as técnicas e normas dos nazistas. O pessoal das repartições do govêrno é subserviente à burocracia do partido em um grau ainda maior, de acôrdo com o costume soviético. O direito administrativo regulamenta uma estrita subordinação da burocracia governamental à do partido. Um dos principais agentes dessa ascendência é o Procurador do Estado, que se tornou o azougue da polícia secreta. Divorciado de todo contrôle judiciário, êle age estribado num conceito de segurança muito lato, vasculhando desviacionistas na complexa burocracia, não só no govêrno pròpriamente dito, como na rede empresarial que compõe a economia socializada (Vd. Capítulo 19). As próprias côrtes tornaram-se apêndices da administração. No estatuto que estabelece o nôvo sistema penal, o SED completou o processo iniciado pelo regime de Hitler de privar as côrtes de sua independência e de impor-lhes a noção de conveniência admi-

nistrativa e política, em contraste com o princípio constitucional de *nulla poena sine lege*. Com efeito, os juristas da Zona Soviética foram mais além, ao se acomodarem as concepções soviéticas do "direito"; introduziram a noção de que as decisões de côrtes que já tenham sido pronunciadas com efeito legalmente compulsório podem ser anuladas por decreto judicial no decorrer do ano. Pela perversão do conceito francês de *cassation*, ou revisão, o Procurador Geral do Estado (bem como o Presidente e Vice-Presidente da Côrte Suprema) podem requerer revisão se a decisão "viola uma lei", ou se incorre "decididamente em êrro" na pena que estabelece, ou se ela "decididamente contraria a justiça". Considerações de cunho claramente político podem, e de fato têm sido, a base dessa revisão (172; 214).

Na Itália, o problema da burocratização apresentou-se de uma forma um pouco diferente. Como vimos, os fascistas proclamaram a doutrina do estado forte. Ideólogos do fascismo como G. Gentile insistiam em que o partido era subordinado ao estado, e que deveria servir como sua consciência. Mussolini acentuou êste ponto quando, em seu artigo sôbre o fascismo (150b), asseverou que "tudo está no Estado, e nada de humano ou espiritual existe, muito menos tem valor, fora do Estado. Neste sentido, o fascismo é totalitário, e o Estado Fascista, síntese e união de todos os valores, interpreta, desenvolve e fortalece tôda a vida do povo. Fora do Estado não pode haver nem indivíduos nem grupos (partidos políticos, associações, sindicatos, classes)". Em têrmos de tal conceito, a burocracia governamental, e especialmente os funcionários públicos graduados, assumem um papel independente com relação ao partido e à burocracia corporativa comercial. Rejeitando o ponto de vista de que o fascismo fôsse o braço do alto comércio, G. Salvemini escreveu que havia nada menos que três burocracias: os oficiais do exército na ativa, o funcionalismo público e os funcionários do Partido Fascista. Calculou que os membros dessas três burocracias constituíam aproximadamente um doze avos da população masculina adulta da Itália (180a). Passou então a escrever vìvidamente a atitude do funcionário público em relação ao homem de negócios que procura o auxílio do govêrno, e observou: "Quando surge um desacôrdo entre um homem de negócios e um funcionário público, a inclinação imediata de Mussolini é de favorecer o funcionário público. Aquêle que lhe repete que o Estado deve "disciplinar" a iniciativa privada está certo de despertar uma ressonância simpática em sua alma. Pois o que é o Estado senão Mussolini?" (180b)

Quando se tratava de choques entre a burocracia do partido e a do govêrno, a inclinação de Mussolini era, da mesma forma, favorecer "o Estado", mas isto podia significar ora o funcionário público, ora a "consciência espiritual do Estado" fascista. De qualquer forma, é evidente que a ênfase fascista dada ao Estado tendeu a fomentar uma verdadeira burocratização. Isto encontrava expressão simbólica no fato

de os trens "correrem no horário", de que tanto se orgulhavam os fascistas italianos nos primeiros anos. No entanto, malgrado a maior ênfase que Mussolini dava ao Estado, seria errôneo subestimar o contínuo impacto da burocracia do partido na burocracia governamental. Através do contrôle das associações de servidores públicos, e através da exigência de filiação ao partido para promoção na carreira burocrática governamental, o partido desfrutava uma poderosa influência, reforçada por um sistema de espionagem. Em 1932 o partido conseguiu efetuar um expurgo de todo o escalão de cúpula do Ministério do Interior. Conseguiu também obter uma substancial representação no *Consiglio di Stato*, que não foi abolido pelos fascistas e continuou a adjudicar problemas de direito administrativo que envolviam a conduta de funcionários (88.2). O Estado Corporativo, que estendeu o domínio do funcionalismo ou burocracia a todos os planos da vida econômica (Vd. próximo capítulo) aspirava, portanto, à burocratização total à luz da concepção de Mussolini do Estado como o guardião oniabrangente da vida nacional.

Concluindo, podemos afirmar que, seja em nome do Estado, do partido, da nação ou do proletariado, a ditadura totalitária expande constantemente o papel da burocracia. Contudo, deve-se ter em mente, ao mesmo tempo, que êsse aspecto da ditadura totalitária é acompanhada paralelamente por uma constante expansão da burocracia e da burocratização em tôdas as nações industriais. A tendência parece estar ligada ao crescente tamanho das organizações. O que distingue a ditadura totalitária, à parte a ausência de qualquer padrão institucional de responsabilidade, é o nítido dualismo de burocracia governamental e de partido. Por isso, essa expansão gera sérios conflitos entre burocratas pela supremacia e, destarte, a desburocratização do serviço do govêrno nos países em que êsse serviço já tenha alcançado um elevado grau de burocratização. O preço da expansão em tamanho é a deterioração na qualidade, pelo menos temporàriamente. A implicação de tudo isso para a vida econômica do país é o problema de que trataremos a seguir.

18

Planos e planejamento

A economia totalitária é de orientação e contrôle centrais. Para tanto, deve haver um plano. Visto que a economia tornou-se, no sistema totalitário, uma única e gigantesca emprêsa, e, no entanto, uma emprêsa cujos estímulos não são o desejo de lucrar, nem tampouco as necessidades e exigências do consumidor, expressas no sistema de preços, seus dirigentes devem ser informados quanto às medidas a

aplicar a fim de determinar o que deve ser produzido e, conseqüentemente, cómo os escassos recursos disponíveis para a produção devem ser distribuídos entre os vários setôres produtivos. O *slogan* "Antes canhões que manteiga" constitui tão sòmente uma tôsca indicação da vasta gama de decisões a serem tomadas. As decisões envolvidas na determinação de tal plano são as mais básicas que o regime totalitário tem de tomar. Portanto, os Planos Qüinqüenais da União Soviética, o Plano Quatrienal da Alemanha hitlerista, os Planos Bienais e Qüinqüenais da Zona Soviética, etc., são pontos de crucial interêsse político.

Na ditadura totalitária, o líder ou líderes, homens como Stalin, Hitler ou o Presidium do Partido, tomam a decisão básica, em cujos têrmos o plano é estabelecido. Essa decisão básica foi, no caso da União Soviética, a de industrialização do país; no caso da Alemanha nazista, a de preparar-se imediatamente para uma guerra agressiva; no caso da China, novamente de industrialização, porém combinada com a de "reforma agrária" (Vd. Capítulo 21); no caso da Zona Soviética da Alemanha, a de ressarcir as reparações em grande escala exigidas pela União Soviética. Essas decisões básicas fixam o ponto de partida para um sistema de prioridades que pode ser utilizado na distribuição de matérias primas para os diferentes setôres da economia produtora.

É a ausência dêsses planos básicos, e com efeito a impossibilidade de executá-los que tem levado muitos a concluir que a democracia constitucional seja incompatível com o planejamento, ou, em outras palavras, que qualquer tentativa de se ater a um plano constitua, na verdade, uma "estrada para a servidão" (55f; 74). Isto é verdade se o planejamento fôr compreendido numa acepção total, e muitas vêzes êle é assim definido, principalmente por economistas. Na realidade, numa democracia o processo de planejamento é muito diferente, integrado no processo democrático como um todo, sendo sua notável característica a revisão de tôdas as decisões, inclusive as básicas, pelo povo e seus representantes (55g). Nos sistemas autocráticos, e principalmente nas ditaduras totalitárias, a finalidade ou propósito do plano é determinado pelo líder ou governante, e executa sua decisão básica. É levado a cabo por uma burocracia que conta com pleno apoio da máquina terrorista e publicitária da ditadura totalitária. Conseqüentemente, pouco, se tanto, pode ser aprendido nos métodos de planejamento das sociedades totalitárias ao se formular o processo de planejamento nas sociedades democráticas. Entretanto, é essencial a compreensão do processo para a compreensão da ditadura totalitária. A grande vantagem que uma meta ou propósito prefixado tem de um ponto de vista técnico é contrabalançada pela desvantagem de não ter o planejamento resposta para as reações daqueles a quem afeta. Qual é a maior desvantagem, só a experiência dirá.

Uma comparação das experiências de planejamento nas ditaduras totalitárias revela alguns contrastes espantosos, bem como analogias. Na União Soviética, vários anos se passaram antes que a importância central do planejamento fôsse plenamente compreendida. Antes da revolução, a Rússia estava muito atrás da Europa Ocidental em seu desenvolvimento industrial. Marx e Engels não haviam se interessado muito por êste problema. Haviam acentuado o contrôle da economia, antes que a industrialização ou o aumento de produção, pois tomavam como certo que a revolução comunista ocorreria em sociedades que já haviam atingido um elevado nível de industrialização; com efeito, ela deveria ser o ponto culminante do desenvolvimento capitalista quando os meios de produção houvessem, através de trustes e vastos monopólios, se concentrado nas mãos de um grupo cada vez menor, de sorte que êsse diminuto grupo de exploradores se confrontasse com um proletariado cada vez maior. Conseqüentemente, tudo que êsse proletariado teria a fazer seria assumir o poder e dirigir essa gigantesca máquina produtora. Na Rússia, entretanto, mais de 80 por cento da população vivia da lavoura por ocasião da revolução, e a mesma situação reina hoje na China. Êsse fato estava em tamanho desacôrdo com a antecipação marxista que novas atitudes tinham de ser assumidas.

Êste problema preocupou os bolchevistas durante tôda a década de vinte e deu às lutas sucessórias depois da morte de Lenin um acentuado matiz teórico. Diversas soluções foram apresentadas, desde esforços imediatos para aumento da produção industrial, advogada pelos esquerdistas, mesmo que a preço elevado e à custa de considerável coerção (exposta cristalinamente por Preobrazhensky), até um ajustamento temporário e transitório a um estágio capitalista, defendido pelos direitistas (expresso, por exemplo, por Bukharin). A política estabelecida, baseada antes nas necessidades da situação que em dogma ideológico, foi de transigência e adiamento da solução radical.

O planejamento, por conseguinte, desenvolveu-se lenta e modestamente. Em 22 de fevereiro de 1921 foi organizada a Comissão Estatal de Planejamento (Gosplan). Recebeu a incumbência de preparar um plano econômico geral e de treinar os estafes técnicos e administrativos para seu êxito (269a). Contudo, na realidade, as tarefas imediatas da Gosplan foram mais limitadas e concentraram-se no desenvolvimento do plano oficial para a eletrificação da Rússia (Goepro), que havia sido preparado algum tempo antes e que deveria servir como base para uma planificação centralizada. Além disso, a Gosplan assumiu o contrôle de alguns setôres da economia sujeitos a crises vitais para a sobrevivência econômica, como as ferrovias. Assim, a despeito de seus amplos poderes de planejamento e contrôle, a Gosplan, durante o período da Nova Política Econômica, não teve uma influência decisiva na economia russa. Empenhou-se antes em compilar estatís-

ticas, estudar as tendências econômicas existentes e preparar os alicerces para um plano geral (*).

O planejamento oficial centralizado adquiriu ímpeto com a decisão política de ser lançado um programa em grande escala de industrialização e coletivização agrícola. A era dos Planos Qüinqüenais começou em 1928. Desde então a vida econômica soviética tem girado em tôrno dêsses amplos esquemas, traçados pelos planejadores da Gosplan de conformidade com as decisões políticas da liderança. Com efeito, a inauguração do Primeiro Plano Qüinqüenal pode ser descrita como o começo da verdadeira revolução totalitária na Rússia. O programa de Stalin, em muitos aspectos tomado à oposição esquerdista, encontrou inevitàvelmente a resistência dos camponeses organizados e de outros grupos. À medida que aumentava a resistência, aumentava também a coerção. Sendo a sociedade um complexo e interligado aglomerado de interêsses, a revolução totalitária inevitàvelmente atingiu-a quase inteiramente. Contudo, o lançamento do Plano, malgrado certos insucessos iniciais (disfarçados por julgamentos expiatórios de engenheiros), arrebatou extensamente a imaginação dos membros mais jovens do Partido e soergueu o moral vacilante de tôda a organização partidária. Seus resultados iniciais, portanto, não foram politicamente destituídos de importância.

Os planejadores da Gosplan estavam agora em seu elemento. Os poderes coercitivos do govêrno e do Partido foram postos à sua disposição e o rápido processo de desenvolvimento industrial, concomitante com coletização da agricultura, foi levado avante à tôda carga (Para maiores detalhes, Vd. o Capítulo 21). A máquina de planejamento cresceu na mesma proporção. Em 1938 transformou-se num estafe central de 1.000 planejadores, organizados em 54 departamentos da Gosplan (9). Além disso, encontram-se planejadores em níveis inferiores, desde as repúblicas às regiões, e até mesmo distritos e pequenas cidades. Os planos que preparam incluem não só o Plano Qüinqüenal geral, como também planos econômicos para todos os níveis da sociedade soviética, desde o da República Federativa Soviética Socialista Russa até o de uma pequena fábrica em Yakutsk. A Gosplan, que em 1948 passou a ser chamada de Comitê de Planejamento do Estado, divide-se em departamentos que tratam de planejamento regional, e finalmente em departamentos encarregados de coordenar o trabalho dos dois tipos precedentes de departamentos de planejamento. Os comitês da Gosplan estão também ligados a Comitês Executivos regionais, que por sua vez supervisionam o trabalho dos comitês de planejamento distritais e municipais. Além do planejamento, estabelecido após

(*) O primeiro plano completo, mas que não foi executado pelo govêrno, apareceu em 1925, com o nome de *Dados de Contrôle da Economia Nacional para 1925/1926*.

prolongados processos de estimativas e de luta com os órgãos subordinados, a Gosplan determinou evitar-se quotas excessivas.

A Gosplan trata também do problema de distribuição de recursos, um problema importante, visto que os gerentes soviéticos trabalham constantemente com pouca verba, e uma adequada distribuição de recursos é prerrequisito para o cumprimento do plano e para os prêmios decorrentes. Na verdade, uma das principais razões da evasão é encontrada na interminável competição entre os gerentes de fábricas para conseguir materiais. Em 1948, tentou-se tirar da Gosplan essa função de distribuição de recursos e atribuí-la a um órgão separado (Gossnab). Evidentemente, a experiência não teve êxito e em 1953 a Gosplan reassumiu a função.

A supervisão da execução do plano está se tornando um aspecto cada vez mais importante do trabalho da Gosplan. Essa supervisão envolve essencialmente as tarefas gêmeas de detecção de fracassos e evasões, e a verificação do desenvolvimento geral do plano e análise dos prognósticos. Muito tem-se falado recentemente na URSS sôbre a necessidade de revelar o crescente número de gerentes e funcionários que, tendo aprendido o jôgo, tornaram-se hábeis em manter baixas suas quotas pela subestimação da capacidade de suas fábricas e, por outro lado, diminuindo a qualidade para aumentar a quantidade (471). Todavia, tão importante quanto essa, senão mais, é a tarefa necessária de manter contacto com o desenvolvimento do plano a fim de ser ela capaz de fazer as modificações necessárias. A princípio, os dirigentes soviéticos não quiseram ou não puderam perceber a necessidade de elasticidade, e grande número dos fracassos dos períodos iniciais podem ser atribuídos a uma rígida insistência no cumprimento dos planos. As medidas instituídas em 1955 para dar aos escalões inferiores maior participação no planejamento e os esforços para estabelecer uma distinção significativa entre planejamento a longo e a curto prazo são, provàvelmente, um nôvo passo no sentido de aumentar o valor econômico do planejamento estatal centralizado (*). Entretanto, o planejamento continua essencialmente totalitário em caráter e coercitivo em método, principalmente em vista das campanhas agrícolas-industriais de meados da década de cinqüenta (252c).

Os princípios do planejamento econômico soviético foram também impostos às nações cativas da Europa central. Com a experiência soviética servindo-lhes de referência, os partidos comunistas dos países satélites não atravessaram o estágio preliminar de controvérsia que foi revelado pela luta entre Preobrazhensky e Bukharin; tão logo, porém, completou-se

(*) Em junho de 1955 foram formados, com base no antigo Comitê de Planejamento Estatal, a Comissão Estatal para Planejamento a Longo Prazo do Conselho de Ministros (Planos Qüinqüenais) e a Comissão Econômica Estatal para Planejamento Corrente do Conselho de Ministros da Economia Nacional (planejamento anual).

a consolidação do poder, lançaram o planejamento econômico segundo o modêlo soviético. Na Polônia, por exemplo, a Comissão Estatal para Planejamento Econômico (PKPG) opera como um superministério que supervisiona e coordena a vida econômica do país, com o direito de emitir diretrizes para os ministérios. Foi encarregada também da nacionalização das emprêsas privadas, uma tarefa importante num país que apenas recentemente foi tomado pelos comunistas. A PKPG dirige também a Administração Estatística Principal, a Administração Central de Treinamento Profissional, o Escritório de Patentes, e a Administração Principal de Medidas (248; 261). O planejamento polonês, por insistência soviética, foi coordenado há alguns anos com os da Tchecoslováquia e da Hungria, e o desenvolvimento industrial nesses países deverá resultar em economias complementares e interdependentes. Em particular, o desenvolvimento da bacia silesiana, em têrmos de energia elétrica e produção de carvão, foi submetido a uma estreita cooperação tcheca-polonesa. Além disso, como reação ao Plano Marshall, um chamado Plano Molotov teve como conseqüência a fundação de um comitê de coordenação dos chefes das juntas de planejamento de todos os regimes satélites e da URSS com o propósito de estabelecer planos conjuntos. O fato de êsses planos não serem destituídos de significação política é visto, por exemplo, no desenvolvimento de uma nova cidade industrial na Polônia, Nowa Huta, construída perto da velha e muito conservadora cidade de Cracow, em grande parte segundo planos soviéticos.

O Partido Comunista Chinês enfrentou, após a tomada do poder, uma situação econômica muito menos favorável do que a da URSS em 1928 ou do que a de qualquer um dos satélites em 1946/49. Contudo, após o contrôle totalitário do regime estar firmemente consolidado, logo seguiu-se a decisão de proceder a uma rápida industrialização, e em 1953 foi anunciado um Plano Qüinqüenal um tanto vago. Uma série de planos regionais está, evidentemente, evoluindo aos poucos para um plano nacional geral, que, segundo as atuais indicações, visará a uma rápida industrialização a qualquer custo. Entretanto, a virulência do ataque de Liu Shao-chao, em fevereiro de 1954, contra o faccionismo partidário indica que talvez haja uma certa oposição no Partido a uma solução coletivista tão drástica. (173a) Contudo, à diferença da situação na URSS na década de vinte, nenhuma voz na China se levantou abertamente para urgir uma política de moderação, enquanto que nas palavras de Hsiueh Mu-Chiao, membro do Comitê Estatal de Planejamento Chinês, o partido deve "suprimir tôdas as intrigas de imperialistas e inimigos de classes dentro do partido. Sòmente dessa forma podemos realizar com êxito a tarefa de industrialização socialista na China" (271i). Todos os indícios sugerem, portanto, pelo menos no presente, uma linha "stalinista" de desenvolvimento.

A situação foi muito diferente na Alemanha nazista. Harmonizando-se com o que já dissemos, escreveu Franz Neumann: "O Nacional Socialismo coordenou as diversificadas e contraditórias interferências do estado em um único sistema cujo objetivo era um só: a preparação para a guerra imperialista" (148c). As provas documentárias que vieram a público depois de 1945 apoiam amplamente essa afirmativa. Pois após seus juramentos durante os primeiros dias de seu regime, Hitler logo mostrou claramente que propunha uma política de preparação para guerra em grande escala. Alan Bullock demonstrou de maneira conclusiva como Hitler planejou a guerra que por volta de 1937 considerava "inevitável" (22c). Todo o chamado Plano Quadrienal, iniciado em 1936, destinava-se a êsse objetivo. Hermann Goering, a quem Hitler encarregara do plano, declarou em 1938, num conselho de ministros, que os planos e o planejamento "partem da idéia básica de ser inevitável abrir o jôgo com a Rússia (...) tôdas as medidas têm de ser tomadas, exatamente como se estivéssemos num estado de iminente perigo de guerra." (22d)

A questão era essencialmente a de modificar a produção para as necessidades de guerra, e isso não pela asfixia do consumo ou do padrão de vida das massas, mas pelo aumento da produção. Ao mesmo tempo, a lembrança do bloqueio de 1916/18 ainda estava bastante viva para tornar desejável que os alemães se tornassem o mais possível independentes de fontes de suprimento exteriores. Êsse objetivo se expressava no lema de "autarquia", que por sua vez era reforçado pela idéia de "espaço vital". Êste espaço vital, relacionado com os propósitos agressivos contra os vizinhos orientais da Alemanha, deveria circundar o Grande Reich Alemão, tornando-o uma entidade política auto-suficiente e independente. O decorrer da guerra mostrou, naturalmente, que êsse objetivo não só não foi alcançado, como também que era inalcançável. A preparação para a guerra, durante o Plano Quadrienal foi muito inadequada (22e; 90), e depois de um período de transição, Hitler colocou Albert Speer, em 1942, como o principal planejador, mas já era tarde demais para "planejamento". De forma geral, é-se obrigado a concluir que, devido à incompetência de Goering e à falta de compreensão de Hitler dos problemas econômicos, o planejamento da ditadura nazista nunca se tornou eficaz. No entanto, alegar que por essa razão o regime de Hitler não era uma ditadura totalitária (146; 59f) é ir longe demais; as medidas tomadas pelo regime para subordinar o comércio e a mão de obra à política de guerra do *Führer* foram sem dúvida alguma totalitárias e o fracasso do plano central foi conseqüência da falta de tempo. É notório que os Planos Qüinqüenais da União Soviética também envolveram grandes fracassos no princípio.

É interessante verificar como o planejamento se desenvolveu na Zona Soviética da Alemanha desde a guerra. Encontramos nesse caso, em contraste ao regime de Hitler, um plano orientado originàriamente no sentido de um objetivo preeminentemente econômico — o pagamento de reparações de guerra à União Soviética. Naturalmente, de certa forma tôda a emprêsa da ocupação militar da Alemanha consistia num único "plano" gigantesco, um plano para a desmilitarização, desmantelamento das indústrias e democratização da Alemanha (72). Todavia, êsse "plano" permaneceu num estado muito primitivo, no que se referia aos métodos eficientes de planejamento, e logo se esfacelou à medida que a políticas dos Aliados começavam a divergir, e mais tarde tornou-se obsoleto devido ao surgimento da República Federal Alemã como um estado autônomo. Aqui a política liberal, de economia capitalista livre da linha Adenauer-Erhard desenvolveu uma acerba hostilidade contra tôdas as formas de planejamento, exceto para o propósito de libertar a economia dos contrôles de guerra e de após-guerra.

Na Zona de Ocupação soviética, as coisas tornaram um rumo oposto. Tôda a economia está sujeita a planejamento. Como dissemos, a Comissão de Planejamento de contrôle central é coordenada diretamente pela Gosplan e seus sucessores em Moscou, ou pelo menos assim foi até 1955. Entretanto, quer se aceite ou não essa interpretação das realidades da Zona Soviética, é óbvio que a Comissão de Planejamento do Estado está subordinada diretamente ao Presidium do Conselho de Ministros e está capacitada a dar ordens a todos os ministérios e outros órgãos administrativos do govêrno (223). Na realidade, não só a própria Comissão de Planejamento, como também o Presidium do Conselho de Ministros e os chamados Escritórios de Coordenação e Contrôle, diretamente subordinados a êle, estão envolvidos no processo de planejamento. De modo geral, êste processo segue precedentes e normas soviéticas. As ordens, portarias ou regulamentos da Comissão têm, após aprovação pelo respectivo escritório de Coordenação e Contrôle, "fôrça de lei". O não-cumprimento dessas ordens constitui "crime econômico" passível de longas sentenças de prisão. O Escritório de Contrôle tem o direito de exigir prisões e, portanto, opera em estreita colaboração com o Escritório de Segurança (Polícia Secreta).

As estatísticas tornam-se instrumento dêsse contrôle, baseadas como são num complexo sistema de informações ao longo de tôda a linha. Entretanto, o trabalho da Comissão de Planejamento, tal qual o da Gosplan, é cercado pelo maior segrêdo; sòmente as altas esferas têm acesso às suas conclusões; a informação estatística, fornecida geralmente em têrmos de porcentagem, é tendenciosa, para dizer o mínimo, uma vez que a base de comparação é constantemente modificada. O pessoal médio e superior é inteiramente formado de membros do SED (Partido Socialista Unido), sistemàtica-

mente treinados na linha partidário-ideológica. Atinge a muitas centenas, grande parte dos quais são rapazes e môças muito jovens, especialmente doutrinados e que ganham melhor que o pessoal da indústria.

Em resumo, observamos que o planejamento totalitário é formulado com base em metas determinadas ideològicamente; que seu alcance, em última análise, é total; e que não existem prazos limites efetivos, sendo os períodos de quatro ou cinco anos usuais meros artifícios contábeis. O planejamento totalitário é uma decorrência necessária da revolução total que êsses regimes empreendem — sem o que fàcilmente degenerariam em anarquia — e é essa qualidade *política* que o distingue do planejamento econômico democrático.

19

A luta pela produção e a expansão industrial

Dentro do contexto de uma burocracia total e de planos totais, a batalha pela produção deve ser vista como o teste decisivo da economia totalitária. Se os planos estabelecem conquista e guerra, o sistema de produção existente para a paz deve ser alterado para atender às novas necessidades. Se os planos estabelecem industrialização, deve-se organizar e manter contrôles para a transformação de parte substancial do produto social em bens de capital, mesmo quando o padrão de vida e o nível de consumo do povo é baixo. Em ambos os casos temos o que foi corretamente chamado pelos alemães de "economia de comando". No caso da URSS e de seus satélites, essa economia de comando consiste num vasto consórcio de emprêsas estatais, que até certo ponto competem umas com as outras, mas que não têm a motivação de lucro presente em outras economias. Nos países fascistas, e principalmente na Alemanha nazista, no lado industrial a economia era largamente cartelizada e sujeita a um grande contrôle monopolista ou oligopolista (*). As realizações da economia de comando em ambos os casos foram expressivas, no que tange ao cumprimento da meta fixada. A não satisfação das necessidades e da procura dos consumidores não pode, estritamente falando, ser utilizada como argumento contra êsses sistemas, uma vez que êles não operam com o propósito de satisfazer o consumidor.

(*) Oligopólio é o têrmo técnico criado pela economia moderna para indicar uma situação em que alguns *poucos* controlam o mercado, em contraste com o monopólio estrito, onde apenas *um* o controla; contudo, na linguagem popular qualquer contrôle limitado é chamado de monopolista.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL SOVIÉTICO DESDE 1927/28

Item	1927/28	1932	1937	1941
1. Carvão 1000 TM)	35.510	64.664	127.000	171.160
2. Potencial elétrico (milhões de kwh)	5.007	13.540	36.400	53.957
3. Aço (lingotes e fundidos (1000. TM)	4.350	5.927	17.729	22.400
4. Alumínio (TM)	0	855	46.800	—
5. Petróleo não-refinado (excl. gás mineral (1000 TM)	11.472	21.413	28.501	34.602
6. Vagões de passageiros e caminhões de 1/2T	580	7.511	137.016	131.000

O progresso industrial na União Soviética desde 1927/28, data do Primeiro Plano Qüinqüenal, pode ser acompanhado pela tabela acima (87). A guerra teve como conseqüência um considerável retardamento do desenvolvimento industrial soviético. A destruição foi especialmente pesada nas áreas industriais ocupadas pelos alemães e depois submetidas primeiro a políticas soviéticas de devastação de instalações que pudessem servir ao inimigo, e depois aos saques e à destruição alemãs antes da evacuação. O regime stalinista fêz da rápida recuperação industrial sua meta primordial e, malgrado seus muitos sacrifícios e sofrimentos, a população soviética foi conclamada a dedicar tôda sua energia a novas ofensivas industriais. A tabela seguinte, referente aos mesmos itens da tabela anterior, atesta eloqüentemente a escala dêsses esforços e sua inegável expressividade.

Item	1945	1951	1953	1955
1	148.000	282.000	320.000	390.000
2	44.900	102.900	133.000	166.000
3	12.200	31.400	38.300	45.000
4	—	—	—	—
5	19.500	42.300	52.000	70.000
6	83.000	364.000 (em 1950)	—	445.000

(241b; 271j; 245b). Assim, em seis anos de esforços intensos, a produção soviética, em têrmos dos itens citados, não só compensaram as perdas de guerra, como em alguns casos chegaram a duplicar a produção máxima de 1941.

Desde então a expansão industrial soviética tem continuado firme, a despeito da consideração temporária dada em 1953 ao aumento da produção de bens de consumo (271k). Na sessão de janeiro de 1955 do Comitê Central do PCUS tais pontos de vista foram tachados de "crime contra o Partido", e o órgão do Comitê Central, o *Partiinaia zhizn'*, atacou os economistas, atribuindo-lhes "oportunismo direitista anti-leninista" (265e). Ambas as acusações são de alta importância na lista soviética de desvios. A expansão industrial, portanto, continua a ser a meta principal do sistema soviético. Na verdade, a única qualidade positiva das ditaduras comunistas, surgidas em áreas sub-desenvolvidas, tem sido a de acentuar a rápida industrialização como o vital objetivo político e econômico de seus regimes.

As realizações industriais soviéticas, como mostram as tabelas acima, são, de fato, imponentes. De um país industrialmente atrazado a União Soviética se transformou, à custa de sacrifícios e terror sem precedentes, numa das grandes potências industriais do mundo. Isto foi conseguido ao preço de sacrifício do elemento humano e da liberdade a que a URSS supostamente aspirava. Foi conseguido também sem capital estrangeiro e, após meados da década de trinta, com relativamente pouca assistência técnica exterior. O investimento soviético de capital foi suportado principalmente pelo orçamento nacional (variando em média de dois terços a três quartos dos recursos para formação de capital), e o padrão de vida foi sacrificado na mesma proporção.

O impôsto de consumo (*nalogs oboroty*) tem sido a mais importante fonte de renda, responsável em média por pouco mais da metade das receitas orçamentárias da URSS. O impôsto de consumo recai sôbre o consumidor, uma vez que todos os preços de produtos incluem um impôsto de consumo não especificado. Êste impôsto é especialmente elevado no caso dos bens de consumo, em alguns dêles alcançando 75 por cento ou mais do preço de venda. A segunda fonte de renda, responsável pela parcela seguinte das rendas tributárias soviéticas, é o impôsto de lucros (*podokhodny nalog*) cobrado das emprêsas que obtêm lucro.

A produção industrial soviética ainda está atrazada em relação à dos Estados Unidos, mas os rápidos aumentos no volume de produção e a ênfase geral dada pelo regime à realização tecnocrática são acompanhados por um vasto e intenso programa de treinamento para jovens de inclinação técnica. Em 1928 havia na União Soviética 26 estabelecimentos de ensino superior que ofereciam cursos de engenharia, com um total de 52.000 estudantes; em 1955 o número dessas escolas crescera para 175, com um total de 300.000 estudantes. (Nos Estados Unidos, aproximadamente 194.000

estudantes fazem cursos de engenharia em 210 estabelecimentos). Entre 1928 e 1955 a União Soviética formou 630.000 engenheiros de tôdas as especialidades, ou sejam 25 por cento dos graduados de tôdas as instituições de ensino superior. (Embora o número de graduados nos Estados Unidos tenha sido o dôbro, o número de engenheiros foi apenas 480.000, ou seja, 9 por cento do total). (242). Êsses números indicam uma tremenda capacidade para maior expansão industrial.

A expansão industrial soviética, como sugerimos antes, tem também importantes conseqüências sociais e políticas. Dá um cunho de veracidade à profecia marxista de que a sociedade comunista surge do proletáriado. Destrói os laços tradicionais, cria uma situação de grande flutuação social e resulta em migrações populacionais e debilitação de linhas nacionais. Assim, um aspecto importante do desenvolvimento industrial soviético tem sido uma tentativa consciente, motivada em parte por fatôres geo-políticos, de transferir a concentração industrial das regiões do Donbas e de Moscou para outras áreas, relativamente não atingidas pela industrialização. Um atento observador dos fatos econômicos soviéticos assim resumiu a situação:

> em seus planos atuais os russos ainda estão seguindo uma política de desenvolvimento diferencial, favorecendo fortemente as regiões centrais (Rússia Central, Ucrânia, Volga e os Urais). Neste núcleo industrial, a energia hidroelétrica e o transporte de água reduziriam a necessidade de estrita conjunção entre a indústria e a mineração. A decisão de acentuar as regiões centrais baseia-se claramente antes em considerações políticas e estratégicas, que em razões puramente econômicas; pois tanto as regiões ocidentais da Rússia européia como a Ásia soviética oferecem ótimas condições para a expansão industrial. (251).

Os milhares de novos trabalhadores que acorrem para as fábricas recém-construídas, arrancados de seu ambiente tradicional e atirados nas barracas comuns dos novos canteiros de obras, vêem-se num ambiente de estrita disciplina e centralização de comando. É desnecessário observar que tôdas as fábricas são de propriedade do Estado, e que todos os seus diretores são funcionários do govêrno, subordinados ao ministério que controla o setor particular de indústria. Com a expansão da máquina industrial soviética, houve uma enorme proliferação dêsses ministérios; já em 1940 existiam os seguintes Comissariados do Povo que tratavam da indústria: Indústria Pesada, Indústria do Petróleo, Indústria do Carvão, Estações Elétricas, Engenharia Elétrica, Construção Naval, Metalurgia Pesada, Metalurgia Não-ferrosa, Indústria Química, Materiais de Construção, Engenharia Pesada, Engenharia Média, Engenharia Geral, Indústria de Defesa, Aviação,

Armamentos, Munições, Indústria Alimentícia, Indústria de Carne e Laticínios, Indústria de Pesca, Indústria Leve, Têxteis, Indústria Madereira, Indústrias de Papel e Celulose. Em 1953, uma drástica reorganização reduziu o número de ministérios econômicos, mas em 1955 o número dêles crescera novamente para aproximadamente trinta. Abaixo do Ministério há o chamado *Glavk*, ou Administração Central, seja de tipo territorial (que administra emprêsas numa dada região) ou de tipo industrial (que administra tipos específicos de emprêsas industriais). Além disso, em certos casos o *Glavk* administra trustes ou corporações que formam um estágio intermediário entre as fábricas e os Glavks. Isto se aplica especialmente a campos onde prevalecem emprêsas menores e mais numerosas. Por outro lado, em alguns casos que envolvem fábricas especialmente grandes e importantes, tanto o nível de truste com o de Glavk são excluídos, subordinando-se essas fábricas diretamente ao ministério competente.

A fábrica é dirigida por um diretor nomeado pelo govêrno. O diretor está subordinado ao chefe do nível imediatamente superior, isto é, um diretor de truste a um diretor de Glavk e êste ao ministério. Os vários chefes de oficina e supervisôres subordinados, por sua vez, ao diretor da fábrica. Assim, o princípio de *edinachalstvo* é firmemente seguido, e o diretor de fábrica é inteiramente responsável por ela. Em casos de acidente, insucesso no cumprimento das quotas ou ineficiência técnica, isto pode acarretar conseqüências desagradáveis para o diretor. Com efeito, costumeiramente tem-se considerado acidentes sérios com a indicação de insucesso e/ou sabotagem, e têm sido freqüentes os casos de processos criminais contra diretores, principalmente durante os períodos de expurgo. Observa-se nos últimos anos uma tendência para punições menos severas (multas financeiras, ressarcimento de danos, rebaixamento), porém o diretor ainda continua responsável quando ocorre qualquer imprevisto.

Contudo, o diretor não é motivado sòmente pelo mêdo. O êxito na produção tem para êle muitas atrações tangíveis, porquanto êle recebe uma parcela considerável dos lucros resultantes da ultrapassagem das quotas. Grandes bônus são oferecidos aos diretores bem sucedidos, e palestras com antigos gerentes soviéticos indicam que êles dão grande importância a êsses prêmios, visto que "a diferença entre 99 por cento de cumprimento do plano e 100 por cento significa uma diferença de até 30 por cento no salário" (273b). Os trabalhadores participam também dêsses prêmios, ainda que em seu nível a percentagem seja consideràvelmente reduzida. Contudo, tais incentivos têm como conseqüência um fenômeno conhecido como *shturmovshchina* — uma tentativa atalhoada de última hora para cumprir a quota e receber os

dividendos. Nas palavras do relatório anual da indústria soviética,

> Uma das principais deficiências na indústria era que, em conseqüência de uma direção insatisfatória, muitas emprêsas industriais não estavam trabalhando em ritmo uniforme. Realizavam grande parte de sua produção no fim do mês e permitiam uma queda na atividade no princípio do mês seguinte. A ausência de uma produção ritmada levava os operários e a maquinaria à ociosidade em certas épocas, a um aumento de pessoal além do previsto, a um gasto improdutivo em horas extras, a uma superação dos fundos salariais, a uma percentagem maior de produção refugada e a uma majoração no custo dos produtos manufaturados, (271 1)

A tentação de participar dos prêmios levou alguns diretores cujas fábricas não conseguiam cumprir suas quotas, a falsificar os resultados, ou até mesmo ao subôrno de funcionários encarregados do contrôle. Vários incidentes dessa natureza apareceram na imprensa soviética e foram confirmados por entrevistas com ex-funcionários soviéticos (252d).

Em seus esforços para tornar máxima a produção, o diretor de fábrica é auxiliado pela organização partidária da fábrica, pela Seção Especial da polícia secreta e pelo sindicato local (Vd. Capítulo 20). A organização partidária, que congrega todos os ativistas do Partido empregados na fábrica, realiza reuniões regulares em que os níveis de produção são estudados, incentiva-se a auto-crítica por parte dos trabalhadores e da administração, os ociosos são atacados, vigia-se o moral político do pessoal e finalmente supervisiona-se o próprio diretor. A Seção Especial assegura-se da prevenção da sabotagem, da expulsão de elementos desleais e da denúncia dos inimigos do povo. Organiza redes regulares de informantes tanto entre os trabalhadores como nos quadros administrativos. Ocasionalmente pode estimular maiores esforços prendendo elementos notòriamente preguiçosos ou que expressem pontos de vista opostos ao Partido. Em certo sentido, a fábrica é, assim, uma réplica em miniatura do padrão de contrôles e da hierarquia dirigente que caracteriza a União Soviética.

A imposição do regime comunista na Europa Central e na China teve como conseqüência esforços igualmente drásticos para levar avante a expansão industrial. Isto tanto se aplicou às economias relativamente adiantadas da Tchecoslováquia e Polônia quanto às da Bulgária e da Iugoslávia (em 1946). Foi sòmente em conseqüência dos acentuados insucessos dêsses programas nos estados mais atrazados da Europa Central que os soviéticos se decidiram em 1947/48 a encorajar um desenvolvimento industrial mais comedido em países como a Bulgária e a Iugoslávia (sendo esta uma das razões

para a tensão entre Tito e o Cominform, uma vez que Tito estava ansioso por uma rápida industrialização), e uma cooperação mais estreita entre aquêles Estados e as áreas mais adiantadas do bloco soviético. Contudo, a industrialização na Polônia foi levada avante com tôda energia, onde a riqueza natural da bacia silesiana faz com que ela seja um local ideal para a criação de um segundo Ruhr. A produção siderúrgica e de carvão triplicaram em relação aos números de antes da guerra e dia a dia evidencia-se uma firme expansão. Da mesma forma, a decisão chinesa de industrializar seu país extremamente atrazado teve como meta, num sentido amplo, alcançar em 1957 o nível de produção atingido pela União Soviética em 1928, ou seja, no princípio do Primeiro Plano Qüinqüenal Soviético (290).

No que tange aos sistemas fascista e nazista, a análise de suas realizações econômicas é um pouco mais difícil. Em primeiro lugar, na Alemanha, o comércio exterior, essencial para o bem-estar dêsse super-populoso país, declinou ràpidamente. Em 1933 as exportações ainda excediam as importações em quase 700 milhões de marcos, mas em 1935 o excedente diminuíra para 100 milhões de marcos, e essa tendência continuou. Essa situação foi até certo ponto conseqüência natural da política de auto-suficiência ou "autarquia" do govêrno Nacional Socialista, pois significava que os recursos econômicos do país, limitados como eram, tinham de ser distribuídos de maneira a tornar o país tão independente de suprimentos estrangeiros quanto possível. Visto que a meta final do regime era a preparação para à guerra, esta política foi executada sem levar em conta a viabilidade intrínseca das atividades quando medidas por padrões derivados do mercado mundial. Ampliaram-se as operações de mineração de minério de baixa qualidade e foram feitas sondagens petrolíferas. A produção de produtos como borracha e fibras sintéticas foi incrementada vigorosamente. Em decorrência disso, um grande mercado adicional de trabalho foi oferecido aos alemães, que ora produziam êsses produtos aos invés de importá-los do exterior. É claro que a auto-suficiência, ou a autarquia, nunca foi plenamente atingida enquanto os nazistas estiveram no poder, mas aumentou consideràvelmente. Em certa ocasião Hitler admitiu as limitações da Alemanha: "Sabemos que a situação geográfica da Alemanha, um país pobre em matérias primas, não nos permite a auto-suficiência. Deve-se salientar repetidamente que o govêrno não é absolutamente hostil às exportações" (41). Não obstante, a política foi executada ao máximo que as circunstâncias permitiam, a fim de tornar a Alemanha pronta para a guerra, quando as importações talvez fôssem cortadas. *Wehrwirtschaft*, ou uma economia para a defesa, era a expressão eufemística empregada para descrever a economia militar que se baseava na subordinação de motivações comerciais às necessidades militares nacionais (Vd. Capítulo 18).

Em vista de seu objetivo, é extraordinário o pouco que a Alemanha estava preparada para a guerra mundial em que as políticas de Hitler eventualmente mergulhariam a nação. A única explicação plausível é que os nazistas, em vista da concepção de Hitler de uma guerra-relâmpago (*Blitzkrieg*), não esperavam que a guerra durasse muito, nem muito menos que se transformasse numa guerra *mundial*.

Como ilustração do que significava essa busca de materiais de guerra, combinada com a política de auto-suficiência, poder-se-ia citar as usinas Hermann Goering — usinas destinadas a explorar os minérios de ferro de baixa qualidade encontrados na Alemanha central e não econômicos no sentido usual. Essas usinas faziam parte de uma atividade industrial em rápido desenvolvimento do Partido e de suas entidades. As indústrias editôra, tipográfica e imobiliária haviam sido, naturalmente, importantes atividades do partido mesmo nos dias da República de Weimar, mas a essas foram acrescentadas, na década de trinta, um número considerável de outras. Entre essas, as Usinas Goering, ou, por extenso, as *Reichswerke, A.G. für Erzbergbau und Eisenhütten, Hermann Goering*, com um capital de 75 milhões de marcos, eram as mais importantes. Da mineração e siderurgia iniciais, logo se ramificaram em muitas direções. Já foi chamada de organização salteadora destinada a roubar tantos outros negócios quanto possível, principalmente em territórios conquistados e ocupados, como a Áustria e a Tchecoslováquia (148e). Originàriamente, o capital para essa emprêsa foi reunido por Goering, utilizando êle todos os meios à disposição de um ditador totalitário, principalmente intimidação. Uma vez que o empreendimento não tinha atração capitalista e portanto não gozaria de crédito, Goering intimidou banqueiros e industriais a contribuir com sua parcela (155 milhões de um total de 400 em 1939). Isto nos leva a um dos principais aspectos da economia nazista.

A substituição da conveniência pelo temor altera fundamentalmente a natureza da economia. Ela deixa de ser "capitalista". A palavra *crédito* deriva-se do latim *credo*, ou seja, "eu creio"; visto que nesse caso "eu creio" é substituído por "eu temo", tal sistema bem poderia ser chamado de um *sistema de temor* (165a). Tal sistema constituiu, de fato, a base das finanças do govêrno no tempo dos nazistas. Não só o empreendimento industrial, como todo o campo de empréstimo público, veio a depender da intimidação do público. O enorme aumento conseqüente da dívida pública da Alemanha, que eventualmente atingiu quase 500 bilhões de marcos (US$ 100 bilhões) foi o resultado. Levantou, naturalmente, um sério problema de como ir adiante. Um hábil professor, presumìvelmente com a intenção de adular, sugeriu pouco antes da guerra que esta era a grande invenção de Hitler no campo das finanças públicas, e ofereceu uma oportunidade a todos os alemães de ajudar o *Führer* a cumprir as metas que seu gênio procurava realizar (208). Sôbre a

questão dos limites de tal sistema de empréstimo forçado êle respondeu dizendo que em algum momento devia ser feito um "sacrifício criativo". Êste sacrifício consistiria em todos os alemães leais aceitarem o cancelamento das dívidas do Reich, de modo a libertar as mãos do *Führer* para novas aventuras. Isto era uma maneira elegante e sicofântica de descrever a insolvência estatal, mas verificou-se que o sacrifício não era nada criativo e resultava do colapso e da liquidação do regime de Hitler. Contudo, enquanto o sistema durou, proporcionou ao govêrno uma grande quantidade de capital, que de outra forma poderia não ser obtido. Em certo sentido, a operação fiscal de uma economia totalitária pode, assim, ser comparada a de um sistema constitucional em tempo de guerra, quando o financiamento em larga escala do govêrno é feito na base de apêlos patrióticos, apoiado por uma alta dose de pressão de várias fontes.

Nesse sistema de temor não existia, naturalmente, nenhum limite natural a um aumento no endividamento do govêrno, e o resultado disso era uma dívida sempre crescente. Ela aumentou numa escala ascendente demonstrada pelos números seguintes (bilhões de marcos, arredondados): 1932, 11; 1933, 12; 1936, 15; 1938, 20; 1939, 30 (202). Foi a aplicação dêsse sistema de temor ao comércio exterior que realmente constituiu a essência da negociação de Hjalmar Schacht com os países pequenos, especialmente nos Balcãs. Também nesses casos eram empregadas ameaças para obter mercadorias e empréstimos com relação aos seus fornecimentos que não seriam conseguidos por meio de livre transação (148d). As ameaças ocorriam principalmente no campo do próprio comércio exterior, como a de interromper tôdas as importações de um dado país, mas às vêzes iam muito além. "O objetivo da política comercial da Alemanha tornou-se assim extremamente simples: comprar de um país o máximo que fôr possível (...) mas sem pagar", escreveu Franz Neumann com tôda correção. Destarte a Alemanha tornou-se cada vez mais uma nação devedora sob um sistema de compensação que concentrava todo o contrôle das balanças do comércio exterior nas mãos do govêrno (138).

Franz Neumann torna êsse aspecto parte de sua detalhada análise da economia nazista. Seu interêsse central consiste em demonstrar que essa economia não era nem socialista nem tampouco um capitalismo de estado. A rigor, a lei dava ao govêrno "poder ilimitado"; o govêrno podia fazer quase tudo e expropriar quem quisesse, mas essa lei, pensa Neumann, na verdade ocultava a realidade, e a economia permaneceu "capitalista". Não só êle diminui o papel do planejamento, como considera a economia como sendo composta de duas partes que chama de "economia monoporiza-se por um imenso aumento em cartéis e monopólios que, auxiliados e fomentados pelo govêrno e pelo Partido, maximizava os lucros. "A fôrça motivadora da expansão é o lucro. A estrutura da economia alemã é a de uma economia completamente monopolizada e cartelizada", na qual os pequenos nego-

ciantes e o trabalhador estão à mercê do grande magnata (118). A segunda parte, a da economia de comando, é aquela em que atua o "Estado", interferente e autoritário. Após examinar os diversos aspectos dessa parte da economia que poderia "mudar decisivamente o quadro", Neumann chega à conclusão de que nada mudou. Nem as atividades econômicas diretas do Estado, no setor nacionalizado, e do partido, nem o contrôle de preços, de lucros e investimentos, do comércio exterior e do trabalho constituem "capitalismo de estado", e êle argumenta que isso ocorre "a despeito das mudanças fundamentais que são a conseqüência inevitável da arregimentação. Palavras como "capitalismo de estado", que constituem um tipo de economia que Neumann na verdade não definiu claramente, podem ser úteis para propaganda política, mas obscurecem a visão científica. Uma melhor compreensão poderá ser obtida utilizando-se um critério definido mais claramente. No Capítulo 1, página 17, dissemos que, caracterìsticamente, uma ditadura totalitária possui "o contrôle centralizado e a direção de tôda a economia através da coordenação burocrática de suas entidades corporativas outrora independentes, incluindo tìpicamente muitas outras associações e atividades de grupo". Êsse contrôle e direção centrais foram, com efeito, característicos do regime nazista. Isto não só não é refutado pelo fato de que figuras chaves na organização de contrôle nazista eram ao mesmo tempo negociantes, como é êste fato que corrobora o argumento. Neumann descreve pormenorizadamente como diversos postos chaves em muitas diretorias de bancos e associações industriais eram ocupados por homens que detinham ao mesmo tempo cargos importantes na hierarquia nazista; Neumann pretende argumentar que essa participação de negociantes prova que o "Estado" não possuía um contrôle total. Sua maneira de pensar é, evidentemente, resultado de uma tradicional noção alemã segundo a qual o "Estado" é, ou pelo menos deveria ser, uma coisa separada, se não superior, aos simples negócios. Dentro da tradição hegeliana-marxista êle supõe que enredamento das duas coisas exclui tanto o "capitalismo de estado" quanto o "socialismo"; isto, como dissemos, é uma questão de definições. Não exclui a direção e o contrôle centrais de tôda a economia, mas, na realidade, auxilia-os consideràvelmente. A própria análise de Neumann o sugere e a vasta quantidade de evidências adicionais tornadas públicas desde então pelos Levantamentos de Bombardeio dos Estados Unidos e pelos julgamentos de Nuremberg o comprovam (60).

Os países europeus têm, tradicionalmente, permitido que certos setôres da economia sejam operados pelo govêrno. Na Suíça, nação democrática, não menos que na Prússia autocrática, as estradas de ferro e os serviços telefônicos e telegráficos são operados como monopólios do govêrno. Essa política de permitir ao govêrno participar da economia, principalmente onde monopólios naturais apresentam o problema de

contrôle eficaz no interêsse público, ampliou-se enormemente depois da guerra. Na Grã-Bretanha, na França e em outros países, a indústria bancária, a mineração e outras atividades econômicas básicas foram colocadas sob contrôle governamental. Portanto, essas economias não são nem capitalistas nem socialistas em qualquer sentido estrito, embora sejam, òbviamente, menos socialistas que a economia da União Soviética. Sugeriu-se para elas a classificação de "economias mistas". Os regimes fascistas, em certo sentido, também desenvolveram essas economias mistas. Nesses regimes, porém, nenhuma parte da economia está livre de interferência govêrnamental. A direção e o contrôle centrais concentram-se nas mãos de seu governante-ditador, e nêles não existe nenhum parlamento ou outro órgão representativo eleitos pelo povo que interponha seus pontos de vista entre o govêrno e a economia. Conseqüentemente, o govêrno não está sujeito a críticas constantes ou a propostas rivais de maiorias partidárias alternadas. Isto não exclui absolutamente a influência de negociantes que sejam membros do partido e de seus grupos dirigentes; muito pelo contrário. No caso do regime de Hitler, êsses negociantes puderam manipular o sistema corporativo, com seus cartéis e trustes monopolistas, bem como o contrôle de preços, de investimentos, de lucros, e de comércio exterior em seu próprio proveito em grande escala. As carreiras de homens como Frick, julgado em Nuremberg, mostram como eram extensas as possibilidades para enriquecimento pessoal por êsses meios (90b). Essas carreiras pessoais, porém, são incidentais em relação ao padrão geral; correspondem às carreiras de gerentes hábeis na União Soviética — homens como Saburov, Malyshek, ou Voznesensky. O habitual é um padrão de direção e contrôle centrais; na Alemanha de Hitler só frutificou inteiramente durante a guerra, quando Albert Speer foi investido de poderes ditatoriais de direção (Vd. Capítulo 18).

O foco dêsse contrôle e direção centrais atravessou três diferentes estágios. Foram êles o estágio de programas de criação de trabalho; o estágio de preparação para a guerra segundo o Plano Quadrienal; e a tentativa de mobilização total durante a guerra. Em cada um dêsses estágios foram tomadas várias decisões que constituiram intervenções nas operações de uma economia de mercado livre, e desenvolvimento econômico anormal em direção aos canais desejados pelos dirigentes totalitários. É verdade que alguns países não-totalitários, dentro do contexto da democracia constitucional, tentaram uma direção central semelhante — sujeita a livre crítica pública e, portanto, competição e rivalidade entre partidos levando a substanciais alterações ou mesmo abandono — mas isto não modifica o fato de que a interferência pelo contrôle central, combinado com outros aspectos típicos já discutidos, é uma característica da ditadura totalitária, e que ela não seria possível numa economia de mercado livre.

O contrôle e a direção centrais funcionam de modo diferente (mas não obrigatòriamente melhor!) quando acompanhada por liderança ideológica e uni-partidária, por terrorismo da polícia secreta, e pelo monopólio governamental de armas e meios de comunicação em massa, pois as inerentes potencialidades de corrupção que tal sistema acarreta devido à burocratização em grande escala são muito realçadas por êsse aspectos totalitários. Os minuciosos registros de que hoje se dispõe mostram que essa corrupção potencial atuava de fato tanto no sistema nazista como no fascista italiano. Por conseguinte, dados como aumento de lucros não distribuídos, de valores de ações e de dividendos (com base em médias estatísticas), que Neumann exibe em apoio de sua afirmativa de que a economia nazista era "capitalista", na realidade não a apoia, mas antes demonstra que ela era uma economia "vampiresca", uma economia que se atolava ràpidamente num lamaçal de favores especiais, justamente o oposto dos mecanismos do sistema de preços da economia livre e competitiva (165b).

A situação na Itália fascista sob o sistema corporativo é especialmente reveladora. O efeito essencial dêsse sistema foi o de unir tôda a indústria italiana num grande "pool", fazer êste "pool", isto é, o govêrno, assumir a responsabilidade por um lucro mínimo, e conceder-lhe, em troca, o direito de orientar todos os investimentos e, portanto, o futuro desenvolvimento da indústria (180c). É de todo evidente que tal arranjo, baseado em lucros garantidos, não constitui absolutamente uma economia de mercado competitivo. O realce dado ao lucro, como se pode ver, é inteiramente tendencioso.

Concluindo, concorda-se fàcilmente que as diferenças entre o tipo nazi-fascista de organização industrial e o tipo comunista são muitas e óbvias. Num caso o sistema totalitário é superposto a uma estrutura industrial estabelecida, no outro a estrutura industrial é construída quase do nada. Nas economias nazista e fascista a propriedade dos meios de produção é formalmente deixada intacta e os mesmos "magnatas" continuam a presidir as reuniões da diretoria (com exceção das emprêsas estatais como as Usinas Goering), ao passo que nas economias comunistas a indústria é de propriedade do Estado e seus diretores são funcionários nomeados pelo govêrno. (Ou, como em alguns casos iniciais, os antigos proprietários são mantidos temporàriamente como representantes do govêrno.) Entretanto, essas e outras diferenças não parecem ser realmente fundamentais. É necessário ir além da superfície e perguntar: quem controla o desenvolvimento industrial, quem estabelece suas quotas e distribui recursos, quem determina os objetivos finais da produção industrial, quem regula recompensas, controla o pessoal, fixa padrões políticos de lealdade para todos os envolvidos?

As respostas a essas perguntas indicam que os modernos regimes totalitários assemelham-se bàsicamente no reconhe-

cimento da vitalidade do processo industrial e em considerá-lo a chave para o êxito político, tanto nacional quanto exterior. Por isso, fizeram da "batalha pela produção" um tema central de seus programas de ação e, para vencê-la, subordinaram a máquina industrial às necessidades do regime. Questões tais como quem tem direito formal à propriedade, como são determinados os "lucros", ou seja, as recompensas, e se os antigos proprietários e dirigentes continuam a deter posições de mando, desde que obedeçam às ordens do regime, são de significado relativamente secundário. O que é decisivo é a quase onipotente realidade do contrôle central totalitário pelo ditador e seu partido.

20

Mão de obra dirigida ou mão de obra livre

A economia centralizada e a coordenação burocrática de tôdas as associações e entidades corporativas que possuem um certo grau de autonomia e independência administrativa, numa democracia constitucional, englobam, naturalmente, as organizações trabalhistas. Em certo sentido, êste fato constitui o aspecto mais decepcionante do socialismo, do ponto de vista do trabalhador. Ao trabalhador foi dito e continua a ser dito, que o socialismo previsto pelo marxismo, isto é, o socialismo baseado na ditadura do proletariado, significa a sua libertação da opressão e da exploração capitalistas. Contudo, o que o trabalhador constata é que, na realidade, o govêrno todo-poderoso, que age em nome do proletariado e presumìvelmente representa sua "ditadura", priva as organizações trabalhistas, os sindicatos, de sua antiga condição de independência, transformando-os em acessórios da burocracia governamental. O mesmo ocorre no fascismo e no nazismo; a "ditadura" socialista está também organizada de modo a coordenar os sindicatos e sincronizar suas ações com as políticas do govêrno.

Nos últimos cem anos os sindicatos tornaram-se organizações importantes nos países em que o industrialismo e o capitalismo se desenvolveram. Sendo, de fato, os sucessores das corporações de ofício da Idade Média, os sindicatos modernos foram organizados com base na profissão e nos interêsses comuns daquêles que exercem a mesma atividade. O grande número de sindicatos altamente especializados da American Federation of Labor (Confederação Americana do Trabalho) são exemplos típicos dêsse sindicalismo inicial. Mais tarde, à medida que as indústrias cresciam e as fábricas tornavam-se cada vez maiores, surgiram também sindicatos mais inclusivos, menos interessados na classe trabalhadora

de modo geral que nos interêsses comuns de todos os trabalhadores de uma indústria particular, tipificados pelo Congresso de Organizações Industriais (CIO). A recente fusão da AFL com o CIO baseia-se no reconhecimento de que todos os trabalhadores, não importa como estejam organizados, possuem certos interêsses e tarefas comuns (55h).

Numa época mais recuada e até o fim do século XIX, a classe patronal opunha-se aos sindicatos livres, o que ainda ocorre em alguns países. Tornou-se cada vez mais evidente às direções das emprêsas em todos os países adiantados que não só a mão de obra tinha teòricamente o direito de formar suas associações livres — que numa democracia constitucional a mão de obra tinha o direito de ser organizada — como também que, na realidade, era de enorme vantagem para os empresários ter sindicatos livres com que discutir. Hoje em dia as relações trabalhistas baseiam-se em contratos coletivos negociados livremente entre o "capital" e o "trabalho". A idéia de um "sindicato fabril", organizado e dominado pelo patrão e pela direção da emprêsa foi superada pelo sindicato livre, pois aquela concepção paternalista mostrou-se inadequada à tarefa de representar os trabalhadores, cidadãos livres de uma sociedade constitucional e democrática.

Uma das armas mais importantes do trabalhador organizado, que durante muito tempo foi objeto de acirrada oposição, era o direito de greve, isto é, de recusar-se coletivamente a continuar o trabalho, até que fôsse alcançado um acôrdo entre seus representantes, geralmente os dirigentes de seu sindicato ou sindicatos, e o empregador. Êste direito de greve, embora não seja encontrado nas constituições do século XVIII e do princípio do século XIX, logrou firmar-se em constituições mais recentes, como, por exemplo, em vários estados da América, na França, Itália e República Federal Alemã. Está também contido na Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas. Sem dúvida esta Declaração conta com a anuência da União Soviética e de seus satélites, pois não implica em obrigatoriedade; o direito de greve não é reconhecido na URSS.

Por mais estranho que possa parecer de um ângulo ideológico, a URSS, o país em que supostamente o trabalhador detém o contrôle efetivo do govêrno, rejeita o direito de greve, juntamente com a idéia de sindicatos livres e independentes. A justificativa apresentada para essa política é, bàsicamente, muito simples. Por que, pergunta-se, reconhecer para um grupo de trabalhadores o direito de forçar suas exigências sôbre o restante dos trabalhadores, quando a totalidade dêles controla os meios de produção? Êste argumento seria irrespondível se o contrôle dos trabalhadores fôsse efetivo, de um ponto de vista democrático, ao invés de estar investido no poder monolítico do Partido Comunista, que monopoliza a representação de todo o proletariado, inclusive a dos trabalhadores agrícolas. Na realidade, êste problema de participação dos trabalhadores no contrôle da indústria

apresentou-se, a princípio, na União Soviética sob uma simples forma sindicalista. Formaram-se sovietes em cada fábrica, e a direção das fábricas aquiesceu a êsses conselhos. Entretanto, os esforços de organizar uma estrutura completa de baixo para cima logo se mostraram inexequíveis. A posição dos sindicatos e a forma de sua participação efetiva mostrou-se, na década de vinte, ser a verdadeira pedra de toque da organização soviética.

Já em 1920, durante o X Congresso do Partido, uma forte oposição desenvolveu-se entre alguns sindicalistas contra as tendências estatistas, marcadamente centralizadoras, da recém-instituída ditadura do proletariado. Encabeçada por Shliapnikov e Mme. Kollontai, a chamada "Oposição dos Trabalhadores" advoga ardorosamente uma utopia igualitária dirigida por trabalhadores organizados em sindicatos. No outro extremo, a êles se opunham os "estatistas", chefiados por Trotsky e Bukharin, que urgiam que os sindicatos fôssem imediatamente absorvidos pelo Estado, sob o fundamento de que nenhum conflito era possível entre um estado de trabalhadores e os próprios trabalhadores (um ponto de vista profético aceito mais tarde pelo regime stalinista). Lenin, depois de atacar rudemente a "Oposição dos Trabalhadores" por se empenhar ela em agitação não-marxista e "anarquista e sindicalista", respondeu com a teoria da "correia de transmissão", segundo a qual os sindicatos devem atuar como intermediários entre a ditadura do proletariado e as massas trabalhadoras:

> **Os sindicatos são os reservatórios do poder estatal,** uma escola de comunismo, uma escola de direção. Nesse campo o principal e específico não é administração, mas "contatos" entre a administração estatal central, a economia nacional e as imensas massas operárias. (113g).

É óbvio que tal definição modificava inteiramente a natureza do sindicato, que passava de uma instituição de trabalhadores a uma agência do govêrno. A história dos sindicatos soviéticos dêsse momento em diante é uma história de constante declínio em sua independência e de transformação numa instituição burocrática para solução de problemas trabalhistas.

Durante algum tempo, no período da Nova Política Econômica, os sindicatos permaneceram ativos em favor das massas trabalhadoras; porém, nas vésperas do XVI Congresso do Partido, a liderança sindical foi acusada de menchevismo e expurgada. O Congresso proclamou a teoria da impossibilidade de conflitos anteriormente postulada por Trotsky e declarou ser o interêsse fundamental dos trabalhadores o rápido desenvolvimento da indústria. Os sindicatos foram exortados a auxiliar o Partido a aumentar a produtividade do trabalho, e o processo de submissão dos sindicatos às exigências políticas do regime foi, num sentido amplo, pôsto

em sua forma final. Ao mesmo tempo, a recém-lançada política de industrialização teve como conseqüência uma rápida expansão do número de trabalhadores industriais, o que deu origem a numerosos problemas de administração, organização, previdência, etc. Dos 14.500 milhões de trabalhadores industriais que havia em 1930, o total alcançava em 1940 30.400 milhões, atingindo em 1948 33.400 milhões (220). Tornou-se a função dos sindicatos dar a essas massas um arcabouço administrativo e uma liderança.

Segundo as palavras de um estudioso soviético de direito constitucional, "os sindicatos soviéticos não são uma organização formal do Partido, mas, na verdade, executam as diretrizes do Partido. Todos os órgãos dirigentes dos sindicatos compõem-se bàsicamente de comunistas que executam a linha do Partido em todo o trabalho dos sindicatos" (34). Assim, êsse comentário franco não faz segrêdo do fato de os sindicatos soviéticos serem meras agências do PCUS. Sua organização, como a do Partido, é hierárquica e centralizada. O poder real pertence não ao Congresso, que é nominalmente a entidade suprema, mas a um órgão muito menor, o Presidium do Conselho Central dos Sindicatos da União Soviética. Todos os sindicatos estão subordinados a êsse órgão e sujeitos às suas instruções. As tarefas dos sindicatos soviéticos, à parte a de aumentar a produtividade e de lutar incessantemente "pela completa eliminação do hábito decadente de salários iguais" (103b), incluem a administração do programa estatal de seguro social, de sanatórios e casas de repouso para os trabalhadores, supervisão de alimentos servidos no trabalho e das condições dos alojamentos das fábricas, contrôle do nível de politização, participação no planejamento e, finalmente, limitado direito de reclamações em favor dos trabalhadores. Assim, com exceção do último ítem, o amplo campo de funções dos sindicatos indica claramente o ponto em que foram absorvidos pelo mecanismo do sistema totalitário. As queixas de trabalhador a administração são julgadas por Comissões de Normas e Conflitos (RKK). A maioria dêsses casos surge devido a alegadas injustiças da direção ou como conseqüência de interpretações discordantes dos regulamentos de trabalho. Segundo Fainsod,

> A retenção do processo de queixas limitadas na fábrica soviética constitui indicação de sua utilidade para a liderança do Partido. Os casos divulgados em que queixas de trabalhadores levam a uma ação corretiva têm um importante significado propagandístico. Ajudam a inculcar fé no senso de eqüidade do regime, e proporcionam uma justificação simbólica para os sacrifícios impostos pelo programa de industrialização. Muito embora o sistema de queixas tenha um alcance muito limitado, proporciona um escape parcial para as frustrações da vida industrial soviética. O alívio que êle causa é uma contribuição positiva para a fôrça e para a eficiência produtiva do regime. (47m).

A partir de 1947 os sindicatos adquiriram o direito de negociar acôrdos coletivos com a direção das emprêsas; entretanto, também êsse direito é mais simbólico que real. Êsses acôrdos devem seguir a forma padronizada prescrita pelo ministério industrial competente, ao passo que a ampla escala de salários é determinada e decretada pelo Conselho de Ministros. Os chamados acôrdos coletivos, portanto, tendem a se tornar pouco mais que repetição das prescrições existentes para o dado ramo industrial, às quais se acrescenta uma cláusula específica, incorporada no acôrdo, quanto às quotas e metas de produção a serem alcançadas pelos trabalhadores e pela direção da emprêsa. O acôrdo torna-se, então, antes um lembrete aos trabalhadores do que dêles se espera que uma proteção de seus interêsses. Aos trabalhadores soviéticos não se permite esquecer que o Código de Legislação Trabalhista declara explìcitamente que "quando um trabalhador deixa de cumprir a norma estabelecida, por sua própria culpa, seus salários são pagos de acôrdo com a quantidade e a qualidade de sua produção real, sem que lhe seja dada qualquer garantia de salário mínimo" (Art. 57). À diferença da legislação capitalista, segundo a legislação soviética "um empregador não está obrigado a amparar o trabalhador" (103c).

O trabalhador soviético, ademais, trabalha sob severas restrições que lhe são impostas pelo Estado. Seu turno de trabalho de oito horas não lhe permite, explìcitamente, folga para refeições, decorrendo disso que o tempo passado no trabalho é maior. Sua semana de trabalho é de seis dias (*). A legislação soviética prescreve punições severas para atrasos ao trabalho. Durante a guerra e até bem pouco tempo, um atraso de vinte minutos podia acarretar prisão (**). O Ministério de Reservas de Trabalhos, instituído em 1947, recebeu autorização para destacar trabalhadores para indústrias prioritárias. Os operários podiam ser fixados num emprêgo, sem direito de demissão. O não cumprimento de qualquer das duas alternativas podia resultar em processo penal por parte do estado. Desde dezembro de 1938, os trabalhadores soviéticos são obrigados a possuir consigo carteiras profissionais especiais que incluem, além de seus dados pessoais, um breve histórico de suas atividades passadas, registro de emprêgos, transferências e seus motivos. Essas carteiras são indispensáveis para conseguir emprêgo. Além disso, a direção da emprêsa retém as carteiras profissionais durante o tempo em que o trabalhador está empregado, de modo que se êle abandona o trabalho sem autorização fica privado dêsse do-

(*) Em fevereiro de 1956 foram anunciados planos de redução da semana de trabalho.

(**) Após a morte de Stalin houve indícios de modificação nessa política. Isto foi oficialmente confirmado em maio de 1956; Vd. *Viedomosti Verhovnogo Soviета SSSR*, n.º 10, maio de 1956.

cumento vital. Em indústrias mais importantes o trabalhador está também obrigado a entregar seu passaporte, um documento que todo cidadão soviético deve possuir para locomoção e identificação *interna*.

Enquanto trabalham, os operários são constantemente exortados por suas organizações partidárias e sindicatos a se empenharem em "competição socialista" entre si, e com os operários de outras fábricas, trustes ou instituições. São conferidos prêmios especiais àqueles que logram ultrapassar suas quotas, os chamados "operários de choque"; a partir da década de trinta os operários de choque têm sido chamados de "stakhanovistas", por causa de um mineiro de choque chamado Stakhanov. Os "stakhanovistas" recebem medalhas especiais, emblemas e recompensas em dinheiro. Têm certos privilégios, como transporte grátis em ferrovias, e em certos casos seus filhos têm direito a educação gratuita. Estimou-se que em 1948 cêrca de 87 por cento da mão de obra da URSS estava empenhada em "competição socialista" (283). Nessas circunstâncias, é difícil manter a solidariedade da classe trabalhadora.

Nenhum estudo sôbre o sistema trabalhista soviético seria completo sem uma referência, mesmo que breve, às Reservas de Trabalho do Estado mencionadas. As Reservas de Trabalho administram instrução, dentro de um sistema de convocação, a jovens de mais de quatorze anos que interromperam seus estudos. Após completarem êsse treinamento, êles são destacados pelo govêrno para ocupações específicas onde sejam mais necessários. Aquêles que se esquivam são processados. O sistema, além do fato importante de estabelecer distinção entre aquêles que continuam a educação superior, seja através de bolsas de estudos, ou, até 1956, pagando as taxas, e aquêles que não continuam a estudar, proporciona ao govêrno um fluxo constante de mão de obra barata a ser utilizada em programas de construção urgentes. Ademais, o sistema serve para arrancar a juventude de seu ambiente rural e transformá-la em proletariado urbano.

Nisso tudo os sindicatos soviéticos tendem a desempenhar um papel semelhante ao do govêrno num sistema de *laissez faire* radical — isto é, o papel de um policial que só intervém em caso de transgressão extrema, mas que não se esforça positivamente pela causa do trabalhador. Reconhecidamente, os sindicatos prestam alguns serviços às massas trabalhadoras, especialmente em têrmos de comodidades sanitárias e recreativas e auxiliando nos níveis inferiores de disputas trabalhistas, embora a regulamentação total do tempo de folga seja um aspecto significativo e, para o homem médio, talvez a face mais odiosa do totalitarismo. Em todo caso, a função geral dos sindicatos está inteiramente orientada em têrmos dos objetivos econômicos do sistema e das exigências políticas dos regimes. Repetindo, os sindicatos não são agremiações do trabalho soviético, mas instituições burocráticas do govêrno soviético para assuntos trabalhistas.

Além dessa subjugação geral do trabalho no sistema totalitário soviético, existe a escravidão franca dos campos de trabalho. Talvez o traço mais paradoxal de um sistema político organizado em nome de Karl Marx seja a existência dêsses campos, pois Marx criticou violentamente o "sistema capitalista", que sob sua chamada "férrea lei de salários" mantinha uma grande quantidade de desempregados, o "exército de reserva industrial" que, por estarem ansiosos por emprêgos, mantinham o nível salarial próximo ao mínimo necessário à sobrevivência. Os campos de trabalho que hoje encerram milhões de pessoas são o equivalente totalitário comunista ao "exército de reserva industrial". São formados por tôdas as espécies de pessoas de quem o regime não gosta, por uma razão ou por outra, inclusive os chamados insubmissos — homens e mulheres que não se esfalfam o suficiente para merecer o salário mínimo que o regime na verdade paga a muitos de seus trabalhadores, embora certas classes privilegiadas de trabalhadores sejam règiamente pagas. Êsses campos de trabalho fornecem trabalhadores para projetos que são dirigidos de maneira tão anti-econômica que até mesmo o salário mínimo da União Soviética não pode ser pago aos operários que nêles trabalham.

As condições de vida nesses campos são tão terríveis que sua existência tornou-se alvo de atenção das Nações Unidas. Uma Comissão *ad hoc,* constituída pela UNESCO e pela Organização Internacional do Trabalho, foi organizada em 1952; após depoimentos e protestos por parte de organizações interessadas, como o Centro de Estudos da Europa Central, publicou um relatório (5a). Embora o sistema tenha se originado na União Soviética, onde, a par de uma onda criminal em meados da década de vinte e com a posterior coletivização, um número cada vez maior de pessoas foi encarcerado pelo regime, êle gradualmente se propagou para tôda a órbita do Império Soviético. Hoje, todos os satélites, a Polônia, a Tchecoslováquia, a Hungria, a Bulgária, a Rumânia, a Albânia e a zona soviética da Alemanha empregam o sistema, que é também encontrado na Iugoslávia e na China. Teve plena aplicação em 1928, quando a resistência dos camponeses à coletivização, em conexão com o Primeiro Plano Qüinqüenal produziu milhões de "criminosos". Um "Plano Estatal para o Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS em 1941", um documento secreto capturado pelos alemães durante a guerra, mostra que o trabalho escravo era responsável por uma porção considerável da produção soviética.

Qual a extensão e a importância dêsse trabalho escravo na União Soviética, e o que lhe pode ser atribuído? Em 1941 o trabalho escravo produziu 5.325.000 toneladas métricas de carvão; 24.730.000 metros cúbicos de lenha e madeira para construção, ou seja, 11,9 por cento da produção soviética; 14,49 por cento de todo o mobiliário; 22,58 por cento de talas de junção para linhas férreas; 40,5 por cento de

minério de cromo, etc. (5b). Tôda a construção de estradas de rodagens e de trilhos, e tôda a mineração em regiões remotas como a Sibéria foram executadas pelo trabalho escravo. As estimativas quanto ao número de pessoas envolvidas nesse gigantesco "exército de reserva industrial" variam de 8 a 14 milhões. A êsse número deve-se acrescentar os campos de trabalhos dos países satélites, dos quais não se dispõe de estimativas fidedignas (5c; 32). Se aceitarmos um número estimado de 10 milhões para a Rússia sòmente, durante o período stalinista, devemos concluir que aproximadamente 5 por cento da população soviética estava assim "empregada", um número que corresponde bem de perto ao exército reserva industrial de que falava Karl Marx. É à luz dêsses fatos que se deve encarar e julgar a reivindicação soviética de "paz trabalhista" e sua alegação de que na URSS não existe desemprêgo. O contraste entre um desempregado ocidental vivendo parcamente com seu seguro de desemprêgo e um interno de um campo de trabalho soviético, faminto e brutalizado além do que pode imaginar um homem civilizado, mostra tôda a extensão da diferença entre a democracia e o totalitarismo.

As ditaduras fascista e nazista não completaram essa evolução antes da guerra, mas o sistema nazista de trabalho escravo que surgiu durante a guerra era, essencialmente, da mesma espécie do exército de reserva totalitária. De qualquer forma, ambos os ditadores chegaram à subjugação de todos os sindicatos livres ao partido e ao govêrno. A única diferença estava na motivação ideológica. Os fascistas não alegavam que a eliminação da luta de classes fôsse o resultado de sua consumação, como no caso da União Soviética; antes insistiam que a luta de classes devia ser suprimida. A doutrina de luta de classes do marxismo ortodoxo era, com efeito, um dos alvos principais do ataque fascista. Alegou-se que a divisão da nação em classes, amargamente anunciada, fôsse o resultado da agitação marxista-socialista-comunista e que, portanto, após a liquidação dêsses perturbadores da paz social, uma nova organização de relações industriais e trabalhistas reunificaria a nação. A solução fascista era essencialmente parte da organização corporativa, a solução nazista parte da Frente de Trabalho. Em ambas, que descrevemos a seguir, o conflito de interêsses entre o trabalho e a direção/capital era "resolvido" na suposição de que a fábrica, usina ou indústria fôsse uma "comunidade" e pela aplicação do padrão de organização comunitária típica de sua própria espécie de totalitarismo a êsse grupo de comunidades. Na Itália isto consistia em subjugar tanto a direção como o trabalho ao contrôle do "Estado", ao passo que na Alemanha o empregador foi transformado em *Führer* (chefe) de seus operários.

A política Nacional Socialista de estabelecer uma "frente trabalhista" que transformasse as relações contratuais entre operário e patrão em relações comunitárias não teve um

êxito retumbante. Entretanto, destruiu completamente a liberdade dos sindicatos (148g; 270). Ela deve ser vista em conjunção com políticas correlatas de declarar a usina uma comunidade na chamada "Carta do Trabalho", de 20 de janeiro de 1934 (148h), de organizar as horas de repouso em atividades de "fôrça-pela-alegria", e de lotação compulsória. A Frente Trabalhista era uma "formação" do Partido que incuía pràticamente tôdas as pessoas empenhadas em atividades lucrativas, empregados e empregadores, num total de 25 milhões. Era chefiada pelo Dr. Ley, um dos primeiros dirigentes do Partido Nazista. De início, assumiu tôda a estrutura sindical, inclusive seu patrimônio material. A ausência total de luta por parte dos sindicatos foi atribuída à sua burocratização durante a República de Weimar, que transformou sua liderança num funcionalismo inerme. É duvidoso se realmente poderiam ter feito muita coisa. Na União Soviética, como vimos, a tentativa de conservar algum grau de independência, mesmo sob liderança comunista, malogrou (148i). O mesmo pode-se dizer das pequenas unidades ou células que os Nacionais Socialistas haviam organizado originàriamente para infiltração nos sindicatos. Também elas não manteriam a independência dos sindicatos. Ao invés disso, a Frente Trabalhista assumiu a tarefa de doutrinar a mão de obra na ideologia Nacional Socialista, segundo a qual o empregador transformava-se em "líder" de seus trabalhadores, que se tornavam "seguidores". Essas comunidades fabris foram agrupadas segundo indústrias em comunidades nacionais (*Reichsbetriebsgemeinschaften*), cada uma delas subordinada a um escritório da Frente Trabalhista Nacional. Uma vez que o princípio de liderança (*Führerprinzip*) foi plenamente aplicado, é claro que, em certo sentido, todo trabalhador de tôdas as fábricas do Reich de Hitler era um dente na imensa hierarquia burocrática. As anuidades sindicais que a Frente Trabalhista continuou a cobrar eram, na verdade, impostos, considerando-se que a Frente não representava os trabalhadores, e sim a burocracia do Partido (148j).

Seria interessante, portanto, dizer mais algumas palavras a respeito da "comunidade fabril" da Carta do Trabalho. Enuncia ela o conceito da seguinte maneira: "Na fábrica, o empresário como líder e os funcionários burocratas e operários como seguidores trabalham em conjunto para a realização dos objetivos da fábrica e para o bem comum da nação e do Estado". À luz dêsse conceito geral, ela estabelecia ainda que "o líder da fábrica decide tôdas as questões a ela concernentes, como regulado por estatutos" e que "êle [o líder] deverá cuidar do bem-estar de seus seguidores, ao passo que êstes nêle depositarão tôda confiança". A última idéia, ou seja, a de que o empregador é responsável pelo bem-estar de seus trabalhadores, era uma noção tradicional na Alemanha (26), baseada, contudo, no fato de que, como proprietário da fábrica, êle deve cuidar dos que nela trabalham,

tanto quanto um chefe de família é responsável por aquêles que habitam em sua casa. Essa idéia fôra um tanto abalada pelo desenvolvimento dos Conselhos Fabris (na República de Weimar), que as côrtes consideraram motivo para afirmar que agora a responsabilidade era conjunta — um ponto de vista extraordinário, considerando-se as limitadíssimas funções dos Conselhos. Constituíam um começo febril de democracia na indústria — os conselhos hoje organizados sob a Lei de Codeterminação na República Federal são uma extensão dela — e por isso os nazistas imediatamente os transformaram de acôrdo com suas noções de liderança totalitária. Rebatizados como Conselhos de Assessoria (*Vertrauensräte*), eram nomeados pelo gerente e pelo líder da célula do partido da fábrica, e aprovados por aclamação dos operários. Não se pode deixar de concordar com a conclusão de Neumann de que as inovações dos nazistas no campo trabalhista, da forma como as esboçamos aqui, eram "dispositivos para a manipulação da classe trabalhadora" (148k). O sistema completava-se com dois outros aspectos, já mencionados, ou sejam, as atividades de horas de folga ("fôrça-pela-alegria") e a lotação compulsória. Esta última teve início com o Plano Quadrienal em 1938, e tornou-se mais opressiva à medida que o país se defrontava com a guerra e a derrota. A relação contratual como base para o trabalho tornou-se uma pilhéria com êsse sistema de lotação: quando um trabalhador é enviado para uma fábrica, supõe-se que êle haja se tornado parte de um contrato, sujeito, naturalmente, à lei trabalhista geral. Simultâneamente, os trabalhadores ficavam presos aos seus locais de trabalho, visto que eram proibidos de deixá-lo sem permissão do Intercâmbio de Trabalho do govêrno. A demissão, da mesma forma, estava sujeita a veto governamental. Em suma, a liberdade de opção, tanto do empregado como do empregador, foi quase completamente abolida; tal qual na URSS, os trabalhadores formavam um imenso exército de reserva, à disposição dos gerentes de fábricas que operavam dentro do contexto dos planos e orientações do govêrno. Uma vez que o govêrno reservou-se também o direito de fixar tanto o salário mínimo como o máximo no princípio da guerra, e de estabelecer tôdas as outras condições de trabalho, é, evidentemente, impraticável dizer que essa economia fôsse "capitalista" no sentido de uma economia livre, de mercado competitivo. Portanto, não é surpreendente que os esforços dos nazistas em aumentar a produtividade e, assim, a auto-suficiência, hajam falhado. Enquanto a produtividade do trabalho aumentou firmemente nos Estados Unidos entre 1933 e 1939, nada disso ocorreu na Alemanha. Em lugar de aumentar a produtividade, os empresários exploravam a mão de obra impiedosamente, com o auxílio e incentivo do regime de Hitler.

Para descer um véu sôbre êsse drama sórdido, o Partido Nazista desenvolveu o programa de horas de folga organizadas. Na verdade, êsse sistema baseava-se no programa

italiano do *dopolavore*, ampliado e cercado por um grande halo de inovação. Talvez seja exagêro dizer que as horas de folga fôssem "arregimentadas", pois os trabalhadores eram livres para participar ou não, até certo ponto, mas certamente isto era um paliativo para dourar a perda dos verdadeiros direitos que a mão de obra alemã possuíra em grau elevado em conseqüência dos esforços de seus sindicatos livres durante muitas décadas. Alegando ter êsse programa também um cunho comunitário, um funcionário nazista assim se expressou: "ganhar fôrça para o trabalho quotidiano era, portanto, a meta final que a nova criação procurava alcançar". Assim, a organização recreativa "Depois do Trabalho" transformou-se na comunidade Nacional Socialista "Fôrça-pela-Alegria" (148l).

Na Itália, a classe operária foi organizada como uma das "colunas" da organização corporativa. Com efeito, a organização corporativa nasceu dos sindicatos peculiares fascistas, os quais na verdade desenvolveram-se em competição com os sindicatos livres e que ganharam ascendência, sob a habilidosa direção de Edomondo Rossini, após a tomada do poder pelos fascistas. A idéia radical original, derivada do antigo pensamento sindicalista, de que o sindicato tomaria a direção das fábricas pela absorção da classe dirigente, foi à típica moda fascista, suplantada pela idéia de que "corporações", compostas de empregadores e empregados, aceitariam a direção e o contrôle do Estado. O substrato da organização corporativa fascista relacionava-se de fato, até certo ponto, com o antigo pensamento conservador e católico; entretanto, ao passo que a encíclica papal *Rerum Novarum* (1891) formulara a idéia de uma estrutura corporativa segundo padrões medievais, ou seja, descentralizada e localizada em autoridade, a concepção fascista era "hierárquica" e tôda autoridade emanava do chefe do Estado corporativo, o ministro das corporações, Benito Mussolini. Era a versão italiana da "coordenação", na qual tôdas as associações tornavam-se fascistas. Há muitos anos assim se expressou Herman Finer: "A ditadura é o necessário cabide do sistema corporativo" (50h; 120d). O sistema corporativo iniciou-se com a Carta do Trabalho de 21 de abril de 1927, que o Grande Conselho do Fascismo adotou como Estatuto do partido (era até então um órgão do partido). O sistema, naturalmente, foi logo transformado em política do govêrno por decreto legislativo e decisão judicial. Os trabalhadores italianos perderam todos os direitos e privilégios que seus sindicatos haviam conquistado com lutas, em troca de um contrôle governamental paternalista. Pois, em tôda a Carta e em sua subseqüente execução, o govêrno era supremo. As passagens principais afirmam que "uma vez que a organização privada de produção é função de interêsse nacional, o organizador da emprêsa é responsável perante o Estado pela orientação da produção (...) O empregado (...) é um colaborador ativo na emprêsa econômica, cuja direção cabe ao empregador, que por ela é responsável" (50i). Medidas de bem-estar

social como proteção sanitária, bolsas de estudo para crianças e seguros de invalidez, enfermidade e velhice, bem como contrôle governamental do salário mínimo, feriados e treinamento profissional, entre outras, não devem enganar ninguém quanto à mudança fundamental: tanto os trabalhadores como os empresários perderam sua autonomia, mas, em vista da posição mais fraca do trabalhador, êste foi o aspecto mais sério da solene pilhéria dessa "Carta". Proclamando a "liberdade dos sindicatos", a Carta asseverava que "sòmente o sindicato legalmente reconhecido, sujeito a contrôle do Estado, tem o direito de representar legalmente todos os empregados e empregadores" (50j). A Carta atinge quase um anticlimax ao afirmar que "greves são transgressões criminosas". Apenas uma minoria dos trabalhadores participava dessa organização faz-de-conta; mas sob pressão fascista, na indústria, os filiados chegaram a 87 por cento (50k). Abstraindo os empregadores, pode-se ver fàcilmente que os sindicatos haviam deixado de ser órgãos militantes e representativos dos trabalhadores, tornando-se instrumentos do disciplinamento da mão de obra, dirigidos por milhares de funcionários fascistas completamente subservientes ao govêrno.

É dentro dêsse contexto que se deve contemplar o *Dopolavore*. Na realidade, êle significou a transformação da rica vida gregária do povo italiano, em tôdas as diferentes esferas de vida cultural e social, em filiação a órgãos governamentais burocratizados. A música e a arte, as atividades literárias e sociais, inclusive sociedades de bandolim e congêneres, tornaram-se fascistas pela absorção na imensa rede do Dopolavore. Em sua fascinante e irônica descrição de tôda essa mistificação, G. Salvemini, após informar que exatamente 1.155.365 excursões, recitais de música, exercícios esportivos. etc., haviam se realizado sob a égide do Dopolavore em 1934, conclui: "Os fascistas ainda não chegaram ao ponto de publicar estatísticas a respeito do número de beijos trocados sob os auspícios do Dopolavore, mas essa deficiência logo será sanada e o fantástico total será atribuído ao gênio de Mussolini".

Em conclusão, parece de todo evidente que a mão de obra perdeu sua liberdade e independência, que suas organizações tornaram-se agências burocráticas do govêrno, e que não só em suas horas de trabalho, como também durante seu lazer o trabalhador tornou-se um dente na economia centralizada totalitária. Para completar o paradoxo de seu "paraíso do trabalhador", o trabalhador que não se resignar aos padrões estabelecidos pelo regime está ameaçado de transformar-se em escravo em um dos diversos campos de trabalho do regime. Assim, o exército de reserva industrial que despertou a indignação de Marx transformou-se num exército de "homens em depósito".

21

A luta pelo pão e manteiga

A produção agrícola tem preocupado os totalitaristas tanto quanto a produção industrial. Não obstante, os problemas a serem enfrentados e as políticas adotadas têm variado extensamente de um regime para outro. Os bolchevistas iniciaram com um apêlo que se baseava em tratar os camponeses como irmãos dos trabalhadores; o mesmo fizeram os fascistas e os Nacionais Socialistas. Entretanto, para os comunistas isto constituía uma concessão baseada numa nítida diferenciação entre os camponeses pobres, que faziam parte das massas operárias, e os mais prósperos, que logo foram denunciados como culaques e juntados no mesmo saco com os capitalistas. Por outro lado, os fascistas, e ainda mais os nazistas, "idealizaram" os camponeses por meio de *slogans* como "sangue e terra". A situação concreta com que os diversos regimes totalitários se confrontaram também desempenhou seu papel: em 1917, mais de 80 por cento da população soviética era constituída de camponeses, enquanto que na Itália sòmente uns 60 por cento, e na Alemanha talvez 30 por cento. A situação nos países satélites — Polônia, Hungria, Rumânia — assemelha-se à da Itália, ao passo que na Tchecoslováquia a classe camponesa formava cêrca de 55 por cento da população. Na China, finalmente, a percentagem de camponeses é tão elevada que a liderança comunista viu-se, na verdade, forçada a alterar um pouco a ideologia do comunismo para enfrentar a situação, pelo menos durante a fase revolucionária (185b).

As políticas reais seguidas pelos regimes totalitários no campo da agricultura não podem ser compreendidas sem uma apreciação plena do papel dos camponeses em cada país. A questão correlata da necessidade de "reforma agrária" necessita também de apreciação. Sòmente após o exame dêsses dois tópicos é que as operações agrícolas dos regimes totalitários podem ser analisadas apropriadamente por uma avaliação comparativa. Antes de tratarmos dos camponeses, cumpre delinear resumidamente o problema da "reforma agrária".

Em todo o mundo, o problema de grandes latifúndios, em muitos casos resultantes de anteriores condições "feudais" de propriedade agrícola (44), tornou-se um ponto focal de ataque em prol de reformas amplamente exigidas. Em tôda a Ásia, "latifundiarismo" tornou-se grito de guerra das insatisfeitas massas camponesas, mantidas em condições de extrema penúria. O mesmo se pode dizer de consideráveis áreas européias, principalmente no leste e no sul. A reforma agrária, significando, essencialmente, a distribuição dessas

grandes propriedades rurais entre lavradores independentes, cada um recebendo um quinhão suficiente para operação eficaz (variando de 20 a 100 acres, dependendo de condições de clima, solo e mercado), e assim lhe proporcionando os necessários "meios de produção", deveria ter sido a política dos regimes que aspiram a um govêrno democrático. Lamentàvelmente, muitas vêzes os proprietários das terras têm empregado sua fortuna e posição social para obstar os esforços dos elementos democráticos progressistas em relação a essas reformas agrárias. Destarte prepararam o terreno para movimentos totalitários, tanto comunistas quanto fascistas. Os comunistas adotaram o *slogan* de "reforma agrária" — distribuição de terras aos camponeses — como sua arma mais poderosa no aliciamento de apoio popular efetivo, ao passo que os fascistas, tanto na Itália quanto na Alemanha, não se falando da Rumânia, Hungria, e o resto, embora na realidade aliados aos grandes proprietários rurais, falavam muito de seu interêsse pelos camponeses e por seus direitos. Em todos os lugares, a história é sempre a mesma: uma classe camponesa sequiosa de terras, profundamente desiludida com o fracasso de regimes pretensamente democráticos em lhes proporcionar os meios para ganhar a vida, voltam-se para os totalitaristas em busca de uma solução e finalmente vêem-se apanhados numa armadilha e transformados em escravos do partido e do govêrno totalitários, que controlam os meios de produção, principalmente a terra, seja por propriedade direta ou mediante um elaborado padrão de técnicas burocráticas.

Os camponeses, então, exigem reforma agrária. Quem são, realmente, êsses camponeses? Os camponeses, de fato, apresentam um problema dos mais difíceis. Como tipo humano, o camponês é pré-industrialista e pré-capitalista. Os americanos são propensos a vê-lo numa perspectiva de opereta, vestindo roupas estranhas, cantando velhas canções e dançando suas danças tradicionais. Esta imagem não está inteiramente errada; em tôda a Europa e Ásia, os camponeses têm sido os guardiães das tradições, costumes e crenças mais antigas e simples. Mas, politicamente falando, o aspecto mais significativo do camponês é sua atitude em relação à terra e aos métodos de produção que emprega em seu cultivo. Tìpicamente, o camponês não se orienta pelo mercado, mas pela tradição. O ponto focal de sua perspectiva não é aquilo que tráz os melhores resultados, em têrmos de necessidades de mercado, mas aquilo que produza os melhores resultados em têrmos de costumes ancestrais. Freqüentemente, o camponês mostra-se decididamente estagnado, realmente imutável, em sua atitude em relação à terra. À diferença do fazendeiro americano ou australiano, ou até mesmo do fazendeiro dinamarquês ou suíço, o camponês pensa em sua terra não como um "capital" de certo valor, mas antes como uma herança que lhe foi legada por seus antepassados e que deve ser passada para as futuras gerações.

Êsse arraigamento, essa fixação à terra como uma possessão imemorial, torna o camponês um desajustado na moderna sociedade industrial, rejeitado e desprezado por seus protagonistas, transformado em ídolo por opositores românticos da sociedade industrial (88.1). Os partidos políticos têm tido dificuldade em assimilá-lo — os direitistas, devido à sua ligação com os grandes proprietários de terras; os esquerdistas devido à sua hostilidade à propriedade; os liberais e moderados, devido à sua amistosidade para com o capitalismo industrial. Em conseqüência de tudo isto, o camponês tem sido o enteado da política parlamentar democrática. De vez em quando, forma seu próprio partido; os partidos camponeses passaram a desempenhar um papel importante, principalmente nos países eslavos hoje dominados pela URSS, como a Polônia (*). Mas eram, naturalmente, partidos minoritários, e visto serem dirigidos por líderes agrários responsáveis, não constituiam desafio para a demagogia dos movimentos totalitários, pois tanto os bolchevistas como os fascistas fizeram do camponês um ponto focal de sua propaganda de massa, e continuam a fazê-lo. Com efeito, Mao Tse-tung transformou o papel do camponês no principal ponto de sua adaptação do marxismo-leninismo à situação chinesa (185c). Mas os bolchevistas, confrontados pelas massas camponesas da Rússia, apelaram aos camponeses, bem como aos trabalhadores; nos primeiros anos do regime, os "sovietes", ou conselhos, eram conselhos de trabalhadores e camponeses. Tudo isto, naturalmente, logo mostrou-se ser uma ôca mistificação. Os camponeses que haviam conseguido repartir entre si os grandes latifúndios eram decididamente hostis à política coercitiva do regime soviético de requisitar a produção de gêneros alimentícios. Após o insucesso de uma tentativa inicial de conciliação — a Nova Política Econômica (NEP) leninista de 1922/28 — Stalin voltou-se contra os camponeses e dentro do Primeiro Plano Qüinqüenal empreendeu a liquidação total dessa classe. Êste processo foi racionalizado ideològicamente pela divisão dos camponeses em ricos e pobres e pela alegação de que a luta era dirigida sòmente contra os primeiros. Na verdade, eram apenas a primeira linha de ataque, e pelo desenvolvimento de formas coletivistas de agricultura, os camponeses independentes foram em grande parte eliminados do cenário soviético (128); o mesmo processo repete-se hoje nos satélites eslavos e na Zona Soviética da Alemanha.

A coletivização na União Soviética teve, em grande parte, um cunho coercitivo. Os camponeses eram obrigados a entrar para as fazendas coletivas sob franca coerção, e brigadas volantes de ativistas do partido, membros do Konsomol

(*) Por estranho que possa parecer, êsses partidos continuam a existir mesmo depois de emigrarem, e formaram uma União Internacional que edita um Boletim Mensal que representa bem o ponto de vista dos camponeses democratas. Referem-se a si próprios, em contraste com a Internacional vermelha dos trabalhadores, como a internacional "verde".

e destacamentos do GPU, e até mesmo unidades do exército percorriam o interior subjugando os camponeses recalcitrantes. Os chamados culaques, ou camponeses mais prósperos, foram deportados em grande número para regiões distantes da URSS, onde eram instalados à fôrça em terras estéreis e obrigados a trabalhar coletivamente. Alguns foram enviados diretamente para campos de trabalho forçado, e a história dos campos de trabalho começa verdadeiramente nesse período. A resistência e a pressão foram especialmente severas na Ucrânia, onde o solo é fértil e os camponeses tinham o maior interêsse em manter suas propriedades. Na Ucrânia o regime utilizou extensamente a técnica de deportação, sendo êste um dos motivos da famosa fome ucraniana do princípio da década de trinta. Centenas e centenas de milhares de ucranianos morreram à míngua, e o declínio geral de produção alimentícia afetou tôda a União Soviética. Camponeses famintos, longas filas, e mendigos eram lugar-comum no cenário soviético naquela época. Êste processo chegou a tal ponto que Stalin foi forçado a aplicar medidas terapêuticas, e seu discurso chamado de "Embriaguez do Sucesso" destinou-se a conter essa situação em rápida deterioração. Contudo, o amplo esquema de agricultura coletiva fôra estabelecido, e nos anos seguintes assistiu-se à gradual eliminação dos lavradores independentes restantes. Em 1934, 84.5 por cento da agricultura fôra coletivizada; em 1939, essa percentagem atingira 93.5 por cento (189; 190c).

A II Guerra Mundial e o desmoronamento do poder soviético na Ucrânia e na Bielorússia tiveram como conseqüência a destruição do sistema de fazendas coletivas nas áreas agrícolas mais importantes. Ao mesmo tempo, as exigências do esfôrço de guerra obrigaram o Partido a ignorar alguns abusos do sistema coletivista que surgiam em outras regiões da URSS. As glebas particulares (que os lavradores coletivizados têm permissão de reter em escala muito reduzida) tenderam a aumentar de tamanho às escondidas, os rebanhos das fazendas coletivas eram freqüente e ilegalmente divididos entre os camponeses, e assim por diante. Além disso, circularam boatos de que o Partido planejava abandonar inteiramente o sistema coletivista e devolver a terra aos camponeses (Capítulo 16). Entretanto, o Partido não tinha essa intenção. Em 1943 foi emitido um decreto delineando as medidas a serem seguidas na reorganização do sistema de fazendas coletivas nas áreas recém-ocupadas (99a). À medida que os alemães recuavam, o govêrno soviético empenhou-se em recapturar qualquer pedaço de terra tomado pelos camponeses. Após o término das hostilidades, foi lançada uma campanha enérgica para revigorar a agricultura coletivizada, e num decreto muito propagandeado, intitulado "Sôbre as Medidas para Liquidar as Violações dos Regulamentos de Artéis (*) Agrícolas em Fazendas Coletivas" (99b),

(*) N. do T. — ARTÉIS —sociedades tradicionais cooperativas de trabalhadores russos.

o Partido estabeleceu normas para a luta em prol de disciplina, intensificação da produção e plena coletivização.

Restaurou-se assim o esquema de organização agrícola de antes da guerra. Consistia ela de 250.000 fazendas coletivas, onde os trabalhadores supostamente possuiam a terra em comum, eram pagos à base de diárias (pela quantidade de trabalho que realmente realizavam), e participavam dos lucros e perdas da fazenda coletiva, dependendo da colheita; de um número menor de fazendas de propriedade do estado, onde os camponeses trabalhavam como se fôssem trabalhadores industriais, ou seja, recebiam remuneração normal, independentemente da colheita; de aproximadamente 8.000 Postos Mecanizados (MTS), que atendiam às diversas fazendas com seu maquinário, tratores e assistência técnica em base contratual. A liderança do Partido, entretanto, ainda era atormentada pelo fato de que o grande número de fazendas coletivas dificultava a direção política centralizada, resultando ao mesmo tempo numa tremenda ineficiência administrativa e duplicação de funções. Por conseguinte, em princípios da década de cinqüenta foi lançada uma política de fusão de fazendas; dentro de quatro anos o número de fazendas coletivas foi reduzido para aproximadamente 95.000 super-fazendas, atendidas por cêrca de 9.000 MTS. Mais recentemente, em 1955, a fim de aumentar a eficiência operacional dessas fazendas, adotaram-se medidas para lhes garantir maior autonomia na seleção do cultivo e no planejamento (*). Contudo, as fazendas coletivas estão, num sentido amplo, sujeitas ao plano oficial geral e suas quotas são fixadas pelas entidades governamentais de planejamento.

A agricultura soviética, entretanto, ficou muito atrás do desenvolvimento industrial. Êste fato tornou-se motivo de séria preocupação para os líderes soviéticos, que não podem deixar de observar que, enquanto a produção industrial dobrou depois de 1940, a agrícola aumentou no máximo 10 por cento. A situação mostra-se ainda mais catastrófica quando os dados estatísticos referentes à produção agrícola de 1954 são comparados com os de 1928, o último ano de agricultura independente. O número de cabeças de gado diminuiu 15 por cento, o de vacas leiteiras 27 por cento, enquanto a população cresceu de aproximadamente 150 milhões para 215 milhões. Os padrões de produção agrícola estão também baixíssimos em comparação com as normas ocidentais: a produção média de leite por cabeça de vaca, por exemplo, foi na URSS, em 1954, de 1.100 litros, em comparação com 2.865 na Alemanha Ocidental e 2.531 na Suécia (dado referente à 1937) (135). Da mesma forma, a produção de milho

(*) Decreto "Reformas na Prática do Planejamento Agrícola" do Comitê Central do PCUS e do Conselho de Ministros, 2/2/1955.

por *bushel*/acre (*) é de 17,8 na URSS, enquanto que nos Estados Unidos é de 37.8 (262b). Muitos outros dados estatísticos poderiam ser citados, mas êsses bastam para ilustrar a gravidade da situação, especialmente se se considera também a rápida expansão da população urbana na URSS.

O Comitê Central do Partido, por isso, ordenou "um considerável aumento na produtividade pecuária, uma aceleração no índice de aumento de gado, uma melhoria da criação e, nos dois ou três anos próximos, um acentuado aumento na produção de carne e laticínios" (271m). Pouco tempo depois, foi lançado, sob a égide de Kruchtchov, um vasto programa de cultivo de terras subdesenvolvidas ou inteiramente virgens. Êsse programa se fêz necessário não só em virtude das considerações esboçadas acima, como também pelo fato de que na URSS a agricultura está concentrada em regiões sujeitas a grandes imprevistos climáticos. A necessidade de dividir os riscos tornou-se evidente para o Comitê Central. A Ásia em geral, e o Cazaquistão em particular, tornaram-se os focos dessa nova ofensiva, para a qual seriam mobilizadas as energias da juventude. Milhares de jovens do Konsomol deixaram as cidades, alguns a contragosto, outros pressionados a apresentarem-se como "voluntários", para trabalharem no solo virgem. Passariam a viver em fazendas estatais recém-construídas, o que sugere uma ampliação do sistema industrial à agricultura (271n).

O alcance dêsse nôvo programa é realmente vasto. Visa um enorme movimento que lance a juventude rumo ao *oeste*, movimento êste que, dentro de poucos anos, fará com que uma república como o Cazaquistão se torne uma região de população predominantemente eslava. Isto, naturalmente, terá também importantes repercussões políticas, quebrando a resistência dessas regiões a inovações ditadas pela direção central. Esta resistência tem raízes em suas tradições nacionais. No período 1954/56 o regime soviético espera submeter a cultivo cêrca de 28 a 30 milhões de hectares de terras virgens, das quais aproximadamente 19 milhões ficam no Cazaquistão. A área cultivada no Cazaquistão aumentará, portanto, de mais ou menos 10 milhões de hectares para 28.5 (271o). Êsse programa criou, naturalmente, uma extrema necessidade de lavradores de outras regiões, que só podem vir das áreas super-povoadas e centros urbanos da Rússia e da Ucrânia. Ainda não se pode dizer se êsse empreendimento terá êxito em aliviar os problemas agrícolas soviéticos; não obstante, êle indica que o regime ainda não encontrou uma solução adequada, a despeito de suas vangloriações.

Todavia, o regime soviético não tem a menor intenção de renunciar a seu compromisso com uma política de coletivização, e a norma soviética tornou-se modêlo para o desen-

(*) Bushel — medida de capacidade para cereais, equivalente a 35,229 litros nos EUA. (N. do T.).

volvimento dos satélites, ainda que tome, nesse caso, uma forma mais moderada. Os excessos e a brutalidade do princípio da década de trinta não foram repetidos pelos regimes satélites, onde se adotaram métodos de coerção mais sutis, como tributação exorbitante, discriminação e julgamentos públicos ocasionais. Em conseqüência, o progresso na coletivização foi mais lento. Segundo um recente estudo da economia polonesa, "a parcela de agricultura socializada nas áreas totais em cultivo (...) aumentou de aproximadamente 8 por cento em 1947, quase que exclusivamente em fazendas estatais, para aproximadamente 20 por cento em 1953, dos quais 12,8 por cento de responsabilidade das fazendas estatais e o restante de fazendas cooperativas de produtores" (1). Em 1955 a percentagem elevou-se para sòmente 27 (*). Entretanto, a norma e os regulamentos soviéticos são seguidos estritamente, e tornaram-se a base para as políticas agrícolas dos países satélites (236b). Na China, igualmente, uma vez realizada a revolução os camponeses tornaram-se a parte menos favorecida na coalisão trabalhador/camponês, e têm sido pressionados a ingressar nas cooperativas de produtores agrícolas. Isto deve ser acompanhado, ao mesmo tempo, pelo processo de expansão industrial. Portanto, também na China podemos esperar uma repetição da experiência soviética, com sua coerção, deslocamento econômico e sofrimento (222).

Os fascistas e Nacionais Socialistas repetiram a demagogia dos bolchevistas numa escala grandiosa, no que se refere aos camponeses. Também êles, naturalmente, proclamaram-se partidos trabalhistas, mas, para êles, os camponeses ocupavam um lugar especial entre os trabalhadores. Isto tem uma sólida razão psicológica e sociológica: por causa de sua fixação à terra, os camponeses têm uma peculiar afinidade com o nacionalismo. A rigor, seu nacionalismo é defensivo, e quando a ditadura se lança em guerras exteriores, a classe camponesa obstina-se a abandonar o regime (291), embora possa haver exceções ocasionais, como a guerra etiópica, que teria sido, segundo consta, sustentada pelos camponeses italianos. Também êste foi o caso por época da Revolução Francesa. Foi a classe camponesa que deixou o radicalismo dos revolucionários em favor de Napoleão, abandonando-o, porém, quando êle partiu para a conquista da Europa. Mas, à parte tudo isso, ainda continua sendo fator crucial nos movimentos fascitas de nossa era o fato de que os camponeses, hostis tanto ao internacionalismo como ao industrialismo dos socialistas, inclinam-se a apoiar os movimentos

(*) Os números relativos às outras nações cativas são mais elevados, embora ainda inferiores aos índices soviéticos de coletivização correspondentes: no final de 1955, 45% das terras aráveis estavam coletivizadas na Tchecoslováquia, 35% na Rumânia, 33% na Hungria e na Alemanha Oriental. A mais "adiantada" era a Bulgária: em maio de 1956, aproximadamente 75% das terras aráveis estavam coletivizadas.

fascistas por alegarem êstes serem hostis ao industrialismo (anticapitalismo) e ao internacionalismo (nacionalismo). O camponês tem em alta conta a posse da terra; da mesma forma, tem em alta conta a defesa do lar, da pátria. Recentemente, na Itália, líderes camponeses alegaram que na realidade a classe camponesa não apoiava o fascismo. Num *sentido profundo*, isto é verdade, pois o agressivo imperialismo e o monopolismo com que o fascista italiano se desenvolveu eram inteiramente antagônicos aos interêsses e pontos de vistas dos camponeses. Mas, nos estágios preliminares, os camponeses proporcionaram um apoio substancial ao fascismo. Mussolini afirmou sempre que os camponeses eram seus defensores mais ferrenhos. No caso de Hitler, podemos mesmo provar a afirmativa estatìsticamente. A maior parte do apoio eleitoral de Hitler nos primeiros tempos foi dado pelos camponeses. É curioso notar que, justamente as regiões em que o movimento democrático fôra mais forte entre os camponeses, Holstein e Baden, foram as que se voltaram para Hitler, ao passo que nas regiões super-conservadoras e católicas da Baviera Superior a classe camponesa permaneceu hostil. Um fenômeno semelhante pode ser observado na Itália no contraste entre a Toscana e a Itália meridional, contraste que ora se repete na luta entre o comunismo e a Democracia Cristã (272). Freqüentemente êste apoio dos camponeses é desdenhado em análises que frisam o apoio dado ao fascismo pela "classe média", apoio êste que, embora indubitável, não teria proporcionado os votos necessários para a formação de um eleitorado pró-Hitler de quase 40 por cento.

Todavia, se os camponeses foram inteiramente enganados pelos bolchevistas e, através de seu apoio, decretaram sua própria sentença de morte, da mesma forma se decepcionaram com o regime Nacional Socialista, muito embora o regime não deixasse de proclamar seu interêsse por êles. O nazismo desenvolveu um aspecto especial em sua ideologia oficial, a linha de "sangue e terra" (BLUBO). Sob esta bandeira de Blubo, a pureza racial dos camponeses foi ligada a seu arraigamento à terra (*Boden*) como prova de seu grande valor para a comunidade. Realizavam-se festivais nacionais, com suntuosas exibições de trajes e danças populares, e nos grandes comícios do Partido, ou *Parteitage*, os camponeses eram participantes conspícuos. Entretanto, por trás dessa falsa fachada, a realidade da política agrária nazista mostrou-se decididamente oposta ao interêsse dos camponeses, e não sòmente em têrmos de aventuras internacionais. Observou-se corretamente que a agricultura foi arregimentada mais estritamente do que qualquer outro campo de atividade econômica. A organização do Partido invadia as aldeias e delegava poder de liderança aos membros mais leais do Partido, ao invés dos lavradores mais respeitados por sua competência. Uma vez que a lavoura é uma atividade muito trabalhosa, os melhores fazendeiros raramente ocupam-se

muito com a política, e os camponeses ressentiam-se profundamente com a importância dada pelos nazistas à atividade política. O ataque frontal do nazismo às igrejas (Vd. Capítulo 23) lançou mais lenha ao fôgo. No fim, o apoio dos camponeses ao regime desaparecera quase totalmente.

Talvez seja interessante descrever sucintamente a política agrária do regime hitlerista. Encontramos no centro a organização da Fazenda Alimentícia do Reich (*Reichsnährstand*). Êste têrmo, derivado de antigos conceitos românticos e feudais quanto à revivescência de uma ordem corporativa medieval (Vd. Capítulo 13), designava, de fato, uma completa burocratização do setor agrário da economia. As "câmaras de agricultura", antes autônomas, foram transformadas em instrumentos dependentes do govêrno e de seu ministério da agricultura e do partido e seus órgãos correspondentes. Walter Darré, o arquiteto dessa Fazenda Alimentícia do Reich, e seu verdadeiro chefe durante o regime hitlerista, professava a ideologia agrícola oficial de "sangue e terra" (Blubo). Entretanto, seu objetivo, na realidade, consistia em converter todos os produtores agrícolas em Nacionais Socialistas que ajudassem a vencer a "batalha de alimentos". Sua política em relação aos camponeses tinha três aspectos fundamentais: o contrôle de preços; o contrôle de heranças; e o contrôle do cultivo. Para todos êles a técnica empregada era de coerção burocrática, terrorismo policial e atividade partidária, e não incentivos econômicos. No que se referia aos preços, praticava-se tanto a fixação direta como a indireta, pondo as operações agrícolas na dependência do *faça-se* do govêrno, e não do mercado livre. Como o Camponês na verdade nunca aceitara o mercado livre, a princípio isto pareceu uma vitória, mas à medida que a fixação de preços mostrou-se ser motivada pelas necessidades militares e industriais do regime, antes que pelos interêsses do produtor, a conseqüência foi a não-colaboração e, às vêzes, até mesmo sabotagem. Suas possibilidades de corrupção em grande escala desacreditaram o regime.

Um aspecto mais notável que a fixação de preços, embora talvez de menor significação econômica, era o da sucessão compulsória da propriedade agrícola. Vazada em têrmos de proteger o camponês contra a perda de sua propriedade, porquanto as falências haviam provocado, tal qual nos Estados Unidos durante a grande depressão, uma generalizada intranqüilidade agrária, essa legislação de início pareceu interessante (178). Logo, porém, mostrou-se ser outro elo na cadeia que escravizava o camponês ao partido e ao govêrno. As leis regulamentavam que o fazendeiro não podia vender ou legar sua fazenda sem antes obter o consentimento do govêrno local e das autoridades do Partido. Podia também vir a perder sua fazenda se o chefe partidário local não estivesse satisfeito com a maneira pela qual êle a operava. Em suma, seus direitos de propriedade passaram a depender do critério burocrático. Uma conseqüência acessória foi que os

fazendeiros já não podiam mais obter crédito; o govêrno aproveitou a brecha e passou a proporcionar facilidades de crédito, acrescentando, assim, mais um elo à cadeia. Finalmente, o govêrno podia tomar a fazenda se na opinião do líder agrícola nazista local a propriedade não estivesse sendo administrada "em conformidade com exigências que devem ser feitas à lavoura, no interêsse da alimentação do povo". Os nazistas estabeleceram legislação a respeito do plantio de certos produtos, muitas vêzes sem levar em atenção condições de clima e de solo, reservando-se também, assim, essa crucial tarefa agronômica. É certo que algumas dessas políticas serão reconhecidas como bastante comuns em países democráticos, inclusive os Estados Unidos; entretanto, como sempre, a diferença decisiva está numa questão de método. Nos países democráticos, essas políticas resultam de prolongados debates em assembléias representativas nas quais todos os interêsses relevantes estão plenamente representados; estão sujeitas à contínua revisão e fundamentam-se tìpicamente em incentivos econômicos como subsídios para alcançar resultados. As políticas agrícolas do regime nazista eram, pelo contrário, decretadas por burocratas do govêrno e do Partido de acôrdo com as decisões gerais do *Führer*. Portanto, enquanto permaneciam as formas exteriores de propriedade agrícola, pelo menos dentro dos estreitos limites permitidos pela legislação que acabamos de descrever, a verdadeira substância de uma classe camponesa independente desaparecera completamente. Entretanto, os camponeses não foram liquidados, como na União Soviética, possibilitando que, após a derrota dos nazistas, a classe camponesa ressurgisse como um fator importante na estrutura social alemã. Em conseqüência disso, os dirigentes comunistas da Zona Soviética de ocupação tiveram de empreender a tarefa de liquidação, como fizeram nos satélites eslavos. O processo ainda não está muito adiantado; embora tenham sido organizados *kolkozes*, ainda não constituem a forma predominante de emprêsa agrícola, como na União Soviética. (*) Entretanto, o próprio fato de terem sido instituídos mostra que a política nazista não destruiu a classe camponesa.

Na Itália o processo não foi levado a essas proporções. Isto porque os fascistas, como os nazistas, não se lançaram à tarefa de reforma agrária. Uma vez que a Itália era um país de grandes latifúndios, sua verdadeira necessidade era a reforma agrária numa escala considerável, como a que ora está sendo finalmente realizada. Os fascistas, embora estivessem bem cônscios do problema, preferiram empreender um vasto programa de aterros, como os dos pântanos de Pontine, que os regimes anteriores haviam realizado. O

(*) Há rumores persistentes de que a política soviética de tornar as propriedades agrícolas demasiado pequenas para uma operação eficaz, ao dividirem grandes propriedades (8 hectares ou menos), visava a obrigar êsses fazendeiros "independentes" a ingressarem nos *kolkozes* como solução para suas dificuldades.

efeito total sôbre a situação dos camponeses italianos foi, naturalmente, mínimo, mas prestou-se a dramáticas proclamações por parte de Mussolini (180e).

Concluindo, está claro que o setor agrícola da economia totalitária apresenta dificuldades peculiares aos dirigentes dêsses regimes. A produção agrícola, por sua própria natureza, não se presta à organização e ao contrôle em grande escala, mas, ao mesmo tempo, seu produto, o alimento, é vital, pois até mesmo os totalitaristas têm de comer. A busca de terras adicionais apresenta-se como uma saída para as dificuldades envolvidas em tornar as terras disponíveis mais produtivas. Essa ofensiva, resumida na ideologia nazista do *Lebensraum* (espaço vital), reforça a propensão dos totalitaristas para conquistas imperialistas. Considerando-se os resultados desastrosos de tal expansão, no que tange ao apoio da classe camponesa, os camponeses bem podem, de fato, ter sido o "calcanhar de Aquiles" dos regimes fascistas. Resta ver se o atrazo agrícola que ora aflige os soviéticos desempenhará um papel semelhante na URSS — levando ou ao colapso ou à reforma radical do totalitarismo. De qualquer forma, as necessidades naturais da produção agrícola, ou seja, um grande número de proprietários independentes que cultivem o solo por sua própria conta, parecem apresentar um grande obstáculo ao domínio totalitário. Terá sido por acaso que Jefferson, entre outros, insistiu que é precisamente essa pluralidade de produtores agrícolas que constitui o melhor alicerce para uma sociedade livre e democrática?

VI — GRUPOS DE ISOLAMENTO

22

A família

Em seu livro *Reaching for the Stars,* Nora Waln conta uma visita à família de um clérigo na Alemanha nazista. O pai e chefe da casa fôra atirado num campo de concentração devido às suas convicções. Mãe e filhos trabalhavam na roça, cultivando hortaliças, tentando sobreviver. Após Miss Waln ter manifestado pesar por sua sorte, a conversa voltou-se para os nazistas e o que poderiam estar fazendo ao pai. Foi então que o filho menor declarou, com tôda simplicidade e firmeza: "Estamos rezando para que Deus o ajude". Esta comovente história, relatada como parte de uma série de *flashes* sôbre a vida numa ditadura totalitária, explica o que queremos dizer com "grupos de isolamento". Mesmo no ambiente de total exigência de total indentificação com tais regimes, algumas pessoas conseguem manter-se ausentes, viver de acôrdo com suas convicções pessoais e, talvez, organizar uma certa oposição ao regime. Quaisquer esperanças de que possam derrubar o regime totalitário são ilusões utópicas. Contudo, êsses grupos constituem não só eloqüente testemunho da fôrça do caráter do homem, como são também capazes de preservar os seres humanos para um dia melhor, quando o flagelo do terror totalitário haja desaparecido. Entre êsses grupos de isolamento, destacamos quatro que têm provado ser de especial tenacidade: a família, as igrejas, as universidades e as fôrças armadas. Dêsses quatro, a família é o grupo mais importante, o mais universal e o mais elementar. Por isso, começamos com ela.

Houve, originàriamente, um pronunciado contraste entre as atitudes das ideologias comunista e fascista em relação à família, mas essa diferença foi substituída por uma atitude comum, ou, pelo menos, por atitudes bastante paralelas, caracterizadas por uma ênfase na família como a geradora de filhos que fortalecerão o regime. Melhor dito: a família é considerada, essencialmente, um instrumento de engrandecimento do poder da ditadura totalitária; a política em relação à família torna-se elemento da política populacional. Ajusta-se no planejamento geral dos esforços sociais e econômicos do regime. Entretanto, no princípio não era êste o ponto de vista dos bolchevistas. Pelo contrário tendiam a depreciar a família, que era considerada como uma instituição ligada à propriedade privada e de natureza tìpicamente burguesa. Êste dogmatismo talvez fôsse reforçado pela maneira de viver

boêmia de muitos dos ideólogos do movimento marxista, mas tinha suas raízes na preocupação com as fases estritamente econômicas da estrutura e da dinâmica social. Da mesma forma que o marxismo mostrava um ponto cego quando se tratava de avaliar as perspectivas burocráticas resultantes da socialização dos meios de produção, não percebia igualmente a importância de relações pessoais estáveis dentro de tal estrutura burocrática. Por isso, no princípio os comunistas não só facilitaram o divórcio e o abortamento, como encorajaram a promiscuidade sexual em grande escala (224c). O potencial desagregador dessas políticas, claramente percebido por Lenin, que o denunciou, tornou-se cada vez mais evidente durante a década de vinte, resultando daí que após um prolongado "estudo", em princípios da década dos trinta, a tendência inverteu-se por completo. Em 1933 o homossexualismo passou a ser considerado crime, e em 1936 seguiram-se decretos contra a prática do abôrto. Em 1934 foram impostas severas restrições aos fundamentos para divórcio, e desde então as publicações soviéticas têm-se esforçado em acentuar a importância da unidade da família para o regime.

> O papel da família é de tôda importância no desenvolvimento de patriotismo na criança. (...) Os pais patriotas desenvolvem em seus filhos amor por sua língua materna, pela profunda beleza das canções e do folclore nacionais, e pela paisagem do país natal. (...) O amor à pátria começa a se mesclar em sua [da criança] consciência com o amor ao povo socialista, ao regime do Estado e ao Partido Bolchevista e seus dirigentes. (243).
>
> O povo soviético, o Partido Comunista e o govêrno preocupam-se infatigàvelmente com o fortalecimento da família, com a educação adequada da geração jovem. (252e)

Em 1955 a imprensa soviética lançou um extenso debate sôbre a natureza da "moralidade socialista", o que novamente patenteou tanto o atual "vitorianismo" da moral soviética como a importância que o regime dá à instituição da família. Citando muitos exemplos de famílias desagregadas, a imprensa reiterou o dever de os membros do Partido agirem como guardiães da unidade familiar e da manutenção da "moralidade socialista". Essa política é decididamente mais coerente com as necessidades totalitárias, especialmente porquê o regime já confia em que a família não seja mais um centro de hostilidade contra o regime. A legislação de 1955 que legaliza novamente o abortamento pode ser também encarada sob êste ângulo: o regime certificou-se de que o aumento natural da população é suficiente, está encorajando a vida familiar, e ao mesmo tempo deseja eliminar abortamentos ilegais secretos, muitas vêzes fatais (252f).

Desde o começo os fascistas procuraram fortalecer a família. O raciocínio era geralmente vazado em têrmos do papel da mulher. Hitler, principalmente, de acôrdo com

sua ideologia de *Blut und Boden* (sangue e terra), declarou que o lugar da mulher era na cozinha e que devia se dedicar à criação de filhos. Na verdade, mais uma vez êle se limitava a repetir conceitos italianos. Mussolini expressara opiniões semelhantes muito antes, e ambos os movimentos haviam fielmente repetido os *slogans*. Em "Minha Luta", Hitler escreveu: "O objetivo da educação feminina deve ser dirigido firmemente para a criação de futuras mães". Ao mesmo tempo, os fascistas e os nazistas desejavam que as mulheres se interessassem vivamente por sua política, que se alinhassem totalmente à sua ideologia. Por isso, proclamavam também: "Mulheres intelectuais? Não! Mas aquelas cujos interêsses não ultrapassam os limites de sua casa não são aptas a se tornarem as geradoras da espécie de novas gerações de que o Reich necessita" (207).

Em apoio a essas proclamações ideológicas, fascistas e nazistas ofereciam várias espécies de assistência: empréstimos para casais jovens que queriam casar-se, prêmios para mães com muitos filhos, e auxílio durante a gravidez, principalmente para mães que trabalhassem. No final da década de trinta, exigia-se que os funcionários públicos na Itália fascista fôssem casados, e todos os celibatários empregados no funcionalismo público sofriam discriminação e pesada tributação. Havia um acalorado debate quanto à conveniência de depurar o Partido completamente de celibatários. Mussolini gostava muito de argumentar que os italianos tinham de se reproduzir mais depressa a fim de se tornarem "grandes" e "fundar um império". Atualmente encontramos exatamente o mesmo tipo de assistência na URSS e na Zona Soviética da Alemanha.

O govêrno soviético concede pensões especiais a mães de filhos ilegítimos ou, se assim desejar a mãe, proporciona instituições oficiais estatais para cuidar dêles. Mães de grandes famílias recebem, além de Medalhas de Maternidade por seis ou sete filhos e Medalhas de Glória Materna por mais de sete, substanciais recompensas financeiras. Essas recompensas são indicadas em rublos na tabela seguinte (103d).

Número de filhos	Auxílio de Nascimento	Auxílio mensal
3	250	0
4	650	40
5	850	60
6	1000	70
7	1250	100
8	1250	100
9	1750	125
10	1750	125
cada adicional	2500	150

O govêrno dá também especial consideração às mães que trabalham, concedendo-lhes licenças remuneradas de geralmente 112 dias (252h). Os regimes dos satélites concedem também *pensões generosas*. Na Hungria, o govêrno inclusive decretou um impôsto especial sôbre os celibatários, como fizeram os fascistas italianos.

Tôdas essas formas de assistência concentram-se em apressar e reforçar a função procreativa da vida familiar. Fora disso, a ditadura totalitária, por sua própria natureza, é obrigada a seguir uma política de hostilidade à família e à coesão familiar. Seu desejo de absorção total do homem, ou da mulher, no movimento totalitário de massa, leva-a a esforços de neutralizar, e até mesmo romper, o círculo fechado da família.

Desde o alvorecer do pensamento político, a família tem sido reconhecida como o grupo social mais elementar, e muitos filósofos políticos têm considerado a família como o esteio essencial de sistemas políticos organizados. Aristóteles em particular acentuou êste ponto, ao combater as propostas radicais de Platão para a organização de uma elite política baseada numa comunidade de mulheres e de propriedade, e numa educação comunitária da juventude (2; 158). De fato, no decorrer dos séculos o conceito da família como base da sociedade tornou-se um dos mais freqüentes lugares-comuns da filosofia política, e escritores das escolas mais divergentes, como Tomás de Aquino e Marsílio, Bodin e Althusio, Harrigton e Montesquieu, Kant e Hegel, todos concordam com essa função básica da família. Maugrado tal concordância quase universal entre os filósofos políticos, houve, relativamente, pouca discussão quanto aos atributos dessa instituição básica, e o têrmo "família" tem significado uma ampla variedade de agrupamentos sociais, desde a imensa família patriarcal até à pequena união contemporânea de marido e mulher, que criam um ou dois filhos, ligados um ao outro por um amor romântico. Sòmente a partir de alguns anos é que a antropologia e a sociologia têm dedicado uma minuciosa atenção científica à sua complexa variedade de modelos estruturais e aos problemas que dêles resultam (*). Ao mesmo tempo, a política em relação à família tornou-se preocupação de órgãos legislativos, resultando em importantes decretos na Suécia e na Suíça, por exemplo (145; 94). Tudo isto se deve ao fato de se reconhecer cada vez mais que o grupo íntimo deve ser fortalecido e protegido para contrabalançar a alienação e o isolamento do homem resultantes

(*) Sem referências detalhadas, pode-se citar a obra dos seguintes: Briffault, Burgess, Calhoun, Frazier, Groves, Malinowski, Mead, Morgan, Ogburn, Thurnwald, Westermarck, Zimmermann. Uma antologia recente de escritos americanos é oferecida em "The Contemporary American Family" (Filadélfia, 1947), principalmente cap. 2, de Ernest R. e Gladys H. Groves; o problema de parentesco é tratado mais detalhadamente dentro de um contexto sistemático em "The Social Problem" (Glencoe, 1951), cap. 5, de Talcott Parsons.

da hipertrofia organizacional, tanto política quanto administrativa, do mundo contemporâneo. O totalitarismo constitui, como tentamos demonstrar, a projeção extrema dessas tendências. Conseqüentemente, a ditadura totalitária tem tentado de vários modos romper a coesão do grupamento familiar. Já descrevemos como, mais particularmente, a organização em massa da juventude e o desenvolvimento da escola numa orientação propagandística foram empregadas para êste propósito. Além disso, a doutrinação de mulheres que trabalham na indústria, a constante exortação para que os homens freqüentem reuniões e participem de emprêsas coletivas, todo o esfôrço governamental no sentido de disciplinar as atividades de lazer — tudo isto, privando a família de suas funções tendeu a enfraquecê-la. Outrossim, como verificamos, nos estágios preliminares dos regimes totalitários são tomadas medidas para facilitar o divórcio, para debilitar a união da família. A decisão da Côrte Suprema da Polônia que se segue é apenas uma entre muitas características dessa fase especial no desenvolvimento da sociedade totalitária.

> [A Côrte Suprema considerou] que a Côrte Distrital errou em julgar que a alegação do solicitante de que sérias divergências políticas o haviam separado de sua mulher não constituísse fundamento para divórcio. (...) Um casamento deve-se basear numa união ideológica que não pode se firmar no caso de existirem conflitos a respeito de probemas sociais e políticos básicos, principalmente se uma parte representa um credo progressista, e a outra um credo reacionário (...) (160).

Ao romper o grupo familiar, a ditadura totalitária simplesmente completou um ciclo que se iniciara com o capitalismo industrial, quando a fábrica começou a manter os homens fora de seus lares durante a maior parte do dia e, pagando-lhes salários inteiramente inadequados, deram maior incentivo ao trabalho de mulheres e crianças. Essas conseqüências do capitalismo industrial estenderam-se, através dos métodos acima descritos, às classes médias, que haviam mantido um rígido sistema familiar durante as primeiras fases do capitalismo industrial.

Entretanto, apesar dessas políticas de hostilidade ao vínculo familiar, a família provou ser um abrigo para os perseguidos, e tem servido para neutralizar a tendência de nosso tempo de isolar e, finalmente coletivizar o indivíduo. Conseqüentemente, os movimentos totalitários, e especialmente seus sistemas de polícia secreta, têm tentado invadir o círculo sagrado da família. Membros de famílias tem sido encorajados a denunciar outros membros, e essa traição das relações mais íntimas tem sido louvada como "patriotismo" e lealdade à liderança totalitária. Não é por casualidade que um dos heróis oficiais do movimento de juventude soviético é Pavlik

Morozov, que conquistou seu lugar na constelação de heróis soviéticos denunciando seus pais à NKVD. Parece que seu pai, um fazendeiro, era contrário à coletivização, e o jovem Pavlik comunicou êste fato às autoridades da polícia secreta local. O pai foi devidamente "desmascarado" e executado como inimigo do povo. Infelizmente, porém, o jovem Pavlik posteriormente foi assassinado por seus conterrâneos, enfurecidos com essa demonstração de lealdade soviética. Seu "martírio" conquistou-lhe lugar imorredouro nos manuais dos Pioneiros e do Konsomol (268). Antigos cidadãos soviéticos atestam que durante o auge do terror na década de trinta, era perigoso discutir assuntos políticos até mesmo no círculo familiar, visto que os jovens eram constantemente exortados pelo Partido a não hesitarem em denunciar até mesmo seus parentes mais próximos. Embora essas idéias possam fàcilmente constituir exagêros induzidos pela atmosfera de mêdo, servem para revelar o tipo de atmosfera que uma ditadura totalitária procura gerar inclusive dentro do próprio círculo familiar.

Contudo, seria êrro clamoroso ver a família dentro das perspectivas dêsses casos. Em certo sentido, são casos tão marginais quanto os dos Stakhonovs ou os Hennekes, e constituem uma exceção à regra. Os anais dos movimentos de resistência estão repletos de casos de auxílio oferecido pela família ao homem ou à mulher que procura combater o regime (169b; 12; 107a). Êsses casos, porém, são meramente expressão dramática de um fenômeno muito mais geral, ou seja, de que numa ditadura totalitária, o indivíduo angustiado, isolado e alienado de tôda vida comunitária normal, procura refúgio nas relações íntimas da vida familiar. É difícil, naturalmente, documentar essa generalização adequadamente, pois a vida anônima de cada pessoa não está registrada e à disposição do cientista. Contudo, onde quer que consigamos vislumbrar esta situação, nossa impressão é confirmada. Assim, os investigadores do desenvolvimento da vida familiar alemã de após-guerra puderam demonstrar, com base em inúmeras entrevistas, que a coesão familiar foi fortalecida pelo esfôrço nazista de enfraquecê-la, e que num número razoável de famílias houve esforços conscientes para ampliar os laços familiares (182; 235). Ambas as tendências intensificaram-se durante a debacle de após-guerra, quando o colapso e o rompimento totais do país e da estrutura social deixaram a família como quase o único "grupo comunitário" seguro.

Isto também ocorreu nos primeiros tempos do regime soviético. A família, segundo o testemunho de grande número de antigos cidadãos soviéticos, tornou-se o único refúgio em que se expressavam livremente sentimentos anticomunistas e em que foram mantidos ritos religiosos. Muitos emigrados soviéticos recordam-se de que seus pais tentavam neutralizar a propaganda oficial a que seus filhos eram submetidos nas escolas e nas organizações comunistas de juventude. Alguns

se lembram de partilhar da indignação de seus pais pelos expurgos de Stalin. Um dêles, por exemplo, conta-nos que

> em 1937, após a execução de Tukhachevsky e a conspiração militar, deixei de acreditar no regime soviético. (...) Essas pessoas tinham grande valor. (...) Meu pai falava-me freqüentemente de Yakir. Servira em sua divisão durante a guerra civil. E o que dizia dêle era sempre bom. Êle se indignou quando tudo isto aconteceu, e eu me indignei com êle. (181).

A transmissão de sentimentos paternos anti-soviéticos foi particularmente pronunciada nas regiões agrícolas, onde a influência do regime se fizera sentir mais lentamente, e onde a coletivização deixara feridas mais fundas. Com o tempo, porém, as próprias atitudes das famílias sofreram uma transformação. A cada dia que passava tornava-se evidente que o regime soviético não entraria em colapso e um número cada vez maior de pais, por consideração ao futuro de seus filhos, inclinou-se a não impedir o ajustamento de seus filhos ao nôvo sistema. Emigrados soviéticos repetem freqüentemente êsse ponto. Ademais, o processo de urbanização e de industrialização tendeu a enfraquecer os laços familiares e aumentar o abismo entre as gerações pré-revolucionária e pós-revolucionária. Naturalmente, fatos como prisões e execuções sempre tenderam a manter a família unida, mas parece que o processo, de uma maneira geral, tendeu a diminuir o papel da família como uma influência contra o regime. Realmente, alguns emigrados admitem francamente que se alienaram de seus pais porque parecia-lhes que êles tinham idéias "contra-revolucionárias". Assim, sentimentos anti-soviéticos serviram às vêzes como outro método de enfraquecer a influência dos pais, dando ao Partido pleno contrôle das mentes jovens. Atualmente, a maioria dos pais soviéticos pertencem à geração pós-revolucionária e o problema da família tende a desaparecer no passado histórico, salvo, naturalmente, em regiões satélites. Nessas áreas, como nos primeiros tempos da URSS, a família ainda é um baluarte a ser assaltado e dominado (62; 61; 254).

Não deixa de ser interessante, talvez, notar que até mesmo na Zona Soviética da Alemanha, podem-se observar as mesmas tendências gerais. Mas a situação complica-se pelo ponto em que os vínculos familiares se estendem, em direção ao Ocidente, para a República Federal. Também aqui o regime procura reorganizar e ao mesmo tempo fortalecer a família (46). Também aqui a família se vê atacada pelas exigências que o regime impõe a todos seus cidadãos, mas principalmente à juventude, a que organizou extensamente e que procura influenciar pela propaganda levada a efeito nas escolas. Contudo, mais uma vez encontramos a família proporcionando o "castelo" essencial, o refúgio protetor não só para os que são perseguidos e que resistem,

como também para um grande número de homens e mulheres isolados e alienados que recuaram para a intimidade dêsse grupo como uma fuga das exigências totalitárias.

Concluindo, poder-se-ia dizer que a família, em virtude de sua natureza básica e universal, em virtude da intimidade e calor humano de seus vínculos, tem sido um oásis real no deserto da atomização totalitária. Não só resistiu a essa atomização, como os totalitaristas têm sido obrigados a fazer consideráveis concessões à estabilidade familiar, principalmente a fim de proteger sua busca de reservatórios sempre maiores da mão de obra necessária a seu empreendimento totalitário.

23

As igrejas

"A religião é o ópio do povo!" Êste famoso slogan do movimento comunista-marxista exprime boa parte da essência da atitude totalitária — sua hostilidade a tôda religião organizada. Os comunistas principalmente inclinavam-se a olhar as igrejas como auxiliares da ordem capitalista estabelecida, e a fé que pregam como uma mera "superstição" alimentada com o propósito de dirigir o homem por caminhos tortuosos e evitar que êle, pela crença num Deus inexistente e pelo temor de uma vida eterna também inexistente, encare racionalmente a política, a história e a economia. Os fascistas e os Nacionais Socialistas, nisto comprometidos, como em tantas outras questões, a uma oposição ideológica aos comunistas, denunciaram esta doutrina do marxismo e, por isso, foram tomados por um número razoável de observadores como defensores da Igreja e da religião cristã. Contudo, em declarações programáticas, tanto Mussolini como Hitler deixaram bem claro que eram igualmente hostis à igreja e à religião — isto é, claro para aquêles que ainda conheciam e compreendiam o significado da fé cristã e da igreja que existe com a finalidade de pô-la em prática. Seja dito isto a despeito do fato de muitos altos dignitários, católicos e protestantes, na Itália e na Alemanha, não terem percebido êste conflito básico e terem procurado acôrdos de transigência baseados numa aceitação da ideologia fascista e nazista.

É certo, todavia, que no princípio os movimentos fascista e nazista seguiram políticas que pareciam estar radicalmente em desacôrdo com o movimento ateísta dos bolchevistas, que abertamente atacavam a organização eclesiástica da Igreja Ortodoxa Russa e eventualmente empreenderam sua liquidação em grande escala. Em suas políticas, os bolchevistas

guiavam-se pela conhecida posição de Marx sôbre a questão religiosa, e pelas violentas declarações de Lenin. Citemos apenas duas dessas declarações:

> A religião é uma espécie de vodka espiritual em que os escravos do capital afogam sua forma humana a suas pretensões a qualquer vida humana decente. (113h)
>
> Tôdas as classes opressoras, sejam elas da espécie que fôrem, precisam de duas funções sociais para salvaguardar seu domínio: a de carrasco e a de sacerdote. O carrasco serve para abafar o protesto e a rebelião dos oprimidos, o sacerdote para pintar-lhes uma perspectiva de sofrimentos e sacrifícios mitigados sob o domínio da mesma classe. (...) Destarte o sacerdote reconcilia os oprimidos com a dominação da classe, aparta-os de atos revolucionários, solapa seu espírito revolucionário, destrói sua determinação revolucionária. (111b)

Assim instruído, o regime bolchevista lançou, na década de vinte, uma intensa campanha anti-religiosa, que durou, com alguns relaxamentos e oscilações, até o final dos grandes expurgos de 1936/38. Os períodos mais violentos envolveram os anos de 1922/23, 1929/30 e 1937/38. O primeiro ataque destinava-se a decapitar o clero Ortodoxo Russo e implicou na prisão temporária do Patriarca e na deportação dos patriarcas substitutos. Ao mesmo tempo, eram incentivados atos "espontâneos" por parte de comunistas zelosos, os quais resultaram na pilhagem e no fechamento das igrejas. Comunidades religiosas locais eram "encorajadas" a votarem a favor do fechamento de sua igrejas e de sua transformação em museus ou palácios de cultura. Em 1925 foi fundada uma Liga de Militantes Ateístas para dar a essa campanha uma expressão mais efetiva. A isto seguiu-se uma intensificação nas campanhas anti-religiosas realizadas nas escolas. A violência tornou-se franca no período "Yezhovshchina" e numerosos clérigos foram condenados por "sabotagem anti-revolucionária". O clero Ortodoxo Russo foi intimidado e subjugado, e a igreja deixou de representar um obstáculo eficaz ao domínio totalitário.

Os fascistas e nazistas alegavam combater essa política, que despertara a indignação do mundo ocidental, organizando uma ditadura totalitária bastante forte para conter a onda bolchevista. Entretanto, em conjunção a essa alegação, propuseram idéias que colocavam a religião na dependência de necessidades políticas. Insistiam em uma "fé política" que deve tornar-se o ponto cardeal de referência (*). Adolf

(*) Vd. o Capítulo 2, que prova ser essa fé uma ideologia, isto é, uma arma na luta pelo poder.

Hitler colocou a questão clara e inequìvocamente em "Minha Luta":

> Para mim e para todos os verdadeiros Nacionais Socialistas só existe uma doutrina: nação e pátria. O objetivo de nossa luta consiste em assegurar a existência e a expansão de nossa raça e de nossa nação, criar seus filhos e manter puro o sangue, a liberdade e a independência da pátria, de modo que nossa nação possa amadurecer para a missão que o criador dêste universo lhe atribuiu. *Todo pensamento e tôda idéia, tôda doutrina e todo conhecimento têm de servir a êste propósito.* (82b).

Mussolini não foi menos explícito ao expor essa "religião secular". Lemos em sua doutrina do fascismo:

> O Fascismo é uma concepção religiosa na qual o homem é visto em sua relação imediata com uma lei superior e com uma vontade objetiva que transcende o indivíduo e o transporta à participação consciente em uma sociedade espiritual. (...) O homem fascista é um indivíduo que é nação e pátria, as quais são uma lei moral que liga indivíduos e gerações a uma tradição e a uma missão. (...) A nação é criada pelo Estado, que dá ao povo, consciente de sua própria unidade moral, uma vontade e, portanto, uma existência efetiva (...) não conhece limite para seu desenvolvimento e realiza-se em experimentar sua própria ilimitação. (...) O Fascismo, em resumo, é não só o doador de leis e o fundador de instituições, como também o educador e promotor de vida espiritual. (150c).

Entretanto, essas idéias não impedem que a religião, e até mesmo as igrejas, sejam aceitas como auxiliares na luta pelo poder que é a política. Tanto Hitler como Mussolini o admitiam, e Mussolini inclusive acentuou o valor da religião nesse contexto: "No Estado Fascista a religião é vista como uma das manifestações mais profundas do espírito; porisso, não só é respeitada, como também defendida e protegida" — acrescentando que o fascismo não procurava em vão extirpar a religião do espírito humano, como tentara o bolchevismo. Mas, e se a igreja, e se a religião que a igreja "encarna", exigir algo diferente daquilo que é exigido pelo Estado fascista? A luta do fascismo com a igreja pela educação da juventude é um caso típico, e é por causa dêsse choque potencial entre o totalitarismo e a religião que a ditadura totalitária considera o problema sério. A igreja é outro grupo de isolamento a que não se pode permitir permanecer isolada e separada, que deve ser subjugado e coordenado.

Do outro lado do impasse, a União Soviética viu-se na situação de reconhecer o papel da religião e o valor da orga-

nização eclesiástica, desde que esta pudesse ser transformada em serva da ditadura totalitária, de modo que por fim, as duas ideologias, que no princípio pareciam dois mundos diferentes, se encontrassem num terreno comum que estivesse de acôrdo com a lógica interior, ou dinamismo, da sociedade totalitária. Mas essa lógica confronta-se na esfera da religião, como na da família, com "limites" que resultam da própria natureza da exigência total imposta pela religião sôbre o fiel. Daí a história de oposição religiosa, sofrimento e resistência às usurpações feitas pelas exigências políticas totalitárias. Como muito bem disse um escritor: "Tivesse Hitler conhecido realmente a igreja Cristã, teria sido inevitável uma discórdia mortal desde o primeiro dia" (20a). Entretanto, Hitler, como Mussolini, fingia defender a igreja contra o marxismo, e protegê-la de corrupção, impedindo-a de participar na política. Chegou mesmo a afirmar estar criando as "condições para uma religiosidade interior, verdadeiramente profunda" (131; 20b). O que devemos pensar dessa preocupação de Hitler por uma religiosidade verdadeiramente profunda está claro em uma de suas conversas que Rauschning conservou para nós:

> **O que você pensa, que as massas se tornarão cristãs novamente? Nunca! (...) mas os sacerdotes (...) deixarão seu Deus por nós (...) e substituirão a cruz pela suástica. Honrarão o sangue puro de nossa nação ao invés do sangue de seu antigo redentor (...) (163).**

Encontramos as mesmas opiniões em suas "Conversas Secretas", onde se lê coisas como: "o Partido faz bem em manter distância da igreja"; "Não me interessam artigos de fé" e "Não permito que os sacerdotes se intrometam em assuntos seculares" (84c; 84f). Hitler criticou S. H. Chamberlain por acreditar no Cristianismo como um mundo espiritual e Mussolini por ter feito transigências com a igreja Católica. "Em si êle é um espírito livre", disse a respeito de Mussolini, querendo dizer que concordava com Mussolini que o Cristianismo fôsse um "ramo que fenecia". Observou que "entraria no Vaticano e carregaria a turma tôda" (86d). É mister enfrentar essas opiniões brutalmente francas do verdadeiro Hitler para compreender o significado puramente tático de frases como as que citamos, que pretendem indicar que o fascismo considera a religião como um fator importante na vida nacional. Em "Minha Luta" Hitler escrevera que "o movimento vê em ambas as igrejas (A Católica e a Protestante) apoios igualmente valiosos para a existência contínua de nosso povo". Hitler planejava atacar o problema das igrejas depois da guerra como o "último grande problema", e transformá-las em organizações para culto à "fé" racial em que êle acreditava. (86e; 84h).

À luz de tôdas essas evidências, bem se poderia imaginar se o ataque franco e frontal dos bolchevistas não foi o mal menor. Nem na União Soviética da década de vinte, nem tampouco mais recentemente nos satélites houve o mesmo grau de perigo que ameaça as igrejas nas malhas da corrupção religiosa totalitária, embora as tendências recentes na Igreja Ortodoxa Russa sejam conturbadoras. Entretanto, é provável que elas sejam a conseqüência do fato de os soviéticos adotarem uma atitude mais semelhante à dos fascistas: permitir às igrejas funcionar em base muito restrita e forçá-las a se abster de qualquer interêsse por questões seculares em troca de apoio ao regime. Assim, foi possível ao regime soviético capitalizar a tradicional submissão da Igreja Ortodoxa Russa à autoridade do Estado, que remonta ao período czarista. O clero Ortodoxo Russo apoiara o czarismo covardemente, e, após o período de perseguições, pouca energia lhe sobrou para se opor ao regime soviético.

Essa mudança nas relações entre a igreja e o Estado, ou melhor, entre a igreja e o Partido, ocorreu durante a guerra, quando o regime liberalizou sua política em relação à igreja e a igreja abençoou a "Grande Guerra da Pátria" contra o invasor alemão. Foi nessa época que Stalin se arvorou, numa entrevista com um padre americano simpatizante, em "advogado da liberdade de consciência e liberdade de culto", e até mesmo sugeriu a possibilidade de cooperação com o Papa "na luta contra a coerção e perseguição da Igreja Católica" (200). Embora essa cooperação nunca se haja concretizado, o tratamento dispensado à Igreja Ortodoxa Russa nunca mais voltou à severidade de antes da guerra, e a igreja tornou-se cada vez mais subserviente ao Partido. Antes das eleições de 1953 para o Soviete Supremo, o Patriarcado de Moscou declarou que em nenhuma parte do mundo a igreja era tão livre quanto na URSS, e abençoou os eleitores da chapa comunista. O clero tem sido também utilizado largamente para propósitos de propaganda relacionada com as várias campanhas pela "paz" patrocinadas pelo regime soviético, e os patriarcas têm patrocinado essas petições no exterior.

A Igreja Ortodoxa Russa justificou sua colaboração com o regime soviético, com o que alguns de seus membros podem não estar satisfeitos, em têrmos da vontade de Deus e de "dar a César o que é de César". O tipo de ginástica teológica envolvida em sua submissão ao comunismo é bem ilustrada por um artigo do Reverendo V. Radzyanko no Jornal do Patriarcado de Moscou, o *Zhurnal Moskovskoi Patriarkhii*, no qual êle declara: "Glória a Deus pela separação da igreja e do Estado, pelo confisco de terras e propriedades da Igreja, é até mesmo pela perseguição e fechamento de igrejas; pois tudo isto se fêz de acôrdo com a vontade de Deus. Lutar contra isto teria sido opor-se aos desígnios divinos" (286b). Nessas circunstâncias não foi surpreendente que em 1955 o govêrno soviético condecorasse altos prelados Ortodoxos por

seu "trabalho patriótico e (...) seu papel no movimento pela paz" (252g).

Contudo, houve e ainda há oposição às políticas anti-religiosas soviéticas. Na década de vinte houve muitos casos de movimentos religiosos clandestinos, de denodados ministros de todos os credos que pregavam a palavra de Deus com o risco de suas vidas, de congregações religiosas que se reuniam secretamente, de grupos de jovens que se organizavam para manter a fé entre a juventude. Havia até mesmo grupos secretos de estudos teológicos destinados a preencher as lacunas criadas pelas prisões e deportações do clero (286c). A guerra, que teve como conseqüência a reabertura das igrejas sob a ocupação alemã e a liberalização da política soviética em relação às igrejas, serviu também para revigorar a atividade religiosa. Até mesmo diversos seminários foram abertos e permitiu-se que velhos professores, pré-revolucionários lecionassem. Embora a vida de um ministro religioso na URSS seja de grande incerteza, incluindo a constante possibilidade de prisão, o número de matrículas excedeu a capacidades dessas escolas, o que indica que mesmo após várias décadas de domínio soviético ainda há jovens dispostos a se arriscarem a servir a Deus. Contudo, inicialmente o regime inclinou-se a achar que a religião logo desapareceria uma vez que a igreja fôsse dominada e aos jovens negada instrução religiosa nas escolas públicas. Que isto não sucedeu é provado pelos esforços dos propagandistas do regime em racionalizar a persistência do sentimento religioso entre alguns setôres da população. Segundo uma recente explicação soviética, a sobrevivência de "resíduos religiosos" deve-se a que

> a consciência do povo (...) geralmente se atraza em relação às mudanças na vida da sociedade (...) Isto se aplica especialmente à religião, uma forma de consciência social que se atraza à base mais que todos ou outros elemente da superestrutura, e que possui maior grau de independência. Outro motivo da tenacidade dos resíduos religiosos é a influncia do cêrco capitalista. (188).

Velhos hábitos religiosos têm sido especialmente vigorosos na resistência ao ateísmo soviético nas regiões muçulmanas da URSS, que compreendem aproximadamente trinta milhões de muçulmanos. O regime soviético tem-se empenhado freqüentemente em violentas campanhas para romper a influência dos mulás, fechando os locais de culto e persseguindo o clero. Na Criméia, por exemplo, um antigo centro de tradição maometana, nem um único templo mulçumano estava aberto em 1941. Entretanto, imediatamente após a ocupação alemã, mais ou menos cinqüenta mesquitas foram construídas pelas antigas congregações (286d). Recentemente, a propaganda soviética tem procurado ligar o islamismo ao "colo-

nialismo" e "imperialismo", e declarado que "o islamismo reflete o jugo social e os pontos de vista dos exploradores" (292).

Assim, em 1954 a campanha anti-religiosa foi reacelerada. O Comitê Central do Partido emitiu um decreto exortando seus membros e os jovens do Konsomol a empreender uma propaganda anti-religiosa mais ativa e a combater os "últimos vestígios" de resíduos religiosos. Contudo, o decreto do Comitê, intitulado "Sôbre Êrros na Realização de Propaganda Científico-Ateísta entre a População", não tinha a intenção de estimular um nôvo período de repressão aberta. Destinava-se antes a guiar os membros do Partido em sua doutrinação ateísta sem perturbar as relações do Estado e do Partido com a Igreja, visto que a igreja se tornara útil. Portanto, os comentários a êsse decreto salientavam que essa propaganda devia ter o cuidado de não denegerar para uma violência que, com efeito, poderia ser prejudicial ao Partido. O *Partiinaia zhizn'*, órgão do Comitê Central, enfatizou que doravante o método seria de educação, e não de coerção (265f).

O regime bem podia permitir essa moderação. A coerção anterior havia destruído qualquer determinação de luta entre a cúpula do clero, que hoje serve ùtilmente ao Estado. O processo de urbanização rompeu a rotina estabelecida das aldeias, que envolvia também ritos religiosos. Os novos centros urbanos, com suas novas maneiras de viver, deixam pouco lugar à religião, e os soviéticos se esforçam para deixar as coisas assim. Por isso, embora possa subsistir algum sentimento religioso, a religião não encontra mais na URSS uma expressão institucional que possa desafiar a supremacia e o monopólio do Partido, mesmo nos aspectos espirituais da vida.

Nos países satélites, a atividade anti-religiosa parece ter-se aproveitado muito da experiência soviética. Assim, em comunidades onde o sentimento religioso era fraco ou a igreja não era forte, a supressão foi aplicada com presteza. Em países como a Polônia, onde a igreja tem uma longa história de lutas nacionais, foram adotadas medidas mais cautelosas. Apesar de centenas de sacerdotes terem sido presos, a atividade religiosa da Igreja Católica Romana continua elevada, novas igrejas foram construídas e outras foram reconstruídas. Uma universidade católica ainda funciona em Lublin. Entretanto, ao mesmo tempo o regime trabalha constantemente na subversão da independência da igreja. Um grupo colaboracionista, conhecido como os "sacerdotes patriotas" foi organizado com a finalidade ostensiva de defender a Polônia contra a agressão alemã. O Primaz da Polônia, o Cardeal Wyszynsky, conhecido como franco adversário do comunismo, foi obrigado a retirar-se para um mosteiro. Em 1952 e 1953 ocorreram as primeiras prisões entre os bispos, e alguns foram acusados em julgamentos públicos de serem espiões

norte-americanos (*). Por sua alta recreação o govêrno nomeou "sacerdotes patriotas" para suas sés. O processo de subjugação, embora ainda não esteja tão adiantado como na Iugoslávia ou na Hungria (onde os cardeiais foram sentenciados à prisão), segue assim o modêlo soviético, embora encontre muito mais resistência, tanto do clero como da população (191).

Êsses esforços notáveis das igrejas nas nações cativas assemelham-se aos que as igrejas, ou melhor, grupos dentro das igrejas católica e protestante, tentaram durante o domínio dos nazistas (e, muito restritamente, na Itália fascista). A história é complicada. Durante os primeiros tempos do movimento e imediatamente após êle ter se assenhoreado do poder, o clero protestante deu-lhe um apoio muito substancial. Seus vínculos com a Alemanha pré-Weimar e sua perspectiva anti-socialista e anti-católica fêz com que muitos ministros protestantes olhassem com agrado um movimento que alegava combater essas fôrças e procurar o reestabelecimento de uma ordem de coisas conservadora e cristã. Seu tradicional autoritarismo e patriotismo nacionalista inclinou-os a desdenhar as idéias e ações ateístas do movimento; na realidade, um número considerável de ministros protestantes permaneceu Nacional Socialista até o amargo fim.

Entretanto, logo surgiu uma vigorosa oposição entre o clero protestante. A luta foi ativada em parte por uma questão que atingia a própria essência da ideologia de Hitler: a questão racial. Não era possível a nenhum cristão que compreendesse os ensinamentos da igreja, e, principalmente, a nenhum ministro, aceitar o ponto de vista nazista de que um membro em pleno direito pudesse ser excluído da congregação porque êle, ou seu pai ou sua avó, fôsse israelita. Homens como o Pastor Niemöller, êle próprio anteriormente Nacional Socialista, rebelaram-se contra essa flagrante violação dos ensinos cristãos.

Entretanto, é possível que mais importante ainda tenha sido a questão de autonomia eclesiástica. A interferência do Partido nos assuntos da igreja despertou sua imediata oposição. Entre os protestantes essa oposição intensificou-se com o movimento dos "Cristãos Alemães", que culminou num discurso escandaloso proferido por um certo Krause no *Sportpalast*, em 26 de setembro de 1933 (20c). Os Cristãos Alemães eram, essencialmente, Nacionais Socialistas que defendiam um credo que só era cristão formalmente, sendo, de fato, uma réplica da ideologia nazista: combate ao marxismo, aos judeus, ao cosmopolitismo e aos maçons livres, luta pela purificação da raça, etc. O clero protestante teve

(*) Ver, por exemplo, as transcrições estenográficas de processos contra o Bispo Kaczmarek "e outros membros do centro anti-estado e anti-povo" em Varsóvia e contra o Padre Lelita "e outros agentes da espionagem americana" em Krakow, em 1953; *Proces Ksiedza Biskupa Kaczmarek i innych...* (Varsóvia, 1953); *Proces Ksiedza Lelity i innych* (Krakow, 1953).

de lutar contra êsses pervertedores da fé cristã; como os Cristãos Alemães contavam com o apoio político do govêrno e do partido nazistas, essa resistência foi das mais difíceis e perigosas, mas foi levada a efeito sem esmorecimento e à custa de grande sacrifício pessoal. Quando os Cristãos Alemães tomaram o contrôle da igreja e elegeram o Bispo do Reich, o clero oponente fundou em março de 1934 a "Igreja Confessional" (Bekennende Kirche), que realizou seu primeiro sínodo em Barmen-Wuppertal, de 29 a 31 de maio do mesmo ano. Êste sínodo chegou a um acôrdo visìvelmente oposicionista:

> Em oposição às tentativas de unificação da Igreja Evangélica Alemã por meio de falsa doutrina, pelo uso de fôrça e de atitudes insinceras, o Sínodo Confessional declara: a Unidade das Igrejas Evangélicas na Alemanha só pode provir da Palavra de Deus, através do Espírito Santo.

Afirmaram ainda que a introdução de princípios estranhos ameaçava a unidade dos protestantes e que sòmente aquêles que permaneciam fiéis ao evangelho e ao credo da igreja representavam a igreja legítima. Denunciando os Cristãos Alemães, continuavam:

> Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja possa e deva reconhecer como fontes (...) além da única palavra de Deus (...) outras verdades como revelação de Deus. Rejeitamos a falsa doutrina de que haja outros reinos da vida que não pertençam a Jesus Cristo, mas a outros senhores (...) Rejeitamos a falsa doutrina de que o Estado deva ou possa ultrapassar sua tarefa especial e tornar-se a única e total ordem da vida humana (...)

Isto constituía, claramente, uma declaração de guerra contra a própria essência da ditadura totalitária, e o Conselho de Irmãos (Bruderrat), que foi formado para levar avante a luta, ofereceu uma verdadeira resistência ao regime. Além de Niemöller, foram líderes dêsse movimento o Bispo Meiser da Baviera, e o Bispo Wurm de Württemberg, bem como Karl Koch, que havia chefiado o grupo anti-nazista "Evangelho e Igreja". Não podemos descrever em detalhes a complexa história dessa oposição. Ela durou desde o comêço até o fim do regime, com vários avanços e recuos em ambos os lados, mas manteve intactos, em grande escala, os ensinos básicos do Cristianismo. Devido a ela, a grande maioria do clero protestante passou a olhar o nazismo com desagrado, se não com hostilidade; devido a ela, dos 18.000 pastores protestantes, 10.000 se manifestaram em 1935 contra a "Lei da Igreja", e 11.000 rejeitaram mais uma vez a tentativa do regime de resolver o conflito em janeiro de 1939. Aproximadamente 6.000 Irmãos Confessionais opunham-se aos 2.000

Cristãos Alemães no clero, e foram submetidos a uma vigorosa perseguição pelo regime e um grande número dêles pereceu em campos de concentração. Apenas uma minoria dos pastores protestantes apoiava o regime ativamente, e quase um têrço fazia-lhe oposição. Se fôsse necessário mais provas além dos números dados a público depois da guerra, bastaria citar um relatório da Gestapo de 15 de fevereiro de 1938. A "Frente Confessional" abrange a vasta maioria de teólogos protestantes e, da mesma forma, a maioria dos membros da igreja" (20d). Nenhuma outra organização, exceto a Igreja Católica, era capaz de empreender uma oposição semelhante, resistir a um sistema totalitário por doze anos a fio. Foi ela um verdadeiro "grupo de isolamento", que repousava sôbre a fôrça de convicções cristãs entre os protestantes, despertando-os para uma nova vida e para uma genuína dedicação (80; 70; 40; 137a; 91; 236).

E a Igreja Católica? Encontramos aqui um caso um tanto diferente. Considerando o papel de destaque do Partido do Centro na República de Weimar, e o vigor da atividade católica leiga durante ela, o clero católico a princípio manteve em relação ao movimento nazista uma atitude não só distante como também abertamente hostil, chegando a declarar em 1932 que um bom católico não podia ser membro do Partido. Unida através de seu episcopado de uma maneira impossível aos protestantes, a Igreja Católica manteve-se firme contra o movimento até êste atingir o poder. Daí em diante, infelizmente, procuraram se acomodar, à feição da Igreja na Itália, esperando por algum tempo poder obter uma modificação efetiva das metas do movimento totalitário. Por iniciativa de Hitler, e com Franz von Papel como intermediário, foi concluída, de fato, uma Concordata entre o Reich e a Igreja (20 de julho de 1933). A experiência, contudo, foi semelhante à da Igreja na Itália; as cláusulas da Concordata, que garantiam à Igreja sua autonomia essencial, pouco foram cumpridas; assim, por exemplo, sòmente com grande dificuldade a Igreja pôde reter alguns dos contrôles que a Concordata previra na educação, tanto primária como universitária ou para adultos. Do mesmo modo, a imprensa e a associações católicas sofreram severas pressões, e os bispos protestaram numa carta pastoral, em 1934. À medida que o regime se tornava mais totalitário, os choques aumentaram até que em janeiro de 1935 os nazistas lançaram um ataque em massa contra a Igreja Católica, procurando destruir sua imprensa, sua organização educacional, suas associações e até mesmo a influência dos padres sôbre os fiéis. Tiveram êxito com a imprensa, a educação e as associações, mas as congregações mantiveram-se firmes ao lado de seus pastores, como no protestantismo. A imprensa foi abolida ou "censurada", a educação foi subvertida, ao passo que as escolas paroquiais foram pràticamente eliminadas, e as associações foram "coordenadas", como tôdas as outras. Os pretextos usados pelos nazistas para explicar êsses ataques foram, em primeiro lugar, viola-

ções monetárias por parte de órgãos eclesiásticos, e em segundo, crimes sexuais e de outras naturezas, praticados por sacerdotes, monges e irmãos leigos. A pequena quantidade de verdade que essas acusações pudessem conter foi, no típico estilo da propaganda totalitária, exagerada para assumir o aspecto de característica essencial (107b), Serviram para desacreditar a Igreja até certo ponto, até que um grupo considerável de dignitários eclesiásticos, sob a direção de Clemens August Count von Galen, Bispo de Münster, e Konrad Count von Preysing, Bispo de Berlim, insistiram em tomar uma posição. Galen gostava de entremear seus sermões de desafio com observações como "podem levar minha cabeça, mas não minhas convicções". Houve também o Bispo Sproll, de Rottenburg, e o Bispo Bornewasser, de Trier, assim como o denodado Cardeal Arcebispo de Munique, Michael von Faulhaber.

Entretanto, ao falarmos dêsses altos dignitários, não devemos esquecer o grande número de eclesiásticos, sarcedotes, monges e freiras mais humildes, que na verdade foram os que sofreram a perseguição mais violenta, pois o govêrno nazista nunca ousou tomar atitudes vigorosas contra os altos dignitários da igreja; é muito provável que o tivessem feito se tivessem ganho a guerra. Tanto as "Conversas Secretas de Hitler" como "Os Diários de Goebbels" referem-se várias vêzes a essa perspectiva (84h; 67c). Em todo caso, o regime não teve muita tolerância com o resto do clero; no fim de 1939 aproximadamente 5.700 padres haviam sido presos, e quase a metade dêles ainda estava em campos de concentração (124; 147a). Êste número constituía mais ou menos um quinto de todo o clero católico. Enfim, a luta era visìvelmente aberta, e a Igreja Católica, como a Protestante, manteve uma vigorosa campanha de resistência. Eclesiásticos humildes e destacados manifestavam-se contra os ultrajes da doutrina e dos atos nazistas. Tinham seu próprio "Niemöller Católico", o Padre Jesuíta Mayer, que, embora protegido pelo Cardeal Faulhaber, foi preso em 1937. Quando isto aconteceu o Cardeal ordenou que fôssem lidos protestos de todos os púlpitos da diocese.

Entretanto, a natureza da luta católica foi diferente da dos protestantes, pois se baseava na autoridade hierárquica da Igreja. Por isso, só tomou forma clara e decisiva após a encíclica *Mit Brennender Sorge,* do Papa Pio XI, que foi lida de todos os púlpitos católicos em 21 de março de 1937. Nela dizia o Papa:

> **Com viva ânsia e admiração sempre crescente vimos observando, desde muito tempo, a via dolorosa da Igreja e o progressivo acirramento da opressão dos fiéis que lhe ficaram devotados em espírito e obra (...) Se a raça e o povo, se o Estado e uma sua determinada forma, se os representantes do poder estatal ou outros elementos fundamentais da sociedade humana possuem, na ordem na-**

> tural, um pôsto essencial e digno de respeito — quem, no entanto, os destaca desta escala de valores terrenos, elevando-os à suprema norma de tudo, também dos valores religiosos, e divinizando-os com culto idólatra, inverte e falsifica a ordem, criada e imposta por Deus, está longe da verdadeira fé em Deus e de uma concepção de vida conforme a ela. (*)

Disse também o Papa que os esforços da Igreja para uma acomodação da situação haviam sido feitos na esperança de preservar a base essencial de trabalho para a Igreja cristã, mas que se tornara claro que a verdadeira intenção dos nazistas era a de destruir o Cristianismo. Já foi dito que a mudança de atitude dos católicos foi motivada, em parte, pela vigorosa oposição que a Igreja Confessional empreendia contra os nazistas; é possível. Mas houve provocação suficiente dos próprios nazistas em seus ataques à Igreja para causar o abandono da política de acomodação. O clero católico estivera dividido desde o início, como o protestante, e foi na verdade o fato de a minoria oposicionista conquistar o apoio do Papa que provocou a oposição aberta (63; 203a; 25; 39). Nesse ponto a Igreja Católica tinha uma grande vantagem, que compensava seu atrazo: uma vez que as autoridades da Igreja tivessem tomado uma posição clara e definida, a unidade de ação da maioria do clero católico estava assegurada.

Contraste dos mais curiosos se deparou às autoridades católicas quando a Áustria e a Polônia foram tomadas por Hitler. No caso da primeira, uma abjeta submissão por parte do Cardeal Innitzer e do clero católico teve de ser neutralizada pela Santa Sé a fim de alinhar o episcopado austríaco com o alemão, muitos membros do qual estavam indignados com a atitude de seus colegas austríacos. Na Polônia, por outro lado, a perseguição da Igreja e do povo foi tão violenta que depois de um relatório do Cardeal Hlond em dezembro de 1939 o nôvo Papa Pio XII tomou uma radical posição anti-nazista com mais firmeza que seu antecessor; sua posição acabaria por tornar-se também anti-fascista. Na Polônia principalmente, os nazistas manifestaram plenamente seus sentimentos anti-cristãos e submeteram a Igreja Católica a uma política de constante terror. De início, a violência mais intensa restringiu-se àquela parte do clero que se encontrava a oeste da Polônia, arbitràriamente incorporada à própria Alemanha. Como êsses territórios deveriam ser considerados alemães em caráter, a presença do clero católico polonês era altamente inconveniente. Por conseguinte, em 1939 houve prisões em massa e o clero foi submetido a uma política de perseguição até o fim da guerra. Essa

(*) N. do T. — Tradução de Frei Frederico Vier, O.F.M., Editôra Vozes Limitada, "A Igreja Frente ao Facismo Nazista".

política logo se propagou também para outras partes da Polônia, e tiveram lugar deportações em massa do clero para campos de concentração. De forma geral, os nazistas prenderam e mantiveram em campos de concentração 3.643 sacerdotes, 341 monges, 389 noviços e 1.117 freiras. Dêstes, 2.517, inclusive 4 bispos, sucumbiram a torturas ou foram executados (170).

Na realidade, após os nazistas terem mergulhado a Alemanha na guerra, a hierarquia católica, como a Igreja Confessional, teve de enfrentar um problema difícil. Não desejavam ser impatriotas, parecendo hostis à Pátria, mas a intensificação de tendências totalitárias sob o impacto da guerra obrigava a uma rejeição cabal de Hitler e de seu movimento. Entre os documentos mais comoventes que retratam êste conflito estão os sermões do Bispo Galen após o bombardeio e a destruição de Münster. Pràticamente entre os escombros, o ferrenho anti-nazista denunciou a "tirania da Polícia Secreta do Estado (Gestapo)". Em um de seus sermões disse êle:

> O direito à vida, à inviolabilidade e à liberdade é indispensável a tôda ordem social moral (...) Um Estado que ultrapassa êstes limites impostos por Deus e que permite ou causa a punição de inocentes mina sua própria autoridade e o respeito por sua dignidade (...)

A seguir, comparou a Igreja à bigorna que deve resistir e sobreviver ao malho que a golpeia. A linha foi tomada pelos bispos da Baviera, que numa pastoral expedida em 1941, diziam: "Nós, os bispos alemães, protestamos contra tôda e qualquer violação da liberdade individual (...) interessam-nos não só os direitos religiosos e os da Igreja (...) como também os direitos de todos os homens, os direitos dados por Deus" — uma antiga doutrina católica, tantas vêzes esquecida modernamente!" (203m; 194; 137b; 206; 23a). Tudo culminou em 22 de março de 1942, que, embora imediatamente suprimido pelos nazistas, foi distribuído largamente:

> Durante anos travou-se em nossa Pátria uma guerra contra o Cristianismo e a Igreja (...) Enfatizamos que nos colocamos não só em defesa de direitos religiosos e clericais (...) como, da mesma forma, em defesa dos direitos humanos dados por Deus à humanidade (...) Exigimos provas legais para tôdas as sentenças e a liberdade de todos os concidadãos privados de sua liberdade sem tais provas (...) Os nazistas desejam destruir o Cristianismo, se possível (...) Antes que os soldados cuja fé cristã lhes empresta fôrças para batalhas e sacrifícios heróicos regressem (...) conclamamo-vos (...) a apoiar nossos esforços (...) Firme e definitivamente rejeitamos a sujestão de que devamos provar nosso patriotismo por infidelidade a Cristo e à Sua Igreja. Nossa fidelidade

> **eterna à pátra é ponto pacífico, mas a qualquer custo permaneceremos fiéis a nosso Salvador e à nossa Igreja. Que Deus abençôe nosso país e nossa santa Igreja. Que Deus conceda uma paz honesta, feliz e duradoura à Igreja e à Pátria. (262c; 23b).**

A êsse protesto seguiu-se uma pastoral, em 29 de agôsto de 1943, que declinava as violações da doutrina cristã pelas ações da ditadura totalitária e, principalmente, pela matança de pessoas "improdutivas", que Himmler iniciara por ordens de Hitler, e que despertara não só ira, como também o mais vigoroso protesto dos bispos, especialmente Galen. O mesmo de fêz duas semanas depois numa pastoral intitulada "Os Des Mandamentos como Norma de Vida para Tôdas as Nações" (147b).

Embora a Igreja Católica não houvesse ajudado a ascenção do fascismo ao poder, mais tarde entabulou relações íntimas e lamentáveis com o regime. Muitos católicos leigos, naturalmente, tornaram-se fascistas, e vários membros do alto clero, principalmente o Cardeal Schuster, de Milão, advogavam o fascismo abertamente. Essas relações alcançaram seu ponto alto com a conclusão do Tratado de Latrão em 1929. No papel êste tratado parecia favorável à Igreja, mas trazia consigo o endôsso da Igreja ao regime. Pouco depois surgiram dificuldades com relação à educação da juventude (Vd. Capítulo 12), mas no começo da guerra etiópica, o clero recebeu a guerra com entusiasmo, afirmando Schuster que ela "levava a civilização cristã" a um povo bárbaro. Pouco depois, novas dificuldades surgiram com relação ao racialismo, e o Papa Pio XI manifestou-se frontalmente contra tal radicalismo. Chegou mesmo a considerar a possibilidade de repudiar o tratado, mas morreu antes disso. Não obstante, durante tôda a guerra o clero apoiou o regime, embora uma minoria insignificante haja formado um movimento de resistência que desempenhou papel de relêvo na libertação e forneceu muitos dos líderes católicos leigos da Itália de após-guerra. A posição da Igreja pode, portanto, ser descrita corretamente como ambivalente, a hierarquia conservando o direito de criticar ou até mesmo condenar o regime, o que a distingue claramente da Igreja Russa, com sua abjeta dependência e submissão ao govêrno bolchevista (64g).

Em suma, podemos dizer que as igrejas cristãs mostraram-se uma fortaleza real contra a pretensão de poder absoluto da ditadura totalitária, talvez mais real que quaisquer outras. Seja protestante ou católico, o verdadeiro cristão não pode aceitar o totalitarismo. O Cristianismo exige o homem todo e a última palavra com referência aos valores do homem e ao seu destino. Essa exigência os totalitaristas não podem aceitar. Podem buscar uma solução de compromisso temporàriamente, mas, se aceitassem essa exigência, deixariam de ser totalitaristas. Êsse choque teve mais recentemente, uma interessante confirmação. Quando Peron deu

mostras de desejar tornar-se um ditador totalitário, começou, lògicamente, a atacar a Igreja Católica. Sintomàticamente, a "ardente alma do povo", representada por turbas, estava à mão para atacar e queimar igrejas; uma vigorosa ação por parte das fôrças armadas, inspirada por essas ameaças à igreja e a outros interêsses, transformou-se num completo golpe de estado. Pelo menos essa foi a aparência dos recentes distúrbios, principalmente quando vistos à luz da história do totalitarismo.

Seria tarefa de pura especulação tentar delinear o problema paralelo em países como a China. Até agora não há indicação de que os budistas ou confucionistas tenham sido capazes de organizar uma defesa comparável à dos cristãos. Mas isto não significa que êsses povos estejam dispostos a aceitar a "religião secular" da espécie totalitarista para sempre. Talvez a família mostre ser o grande baluarte da dignidade humana, principalmente tendo em vista que ela é a mais vívida concretização da fé confuciana (173b). Em contraste, é provável que os grupos de isolamento, representados pelas igrejas cristãs como guardiãs da consciência individual e de sua liberdade religiosa, sobrevivam até mesmo a uma longa ditadura totalitária. Não se pode afirmar com certeza até onde elas ainda existem na URSS em sua verdadeira forma. Entretanto, bem se pode imaginar se seu desafio não prenuncia o destino do totalitarismo como forma duradoura de govêrno.

24

As universidades e as ciências

A atitude dos totalitaristas em relação às ciências e, portanto, às universidades, é ambivalente, pois, se por um lado sua ideologia baseia-se supostamente em fundamentos científicos, por outro a atitude anti-dogmática de tôda ciência verdadeira se ajusta mal à ordem de coisas totalitárias. Sua solução consiste numa visão utilitária da ciência como um mero meio para atingir um fim. Não se pode negar que essa ambivalência permite a existência de outro "grupo de isolamento", principalmente nos campos de saber remotos da ideologia totalitária. Entretanto, até mesmo êsses foram ameaçados de invasão pelo dogmatismo totalitário, como demonstram os esforços de Stalin no campo da língua e da literatura (Vd. Capítulo 12) e o ataque dos nazistas contra a teoria da relatividade de Einstein.

A ciência e as universidades ocupam um lugar muito especial na cultura e na sociedade ocidentais. Se tomarmos a ciência no sentido amplo (e próprio) de qualquer campo do conhecimento que se distingue por um método ou métodos

a respeito dos quais um grupo de estudiosos concorda ser o método mais adequado para tratar um dado assunto, seja êle a vida, o govêrno ou a anatomia humana (55i), temos que a própria autonomia dêsses grupos de estudiosos choca-se com a concepção totalitária, como acontece, aliás, com tôdas as formas autoritárias de govêrno. Contudo, o grau de autoridade exercida afeta a gravidade do choque — e êle tende a ser mais grave numa sociedade totalitária. No entanto, a ser mais grave numa sociedade totalitária. No entanto, a cultura ocidental desenvolveu muitos de seus aspectos distintos, e principalmente sua tecnologia, em conseqüência de sua dedicação ao saber, no sentido da ciência moderna. Na verdade, em todo o mundo a cultura está sendo não só profundamente afetada, como influenciada em decorrência do impacto da tecnologia moderna. E, como tentamos demonstrar, a ditadura totalitária é ela mesmo o resultado "lógico" de algumas dessas tendências totalitárias. Isto não significa que a moderna tecnologia tenha "provocado" o totalitarismo, mas que o tornou possível. Sem ela, vários de seus aspectos mais importantes, principalmente a propaganda, o terror, e o planejamento central, seriam inteiramente impossíveis; as ditaduras organizadas por Lenin, Mussolini e Hitler teriam sido meras autocracias do tradicional tipo despótico ou tirânico (com o que têm sido confundidas por muitas pessoas). Êste fato inegável de a ditadura totalitária se basear na ciência e na tecnologia modernas produz uma contradição interior de proporções verdadeiramente hegelianas. Significa que a ditadura totalitária, ao sufocar a ciência, poda o ramo em que se assenta, principalmente por competir com sociedades livres, nas quais o progresso da ciência não é obstado.

O registro histórico mostra claramente que as sociedades totalitárias foram e são parasitárias, no que se refere à ciência. Aproveitam-se de seus frutos sem contribuir plenamente para a manutenção da planta que os alimenta. Êste parasitismo toma duas formas. Por um lado, há a exploração da obra científica e tecnológica passada. Tanto Mussolini como Hitler foram alimentados pelas realizações das sociedades que procuravam destruir. As universidades e seus professores, suas bibliotecas e laboratórios, foram "expropriadas" e postas a trabalhar dentro do contexto do regime, como tantas outras coisas (principalmente a economia, que englobou o avanço tecnológico passado). Continuaram a funcionar, com retardamentos e interrupções, de sua forma costumeira, continuaram a proporcionar educação, a produzir novos conhecimentos, etc., embora o regime não as nutrisse, mas as deixasse à míngua, num sentido espiritual. Por outro lado, há também o parasitismo que explora o progresso e as invenções das sociedades livres. O livre intercâmbio de conhecimento científico não implica em parasitismo intrínseco; muito pelo contrário. Mas quando êsse intercâmbio se torna unilateral, a natureza parasitária do recipiente se manifesta. As contribuições da ciência soviética para o progresso

geral da ciência são limitadíssimas (59g; 142c). Tôdas as proclamações dos bolchevistas e de sua claque comemorando os "triunfos" da ciência soviética não podem esconder o fato de que a URSS vive às custas do progresso científico dos países livres. A expressão mais dramática disto são os esforços dos soviéticos para obter os dados essenciais da física nuclear através da espécie mais elaborada de espionagem. A forma como a ciência em tôdos os seus campos regride sob o impacto totalitário pode ser vista de modo marcante nas deserções do regime nazista ou do comunista na Zona Soviética de Ocupação, descritas num detalhado estudo recente (144a).

Contudo, a fim de poder se empenhar nessa espécie de atividade parasitária, a ditadura totalitária deve contar com a colaboração de eruditos "burgueses" que estejam dispostos a continuar sua obra. Na verdade, essa continuação de trabalho de pesquisa provocou a admiração e a ira de estrangeiros e de vítimas dêsses regimes, que julgavam que os guardiães da verdade e da ciência deviam erguer-se em colérica resistência contra a ditadura totalitária (227; 73), ou pelo menos partir e se recusar a ajudar a manter o regime totalitário. Êste ponto de vista comporta muita discussão, pelo menos em têrmos morais gerais. O fato, contudo, é que cientistas e eruditos, devido à própria natureza de seu trabalho e de sua educação são aquêles que menos êxito terão em opor uma resistência eficaz a um regime totalitário. Existem, é certo, muitos exemplos de esforços nobres, pôsto que ineficazes, por parte de eruditos, mas constituem exceções e ocorreram tarde demais na evolução para o totalitarismo, quando a resistência já não era mais eficaz. Uma das principais razões disto é que o próprio anti-dogmatismo da ciência inibe o cientista ante um fenômeno tão atordoante como uma moderna ditadura. Há, sem dúvida, aquêles que são empurrados para fora do caminho, mas sua posição é a de vítimas do regime, e não de combatentes pela causa da liberdade.

As opiniões de Hitler sôbre a ciência e as universidades são um curioso reflexo dessa ambivalência. Misturava o desprêzo do homem de ação pelo pensador com uma fácil dependência da ciência para apoiá-lo em seus conceitos pseudo-científicos de inspiração biológica. A êsse respeito, referia-se freqüentemente à "humildade" que a ciência inspira ao homem, ao lhe mostrar os limites de seu conhecimento, e até deixou transparecer uma consciência do caráter anti-dogmático e experimental da ciência. Hitler mostrava-se pronto a expressar alguns dos *slogans* populares de progresso científico à maneira de Haeckel, em certa ocasião exclamando mesmo que "no fim vencerá a verdade" (86f; 84k). Mas essa "verdade" que vencerá no fim, não é, na concepção mais comum de Hitler, essa realidade transcendental (82c; 92), mas antes um instrumento a ser usado pelo homem prático com o propósito cumprir "as leis férreas da natureza", que

êle contrastava com as "idéias de alguns ideólogos loucos". Raramente um homem escreveu seu próprio epitáfio de maneira mais convincente. E a confusão de Hitler nesse ponto deve-se ao fato de êle não ter conseguido apreender, nem mesmo superficialmente, as condições para o desenvolvimento da ciência moderna.

Naturalmente, essa verdadeira atividade científica ou humanística é, a longo prazo, de grande benefício para a ditadura totalitária. Em certo sentido, portanto, a preservação dêsse grupo de isolamento poderia mesmo ser justificada pela liderança. Encontramos observações ocasionais dêsse gênero não só na União Soviética, como também na Alemanha nazista. Nesse reconhecimento contrafeito do papel do cientista independente a ambivalência totalitária com relação à ciência encontra sua expressão mais sutil (142d).

As contradições íntimas do pensamento soviético nessa questão da ciência são semelhantes, embora mais complexas. Já tivemos ocasião de tratar do materialismo dialético (Capítulo 7) e das noções de Stalin com relação à linguística (Capítulo 12), bem como do caso Lysenko, que envolvia a herança de características adquiridas. Todavia, como as pretensões de Marx e Engels a uma perspectiva científica são muito mais insistentes (e melhor alicerçadas) que as de Mussolini ou Hitler, a atitude soviética com relação à ciência e às universidades evoluiu lentamente. Um número considerável de destacados cientistas russos fugiram, naturalmente, uma vez que evidentemente faziam parte da burguesia, ao passo que outros emprestaram sua cooperação na criação do sustentáculo essencial da ideologia marxista; o exemplo mais notável é o de Pavlov, cujas experiências a respeito da influência do meio ambiente tenderam a apoiar o ambientalismo radical da ideologia reinante, e que ficou para transformar as universidades em instrumentos cooperadores do regime. Barrington Moore fundamenta sua análise do cientista na União Soviética na identificação de cinco premissas ou suposições primárias nos campos de atividade científica (142e), a saber: materialismo, anti-formalismo e anti-simbolismo, verificação por resultados práticos, o partidarismo da ciência, e a necessidade de só se modificar o dogma científico mediante ação da liderança política. O estudo que êle faz dessas diversas premissas e de sua relação com certas tendências ocidentais culmina em duas proposições que revelam a ambivalência inerente à doutrina soviética: em primeiro lugar, não parece haver nenhuma diferença de monta entre uma decisão referente à ortodoxia científica e uma decisão a respeito de política exterior ou nacional; e em segundo lugar, durante os últimos anos de sua vida, o próprio Stalin reafirmava o tema de que a ciência não pode progredir a não ser mediante debates abertos, livres e criadores (142f). A óbvia contradição entre essas duas idéias permanece sem solução. "Os bolchevistas não compreendem plenamente e talvez não possam compreender, a natureza instrumental do

conhecimento científico, porquanto tentam fazer da ciência a âncora de todo seu sistema de crença". Contudo, é também verdade, que os bolchevistas não compreendem plenamente, e talvez não possam compreender, a natureza da verdade científica, porquanto colocam uma verdade como função da ordem política. No entanto, precisam de conhecer a verdade *tanto quanto* seus competidores.

Por êsse motivo um dos temas mais freqüentes na literatura soviética sôbre pesquisa científica é a ênfase dada *tanto* à ortodoxia ideológica quanto à importância da busca do conhecimento, inclusive discussões abertas e até mesmo controvertidas. Mas a contradição óbvia entre os dois postulados, dado o cenário totalitário, resulta geralmente na sufocação do pensamento livre em detrimento de progresso científico (*).

O trecho seguinte, extraído da *Literaturn gazieta* (Gazeta Literária) indica que os soviéticos estão cônscios dos perigos desta situação:

> **Por que às vêzes é difícil organizar uma ou outra discussão? Por que algumas de nossas disputas científicas assemelham-se mais a brigas e alterações pessoais que a discussões sérias e fundamentadas da essência de grandes problemas científicas? Por que obras de mérito, se são contrárias aos pontos de vista da "escola" dominante, nem sempre não divulgadas? Qual a explicação para vários êrros cometidos na concessão de prêmios científicos? (...) Parece-nos que uma das razões para tudo isto seja a canonização de certas tendências científicas (...)** (259a)

O órgão teórico do Partido, o *Kommunist*, faz eco a essas palavras afirmando que "uma luta de opiniões, controvérsias profissionais e discussões tornam-se cada vez mais a norma em nossos grupos científicos e humanísticos", e acrescenta que "sem dúvida isto concorre para o progresso". Entretanto, no mesmo artigo, afirma-se explìcitamente que "a discussão de qualquer problema científico deve basear-se, sobretudo, no princípio leninista da natureza partidária da ciência, e os participantes de uma discussão devem procurar a solução de tôdas as disputas de uma posição de metodologia marxista-leninista, a única base científica para a apreensão do mundo objetivo. Uma discussão frutífera só pode basear-se na perspectiva marxista" (255c; 253b).

A conseqüência dessa contradição íntima foi que as universidades e outras instituições de ensino superior expan-

(*) Essa afirmativa foi admitida em discussões soviéticas a respeito das teorias de Lysenko. Vd. *Current Digest of Soviet Press*, vol. 7, n.º 1 (16/2/1955), pp. 4-11, 12. O assunto é tratado com muito mais detalhes em *Academic Freedom Under the Soviet Regime, A Symposium* (Munique, 1954).

diram-se muito sob a ditadura totalitária, sendo ao mesmo tempo "politizadas", isto é, por um lado submetidas a vários contrôles políticos, e por outro ajustadas no planejamento geral do regime. É fácil interpretar mal êsses fatos, se sua verdadeira natureza fôr obscurecida por uma terminologia ocidental "progressista". O exemplo mais notável dêsse perigo talvez seja o trabalho de Sidney e Beatrice Webb (224d; 29), mas muitos outros cometeram enganos semelhantes. Bàsicamente, as políticas das ditaduras comunista e fascista no campo da educação superior são bastante semelhantes. As universidades são privadas de sua autonomia e submetidas a rígidos contrôles burocráticos. Os reitores e deões passam a ser nomeados por uma repartição especial e o corpo docente é transferido à vontade. Ao mesmo tempo são instituídos programas de doutrinação ideológica nos quais a "verdadeira ciência" de certas leis é exposta a professores e estudantes. Em tôdas as instituições de ensino superior são organizadas células do partido e de juventude (Konsomol, FDJ, HJ, GUF), que controlam e intimidam não só seus colegas estudantes, como também os catedráticos. Qualificações ideológicas e partidárias recebem uma crescente importância na seleção de estudantes e catedráticos. Além dêsses aspectos "politizantes" da vida universitária totalitária, há a ênfase na especialização tecnológica para atender às necessidades do planejamento geral do regime. Na União Soviética êste fenômeno é chamado de "politecnização" e significa que há, principalmente entre os comunistas, mas também entre os fascistas, ainda que em menor escala, uma insistência para uma estreita especialização do estudante e no constante aumento no número de escolas especializadas. Além disso, há na União Soviética e em seus satélites uma enorme expansão no treinamento técnico superior (Vd. Capítulo 19). Reconhecidamente, a URSS começou modestamente, e sua rápida industrialização aumentou extremamente sua necessidade de quadros técnicos. Entretanto, os números são impressionantes, como mostra a tabela seguinte (37b).

ESTABELECIMENTOS SOVIÈTICOS DE ENSINO SUPERIOR

Número total (universidades em parênteses)		Matrícula	
		Regular	Aperfeiçoamento
1913	95 (9)	125.000	0
1928	152 (20)	177.000	40.000
1935	514 (20)	525.000	desprezível
1939	750 (22)	620.000	250.000
1946	792 (31)	653.000	212.000
1950	853 (32)	841.000	406.000
1954	814 (33)	1.087.000	645.000

Percebe-se, entretanto, que enquanto o número de universidades quadruplicou, o número de outras instituições de ensino superior e de estudantes quase decuplicou. É dentro dessa perspectiva geral que o Plano Qüinqüenal para a Zona Soviética da Alemanha especifica um aumento de universidades e instituições de ensino superior de 19 para 26 e de 27.700 (em 1951) para 55.000 estudantes (144b). Todo êsse aumento, porém, é acompanhado por uma insistência em *treinamento,* com currículos fixos, uma série acadêmica de dez meses e estreita especialização, combinados com muita doutrinação política.

Em que sentido podem as instituições de ensino superior, e principalmente seus corpos dicentes e docentes, constituir "grupos de isolamento"? Seria de esperar que fôssem completamente coordenadas e integradas ao regime, e portanto incapazes de qualquer "isolamento". A resposta é encontrada na própria natureza do trabalho científico e humanístico. A preservação de parte do espírito de livre pesquisa é algo mais precioso e sutil que qualquer espécie de resistência política, embora esta possa surgir daquela. Assim, recentemente cinqüênta e oito professores da Universidade de Rostock protestaram contra a sovietização das universidades da Zona Soviética pelo Partido Socialista Unido (SED). Muitos atos semelhantes por parte de indivíduos ou grupos ocorreram durante as ditaduras nazista e fascista, e presumìvelmente um maior número seria registrada na URSS e nos satélites se os arquivos fôssem revelados. É inútil mencionar atos individuais, como abrigar um colega judeu, lutar contra o grupo estudantil nazista por causa de um boicote, comparecer a serviços religiosos, etc. Por si só são desprovidos de importância, mas em conjunto perfazem uma manifestação em favor da liberdade. Mais importantes talvez sejam atos como a participação de diversos professores da Universidade de Freiburg, inclusive Gerhard Ritter, Constantin von Dietze, Walter Eucken e Erik Wolf no levante de 20 de julho, ou o movimento estudantil clandestino na Universidade de Munique, que resultou na execução de Hans e Sophie Scholl, bem como do Professor Huber, ou a liderança proporcionada pelo Professor Chabod aos *partigiani* do Val D'Aosta, ou a corajosa luta levada a efeito em Roma pelo Professor Carlo Antoni e seus amigos (179d; 174c; 39c; 144c).

Mas a verdadeira questão é de outro gênero. Como já dissemos, ela resulta da própria natureza do trabalho científico. Afeta principalmente o professor, mas envolve também o estudante, o artista e o escritor. Pode-se dramatizar a questão em têrmos das palavras atribuídas a Galileu: "Entretanto, ela se move!" (59h; 181). Essa anedota significa que o homem que sabe não pode ser obrigado por decisão de uma autoridade política a esquecer e desaprender o que sabe. No entanto, é precisamente isto que implica o quinto princípio da atitude soviética em relação à ciência, ou seja, que todos os princípios básicos devem ser decididos pela

liderança totalitária, ou pelo ditador. Hoje sabemos que nas universidades alemãs e italianas permaneceu um número considerável de humanistas, mestres e estudantes que prosseguiram seu trabalho tranqüilamente segundo linhas genuìnamente científicas, que aceitavam Einstein e não seus detratores nazistas, que ensinavam princípios cristãos, embora tivessem de fazê-lo em têrmos esotéricos, que compreendiam que Hitler era um psicopata, embora não pudessem dizê-lo (o professor de psiquiatria de Heildelberg que disse isto em 1933 foi afastado), e assim por diante. Um incidente poderia ilustrar melhor êste ponto. Quando no turno de verão de 1933 um conferencista Nacional Socialista visitou a Universidade de Heidelberg para expor o ponto de vista de que as idéias de Lutero eram essencialmente Nacionais Socialistas e, mais particularmente, racialistas — uma falsidade fàcilmente demonstrável — ninguém na platéia ousou protestar, com exceção de um visitante norte-americano. Numa reunião realizada mais tarde na casa de um dos professores, os presentes cumprimentaram o americano da maneira mais enfática por ter se manifestado "contra êste absurdo". Êsses episódios, depois repetidos com freqüência, talvez não aumentem a estatura moral dos professores alemães (os registros disponíveis deixam dúvidas a se professores de outras nacionalidades agem muito melhor), mas mostram que o estudioso pode ilhar-se no santuário do grupo íntimo e na comunicação esotérica que lhe permite preservar um "grupo de isolamento" no mar totalitário. Em outras palavras, é impossível ao totalitarista, como a outros ditadores que o antecederam, penetrar as paredes invisíveis que cercam o refúgio sagrado da atividade intelectual, embora possa reduzir o número de homens e mulheres que nêle se abrigam verdadeiramente. Por isso, essa objetividade tem provocado muita ira nos comunistas.

Uma constante "luta contra o objetivismo" caracteriza tôdas as ditaduras totalitárias, mas principalmente a URSS. Além das frases notórias a êsse respeito pronunciadas pelos fascistas no passado, temos esta espécie de declaração do comunismo contemporâneo:

> **A luta contra a ideologia burguesa reacionária que prevalece nas universidades (...) é, essencialmente, idêntica à luta contra o objetivismo (...) O objetivismo serve diretamente à preparação de guerra ideológica do imperialismo americano (...) Com o auxílio do objetivismo os imperialistas americanos e seus esbirros alemães procuram romper a resistência moral do povo alemão e, principalmente, de sua *intelligentsia* (...) O objetivismo burguês não é compatível com a ciência e a objetividade verdadeiras. Nega o fato de contínuo progresso na natureza e na sociedade; pois isto ocorre através do conflito inelutável do Nôvo que nasce contra o Velho que morre (...) pois**

> êsse objetivismo coloca o velho e o nôvo como merecedores de igual atenção. Assim, o objetivismo deseja produzir a aparência de não-partidarismo (...) Na verdade, o objetivismo é, assim, a mais hipócrita e insincera forma de partidarismo do Velho, do Antiquado, ou seja, é a ideologia da Reação. Devemos desmascará-lo (...), combatê-lo e tomar o lado do Nôvo, do Progressista (...) Devemos tomar o lado da classe trabalhadora, que é a classe mais progressista da humanidade, e ao lado daquela ciência que exprime os interêsses do trabalho, e que é, portanto, a ciência mais progressista — o marxismo-leninismo. (250)

Passagens como essas tornam bem claro por que o intelectual e o cientista não podem aceitar o totalitarista.

Mas também torna claro por que o intelectual e o cientista não podem permanecer completamente alheios ao sistema intelectual sem desligar-se de seu trabalho. Por isso, muitos intelectuais aceitam exteriormente as atitudes ideológicas que palavras como as acima citadas exigem. A introdução e a conclusão de seus livros tornam-se, assim, rituais simbólicos através dos quais prestam sua obediência ao regime, enquanto prosseguem na busca da verdade no corpo da obra. O êxito dessas tentativas dependem do grau de coragem pessoal, tato diplomático e da natureza esotérica da pesquisa envolvida. Não é por acidente que nos últimos anos assistiu-se a um extraordinário renascimento nos círculos acadêmicos dos Estados satélites de interêsse por história antiga e medieval, pela literatura e pelas matemáticas. O fato de alguns cientistas soviéticos fugirem para assuntos estranhos é ilustrado pelas seguintes dissertações que teriam sido submetidas ao Instituto de Economia de Moscou da Academia de Ciências: "Investigação do Tamanho de Manchas na Fêmea do Escaravelho" e "Pesquisa sôbre o Comprimento de Guelras de Peixes" (262d). Todo relaxamento no contrôle governamental revela a extensão em que os acadêmicos tentam manter a separação entre seus próprios valores e os exigidos pelo regime. Após o ataque de Kruchtchov à arquitetura soviética, por exemplo, um violento debate sôbre arquitetura seguiu-se em Varsóvia, e muitos arquitetos não-comunistas moveram críticas acerbas ao tipo de arquitetura ornamental ao estilo soviético que o regime impusera para a reconstrução de Varsóvia entre os anos de 1949 e 1954. Referindo-se àquele período como "o hermèticamente fechado", os arquitetos insistiram em que fôsse dada mais atenção aos novos estilos italiano e Sul-americano, foi verificado e repudiaram os arbitrários padrões de gôsto que lhes haviam sido impostos. Ninguém que haja presenciado acontecimentos recentes nos Estados Unidos poderá negar que tais pressões também surgem nas sociedades livres. Mas são fenômenos efêmeros que não conseguem invadir o "castelo" que é a universidade moderna. São êsses "castelos" que o totalitarista

procura conquistar. Stalin disse certa ocasião: "Uma fortaleza se nos depara. Essa fortaleza chama-se Ciência com seus inúmeros ramos. Devemos conquistar essa fortaleza. A juventude deve conquistar essa fortaleza, se deseja construir a nova vida, se deseja substituir a velha guarda".

Parece, porém, que a fortaleza é inexpugnável. Por que? Porque não é absolutamente uma fortaleza. A ciência é um método dos seres humanos buscarem a verdade, e essa verdade é uma amante difícil que espera ser cortejada segundo sua natureza. Ao dispor a juventude em linha para tomar a Verdade de assalto, é provável que os totalitaristas verifiquem que êsses jovens, que são capazes de buscar a Verdade com afinco, que têm imaginação e sensibilidade e lucidez para descobrir novas verdades, tornam-se novos recrutas para um valor que transcende sua emprêsa totalitária. Quando transpõem o fôsso do castelo onde reina a serenidade do estudo e da pesquisa, isolam-se dos brados de guerra do regime totalitário.

25

As fôrças armadas

Indicador também do grau de totalitarização da sociedade é a extensão da politização do exército. Com efeito, a maneira de tratar as fôrças armadas não constitui pequena distinção entre os modernos regimes totalitários e as ditaduras tradicionais. No caso destas, o exército geralmente proporciona a base real de poder dêsses regimes, e retém extensamente sua autonomia de ação. A maioria dos ditadores tradicionais de nossa era, como Pilsudski, Kemal Pasha, ou mesmo Franco, não só alicerçou seu poder no exército, como na realidade chegaram êsses ditadores ao poder vindos do exército e através dêle. Nessas circunstâncias, naturalmente, o exército tende a permanecer numa posição inviolável, guardando zelosamente suas muitas prerrogativas e privilégios, e retendo uma distinta identidade política própria.

Num sistema totalitário, essa relação inverte-se de maneira impressionante. O movimento totalitário é a fonte do poder do ditador, a despeito de ocasionais transigências de conveniência com outros elementos, principalmente nos estágios preliminares de seu desenvolvimento. Tão logo o poder é tomado são feitos esforços para neutralizar as fôrças armadas e depois integrá-las na trama totalitária. Na realidade, em têrmos do tipo consumado de sistema totalitário, a meta suprema consiste em transformar as fôrças armadas em mera sucursal do partido totalitário. O exército seria então uma espécie de milícia totalitária, que apoiasse as políticas exter-

nas do regime de uma maneira muito semelhante à de que a polícia secreta totalitária sustenta as políticas nacionais.

A necessidade política, porém, cria seus próprios imperativos. Quando Hitler subiu ao poder em 1933, a situação política era tal que qualquer esfôrço imediato de limitar a influência do Reichswehr teria sido desastrosa para o Partido Nacional Socialista. O ditador compreendeu que se tinha o poder era graças, até certo ponto, à tolerância e benevolente neutralidade das fôrças armadas, e que ainda não estava em condições de escorraçar seus benfeitores. Outro fator de transcedental importância em manter temporàriamente a integridade do Reichswehr foi a luta interna pelo poder entre Hitler e Goering, por um lado, e os elementos revolucionários, mais radicais, chefiados por Roehm e suas tropas de assalto (SA) pelo outro. O programa de Roehm de integrar o exército nas SA de modo a criar finalmente uma guarda pretoriana do partido frutificou nas mãos de Hitler, mas também colaborou para a manutenção da independência do Reichswehr. Frutificou nas mãos de Hitler por induzir o exército a apoiá-lo quando as cartas foram postas na mesa. Precisamente por precisar dêsse apoio é que Hitler não pôde agir vigorosamente contra o exército da mesma forma que agira contra as outras instituições de Weimar. O ataque ao exército teve de esperar.

O exército pôde, assim, resistir, ao menos passivamente, ao processo de subjugação totalitária. As metas da política exterior nazista, ademais, postulavam a necessidade de poderosas fôrças armadas, a serem organizadas o mais depressa possível. Também isto concorria para que fôsse inconveniente ao regime de Hitler, mesmo depois de estabelecer-se firmemente no poder, atacar o exército. Isto teria produzido desajustamento e confusão óbvias, e é mais que provável que prejudicasse a capacidade de combate da nova Wehrmacht. Por outro lado, embora freqüentemente expressasse suas suspeitas quanto aos objetivos políticos internos do regime, a oficialidade não podia deixar de notar que finalmente obtinha todos os estímulos de guerra de que necessitava. As núpcias de conveniência frutificavam.

De fato, à medida que os contrôles nazistas fortaleciam-se gradualmente, tornou-se comum observar que fulano de tal havia "emigrado para o Exército", implicando claramente que pelo menos lá havia uma relativa liberdade do contrôle totalitário e que se podia, de certa forma, seguir a carreira numa base puramente profissional. Tal situação, contudo, era anômala e não podia durar dentro da estrutura de uma revolução totalitária. Mesmo antes do irrompimento da guerra em 1939, vários generais alemães destacados, como Blomberg, Beck e Fritsch, foram removidos do comando e substituídos por oficiais mais maleáveis. Ao mesmo tempo, jovens fanáticos nazistas eram introduzidos nos escalões de comando inferiores. Êste processo, naturalmente, tornou-se

mais acentuado à medida que as baixas de guerra cobraram seu tributo, ao passo que reveses e derrotas posteriores resultavam na nomeação de nazistas para postos chaves de comando.

Este processo de infiltração de elementos politicamente dedicados no exército não foi o único método usado pelos nazistas para neutralizar e, depois, integrar as fôrças armadas. O fato, contudo, é que, a despeito de todos êsses esforços, a liderança nazista nunca estava plenamente segura da lealdade de seu corpo de oficiais, e os acontecimentos de julho de 1944 provaram a correção de suas suspeitas. Por esta razão, mesmo enquanto fortalecia a Wehrmacht, a liderança política alemã entregava-se com afinco à tarefa de formar uma estrutura militar paralela que constituísse a guarda protoriana do Movimento Nacional Socialista e uma fôrça que neutralizasse o exército regular. As tropas SS (Schutzstaffeln — guardas de segurança) tornaram-se, por conseguinte, um segundo exército, independente do OKW (Alto Comando), e durante o auge de sua existência pôde jactar-se de possuir mais de 800.000 elementos de elite, compreendendo aproximadamente quarenta divisões.

O malogrado levante de 20 de julho de 1944 realçou mais ainda a posição das SS, e Himmler foi incumbido de comandar todos os Exércitos de Reserva na frente nacional. Ao mesmo tempo, um expurgo sangrento cobrava um pesado tributo ao Alto Comando do Exército, muitos membros do qual estavam implicados na revolta (230a). Tentou-se, de maneira especial, humilhar os oficiais condenados, e alguns deles foram pendurados nus em ganchos de carne. Numa tentativa de institucionalizar contrôles diretos do Partido nas fôrças armadas, Martin Bormann, o Secretário do Partido, recebeu o comando de uma rede de oficiais políticos tipo comissários, conhecidos como NSFO (National-Sozialistische Fuehrungs-Offiziere — oficiais de liderança). Sua tarefa consistia em verificar a lealdade política dos militares. O Secretário do Partido, e não os militares, foi também encarregado da tarefa de criar a Volkssturm, uma espécie de Guarda Nacional composta de jovens e velhos, para o propósito de oferecer uma resistência de última trincheira. Entretanto, êste processo de completa politização do exército veio tarde demais, pois dez meses depois a máquina militar alemã desmantelou-se sob os golpes dos Aliados.

Na Itália, como na Alemanha, após tomarem o poder, os totalitaristas tiveram de avir-se com um exército organizado e um corpo profissional de oficiais. Aqui, durante tôda a era fascista, o exército constituiu um abrigo de sentimentos realistas e uma fonte de oposição latente e finalmente ativa a Mussolini. Na verdade, a própria queda do ditador no verão de 1943 foi provocada pelos recursos combinados da côrte real e do alto comando militar. Após ser demitido como Capo del Governo pelo Rei Victor Emmanuel, Mussolini foi preso na escadaria do palácio Quirinal e levado numa ambulância militar. Êsses detalhes técnicos do golpe

são símbolo das fôrças militares que o fascismo evitara destruir.

Por ocasião da marcha sôbre Roma, o exército italiano era a única fôrça capaz de defender a ordem liberal e democrática contra o nascente poder dos fascistas. Mussolini, por isso, agiu com a máxima cautela para não ofender as fôrças armadas e aproveitou tôdas as ocasiões para enfatizar tanto sua hostilidade ao pacifismo (exemplificado por seu serviço militar e seus ferimentos) como admiração fascista pelo "Exército da Vitória". Mesmo depois da tomada do poder e da reorganização dos *squadristi* originais (guardas armados do Partido Fascista, semelhantes às SS da Alemanha) como a Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale (MVSN), os dirigentes do exército foram assegurados de que a MVSN era sòmente o monopólio que o exército tinha da farda e da espada. "Os oficiais da milícia são os chefes da revolução; os oficiais do exército são os arquitetos da máquina militar que ganhou a guerra. Mussolini não pretende utilizar o exército como instrumento político", dizia uma declaração fascista nos primeiros tempos (49).

Como no caso da Alemanha, as ambições enteriores do regime tornavam necessário um poderoso exército com um elevado moral profissional. Por esta razão o regime fascista achava inconveniente um choque frontal com os círculos militares necessários à expansão das fôrças armadas e que pareciam estar satisfeitos com o programa fascista de rápido armamento. Portanto, um *modus vivendi* tácito parece ter-se desenvolvido e, embora o Duce estivesse no comando das fôrças armadas, com o Chefe do Estado-Maior diretamente subordinado a êle desde a reorganização militar de 1926, não foi levado a efeito nenhum processo direto de politização das fôrças armadas. Na verdade, durante a rápida expansão do exército na década de trinta, embora a MVSN não estivesse integrada às unidades regulares como tropas de choque, por ocasião da guerra etiópica suas unidades foram colocadas sob o comando de oficiais do exército. Durante a II Guerra Mundial foram envidados esforços para promover jovens fascistas a postos chave, mas até o fim oficiais idosos de orientação realista continuaram, de maneira geral, a fazer parte dos quadros profissionais. O fato de os estafes de cúpula não serem membros do Partido Fascista tornou possíveis as negociações secretas entre os Altos Comandos Aliado e italiano em 1943, antes da rendição oficial da Itália. Durante um breve lapso posterior, Mussolini tentou organizar, após sua libertação espetacular pelos paraquedistas nazistas de Skorzeny, seu próprio Exército Fascista Republicano, segundo as linhas da antiga MSVN, que seria comandado por um dos poucos oficiais superiores que permaneceram fiéis ao fascismo, o Marechal Graziani. Contudo, êsses esfôrços foram as estertorações finais do fascismo.

A experiência dos fascistas italianos com as fôrças armadas, bem como a atitude ambivalente do movimento fascista

em relação à monarquia, levantam mais uma vez a importante questão de determinar se a Itália pode, legìtimamente, ser incluída como um exemplo de sistema totalitário. Por um lado, é importante observar que o movimento fascista italiano nunca conseguiu dominar e politizar plenamente as fôrças armadas. Por outro lado, agentes militares e do Partido influenciavam a política militar, promoções, etc., como foi provado no julgamento Bastrocchi. Um verdadeiro dualismo prevaleceu entre o exército e a MVSN até o irrompimento da II Guerra Mundial, o exército sendo muito menor que a MVSN, que contava com 700.000 homens. Após a deflagração da guerra, a posição do Partido deteriorou-se ràpidamente. Nenhuma organização como as Waffen-SS surgiu na Itália, mas lembre-se que a Itália sòmente "juntou-se" à guerra, tornando-se, em seu decurso, cada vez mais dependente da Alemanha. Entretanto, até 1939, o Partido e sua milícia controlaram efetivamente o exército, e nenhum golpe como o que derrubou a ditadura peronista na Argentina teria sido possível. (64h) Quando o impacto de golpes exteriores e derrotas militares tornaram claro que o fascismo estava levando a Itália à ruína, as fôrças armadas, com o conluio da monarquia, foram capazes de desfazer-se dos contrôles da liderança fascista, e assumir uma atitude efetiva do tipo que seus colegas da Alemanha não podiam tomar com êxito.

A situação na Rússia, após a tomada do poder, era muito diferente da que havia na Alemanha e na Itália. O exército czarista desintegrara-se completamente sob os impactos da guerra e da sedição interna. A revolução bolchevista foi realizada com os Guardas Vermelhos dispersos, não-equipados e mal treinados e com os marinheiros de Kronstadt. As massas de soldados meramente vagavam em direção a seus lares, atirando fora suas armas. O exército do *ancien régime* não existia mais. Mas isto, pelo menos inicialmente, não preocupou os bolchevistas. Por muitos anos o exército fôra a seus olhos o símbolo da opressão imperial, e a teoria marxista frisava com freqüência que êsse instrumento de coerção devia ser liquidado, juntamente com o Estado que protegia. Lenin, por exemplo, declarou: "Um exército permanente é um exército divorciado do povo e treinado para alvejar o povo (...) Um exército permanente não é absolutamente necessário para defender o país de um ataque do inimigo; basta uma milícia popular" (113i).

Entretanto, como no caso alemão, intervieram imperativos políticos. A Guerra Civil, as tentativas de invadir os estados bálticos e a guerra Russo-Polonesa não podiam ser levadas a efeito com a ralé. Por isso, um exército revolucionário teve de ser criado para defender a revolução contra golpes contra-revolucionários e para levar a bandeira vermelha às regiões limítrofes. Êsse exército revolucionário tinha de ter líderes, e os únicos oficiais disponíveis eram antigos comandantes czaristas. Os bolchevistas não tiveram

alternativa senão aceitá-los e entregar-lhes o comando do recém-criado Exército Vermelho de Trabalhadores e Camponeses. Trotsky, o organizador do Exército Vermelho, assim racionalizou o fato: "Da mesma forma que a indústria precisa de engenheiros, e a lavoura de agrônomos qualificados, também especialistas militares são indispensáveis à defesa" (211). Assim, aproximadamente 48.000 antigos oficiais czaristas receberam postos de comando no exército revolucionário.

O regime, entretanto, temia um golpe bonapartista e estava resolvido a evitá-lo. Uma das primeiras medidas tomadas em conexão com a admissão de antigos oficiais czaristas no nôvo exército foi decretar que comissários políticos supervisionariam as operações dos comandantes militares. Os comissários foram investidos de poder para revogar ordens e até mesmo prender os comandantes quando necessário. Sua função foi definida da seguinte maneira:

> Os comissários militares são os guardiães do vínculo estreito e inviolável entre o Exército Vermelho e o regime de trabalhadores e camponeses como um todo. Sòmente revolucionários irrepreensíveis, paladinos ardorosos do proletariado e dos pobres, devem ser nomeados para os cargos de comissários militares, aos quais está entregue o destino do Exército. (221).

Após a cessação das hostilidades, o nôvo regime soviético decidiu, inicialmente, não montar uma organização militar centralizada, e sim confiar num exército territorial tipo milícia descentralizado. Contudo. êste plano logo mostrou-se ineficiente e nos meados da década de trinta fizeram-se esforços enérgicos para formar um exército centralizado e de comando hierárquico. Já então a maioria dos oficiais czaristas havia sido afastada, e um corpo de oficiais soviéticos os havia substituído (231b). Entretanto, Stalin continuava a suspeitar do comando do exército e entre 1936/38 a maioria dos oficiais soviéticos de patente superior foi eliminada numa série de expurgos rápidos e violentos. Assim, a situação era radicalmente diferente da que ocorreu na Alemanha e na Itália.

Ao mesmo tempo que o regime se certificava de que a oficialidade era composta de elementos leais, um arcabouço institucional era formado para assegurar essa lealdade. Em sua forma atual êle combina uma rede tríplice de oficiais políticos, células do Partido e agentes da polícia secreta (19a). Os oficiais políticos, que não se chamam mais comissários, e sim *Zampolits* (abreviatura de Comandantes Adjuntos para Assuntos Políticos), operam em tôdas as unidades maiores que companhia inclusive, e são responsáveis, perante seus próprios superiores, pela lealdade política de seus homens, assim como dos oficiais. No centro da rede de oficiais políticos está a Administração Política Central das Fôrças

Armadas Soviéticas (GRUVS), que é também uma seção do Comitê Central do Partido Comunista. Os *Zampolits* desfrutam de poder consìderável, e são especialmente importantes devido às avaliações periódicas que fazem dos níveis de consciência política de oficiais e praças. A fim de estimular essa consciência, organizam constantes atividades políticas e cursos regulares de doutrinação.

As células do Partido organizam as atividades dos membros do Partido que servem nas fôrças armadas e são os centros nervosos de propaganda e agitação entre as tropas. "As organizações partidárias constituem parte orgânica do Partido Bolchevista (...) Esclareceram os homens do Exército Vermelho, consolidaram sua hierarquia, implantaram estrita disciplina entre as tropas, uniram-nas em tôrno do Partido Bolchevista e educaram-nas no espírito de abnegada devoção à Pátria e à causa do comunismo" (257). Os membros do Partido são também instados a comunicar tôdas as deficiências e reações negativas de suas células ao *zampolit*. São, da mesma forma, encarregados de organizar pequenos círculos de estudo para a leitura de literatura partidária. Organizam sessões de cinema especiais para as tropas, e dedicam suas horas de folga à doutrinação dos militares não-comunistas. As organizações do Partido proporcionam assim o apoio necessário às funções oficiais do mecanismo político no exército, e foi com satisfação que o XIX Congresso do Partido informou que 86,4 por cento dos oficiais soviéticos são membros do Partido ou do Konsomol (271p).

No caso dêsses contrôles serem ineficazes para assegurar uma aprovação positiva e entusiástica ao regime soviétitico, a polícia secreta encarrega-se da questão. Em tôdas as unidades, maiores que o regimento inclusive, operam funcionários da polícia secreta, incumbidos da tarefa geral de manter a segurança. Devem cuidar que nenhum elemento "desleal" ingresse nas fôrças armadas soviéticas, e para êsse fim trabalham em estreita colaboração com o *zampolit* e o secretário do Partido. Segundo ex-oficiais soviéticos, a polícia secreta procura ter seus próprios informantes em todos os pelotões, e durante a guerra as seções da polícia secreta do exército eram célebres entre as tropas pelo tratamento brutal e arbitrário que dispensavam aos suspeitos. O Tenente-Coronel I. Dmitriev, um ex-oficial soviético, declarou que durante tôda sua carreira militar nunca ouviu falar "de um único espião inimigo descoberto em qualquer regimento ou brigada. Entretanto, citam-se muitos casos em que as seções especiais prenderam soldados e oficiais por expressarem opiniões críticas, não raramente qualificando essas críticas como atividade hostil" (19b). As seções especiais da polícia secreta operam independentemente da autoridade dos *zampolits* e dos funcionários do Partido, estando subordinadas diretamente a seu próprio comando em Moscou.

Todos êsses contrôles têm a finalidade de evitar que as fôrças armadas desenvolvam um *esprit de corps* próprio. Ao

invés disso, elas devem permanecer como parte integrante do sistema totalitário, vivendo numa atmosfera de um campo armado cercado de inimigos. Dos sistemas totalitários analisados neste capítulo, é a organização soviética do exército a que mais se aproxima do paradigna de completa integração dos militares no movimento totalitário. Tal processo não se efetua sem obstáculos, e antigos militares soviéticos atestam os constantes conflitos e tensões gerados por êsses contrôles. É de todo duvidoso, contudo, que os obstáculos existentes à doutrinação e integração políticas sejam, por si sós, suficientes para produzir qualquer crise de vulto no contrôle totalitário das fôrças armadas, enquanto o sistema totalitário não fôr, êle mesmo, submetido a um desafio exterior de monta. Só então poderiam o descontentamento e a hostilidade latentes transformar-se em reação positiva contra o contrôle totalitário. Mesmo nessas circunstâncias, porém, se tanto a experiência nazista como a soviética durante a II Guerra Mundial têm algum significado, é duvidoso que um golpe militar tenha êxito (51a; 230b). Isto constitui, em si mesmo, uma importante diferença entre o totalitarismo e a ditadura tradicional.

26

O problema geral de resistência

Nos capítulos anteriores tratamos de grupos que conseguem oferecer alguma resistência ao domínio totalitário. A família, as igrejas, as universidades e outros estabelecimentos de ensino técnico, e as fôrças armadas — cada um dêsses grupos, em atenção à sua própria razão de ser, devem, para que possam sobreviver, resistir às exigências totalitárias. Como vimos, a ditadura totalitária procura dividir e governar da maneira mais extrema e radical: para melhores resultados, cada ser humano deve sentir-se em relação ao monólito que é a ditadura totalitária como um "átomo" isolado. Assim atomizado, o povo, com suas muitas sub-divisões naturais, torna-se a "massa", e o cidadão transforma-se num homem da massa. Êsse homem da massa, essa sombra isolada e angustiada, constitui uma completa antítese do cidadão da sociedade livre (58c).

Entretanto, os homens resistem a êsse esfôrço totalitário — não só aquêles que se acham situados nas estruturas particulares da universidade, da Igreja e das fôrças armadas, como também tôdas as espécies de indivíduos. Estudando-se, por exemplo, a composição social do levante de 20 de julho de 1944, verifica-se que nêle estavam envolvidas pessoas de todos os níveis sociais. A revolta não foi, absolutamente,

um *"putsch* de generais"; na verdade, os generais foram participantes um tanto tardios e relutantes de uma emprêsa cujos antecedentes remontavam a 1938 (174d; 169c). O mesmo é verdade, naturalmente, em relação às resistências francêsa e polonesa de 1939 a 1945, esta última tomando a forma dramática de uma verdadeira organização política subterrânea (135.2).

Explorando-se as motivações humanas que levam à resistência, verifica-se serem elas tão variadas quanto as personalidades humanas. Indignação moral, ambições frustradas, escrúpulos religiosos, vingança pessoal, fervor patriótico e antagonismo de classes são apenas alguns dos impulsos, idéias e convicções conflitantes que agem no complexo emaranhado de movimentos e atos de resistência. Dizemos "atos" porque é importante que se compreenda que grande parte da resistência consiste de atos de protesto individuais e isolados. A anciã alemã que ostensivamente faz compras em lojas de judeus no dia de boicote, o camponês polonês que ajuda a descarrilhar um trem, o comerciante francês que sai para a rua na calada da noite e escreve numa parede "Abaixo Vichy!" — êsses e muitos outros atos semelhantes constituem aquilo que se poderia chamar de resistência simbólica. Estudando-se os arquivos da Gestapo, verifica-se que evidentemente muito mais coisas dessa espécie aconteciam, e presumìvelmente ainda acontecem, do que se sabe no exterior.

Sabe-se, com certeza, que durante tôda a história soviética ocorreram tais atos simbólicos de resistência. Além disso, a ascenção da ditadura totalitária foi acompanhada por tramas e conspirações que visavam a derrubar o regime bolchevista — algumas, sem dúvida, forjadas pela polícia secreta para eliminar elementos inconvenientes (18j), mas outras provàvelmente reais. O curso da história soviética recente poderia, na realidade, ser traçado em têrmos de constantes tramas, conspirações e tentativas de derrubar o regime. Há provas irrefutáveis de que por muitos anos após a revolução continuaram a ocorrer insurreições esporádicas contra o regime comunista. Atos individuais de resistência tomavam a forma de sabotagem industrial, tentativas de frustrar as quotas de entrega compulsórias, deserção para o exterior, etc. Ex-cidadãos soviéticos têm afirmado muitas vêzes que seus pais esforçavam-se por influenciar seus filhos contra a propaganda soviética. Da mesma forma, a imprensa nos regimes satélites refere-se freqüentemente a atos de resistência individual entre estudantes e clérigos.

Óbvio está que nada disso ameaça sèriamente o poder do regime totalitário. Mas tem havido também casos de grupos maiores que se empenham em atos organizados de sabotagem. Especialmente entre a população agrícola e os operários encontramos a utilização do retardamento para combater o programa de coletivização a que os camponeses da Rússia, e ùltimamente da Europa Central, opunham-se violentamente. Houve numerosos casos de camponeses não-

coletivizados assassinarem funcionários comunistas, incendiarem edifícios do Partido e agredirem camponeses coletivizados. O próprio Stalin reconheceu a violência do período de coletivização em suas palestras com os dirigentes ocidentais durante a II Guerra Mundial. De natureza ainda mais séria foram as tentativas por parte das várias nacionalidades não-russas da URSS de afirmar sua personalidade nacional através de separatismo e soberania. Até hoje encontram-se na imprensa soviética virulentas denúncias de "burgueses-nacionalistas" nas repúblicas nacionais, e expurgos periódicos dêsses opositores são comuns na URSS (18k). Contudo, de qualquer forma essas atividades não ameaçam sèriamente a estabilidade do regime totalitário, ainda que sirvam para manter a auto-estima daqueles que delas participam, pois incorrem num risco comum.

Lembre-se, contudo, que êsse tipo de resistência nacional não constitui, pròpriamente, resistência à ditadura totalitária. Baseia-se ela no espírito de liberdade e patriotismo que foi também a motivação central dos movimentos de resistência contra os conquistadores alemães durante a II Guerra na França e outros países, como é hoje a motivação principal na Zona Soviética da Alemanha. Essa resistência, principalmente quando conta com auxílio do exterior, como foi o movimento francês depois de 1942, tem uma base psicológica inteiramente diferente da desalentada resistência ao totalitarismo que constitui nosso interêsse principal (135.2). A distinção, porém, não é muito nítida, como demonstra a história da revolta dos trabalhadores alemães em 17 de junho de 1953. Começando como uma demonstração trabalhista contra exigência exorbitantes, a revolta propagou-se como um incêndio por tôda a Zona Soviética da Alemanha, porquanto foi errôneamente interpretada como tendo ligação com o Nôvo Rumo da União Soviética. Ela não se dirigia contra a potência ocupacionista, muito embora o profundo ressentimento suscitado pelas políticas da URSS haja tido sem dúvida sua influência. A revolta visava antes a derrubar o regime comunista da Alemanha Oriental e a reorganizar a Zona Soviética segundo princípios mais democráticos (15.2). Ainda está para ser escrita a história de tôda essa genuína resistência anti-totalitária.

Existem aquêles empreendimentos mais elaborados, chamados movimentos de resistência, nos quais longos preparativos são feitos por grande número de pessoas com o propósito de derrubar e destruir a ditadura totalitária e substituí-la por um sistema mais livre. Tais movimentos são mais prováveis no comêço e no fim de uma ditadura totalitária. A longa guerra civil na Rússia, após os bolchevistas terem tomado o poder, talvez seja a maior tentativa dessa espécie. Deve-se notar, contudo, que as fôrças democráticas na Rússia viram-se, no decurso da guerra civil, entre dois fogos. Por um lado havia a ditadura bolchevista, com a flamante e sanguinária retórica de Trotsky; por outro, os reacionários De-

nikin, Wrangel e Kolchak. Êsses representantes do velho regime conseguiram manter sob seu contrôle grandes porções do império czarista, e moveram uma luta em grande escala contra o govêrno bolchevista, sediado em Petrogrado. Não foi senão em 1920, após dois anos de contínuas batalhas, que os bolchevistas conseguiram estabelecer um contrôle efetivo sôbre o antigo império, e ainda então confrontaram-se com o problema de separatismo nacional do Caúcaso (156). Contudo, um dos resultados mais lamentáveis do czarismo foi a debilidade da resistência organizada ao bolchevismo depois de êle ter se firmado no poder. Os casos de resistência mencionados foram os últimos estertores do velho sistema, mas sua herança final foi uma nova tirania.

Assim, a resistência em grande escala ao poder totalitário surge mais acendrada quando o sistema totalitário é desafiado por uma fôrça exterior bastante forte para encorajar uma resistência organizada interna. A revolta de 20 de julho ocorreu numa ocasião em que o destino do regime nazista já estava selado para todos, exceto os seguidores mais fanáticos de Hitler. Não obstante, foi uma emprêsa notável em que culminava uma série de prolongados esforços para destituir pela fôrça o regime hitlerista. A despeito do fracasso de várias tentativas anteriores, os líderes do movimento foram avante. Provinham de tôdas as classes da população, exceto os camponeses. Operários, clérigos, comerciantes, oficiais militares, funcionários públicos, professores e estudantes faziam parte da conspiração que quase teve êxito. Por um mero acaso Hitler não se feriu sèriamente, e os nazistas afogaram a tentativa em sangue. Mais de 2.000 homens e mulheres foram executados, muitas vêzes após brutais torturas e humilhações públicas (53; 240.2; 169; 39d). Mas, embora êsse tremendo esfôrço de resistência violenta contra um ditador totalitário nativo haja falhado, êle serviu, não obstante, a um importante propósito moral após a derrocada do regime. Essa finalidade espiritual, entretanto, deve ser avaliada tendo-se em mente a terrível perda de preciosa liderança democrática.

A tentativa semelhante do General Vlasov nunca alcançou o âmbito da insurreição de 20 de julho. A deserção de Vlasov das hostes stalinistas nos estágios iniciais da guerra nazi-soviética, assim como esforços locais de auxiliar os alemães em suas operações militares, puderam contar com um extenso apoio da massa no período dos êxitos alemães na guerra. Não fôsse a estupidez da liderança alemã, um movimento muito eficaz contra o regime comunista poderia ter sido estimulado (51b). De maior alcance e mais espontânea foi a resistência polonesa, considerada a mais eficaz na Europa, e que culminou na revolta de Varsóvia em 1944. Êsse movimento de resistência, embora tenha sido lançado imediatamente após a divisão da Polônia entre nazistas e soviéticos em 1939, propunha-se, inicialmente, a formar o arcabouço das instituições de um estado polonês com vistas à vitória aliada,

Contudo, à medida que as atrocidades alemãs se acumulavam, ela tomava mais e mais a forma de um estado subterrâneo que travava uma luta organizada contra o ocupante. O Diretório Civil da Resistência organizou uma vasta rêde de publicações, escolas, universidades e até mesmo polícia e tribunais subterrâneos. Êste Alto Comando do Exército Nacional dirigia, em 1944, as operações de um exército de campo de aproximadamente 300.000 homens empenhados em atividade de guerrilhas, bem como pelotões urbanos destinados a realizar sabotagens, atividades diversivas, e execuções de autoridades nazistas particularmente opressoras. Em agôsto de 1944, quando as tropas soviéticas aproximavam-se de Varsóvia, as unidades do Exército Nacional Polonês sediadas em Varsóvia — compreendendo aproximadamente 30.000 homens — tomaram a cidade após vários dias de sangrenta luta nas ruas contra a Wehrmacht e as SS que se retiravam. Entretanto, por razões políticas, o Exército Vermelho sustou seu avanço, deixando a cidade rebelada aos seus próprios recursos. Após 63 dias de resistência de casa em casa, a cidade finalmente caiu e foi arrasada por ordem de Hitler (93b; 101b; 15). Nenhum movimento realmente significativo dessa espécie cristalizou-se na Itália até os Aliados terem conquistado parte substancial do solo italiano. Os patriotas organizados para auxiliar os exércitos Aliados realizaram uma luta heróica no fim, mas essa luta travou-se em estreita cooperação com êsses exércitos (178.2).

Verifica-se que, de modo geral, a ditadura nazista suscitou muito mais resistência violenta que a soviética, não só em seus países, como também nas regiões conquistadas por êsses regimes. Sòmente em parte isto se deve a maior sofisticação dos métodos policiais da MVD e à capacidade dos comunistas, devido à sua posição ideológica, de recrutar apoio local. O programa nazista, principalmente nos países ocupados, era inteiramente negativo. Tôda a população logo se dava conta de que estava destinada a uma situação de perpétua subjugação, inferioridade e, em alguns casos, extinção completa. Os nazistas proclamavam isto abertamente, e em suas medidas subseqüentes revelaram a sinceridade de suas proclamações. As populações, com suas escolas fechadas, suas carreiras liquidadas e sua economia nacional arruinada e explorada, não tinham alternativa senão resistir. E resistiram em massa, estimuladas por atrocidades abertas. Os soviéticos, por outro lado, têm o cuidado de disfarçar inteiramente suas atrocidades (sendo o massacre secreto de Katyn apenas um exemplo), proclamam em altas vozes sua amizade pelo "povo", e dão à população certas metas positivas por que se desdobrar, como a industrialização, com todo seu cortejo de oportunidades pessoais e esperanças. A oposição política vê-se assim a braços com um amargo dilema: resistir pode provocar medidas mais violentas por parte dos soviéticos, prejudicando a economia nacional. A juventude, mesmo se

contrária ao regime, não deixa de perceber as vantagens positivas da cooperação, principalmente num plano não-político. A não-resistência logo é racionalizada da maneira mais convincente.

Por conseguinte, a resistência à tirania soviética foi mais eficiente quando havia uma base comum para tal resistência. Suas expressões mais violentas, portanto, ocorreram em escala nacional quando as comunidades locais convenceram-se de estar sendo destruídas pelos ocupantes soviéticos, por russos que se reuniam em novas cidades. Igualmente, nas nações cativas, a resistência aberta, a sobotagem, e as guerrilhas decresceram quando terminou o período de franca pilhagem soviética, por volta de 1946/47, e foram desenvolvidos métodos mais refinados de "integração" política e econômica. Ao mesmo tempo, as populações percebiam forçosamente os tremendos esforços para a construção de fábricas, a reconstrução de Varsóvia, que os poloneses consideravam um santuário nacional, os projetos por vêzes fantásticos para um futuro glorioso, a ser alcançado com esforços ingentes. Tudo isto são armas potentes no arsenal comunista para o enfraquecimento da resistência política (*).

Depreende-se de tôdas essas experiências que as *chances* de vitória de um tentativa de derrubar um regime totalitário são realmente pequenas. O único caso importante de derrubada de um regime totalitário em formação é o da Argentina. Isto, contudo, deveu-se ao fato de o regime não ter sido capaz, por muitas razões complexas, de desenvolver um contrôle totalitário eficaz das fôrças armadas.

Muitos estrangeiros têm sido injustos em exigir, e levianos em esperar, o crescimento de movimentos de resistência em sistemas totalitários mais desenvolvidos. Na década de trinta, era comum que um dos autores dêste livro ouvisse a pergunta: "Por que algum alemão não mata Hitler?" — ao que êle geralmente respondia: "Por que você não o faz?". É extremamente difícil organizar uma oposição eficaz a uma ditadura totalitária, justamente por ser ela totalitária. Seu contrôle total de todos os meios de comunicação em massa, e outros (correios, telégrafos, telefones, etc.); seu monopólio completo de tôdas as armas (salvo na medida em que as fôrças armadas conseguem algum grau de contrôle indepen-

(*) Não obstante, o próprio regime admitiu finalmente, em 1956, que a resistência anti-comunista foi muito forte na Polônia, declarando que "inimigos do povo" mataram cêrca de 30.000 de seus defensores entre 1945 e 1956. Êste livro já estava no prelo quando ocorreu, em 1956, o levante de Poznan. Começando como uma demonstração trabalhista (de forma bastante semelhante à revolta de Berlim em 1953), o levante transformou-se num verdadeiro ataque à ditadura comunista, embora não tivesse sido, provàvelmente, planejado de antemão. Foram atacadas a sede do Partido, a prisão e as estações de rádio, e o edifício da polícia secreta foi metralhado. Centenas de pessoas morreram ou ficaram feridas. Essa insurreição demonstra mais uma vez tanto a ineficácia quanto a tenacidade da resistência anti-comunista entre as massas.

dente); e, finalmente, a oniabrangente vigilância da polícia secreta, que utiliza todos os meios concebíveis da moderna tecnologia, como gravadores ocultos, bem como os métodos mais antigos de *agents provocateurs,* etc., — êsses e outros aspectos correlatos do totalitarismo tornam quaisquer tentativas de organização de grande número de pessoas para oposição e resistência eficazes pràticamente inúteis. Tem-se criticado um homem como Goerdeler por sua tolice em preparar listas de pessoas e formular programas escritos para ação antes e depois da derrubada do regime. Essas críticas não deixam de ser procedentes, mas o que aquêles que o criticam não fazem é mostrar de que forma organizariam qualquer grupo extenso de pessoas sem nem mesmo êsses artifícios rudimentares para comunicação eficaz. O que os críticos realmente dizem é que nenhum movimento de resistência tem qualquer perspectiva razoável de êxito e que, portanto, quem dêle participa não tem juízo. A única resposta cabível é a que Berthold Schenk Graf von Staufenberg deu a sua mulher seis dias antes do atentado contra Hitler: "O mais terrível é saber que isto não pode ter êxito e que, apesar disso, tem de ser feito por nosso país e por nossos filhos" (107c). Se fôr verdade, e acreditamos que é, que nenhuma tentativa de resistência tem probabilidade de êxito, então nenhum estrangeiro tem o direito de assumir uma atitude de virtuosa indignação pelo fato de aquêles que vivem numa ditadura totalitária não oporem tal resistência. Uma das regras cruciais de tôda ética sensata, regra enfatizada por um moralista do rigor de Emanuel Kant, é a de que ninguém está obrigado a fazer aquilo que ultrapassa sua capacidade (*ultra posse nemo obligatur*). Nesse ponto tem início a vontade de tornar-se mártir por uma causa, e isto está sempre "além da obrigação do dever" (12.2).

Na América livre, ninguém se anima a discordar do *direito* à resistência a uma tirania totalitária, ainda que a resistência a um govêrno estabelecido difìcilmente seja vista com tolerância quando dirigida contra o govêrno americano. Os americanos inclinam-se a fazer suas as palavras de Lincoln, dizendo que não há remédio quando em lugar de votos usam-se balas (*). Entretanto, contra a violência totalitária, a resistência parece-lhes não só permitida, como moralmente necessária. Esquece-se freqüentemente que o direito à resistência tem sido motivo de atenção de pensadores políticos durante séculos, e que o pêso da doutrina religiosa tem recaido contra êsse direito, embora algumas exceções hajam sido permitidas. De modo geral, entretanto, a resistência passiva é quase tudo que permitem as noções de moral católicas e protestantes. De resto, os sofrimentos impostos pelo abuso de poderes governamentais devem ser suportados como um flagelo de que Deus se serve para punir uma humanidade

(*) N. do T. — Há aqui um jôgo de palavras, intraduzível, entre "ballots" (votos) e "bullets" (balas).

pecadora. Contudo, a insistência das igrejas em que o povo, mesmo que obedeça a regimes totalitários, não deve aceitar os valores totalitários, coloca as igrejas em oposição a êsses regimes. Por isso, não surpreende que grande parte do ímpeto no sentido de se organizar uma resistência eficaz haja se originado em círculos religiosos. Geralmente a resistência tem sido conseqüência de uma profunda luta interna, uma verdadeira "revolução de consciência". Essa luta tem alcançado maior intensidade onde se pretendia o assassínio real de um líder totalitário (12b; 17e). Quando êsse lado do problema recebe a devida atenção, parece de todo absurda qualquer exigência por parte de pessoas que vivem em liberdade e segurança de que aquêles que se acham sujeitos ao totalitarismo ergam-se e derrubem seus opressores.

VII — CONCLUSÃO

27

Os estágios de desenvolvimento e o futuro da ditadura totalitária

Grande parte do estudo que empreendemos deixa implícitas algumas noções sôbre a existência de estágios ou fases da ditadura totalitária. De vez em quando fizemos referências explícitas a êles. Logo de início opinamos que a ditadura totalitária não surge em conseqüência de uma "tomada do poder", como se supõe geralmente na literatura a respeito do assunto. O que é tomado é o contrôle do govêrno existente, comumente chamado de Estado, e em seguida é organizada uma ditadura para pôr em prática a ideologia do movimento que "tomou o poder". Mas a transformação total da sociedade existente exigida por essa ideologia logo se confronta com formidáveis obstáculos. A série de situações críticas assim criadas dão origem à rápida expansão do poder, e à radicalização totalitária dos meios de contrôle; durante êsse processo surge a ditadura totalitária.

Em vista dêsse aparecimento gradual dos aspectos totalitários dessas ditaduras, é evidente que êsses sistemas totalitários resultaram de atos intencionais (81). Aconteceu que o caráter total da ideologia levou a uma apreciação obscura das dificuldades, e a uma correspondente aceitação ideológica da fôrça e da violência. A aceitação da violência trouxe também em seu bôjo a aceitação da fraude e, especialmente, da fraude propagandística em grande escala, como uma forma mais particular de violência, ou aquela perpetrada contra o espírito e o sentimento. Entretanto, a fôrça, a fraude e a violência sempre foram aspectos do govêrno organizado, e não constituem, por si sós, o funcionamento característico totalitário. Definimos êsse funcionamento em têrmos de uma síndrome de aspectos interrelacionados ou característicos padrões, cujo aparecimento indica a consumação da evolução totalitária. É fácil identificar êsses aspectos, uma vez tenham surgido inteiramente: Itália, Alemanha e Rússia já haviam surgido como ditaduras totalitárias em 1936; a China e um número considerável de satélites transformaram-se nos anos de após-guerra. Tôdas elas mostram os seis aspectos que identificamos como característicos: uma ideologia total, um único partido de massa, uma polícia secreta terrorista, um monopólio de comunicações em massa, um monopólio de armas e uma economia centralizada.

A queda de duas dessas ditaduras totalitárias ocorreu em conseqüência de guerra e invasão estrangeira. Se estudarmos essas guerras, veremos que foram a conseqüência natural das ideologias dessas ditaduras particulares. Pode-se demonstrar que as próprias ideologias, que glorificavam a violência, foram, pelo menos em parte, responsáveis pelos graves êrros de apreciação que lançaram a liderança em sua beligerância. Outras dificuldades contribuiram para a derrota; algumas delas relacionam-se também com defeitos ideológicos e não-ideológicos dêsses regimes. Particularmente, a concentração de todo o poder nas mãos de um só homem, quando combinada com a ausência de qualquer espécie de avaliação crítica contínua das operações governamentais, aumentou, enormemente a probabilidade de julgamentos errôneos com resultados fatídicos.

Entretanto, o fim dêsses regimes particulares, ligados como foram a alguns aspectos específicos de suas ideologias, não nos deve levar a supor que o totalitarismo esteja a caminho do fim. Não é necessário irmos tão longe quanto George Orwell, que vê em 1984 o mundo dividido entre três grupos belicosos de totalitaristas, para avaliarmos as qualidades possìvelmente duráveis da ditadura totalitária. Particularmente, as incursões do totalitarismo no Oriente, onde formas despóticas de govêrno têm sido a regra durante milhares de anos, impedem qualquer julgamento apressado da falta de capacidade de sobrevivência dos totalitaristas. Observamos, no princípio, que regimes autocráticos têm freqüentemente durado séculos, mesmo quando sua opressão tornava-se cada vez mais pronunciada. Portanto, a simples maturação da autocracia totalitária em padrões regulares de violência organizada não prenuncia necessàriamente sua destruição; muito pelo contrário. Por isso, uma vez que o fim da ditadura totalitária é pura questão especulativa, a que podemos voltar no final, iniciemos tratando de seu começo.

Como observamos e indicamos em vários pontos de nosso estudo, a ditadura totalitária, conforme a entendemos, surge algum tempo após a tomada do poder pelos dirigentes do movimento organizado em apoio à ideologia. A seqüência típica, portanto, é ideologia — movimento — partido — govêrno. O momento em que surge a ditadura totalitária pode ser razoàvelmente fixado e delimitado. É aquêle momento em que a liderança se vê obrigada a empregar violência aberta sem disfarces legais para manter-se, principalmente contra oposição interna causada por dissenções ideológicas provenientes das próprias fileiras do movimento. Na União Soviética, êsse momento é demarcado pela liquidação, por parte de Stalin, de seus antigos colegas de liderança e, sobretudo, por sua histórica luta contra Trotsky. Na Alemanha nazista, a sangrenta supressão hitlerista de Roehm e de seus correligionários representa essa "arremetida" totalitária. Na Itália de Mussolini, o assassinato de Matteotti e suas conseqüências constitui um sinal da transformação, e o ataque à

Etiópia outro. Na China, o govêrno totalitário parece ter surgido já inteiramente formado, isto porque uma espécie de govêrno ditatorial já existia durante um tempo considerável antes de os comunistas estabelecerem seu contrôle sôbre tôda a China, ou seja, naquelas províncias que haviam tomado e desenvolvido durante sua guerra contra o Japão. Entretanto, mesmo na China, a verdadeira maturação totalitária pode ser fixada no momento em que ocorreu o expurgo de quaisquer competidores potenciais ao absoluto contrôle ditatorial de Moa Tse-tung.

Também nos satélites soviéticos no Leste Europeu encontramos um padrão definido, culminando seu desenvolvimento na arremetida totalitária algum tempo depois da tomada do poder pelos comunistas. Contudo, alguns poderão alegar que nesses regimes o estabelecimento de uma ditadura totalitária estivesse decidida *a priori*. Disso não temos certeza, e há indícios de que pelo menos as lideranças locais nutriam algumas ilusões, expressas em idéias vagas sôbre a forma mais democrática que os regimes comunistas tomariam na Polônia, na Tchecoslováquia e na Hungria. É provável, porém, que os dirigentes soviéticos tivessem planos definidos para o estruturamento da sociedade concebida à sua própria imagem transformar-se naquilo que chamam "democracia do povo", e nós "ditadura totalitária". Essa inferência é apoiada, pelo menos em parte, pelo notável paralelismo no desenvolvimento de todos êsses regimes. Por outro lado, vozes altamente autorizadas da União Soviética manifestaram-se de modo a fazer crer que a própria liderança soviética estava insegura, e só se dispôs a "atravessar o Rubicão" no sentido de uma ofensiva totalitária por motivos de necessidade posicional. Assim, lemos num artigo de E. S. Varga que "A ordem social dêsses Estados difere da de todos os Estados até hoje conhecidos. É algo completamente nôvo na história da humanidade" (266). A. Leontiev, por sua vez, chega a afirmar que nem Marx nem Lenin previram ou poderiam prever essa forma de Estado, uma vez que êsses regimes foram organizados em resposta a uma situação histórica específica e nova (269b). Mas, propositalmente ou não, também no caso dos satélites europeus os aspectos totalitários não surgiram imediatamente após a tomada do poder, mas algum tempo depois, e sempre ligados ao expurgo de elementos dissidentes de suas próprias fileiras, presumìvelmente homens que haviam pôsto em dúvida a necessidade de organizarem um regime à imagem da União Soviética.

Num estudo recente (129; 187) foi possível mostrar que nos satélites o desenvolvimento da ditadura totalitária seguiu um padrão definido. A centelha que acionou o mecanismo totalitário foi a cisão entre Tito e o Cominforn. Essa cisão pôs em relêvo, como nas situações correspondentes em sistemas totalitários mais antigos, os perigos inerentes à sobrevivência de centros potenciais de dissenção do movimento comunista de contrôle soviético. Acarretou a dominação total das

diversas sociedades pelos partidos comunistas dirigidos pela Rússia, exceção feita, naturalmente, à Iugoslávia, onde possibilitou ao grupo anti-soviético do Partido Comunista estabelecer seu predomínio totalitário (59i).

Investigando-se como foram condicionadas essas metamorfoses totalitárias, encontram-se dois estágios antecedentes nesses regimes. No primeiro, o movimento totalitário conquistou uma posição chave dentro de um ambiente político ainda não-totalitário. Em seguida, formou coalizões com outros partidos para organizar um govêrno. Sustentou-se que isto representava uma forma de democracia nova e diferente da que existia na URSS, e que sua missão política consistia em liquidar a velha classe dirigente, e tomar o contrôle dos principais instrumentos do poder: os movimentos de resistência, os sindicatos e outras associações, as fôrças armadas, a reforma agrária e a socialização, e os principais ministérios, como os do Interior, da Justiça, das Comunicações e da Educação, o que proporcionaria o contrôle da polícia e do judiciário, assim como da comunicação em massa e da propaganda. É evidente que essa norma corresponde aos aspectos característicos de uma ditadura totalitária, como mostrou nossa análise. Por isso, não surpreende absolutamente que no segundo estágio o govêrno esteja definitivamente formado à imagem da ditadura totalitária. Por isso, a alegação de que êsses regimes eram novos e diferentes foi abandonada, proclamado seu parentesco com a URSS como modêlo para a construção da sociedade comunista, e prontamente reconhecida sua dependência de apoio político e militar soviético. Durante essa fase destruiu-se a oposição e os dissidentes foram expurgados das coalizões do Partido. Os líderes oposicionistas figuram ou foram liquidados, enquanto seus partidos eram reduzidos à impotência ou dissolvidos. Durante êsse processo a própria União Soviética gradualmente mudou sua posição, de moderação e tolerância para estrito contrôle e intransigência, preparando o terreno para o contrôle total no momento da metamorfose.

Nossa intenção ao delinear êsses acontecimentos recentes nos países satélites é estabelecer um certo paralelo entre êles e a evolução da ditadura totalitária nos países em que ela alcançou maior plenitude. Pois, sem traçar linhas muito acentuadas, encontramos a coalizão com partidos não-totalitários na Itália e na Alemanha, a transigência com grupos residuais de burgueses e camponeses "ricos" na Rússia, bem como os "acôrdos" de Hitler e Mussolini com o "alto comércio", com as igrejas, e assim por diante, além de uma ênfase insistente nos aspectos democráticos do nôvo regime. Se os estudos posteriores sôbre os satélites salientavam que sua "estrada para o socialismo" era mais fácil do que fôra a da União Soviética, existia um elemento de verdade nessa afirmativa, pois a falta de um "modêlo" fôra realmente um aspecto notável do desenvolvimento da ditadura totalitária na União Soviética, como frisamos no começo. A falta de tal

modêlo não pode ser alegada com o mesmo direito no caso dos fascistas e nazistas; pois, embora suas doutrinas rejeitassem inteiramente a União Soviética, há muitas provas de que seguiram seu exemplo em vários aspectos vitais do sistema totalitário. Os fascistas seguiram modelos essencialmente soviéticos ao instituir a polícia secreta, o monopólio de propaganda, a transformação da educação, a organização da juventude e do planejamento central, e ao desenvolver a técnica de uma máquina partidária rìgidamente hierárquica. Até onde isto foi questão de imitação consciente não parece ser muito importante, visto que êsses aspectos são inerentes à dinâmica do movimento totalitário. Contudo, talvez seja interessante traçar o histórico dessa fase através de seus componentes característicos, principalmente a ideologia, o partido e a política secreta. Constituirá êsse esbôço um sumário do que foi estudado mais minuciosamente nos capítulos precedentes.

Vimos, ao estudar a ideologia, que a reforma radical exigida por uma ideologia totalitária ocasiona, necessàriamente, ajustamentos e adaptações à realidade e às suas necessidades circunstanciais quando se tenta pôr em prática tal ideologia. A êsse respeito os revolucionários totalitários não estão em situação diferente daquela em que estiveram outros revolucionários anteriores. Na revolução francesa, especialmente, violentas controvérsias quanto ao "significado" ideológico da revolução levaram ao *terreur*. Entretanto, como faltava à ideologia aquêle ingrediente pseudo-científico que possibilitou aos totalitaristas comunistas e fascistas referirem-se com insistência à "inexorabilidade da dialética" (Stalin) e ao "frio raciocínio" (Hitler), ela não se transformou em ideologia totalitária. Estejam seus expoentes convencidos ou meramente fingindo, a ideologia totalitária requer seja mantida mesmo enquanto estiver sendo "corrompida". É nesse ponto, quando se evidenciam as contradições íntimas da ideologia totalitária, que ocorre a metamorfose para o totalitarismo. Pois, uma vez que já não existe possibilidade de manter a ideologia em fundamentos lógicos, é preciso lançar mão da violência total para sustentá-la.

No desenvolvimento do partido, que está estreitamente relacionado com essa evolução ideológica, ocorre um processo análogo. No movimento original, quando o partido luta pelo êxito contra um ambiente hostil, tôda a autoridade do chefe, ou grande parte dela emana do genuíno companheirismo que liga os participantes efetivos. Após a tomada do poder essa relação continua a subsistir, mas ràpidamente burocratiza-se, devido à nova situação que obriga a liderança a enfrentar as imensas tarefas de um govêrno que aspira a reformar e reconstruir totalmente a sociedade. Não só o govêrno, como também o partido, transformam-se numa hierarquia cada vez mais formalizada. Como sempre sucede, o *apparat* adquire personalidade própria e opera segundo as leis inerentes à

burocracia em grande escala. No momento da metamorfose, expurgos de antigos "camaradas" revelam que o direito de filiação ao partido já não é mais determinado por "participação" num movimento, e sim por submissão a decisões autocráticas.

A par do desenvolvimento do partido ocorre o da polícia secreta. Para que o sistema policial se torne o instrumento de terror total que é num sistema totalitário, deve adquirir o necessário conhecimento de seu material humano, as vítimas potenciais de sua atividade terroristica. Há que identificar centros de possível oposição, desenvolver técnicas de espionagem e contra-espionagem, e submeter a contrôle tribunais e processos judiciais de um passado não-totalitário. A experiência e a observação mostram que o tempo necessário a essas tarefas varia. Na União Soviética, a polícia secreta czarista constituiu um ponto de partida e, por isso, os soviéticos não precisaram de muito tempo para fazer funcionar sua Cheka. A arraigada tradição liberal na Itália só permitiu que os fascistas organizassem sua polícia secreta efetivamente em 1926, e foram precisos mais dois anos para que ela realmente "tomasse conta" da situação. Os nazistas, embora ansiosos por apertarem as tenazes depressa, só completaram seu sistema de polícia secreta bem depois do Expurgo Sangrento de 1934, quando Himmler surgiu como a figura de proa na manipulação dêsse essencial componente totalitário.

É quando ocorre a metamorfose para o totalitarismo que o planejamento total da economia se impõe, pois então a vida social da sociedade desorganizou-se de tal maneira, que sòmente uma direção central poderá corrigí-la. Em certo sentido, êsse planejamento total é o sinal da culminação do processo. Na Rússia soviética isto ocorreu em 1928, na Alemanha nazista em 1936, ao passo que na Itália chega com a instituição do organismo corporativista em 1934 (ainda que houvesse sido anunciado com alarde em 1930), embora talvez a guerra etiópica tenha sido ainda mais decisiva. Não nos interessa aqui o objetivo dêsse esfôrço de planejamento; êle variará de significado em proporção inversa à autonomia econômica de cada país. O ponto crucial é que êsse planejamento total impõe-se como a conseqüência inevitável da evolução totalitária no campo econômico. Por isso, não é surpreendente que hajam brotado planos em tôda a região satélite, e que até mesmo a China Vermelha tenha realizado seu "plano", anunciado em 1952 e iniciado em 1953, muito embora vários elementos essenciais ao planejamento faltem naquele imenso e desorganizado país, onde, na realidade, não existe nem mesmo a base estatística para o planejamento.

Se olharmos em conjunto êsses vários fatôres ou determinantes, notaremos que, a grosso modo, a metamorfose ocorre algum tempo após a tomada do poder, dependendo das diversas condições, tanto favoráveis como desfavoráveis. O que se pode adiantar sôbre a projeção das ditaduras totali-

tárias no futuro? Excluímos aqui os problemas levantados pela possibilidade de um conflito mundial entre regimes totalitários e não-totalitários; tal guerra, conquanto possível, é demasiado aleatória em suas implicações políticas e militares para permitir reflexões razoáveis. Entretanto, a evolução interna das ditaduras totalitárias, admitindo-se que haja alguma espécie de coexistência pacífica, dão margem a algumas previsões baseadas na experiência histórica.

Uma possibilidade deve ser posta de lado, exceção feita aos satélites: a derrubada dêsses regimes por ação revolucionária interna. Tôda nossa análise do totalitarismo indica a improbabilidade de tal "revolução" vir a acontecer, quanto mais ter êxito (59j). A história da resistência nos diversos regimes totalitários que sucumbiram reforça essa conclusão. Quando às técnicas características de uma polícia terrorista e da propaganda em massa são acrescentadas ao monopólio de armas de que desfrutam todos os governos modernos, a perspectiva de êxito de tal deposição revolucionária torna-se pràticamente nula. Isto talvez seja verdade, mesmo que se duvide de que "ainda que a oposição fôsse reprimida com menos violência, o povo dos países totalitários, não importa suas más condições de vida ou sua insatisfação, não desejaria empenhar-se em qualquer luta em grande escala. As pessoas parecem sentir que desordem, caos e destruição só fariam piorar as coisas" (59k). A dúvida é suscitada pelos acontecimentos de 17 de junho de 1953 na Zona Soviética de Ocupação (República Democrática Alemã) e pelos de junho de 1956 na província polonesa de Poznan. Entretanto, o desalentador fracasso dessas inssurreições confirma, infelizmente, a conclusão de que não é provável que uma revolução tenha êxito, mesmo que iniciada.

Qual será, então, o sentido do desenvolvimento totalitário? Tomando-se como referência o sentido passado da evolução, o mais provável é que as ditaduras totalitárias continuem a se tornar mais totais, ainda que o índice de intensificação possa diminuir. Essa opinião é posta em questão por aquêles que esperam que as necessidades da organização totalitária se satisfaçam, levando a uma forma de regime autocrático menos violenta (142g). A êsse respeito, argumenta-se que as necessidades tecnológicas de uma civilização industrial em progresso desempenharão também um papel decisivo. Há aqui a possibilidade de um conflito inerente entre a industrialização e a ditadura totalitária, através da ascenção de uma classe de gerentes e técnicos que, aliados aos militares, desejarem renunciar ao partido e à ideologia e, assim, pôr fim à ditadura totalitária. Isto é possível, mas pouco provável. É de duvidar que tais gerentes e técnicos tenham qualquer concepção imaginável do fundamento em que se firmaria a legitimidade e, portanto, a autoridade, de seu poder (240.3).

Um aspecto do provável rumo futuro que pode ser predito com alguma certeza refere-se à polícia exterior totalitária. No passado, quando tensões e ruínas parciais aumentavam em sistemas autocráticos, o emprêgo de violência também aumentava para resolver essas tensões. Como parte dessa norma geral, as organizações autocráticas tenderam a recorrer à agressão violenta como meio de solucionar suas dificuldades. Nos regimes totalitários parece que a ideologia desempenha um papel mais importante a êsse respeito. No caso do regime nazista, uma das decisões iniciais após a tomada do poder foi a de ligar a economia nacional a uma preparação bélica em grande escala. Acontecimentos internos, bem como o poderio real, eram extensamente ignorados pelo ditador. No caso da União Soviética, não há dúvidas de que seus dirigentes têm-se inclinado a enfatizar um relaxamento internacional em épocas de dificuldades internas. Isto foi tão verdade no tempo da "Frente Popular" quanto o é na era do "espírito de Genebra". Ao mesmo tempo, entretanto, a doutrina da luta de classes pode ser utilizada para desenvolver uma beligerância agressiva em populações cativas em todo o mundo. O regime soviético, mantendo um falso sentido de identidade com essas populações, pode instigar suas tentativas revolucionárias e explorá-las politicamente.

O grau de participação soviética direta nessas "revoluções" é variável. Em algumas áreas, como na Europa, por exemplo, tais inssurreições na verdade foram criadas por exércitos soviéticos; em outras, como na Ásia, os comunistas simplesmente exploraram e canalizaram uma situação explosiva. Quando o poderio militar norte-americano bloqueou um maior avanço soviético na Europa, Stalin, em resposta, intensificou a totalitarização das nações cativas, e encorajou os comunistas chineses em suas atividades revolucionárias. Parece provável que no futuro os comunistas chineses continuem, como os soviéticos, a encorajar movimentos revolucionários na Ásia e a lhes dar apoio ideológico e institucional. A União Soviética, principalmente porque o "espírito de Genebra" limita formalmente as oportunidades de ação direta, continuará a tentar explorar o atual relaxamento para minar as barreiras militares que lhe são opostas na Europa e a mobilizar a vaga simpatia pela URSS que existe em certos círculos intelectuais europeus (*). Não há dúvida também de que áreas de conflito e intranqüilidade no Oriente Médio proporcionarão à URSS amplas oportunidades de manobras políticas acionarem uma cadeia revolucionária de acontecimentos. E tudo isto será realizado sem colisão direta com o ainda preponderante poderio militar norte-americano, enquanto que no setor nacional serão envidados esforços enérgicos para resolver o problema agrícola e outros correlatos.

Temos então, como observamos, que os regimes nazista e fascista, arrastados para uma política belicosa, na forma

(*) Vd. R. Aron, *L'Opium des Intellectuels*.

tradicional, pela cegueira ideológica de seus dirigentes, comprometeram-se de antemão a um conflito aberto cujo resultado era mais que duvidoso. Excetuando-se algumas poucas áreas, como a Áustria, suas oportunidades de criar inssurreições revolucionárias que pudessem explorar eram limitadas. Os comunistas, lançando uma vasta revolução social e econômica em seu país, podem combinar essas medidas democráticas com uma expansão exterior, sem recorrer à guerra. Por isso, é pouco provável que movam uma campanha de agressão aberta e de vulto, devido a dificuldades internas. Aceitam tais dificuldades como parte do processo revolucionário. Seu refinado, mas por vêzes brutal sistema de contrôles, sela de antemão o destino de qualquer resistência (Vd. Capítulo 25). Contudo, a possibilidade de guerra aberta aumentará à medida que os comunistas aumentem sua preponderância militar.

Parece mais duvidosa a possibilidade de prever o rumo provável da evolução totalitária em têrmos da evolução anterior. Preferimos a simples comporação de tendências recentes, e a estimativa de potenciais mais amplos em têrmos de observação de longo alcance de regimes autocráticos durante tôda a história (59l). Considerada nesses têrmos, a perspectiva da ditadura totalitária parece vaga. Pondo de lado a possibilidade de liquidação pela guerra, é concebível que pudesse ocorrer transformação interna. "É possível — disse um categorizado observador — que a 'onda' de totalitarismo haja alcançado seu ponto mais alto. E é bem possível que num futuro não muito distante ela comece a regredir" (59m). Talvez. Mas se êsse totalitarismo desaparecesse, outros poderiam surgir para ocupar seu lugar, devido às condições endêmicas que lhe deram origem. A ditadura totalitária, uma nova forma de autocracia, mais contrária à dignidade humana que as autocracias do passado, parece ser uma forma de govêrno altamente dinâmica, mas ainda em processo evolutivo. Resta ver se a longo prazo ela se mostrará uma forma viável de organização social e política. Não obstante, grandes porções da humanidade podem ter de passar por seu cadinho antes de estarem prontas, se sobreviverem à prova, para formas mais complexas de organização política.

Breves Notas Bibliográficas

Qualquer estudo do totalitarismo deve envolver extensas pesquisas originais. Nos últimos anos, felizmente, registraram-se intensos esforços para dar à publicidade os dados de que se dispõe, e as obras que citamos representam apenas algumas das tentativas mais sérias de investigação dos problemas de que trata nosso livro. Contudo, muita pesquisa original ainda está para ser feita, e o estudioso do totalitarismo verificará ser extremamente compensador explorar algumas das fontes originais disponíveis, das quais citaremos algumas: os processos e provas documentais dos Julgamentos de Crimes de Guerra de Nuremberg, que constituem copiosa fonte de informações sôbre o sistema nazista; fàcilmente encontradiços e inteiramente classificados, são indispensáveis a quem desejar empreender uma análise do sistema nazista. Da mesma forma, materiais como *Hitler's Secret Conversations* ou *The Goebbels Diaries* lançam muita luz sôbre o pensamento das figuras nazistas mais importantes. *Voelkischer Beobachter, der Stuermer,* ou ainda *das Schwarze Korps* e outras publicações nazistas (cada instituição importante tinha a sua), são pràticamente indispensáveis a esse tipo de pesquisa. Também no caso da URSS, a imprensa, tanto nacional quanto local, é de extrema utilidade para a investigação de problemas passados e atuais. Assim, *Partiinaia zhizn,* o órgão oficial do Partido, reflete muitos dos problemas atuais enfrentados pela liderança, *Kommunist* dá o sabor ideológico, *Voprosy ekonomiki* estuda assuntos econômicos, *Vedomosti Verkhovnogo Sovieta SSSR* publica textos de decretos oficiais, etc., não se falando do *Pravda* e do *Izvestia,* que fazem a cobertura quotidiana. A lista de publicações disponíveis chega a muitas dezenas. Congressos e conferências do Partido, reunidos em volumosos relatórios estenográficos, são de valor inestimável para pesquisas a respeito do Partido, do Estado e da economia. Essas listas poderiam ser ampliadas *ad infinitum,* mas cremos que as fontes acima bastam como guia preliminar para um estudioso disposto a efetuar uma pesquisa séria do problema.

Êsse estudo será muito ajudado, naturalmente, por análises já empreendidas, cujo numero está crescendo ràpidamente. Contudo, pouquíssimas delas tentaram uma síntese ampla do problema em têrmos da reconhecida singularidade das experiências nazi-fascista e comunista. Isto foi tentado com inteligência por S. Neumann em

sua obra *Permanent Revolution* (1942), que merece um exame detido por parte do estudioso do totalitarismo. Em seu livro Neumann propõe-se a investigar o elemento de ligação de sistemas tão diversos quanto são o nazista e o soviético, e encontra-o na revolução permanente. Tentativa mais recente é a representada por *Totalitarianism* (1954), volume organizado por C. J. Friedrich e que compreende uma série de ensaios apresentados numa conferência da Academia americana de Artes e Ciências em março de 1953; entre seus colaboradores contam-se H. Arendt, R. Bauer, C. J. Friedrich, A. Inkeles, G. Kennan, H. D. Lasswell e outros, que procuram apreciar o problema do totalitarismo em sua totalidade. No que se refere a obras teóricas de caráter mais geral sôbre a ascenção do totalitarismo, deve-se mencionar o estimulante volume de H. Arendt intitulado *The Origins of Totalitarianism* (1951), bem como *Totalitarian Democracy* (1952), de J. Talmon, muito erudito, ainda que controverso. Ambos tentam descobrir o significado do totalitarismo em têrmos de certas tradições intelectuais da cultura ocidental.

Há outros livros que tratam de sistemas totalitários específicos, tanto do ponto de vista institucional-teórico, como do teórico. O tratamento dado por M. Fainsod, em *How Russia is Ruled* (1953), aos contrôles do Partido nas instituições soviéticas é o melhor estudo do totalitarismo soviético em ação. *Soviet Politics — The Dilemma of Power* (1950), de B. Moore, é uma análise profunda e bem documentada das relações entre a teoria e a prática no desenvolvimento do sistema soviético. Um outro livro de Moore, *Terror and Progress — URSS*, publicado em 1954, constitui um modêlo de especulações de tendências do desenvolvimento político. *The Soviet Regime* (1954), W. Kulsk, uma coleção enciclopédica de dados básicos, lança luz sôbre quase todos os aspectos da vida no regime soviético. *Political Power in the URSS* (1948), de J. Towster, oferece informações úteis sôbre o desenvolvimento institucional da URSS, ao passo que *Permanent Purge — Politics in Soviet Totalitarianism* (1956), de Z. K. Brzezinski, analisa o processo político no totalitarismo, da forma como se manifesta nos expurgos do partido. No que se refere aos aspectos históricos da URSS poder-se-ia indicar a obra monumental, ainda que um tanto doutrinária, *The Bolshevik Revolution*, de E. Carr; faça-se também menção a *The Formation of the Soviet Union* (1954), de R. Pipes, que trata principalmente da absorção soviética de regiões centrais da Ásia e do Cáucaso, assim como *The Great Retreat* (1946), de N. S. Timasheff, escrito sob o impacto de transigências de guerra na política soviética. Quanto a estudos biográficos que tratem do funcionamento da ditadura totalitária, procure-se os volumes de I. Deutscher e B. Souvarine, ambos intitulados *Stalin* (publicados em 1949 e 1939, respectivamente), assim como a obra de B. Wolfe (vd. abaixo). Os estudantes de assuntos soviéticos dispõem também, em seu favor, de diversos periódicos especializados, dedicados quase exclusivamente ao estudo do comunismo. Dentre êstes, são importantes *Problems of Communism, The American Slavic and East European Review* e *Russian Review*, além de *The Current Digest of the Soviet Press*, uma excelente fonte de material soviético.

O sistema nazista é estudado de maneira relativamente completa em F. Neumann, *Behemoth* (1942), embora esta análise seja prejudicada pelo preconceito marxista do autor. *The Dual State — A Contribution to the Theory of Dictatorship* (1941), de E. Fraenkel, trata da persistência de uma complexa ordem legal, a despeito da ação arbitrária que emana da liderança totalitária. Um estudo da UNESCO, publicado por M. Baumont, *The Third Reich* (1955), constitui a tentativa mais recente de estudo da natureza e das instituições do sistema nazista, mas, de maneira geral, peca por uma pesquisa documentária inadequada e por deixar de utilizar, entre outras coisas, instrumentos sociológicos de análise. Para os aspectos internacionais, é importante *Hitler's Europe*, publicado por Arnold e Veronica Toynbee (1954). De modo geral, a literatura sôbre a Alemanha nazista é menor do que a que existe sôbre a URSS. Estudos biográficos, que constituem, na realidade, levantamentos históricos do regime que tomam como referência a pessoa do ditador, também são úteis para uma melhor compreensão do sistema nazista: notáveis entre êsses estudos são *Hitler — A Study of Tyranny* (1952), de A. Bullock, e a obra K. Heiden, *Der Fuehrer — Hitler's Rise to Power* (1944). As memórias recentes de O. Dietrich, o chefe da imprensa do regime nazista, intituladas *Hitler* (1955) é uma obra subjetiva e impressionista.

No que se refere à Itália, surgem novas obras que completam os estudos de Max Ascoli (com A. Feiler) *Fascism for Whom?* (1938), G. Salvemini, *Under the Axe of Fascism* (1936), H. Finer, *Mussolini's Italy* (1935), e G. A. Borgese, *Goliath — The March of Fascism* (1937). A tese de doutorado de D. Germino (Harvard, 1956), *"The Party as an Instrument of Totalitarian Rule: The Partido Nazionale Fascista, 1925-1939"*, proporciona um excelente começo.

Mencione-se também obras que tratam de alguns outros regimes ditatoriais e totalitários, como o chinês, os dos satélites, ou o argentino antes de 1955. A literatura sôbre êsses regimes ainda é um tanto escassa. Contudo, *Chinese Communism and the Rise of Mao* (1951), de B. Schwartz, e *China Under Communism* (1955), de R. Walker, assim como *Titoism and the Cominform* (1951), de A. Ulam, constituem importantes contribuições para a formação dessa literatura. Em seu livro *Peron's Argentina* (1953), H. Blanksten oferece uma avaliação do totalitarismo argentino então em germinação. *European Communism* (1953), de F. Borkenau, aprecia de maneira ampla os movimentos totalitários comunistas da Europa, do mesmo modo que M. Einaudi em *Communism in Western Europe* (1951); *The Eastern Zone and Soviet Policy in Germany* (1951) de E. Nettl, trata especificamente de um dos regimes satélites soviéticos. Existem ou estão sendo preparados estudos semelhantes a respeito de outros regimes das nações cativas da Europa.

Problemas de teoria, em termos de regimes totalitários específicos, recebem também sua devida parcela de consideração. Não há, naturalmente, substitutos para as obras originais: os chamados clássicos marxistas de Marx, Engels e Lenin. Stalin e Trotsky são tam-

bém importantes. Do mesmo modo, *Mein Kampf* (Minha Luta) de Hitler, *Der Mythos des Zwanzigsten Jahrhunderts* (1930), de Rosenberg, assim como as conrtibuições mais limitadas de Mussolini, merecem estudo cuidadoso. Abundam trabalhos de interpretação, baseados nas obras acima, que tratam de vários ângulos das respectivas ideologias. Entre os estudos mais recentes, pode-se indicar *Marxism — The Unity of Theory and Practice* (1954), de A. Meyer, *The Russian Marxists and the Origins of Bolchevism* (1955), de L. Haimson e *German Marxism and Russian Comunism* (1954), de J. Plamenatz. *Three Who Made a Revolution* (1948), de B. D. Wolfe, é um clássico sôbre os dias iniciais de Lenin, Trotsky e Stalin, e narra os choques ideológicos da era pré-revolucionária. *The Appeals of Communism* (1954), de G. Arnold, constitui uma tentativa importante de relacionar o papel da ideologia com o ponto de vista pessoal e a experiência de membros do partido em diversos países. Parecida com esta, mas tratando da Europa Central mais especìficamente ,e escrita num estilo literário de alta qualidade é a obra de C. Milosz, *Captive Mind* (1953), que talvez seja o melhor estudo do intelectual no meio comunista. O problema de continuidade e descontinuidade é esgotado no volume conjunto intitulado *Continuity and Change in Russian and Soviet Thought* (1955), organizado por E. Simmons. Desnecessário dizer que a lista acima menciona sòmente alguns dos trabalhos mais recentes.

A ideologia nazista, provàvelmente devido à natureza primitiva de seu sistema filosófico, atraiu menos autores para uma exposição crítica de seu significado. Uma tentativa inicial de compreensão da essência do nazismo foi feita por H. Rauschning em *The Revolution of Nihilism* (1939). R. A. Brady empreendeu uma exposição geral do nazismo em *The Spiritual Structure of German Fascism* (1937), de um ponto de vista marxista. O volume coletivo sôbre o Terceiro Reich (Baumont), também trata em parte de problemas de ideologia, mas um tratamento sistemático dêsse tema ainda comporta mais estudos. O mesmo se aplica ao fascismo. A ideologia fascista é abordada nas obras gerais já mencionadas, e existe um trabalho anterior de A. Rocco, *The Political Doctrine of Fascism,* um tanto expositivo e formal. Não há em inglês nenhum estudo completo da teoria fascista.

Como observamos em nosso livro, o terror e a propaganda ocupam lugar de destaque no esquema totalitário de reconstrução social. A maioria das obras citadas estudam êsses aspectos, embora freqüentemente deixem de mostrar a ligação inerente entre êles. aspecto particular do totalitarismo; também essa lista mencionará sòmente alguns dos trabalhos existentes. Entre memórias pessoais de campos e prisões soviéticas, pode-se indicar os seguintes livros. *A World Apart* (1952), de G. Heling; *The West* (1948), de J. Gliksman; *The Accused* (1951), de A. Weissberg; *Russian Purge and Extraction of Confession* (1951), de F. Beck e W. Godin. Os dois primeiros tratam de campos soviéticos, os últimos essencialmente de prisões. Depoimentos mais recentes de prisioneiros alemães libertados confirmam o que narram êsses relatos, embora algumas reformas institucionais hajam sido observadas no capítulo 15 de

nosso livro. Alguns aspectos mais específicos do terror soviético são abordados nos impressionantes relatos do massarce da floresta de Katyn, em que foram dizimados 4.000 oficiais poloneses, em *The Katyn Wood Murders* (1951), de J. Mackiewicz; em *Invitation to Moscow* (1951), Z. *Stypulkowski,* fala da lavagem cerebral soviética para um julgamento público em Moscou; Nathan Leites e E. Berhaut, em *The Ritual of Liquidation* (1954), analisam em profundiade as confissões dos grandes julgamentos da década de trinta; *Soviet Espionage* (1955), de D. Dallin, trata dêsse aspecto das operações soviéticas. Um estudo atual do trabalhos forçados soviético é encontrado no relatório organizado em 1953 por R. N. Baldwin, intitulado *A New Slavery — Forced Labor: The Communist Betrayal of Human Rights,* enquanto Alex Inkeles faz uma descrição completa da propaganda soviética em *Public Opinion in Soviet Russia* (1950), abrangendo o rádio, a imprensa e a doutrinação oral. Para um exemplo de suas conseqüências o estudioso deve procurar *The Soviet Image of the United States* (1950), de F. Barghoorr. O processo de reeducação do homem soviético é abordado em *The New Man in Soviet Psychology,* de R. Bauer (1951) e em *Soviet Professional Manpower* (1955), de N. De Witt.

O equivalente alemão das obras acima, à parte as obras gerais já mencionadas, é mais que adequado e constitui um testemunho mudo da eficiência alemã nessas áreas. Em primeiro lugar, a maioria dos governos de países ocupados durante a guerra publicaram relatos detalhados de atrocidades nêles cometidas. Além dêsses relatos, recomendamos o excelente estudo de E. Kogon sôbre o sistema de campos de concentração, *The Theory and Practice of Hell* (1950). Quanto aos aspectos sociológicos do mesmo problema, consulte-se *Human Behavior in the Concentration Camp* (1953), escrito por um psiquiatra holandês, E. Cohen, baseado em experiências pessoais nos campos. Uma abordagem geral do terror e das atrocidades nazistas pode ser encontrada em *Scourge of the Swastika* (1954), de Bertrand Russel. Entre os diversos relatos de experiências pessoais recomendamos as lembranças de uma moça judia que escreveu, com o pseudônimo de Ka-tzetnik 135633 (o número nela tatuado), uma vibrante condenação intitulada *House of Dolls* (1955). A propaganda nazista é descrita em D. Sington e A. Weidenfeld, *The Goebbels Experiment — A Study of the Nazi Propaganda Machine* (1943), ao passo que uma visão "interior" pode ser obitida nos diários de Goebles e Dietrich. Para o processo de criançãa de um nôvo "homem nazista", pode-se também consultar *School for Barbarians* (1938), de E. Mann, e o documento britânico oficial *Education under Nazi Rule* (1940). De Jong publicou recentemente um valioso estudo sôbre a Quinta Coluna, *The German Fifth Column* (1956).

O problema das fôrças armadas num regime totalitário é levantado em *The Growth of the Red Army* (1944), de F. D. White, enquanto que a questão especifica de controles políticos e policiais é sumarizado numa série de depoimentos de oficiais soviéticos em *Political Controls in the Soviet Army* (1954), de Z. K. Brzezinski. A ideologia e a estratégia são estudadas em profundidade em So-

viet Military Doctrine (1954), de D. Garthoff. A relação entre o exército alemão e o totalitarismo nazista recebe tratamento pormenorizado em *The Nemesis of Power* (1953), de Wheeler Bennet e em *The Sword and the Swastika* (1952), de T. Taylor, sendo que ambos acrescentam muito, embora nenhum deles seja destituído de preconceito, ao tratamento dado durante a guerra por H. E. Fried em *The Guilt of the German Army* (1942); uma perspectiva histórica mais ampla de todo esse problema pode ser encontrada em *The Politics of the Prussian Army* (1955) de G. Craig.

Para aspectos econômicos do problema totalitário, consulte-se os estudos de H. Schwartz, *Russia's Soviet Economy* (2ª edição), 1954, e H. Dinarstein, *Comunism and the Russian Peasant* (1955). Outros aspectos, principalmente o industrial e o fiscal, são considerados em *Soviet Industrial Expansion, 1928-1951* (1954), de D. Hodgman, e em *Soviet Taxation: The Fiscal and Monetary Problems of a Planned Economy* (1955), de F. Holzman. No que se refere à experiência nazista, materiais e análises valiosas podem ser encontradas em *Tycoons and Tyrant* (1954), de L. Lochner, que refuta o mito de que "os chefes fizeram Hitler", *The Vampire Economy* (1939), de G. Reimann, *The Structure of the Nazi Economy* (1941), de M. Sweezzey, bem como nas obras de caráter mais geral mencionadas anteriormente.

As obras mencionadas nas notas ao texto do livro constituem certamente, fontes de referência para vários problemas por nós levantados, mas não compreendidos nesses comentários bibliográficos. Além dessas obras, sugeriríamos que o estudante do totalitarismo muito ganharia em consultar a crescente literatura sôbre o assunto que tem aparecido últimamente em vários idiomas, principalmente em francês e alemão, e, em menor grau, em italiano. Entre os estudos franceses, por exemplo, podemos indicar *Sociologie du Communisme*, de J. Monnerot (1949), subseqüentemente traduzido para o inglês, que constitui uma análise extremamente interessante dos aspectos ideológicos do problema, embora estabeleça uma analogia um tanto forçada entre o comunismo, como religião secular, e o maometanismo (cf. nosso capítulo sôbre a ideologia); *Le Marxisme en Union Sovietique — Ideologie et Institutions, leur évolution de 1917 à nos jours* (1955), de H. Chambre, é, como indica seu longo título, uma tentativa de considerar a teoria em relação à prática, e demonstra o caráter instrumental da ideologia soviética; o detalhado *Les Problèmes Théoretiques et pratiques de la planification sovietique* (1951), de C. Bettelheim, faz uma avaliação não-crítica do planejamento soviético. *L'Opium des Intellectuels* (1955). de R. Aron, é uma provocante condenação da reação dos intelectuais ao comunismo, enquanto que Jean Lacroix em seu livro *Marxisme, existencialisme, personalisme* (1950) estuda criticamente o nôvo homem soviético. Amplos estudos do marxismo são encontrados em *La tragédie du comunisme* (1948), de H. Collinet, e em *Permanence de la doctrine marxiste dans l'évolution economique e sociale d'URSS* (1946), de J. Romeuf. Maurice Merleau-Ponty trata especificamente do problema dos julgamentos de expurgos em seu livro *Humanisme e terreur* (1947), enquanto A. Rossi, em *Physiologie du*

Parti communiste français (1948), nos proporciona o melhor estudo que existe daquele movimento totalitário. Considerável é a literatura em francês sôbre o fascismo. Um notável estudo da psicologia do líder nazista é *Psychologie et Ethique du National-Socialisme — Etude Anthropologique des Dirigeants SS* (1953), de François Bayle. *La DDR* (1955), de G. Castellan, é o estudo mais recente e mais detalhado sôbre o regime satélite soviético na Alemanha Oriental. De modo geral, as obras francesas tendem a salientar os aspectos teóricos e ileológicos do totalitarismo comunista moderno, porém grande parte delas são doutrinárias e não concordam com o pensamento mais recente sôbre o totalitarismo. Podemos mencionar Jacques Bainville, *Les Dictatures* (1935), Daniel Guérin, *Fascisme et Grand Capital* (6.ª ed., 1945), A. Rossi, *La Naissance du Fascisme* (1938), Marcel Prélot, *L'Empire Fasciste* (1936), e F. L. Ferrari, *Le Regime fascista Italien* (1928). Além dessas, duas obras recentes merecem a atenção do estudioso da ditadura totalitária: Alfred Labre-Lube, *Histoire de la Révolution Européenne* (1954), e Louis Rougier, *Les Mystiques Economiques — Comment on passe des Démocraties Libérales aux Etats Totalitaires* (1949). Mencionamos também o volume intitulado *L'Etat* (Vol. X) da *Encyclopédie Française*, de Manzie, *Du Pouvoir* (1947), havendo tradução para o inglês) de Bertrand de Jouvenel, e *Cours* de George Vedel, curso dado no Instituto de Estudos Políticos, que trata da ditadura totalitária.

Os estudantes que desejarem consultar fontes alemãs devem procurar *Zeitschrift für Zeitgeschichte,* publicado pelo *Institut für Zeitgeschichte* de Munique desde 1953 e que contém muitas monografias interessantes. O mesmo instituto tem também publicado estudos especiais. Outros estudos em alemão, bem como em russo e italiano, podem ser encontrados nas referências bibliográficas seguintes, não sendo, por isso, necessário repetí-los aqui.

Referências Bibliográficas

Estas referências estão dispostas em ordem alfabética por autor, cada uma das referências particulares às páginas indicadas por letras entre parênteses.

LIVROS

1. Alton, T. P., *Polish Postwar Economy,* Nova Iorque, 1955, p. 198.

2. Aristóteles, *Política,* Livro I.

3. Arendt, Hannah, *Origins of Totalitarianism,* Nova Yorque, 1951.

(a) *passim.* (b) *passim.* (c) princ. pp. 387 ff. com referência ao papel da polícia secreta; também. 76 em Friedrich (ref. 59). (d) p. 130. (e) p. 400.

4. Aron, Raymond, *L'Opium des Intellectuels,* Paris, 1955. (a) pp. 315 ff. O autor discute êste caso com persuaviva insistência em favor da esquerda francesa, cuja ideologia, ou mitos, compara com as da direita, indagando, finalmente, e a era das ideologias não estará chegando ao fim. (b) Parte I, pp. 15-115, onde os *mitos* das esquerdas francesas são submetidos a inquiridora crítica.

5. Baldwin, Roger N., ed., *A New Slavery — Forced Labor: the Communist Betrayal of Human Rights,* Nova Iorque, 1953. (a) op. *cit.* (b) p. 53. (c) p. 60.

6. Bauer, Raymond A., *The New Man in Soviet Psychology,* Cambridge, Mass., 1952. Vd. ref. 69.

7. Beloff, Max, *The Foreign Policy of Soviet Russia, 1929-1941,* Londres, 1947; vd. ref. 57.

8. Bertalanff, Livon, *General System Theory: A New Approach to the Unity of Science,* 1951. Um sistema caracteriza-se por três aspectos: consiste de várias partes inteiramente distintas e diferentes; essas partes mostram uma definida relação funcional recíproca; e, tìpicamente, a destruição de uma dessas partes (as essenciais) acarreta a destruição do sistema como um todo. Tais sistemas podem ser compostos de entidades físicas, de seres animados, ou de pensamentos. Um sistema social, cultural ou político constitui, tìpicamente, uma combinação de todos três.

9. Bienstock, Gregory, S. M. Schwartz, e A. Yugow, *Management in Russian Industry and Agriculture,* Londres, 1947.

10. Bischoff, Ralph F., *Nazi Conquest through German Culture, Cambridge,* Mass., 1942.

11. Bottai, G., *Vent'anni e un giorno,* Roma, 1949, princ. p. 96. Vd. também ref. 64f.

12. Bonhoeffer, Disetrich, *Letters and Papers from Prison,* publ. por E. Bethge, trad. de R. H. Fuller, Londres, 1954. Vd. também Ritter (169b).

12.2 Borch, Herbert von, *Obrigkeit und Widerstand,* 1954.

13. Borgese, G. A., *Goliath, The March of Fascism,* Nova Iorque, 1937. pp. 271-344. Para uma crítica mais vigorosa dessa tendência, vd. Emil Ludwig, *Mussolini* (119), o. 231.

14. Borkenau, F., *European Communism,* Londres, 1953, para um tratamento pormenorizado dêsse período.

15. Bor-Komorowski, General T., *The Secret Army,* Londres, 1951. Vd. também Karski (93) e Korbonski (101).

15.2. Brant, Stephen, *Der Aufstand, Vorgeschichte, Geschichte und Deutung des 17. Juni 1953,* Stuttgart, 1954.

16. Brecht, Bertold, *Furcht und Elend des III. Reiches,* Nova Iorque, 1945, para uma perspicaz condenação. O autor, infelizmente, como comunista, deixa de traçar o paralelo óbvio com a URSS e as atividades de homens como Vichinsky.

17. Brown, Macalister, "Expulsion of German Monorieties from Eastern Europe: The Decision at Potsdam and its Background", tese de doutorado, Universidade de Harvard, 1952.

18. Brzezinski, Z. K., *The Parmanent Purge: Politics in Soviet Totalitarianism,* Cambridge, Mass., 1955. (a) cap. 9, para uma discussão completa dêsse conflito. (b) cap. 9. (c) cap. 9 (d) cap. 9. (e) caps. 4, 5, 6 e 7. (f) para um tratamento teórico geral, bem dados soviéticos específicos; vd. também ref. 64f. (g) p. 133 .(h) cap. 4 para mais detalhes; vd. ref. 252b. (i) p. 216 para a citação mencionada. (j) caps. 1, 2 e 7. (k) caps. 5 e 8 e Apêndice II.

19. Brzezinski, Z. K., *Political Controls in the Soviet Army,* Nova Iorque, 1954 (a) para tratamento detalhado. (b) p. 54, I. Dmitriev.

20. Buccheeim, H., *Glaubenskrise im Dritten Reich,* Stuttgart, 1953. (a) p. 83. (b) pp. 81-83, para comentário discriminado; vd. também ref. 131. (c) pp. 124 ff, para êste acontecimento e seus antecedentes. (d) p. 78, para Richtlinien, como sumariado. (e) pp. 13-17, para comentários elucidativos; vd. também ref. 82c.

21. Buhler, N. e S. Zubowski, *Discrimination in Education in the People's Democracies,* Nova Iorque, 1944, citação extraída de *Lidove Noviny,* 27/4/51. Êste estudo constitui útil manual sôbre as práticas infames seguidas nos regimes satélites.

22. Bullock, Alan, *Hitler — A Study in Tiranny, Londres, 1952.* (a) *passim.* (b) p. 367, e também p. 349; (c) cap. 9. princ. pp. 469ff. (d) cap. 18, p. 328, para citação de Atas do Conselho de Ministros, 4 de Setembro de 1938. (e) p. 328.

23. Burns, Findley, Jr., "The Roman Catholic Church in Germany and National Socialism", relatório de seminário inédito, Universidade de Harvard, 1951. (a) vd. ref. 203b. (b) citação de Burns.

24. Carr, E. H., *The Bolshevik Revolution, 1917-1923,* Nova Iorque, 1951/54, (a) Vol. IV, "The Interregnum", (b) Vol. IV.

25. *The Catholic Church, Persecution in the Third Reich: Facts and Documents,* Londres, 1940; vd. também ref. 63.

26. *Civil Code (BGB)* (Alemão), parágrafos 616-618.

27. Clays, Lucius D., *Decision in Germany,* Nova Iorque, 1950, pp. 358-392. Vd. também ref. 241.-

28. Counts, G. S. e N. Lodge, *I Want to Be Like Stalin,* Nova Iorque, 1947, tradução de um livro soviético e propaganda de educação cívica. Vd. também *Il Livro della IV classe elementare,* Roma, 1941, que mostra como os fascistas usavam até mesmo a escola primária para fins propangandísticos:

29. Crowther, J.C., *Industry and Education in Soviet Russia,* Londres, 1932 .

30. Curran, Joseph, *President's Report on the State of the Union,* VI Convenção Nacional da União dos Marítimos (C.I.O.). 22/9/47, p. 108, para um histórico; vd. também ref. 188.

31. Czech-Jochberg, E., *Hitler — Eine deutsche Bewegung,* Oldenburg, 1930 .

32. Dallin, David e Boris Nikolaievsky, *Forced Labor in Soviet Russia,* New Haven. 1943, princ. cap. 6; vd. também ref. 5c.

33. Danev, A .M., *Narodnoe Obrazovanie: Osnovie Postanovlenia, Prikazy i Instruktsii,* Moscou, 1948, p. 123, citado em Kulski (103a), pp. 491-492.

34. Denisov, A. I., *Sovetskoe Gosudarstvennoe Pravo,* Moscou. 1940, p. 60.

35. De Jong, Louis, *The German Fifth Column,* Chicago, 1956.

36. Deutscher, I., *The Prophet Armed,* Nova Iorque, 1954, p. 158.

37. De Witt, Nicholas, *Soviet Professional Manpower; Its Education, Training and Supply,* Washington, D. C., 1955. (a) pp. 58-61. (b) caps. 4, 5.

38. Dietrich. Otto, *Zwölf Jahre mit Hitler,* Munique, 1955 (Trad. americana, *Hitler,* Chicago, 1955). (a) *op. cit.* (b) p. 54. (c) a tradução é nossa.

39. Dulles, Allen Welsh, *Germany's Underground,* Nova Iorque, 1947. (a) p. 136 e outros locais; vd. também ref. 174a. (b) vd. ref. 174b. (c) pp. 119ff; vd. ref. 179d.

40. Duncan-Jones, A. S., *The Struggle for Religious Freedom in Germany,* Londres, 1938; vd. também. ref. 80.

41. *Economic Conditions in Germany: A Report to the Department of Overseas Trade,* Washington, D.C. 1936, p. 2.

42. Elliot, William Y., *The Pragmatic Revolution on Politics,* Nova Iorque, 1928, cap. 4; vd. também ref. 195.

43. *Encyclopedia Italiana,* ensaio de Mussolini, citado por Herman Finer (50), p. 175, presumìvelmente em tradução de Finer. (a) *op. cit.* (b) vd. Oakeshott (150).

44. *Encyclopedia of Social Sciences,* artigo sôbre o Feudalismo. Vol. VI, pp. 203ff.

45. *Entsiklopedicheskii Slovar,* Vol. I, Moscou, 1953, p. 355, para números referentes ao período 1936/51 .

46. *Entwurf des Familiengesetzbuches der Deutschen Demokratischen Republik,* Bonn, 1955.

17. Fainsod, Merle, *How Russia is Ruled,* Cambridge, Mass., 1953. (a) p. 166. (b) cap. 5 para tratamento detalhado. (c) p. 179. (d) p. 529; também *Kommunisticheskoe vospitanie v Sovetskoi shkole,* Moscou, 1950, pp. 313ff. (e) vd. cap. 9, para um tratamento mais detalhado, tanto em termos de dados históricos como de padrão organizacional. (f) *passim.* (g) vd. cap. 13 para um estudo completo da polícia secreta soviética. (h) pp. 384/387. (i) p. 152. (j) pp. 152/180 para um tratamento detalhado da expansão da burocracia do Partido. (k) p. 329. (l) p. 341. (m) p. 436.

48. Fanalli, G. A., *Idee e polemiche per la scuola fascista,* Roma, 1941; vd. também, ref. 50e.

49. Fasoni, I., *Esercito e Milizia, com pensieri di S. E. Mussolini e di S. A. R. il Duce d'Aosta,* Mantua, 1923, p. 14.

50. Finer, Herman, *Mussolini's Italy,* Nova Iorque, 1935. (a) p. 158. (b) pp. 175/176. (c) pp. 180/181. (d) 471/472. (e) pp. 475ff. Não foi publicado nenhum bom estudo italiano recente sôbre o assunto, mas existem boas apreciações superficiais sôbre êle em Luigi Salvatorelli (179); entre as obras fascistas, destacamos Fanelli (48) e Malfi (122), bem como o estudo de Gentile, publicado por Vettori (218). (f) prin. Parte III, para ênfase adequada à paixão por unanimidade. (g) pp. 321 ff. (h) p. 499; diz Finer "que o observador dêsse sistema não pode fugir à impressão de que o têrmo "Corporativo" foi utilizado, se não inventado, para suscitar uma sensação de assombro no povo, para mantê-lo na expectativa, para provocar inquisição e para lograr esconder, pela mistificação de uma palavra incomum, a compulsão de que a ditadura depende fundamentalmente, e para sugerir que uma obra miraculosa de benevolência universal esteja sendo realizada". Esta impressão ou conclusão do observador direto foi notàvelmente documentada por G. Salvemini (180). (i) pp. 503/504; Artigos 7 e 9 da Carta. (j) Artigo 3. (k) p. 506. Nota 1.

51. Fischer, George, *Soviet Opposition to Stalin,* Cambridge, Mass., 1952. (a) vd. também Wheeler-Bennet (229). (b) para um estudo detalhado.

52. Fischer, Louis, *The Soviets in World Affairs,* seg. ed., Princeton, 1951. Vd. também ref. 57.

53. Fitz Gibbon, Constantine, *20 July,* Nova Iorque, 1956; vd. também ref. 174b.

54. Fraenkel, Ernst, *The Dual State — A Contribution to the Theory of Dictatorship,* Nova Iorque, 1941. (a) *passim* (b) *passim.* (c) êsses problemas foram postos como ponto focal de seu penetrante estudo do regime de Hitler, ainda que a distinção que êle faz de estado "legal" e "prerrogativo" não coincida com a distinção entre govêrno e partido. Contudo, o título é infeliz, pois nem a velha burocracia nem o Partido Nazista eram, pròpriamente, um "estado". Entretanto, sem dúvida existia o dualismo.

55. Friedrich, C. J., *Constitutional Government and Democracy,* Boston, 195, (a) cap. 9 — "The Constitution as a Political Force.. (b) p. 419; a definição de Lasswell (106), p. 169, é inteiramente inaplicável ao partido totalitário, porquanto acentua a formulação de questões e eleições. A definição de Max Weber encontra-se em *Wirtschaft und Gesellschaft* (225). p. 167. (c) pp. 548ff para maior detalhe e a literatura citada. (d) pp. 564 ff. (e) cap. 2, uma elaboração da concepção de Weber; vd. também ref. 225b. (f) pp. 652ff; vd. também ref. 74. (g) cap. 23, para uma discussão ampliada dos problemas e experiências do planejamento democrático. (h) cap. 22, e especialmente a literatura não citada. (i) caps. 2 e 19. (j) princ. caps. 779.

56. Friedrich, C. J., *Die Philosophie des Rechts in historischer Perspektive,* Heidelberg, 1955, cap. 8.

57. Friedrich. C. J., *Foreign Policy in the Making,* Nova Iorque, 1938. Para uma avaliação anterior, vd, também Beloff (7) e Fischer (52).

58. Friedrich, C. J., *The New Image of the Common Man,* Boston, 1951. (a) cap. 3. Tôdas as tentativas de definir a propaganda em têrmos do conteúdo das comunicações ou do efeito psicológico tendem a obscurecer êsses cruciais aspectos políticos. Para maiores detalhes, vd. o cap. 3. onde são exploradas as implicações dessas apreciações. (b) o cap. 3 trata dêste problema em seus aspectos mais amplos. (c) princ. o prólogo.

59. Friedrich, C. J., ed., *Totalitarianism,* Cambridge, Mass., 1954. (a) H. Arendt. p. 76. (b) P. Kecskemeti, pp. 345/360. para uma discussão interessante, mas um tanto contrastante. (c) J. Gliksman. (d) pp. 274/275; vd. também ref. 247 d. (e) H. D. Lasswell, p. 367. (f) P. Nettl, pp. 296/307; vd. também ref. 146. (g) H. J. Muller, pp. 232/244, que tratam principalmente do caso Lysenko. (h) George de Santillana, pp. 224/262. A. Gyorgy, pp. 381ff, não compartilha dessa opinião, e argumentou que nem ideològicamente, nem em relação à polícia secreta, a natureza totalitária dêsses regimes foi estabelecida, mas as provas que apresenta são inconvincentes. (j) P. Kecskemeti, pp. 345/360, onde o declínio da revolução como forma de ação política foi demonstrada persuasivamente em bases de pura observação. A razão de a revolução tornar-se "uma forma política extinta" parece ser o monopólio de armas. (k) p. 359. (e) H. D. Lasswell. pp. 153 ff, julga provável o surgimento de um mundo de um ou mais "estados-guarnições". No decurso de sua análise êle qualificou seu conceito anterior de um estado-guarnição e introduziu o de estado-guarnição policial, que vem a ser, de fato, uma ditadura totalitária. A única alternativa que permitiu foi a de uma confederação mundial de democracias constitucionais, não incluindo entre suas alternativas a continuação de algo semelhante a situação presente. (m) P. Kecskemeti. p. 360.

59.2. Friedrich, J. C. e Associados, *The Soviet Zone of Germany,* impresso em manuscrito pelos Arquivos do Setor de Relações Humanas, Universidade de Yale, 1956.

60. Galbraith, J. K., *U.S. Bombing Survey,* Washington, D. C., 1946.

61. Geiger, H.K., "The Changing Political Attitudes in Totalitarian Society: A Case Study of the Role of the Family", *World Politics*, janeiro de 1956.

62. Geiger, H. K.. "The Urban Slavic Family and the Soviet System", tese de doutorado, Universidade de Harvard, 1954.

63. *German Foreign Policy, Documants on*, Série D, Vol. I, 1949, princ. pp. 940ff.

64. Germino, Dante, "The Party as an Instrument of Totalitarian Rule: The Partido Nazionale Fascista", tese de doutorado, Universidade de Harvard, 1956. (a) p. 71. (b) p. 57. (c) caps. 1 e 2 para uma análise detalhada, baseada inteiramente em materiais italianos. Chamava-se Opera Nazionale Fascista (O.N.F.), e subdividia-se segundo os diversos grupos de idade nos filhos e filhas da loba (Figli e Figlie della Lupa), a Balilla e os Piccole Italiane (9-14 anos), os Avanguardisti e Giovane Italiane (14-18 anos), os Giovani Fascisti e Fasciste (18-21); além dêsses grupos havia os Gruppi Universitari Fascisti (18-28). (d) tradução feita de Regime Fascista. (e) pp. 280ff. (f) princ. pp. 116ff, com relação às "Mudanças da Guarda", e p. 102. (g) Vd. também D. A. Binchy, *Church and State in Fascist Italy*, Londres, 1941, e A. C. Jemolo, *Chiesa e Stato in Italia negli ultimi cento anni*, Turim, 1954, (h) estamos em dívida com o Sr. Germino por essa avaliação da situação italiana. Vd. também E. Canevari, *La Guerra Italiana*, Roma, 1949, e Q. Armellini, *La Crisi Dell' Esercito*, Roma 1946.

65. Gilbert, Felix, *Adolf Hitler*, Nova Iorque, 1950.

66.. Gliksman, J., *Tell the West*, Nova Iorque, 1948; vd. também ref. 79.

67. *The Goebbels Diaries*, traduzido e publicado por L. Lochner, Londres, 1948. (a) p. 519. (b) *passim*. (c) vd. ref. 84i.

63. Greene. William C., "Platonism and its Critics", Harvard Studies in Classical Philology, Vol. LXI, Cambridge, Mass., 1953; vd. também ref. 161.

69. Grundel, E. G., *Die Sendung der jungen Generation*, Munchen, 1932, princ. pp. 327ff. A literatura que trata dessas diversas espécies de "nôvo homem" é considerável. Essas opiniões são vistas sob uma perspectiva crítica em Bauer (6); cf. também Leites, (109), prins. caps. 4-9.

70. Gurian, Waldemar, *Hitler and the Christians*. Nova Iorque, 1936; vd. também ref. 80.

71. Harper, Samuel N., *Civic Training in Soviet Russia*, Chicago, 1929.

72. Harris, Seymour E., *Economic Plannning*. Nova Iorque, 1949, cap. 2; Harris não dá atenção à qualidade totalitária dêsse "plano", uma vez que, de modo geral, não faz distinção entre planejamento democrático e autocrático.

73. Hartshorne, Edward Y., *The German Universities and National Socialism*, Cambridge, Mass., 1937.

74. Hayek, Friedrich A., *The Road to Serfdom*, Chicago, 1944.

75. Heberle, Rudolf, *From Democracy to Nazism*, Baton Rouge, La., 1945.

76. Heimann, Eduard, *Vernunftglauben und Religion in der modernen Geseltschaft,* Tubingen, 1955, p. 160; à parte êste ponto, a brilhante análise de Heimann da "teocracia" marxista coincide em grande parte com a nossa descrição aqui. Vd. também Schwartz (185).

77. Henderson, Sir Nevile, *The Failure of a Mission,* Nova Iorque, 1940. (a) p. 282. (b) pp. 258-301.

78. Hensley, Francis H., *Hitler's Strategy,* Cambridge, 1951, pp. 238/239.

79. Herling, G., *A World Apart,* trad. de Joseph Marek, Nova Iorque, 1951.

80. Hermelink, Heinrich. *Kirche im Kampf: Dokumente des Widerstands und des Aufbaus ... 1933-1945.* Tubingen, 1950, p. 499. A literatura a respeito cresceu consideràvelmente; por exemplo: Gurian (70), Duncan-Jones, (40), Micklem (137); para documentos, W. Jannasch (91). Nossa interpretação foi auxiliada materialmente por um estudo da autoria de Parker D. Wyman, realizado num seminário dirigido por nós, em 1952, intitulado "The Protestant Churches of Germany and National Socialism", ainda inédito.

81. Heuss, Theodor. *Hitler's Weg — Eine historieche-politische Studie über den Nationalsozialismus,* Sttugart, 1932.

81.2. Hippel, Fritz von, *Die Perversion von Rechtsordnungen,* 1955.

82. Hitler, Adolfo, *Mein Kampf,* München, 1925/1927. (a) *passim.* (b) p. 234; no texto original de Hitler tôda a primeira passagem está em itálico, mas ao nosso entender, é a segunda que merece especial ênfase. A tradução é nossa. (c) pp. 293, 316, e 418 e os perspicazes comentários de Bucheim (20), pp. 13/17, que mostram que Hitler estabelecia um nítido contraste entre "Programmatiker" e "Politiker", entre o "teorista" e o "político", e que no fim vence o político, porque sòmente êle pode "do reino do que é eternamente verdadeiro e do ideal tirar aquilo que é humanamente possível e dar-lhe forma". É notàvel aqui a concepção utilitária pragmática da verdade; Jaspers (92).

83. Hitler, Adolf, *My Battle,* trad. de E.T.S. Dugdale, Boston, 1933. a) p. 24. (b) p. 25. (c) pp. 75/81.

84. *Hitler's Secret Conversations,* 1941-1944, publicado por H. R. Trevor-Roper, Nova Iorque, 1953. (a) *passim.* (b) *passim.* (c) pp. 341/342. (d) pp. 389/390; vd. também ref. 86b. (e) pp. 117/118; vd. vd. também ref. 86c. (g) pp. 74/75, 448/451; vd. também ref. 86e. (g) pp. 447/448. Os comentários de Hitler em *Tischgespräche* (86), pp. 370-375. mostram que êle considerava a Concordata como "eigentlich hinfällig" (invalida de fato), e que pretendia investir contra a igreja depois da guerra; cf. também pp. 355/357. (h) pp. 69/71; vd. também ref. 86f. Houve também uma edição em alemão, não tão completa quanto a em ingles, a que se faz referência a seguir.

86. Hitler, Adolf, *Tischgespräche,* publicado por H. Picker, Bonn, 1951. (a) caps. 4-7. (b) caps. 4-7. (b) p. 128; vd. também ref. 84d. (c) p. 339ff; vd. também. ref. 86c. (d) p. 349. (e) pp. 370/375. Hitler mencionou sua intenção de anular a Concordata, pois recusara-se a considerá-la aplicável aos territórios conquistados; vd. também ref.

84f. (f) "A ciência nada é senão uma escada que se sobe. A cada degrau, vê-se um pouco mais além", p. 340; "Todos têm, no subconsciente, uma percepção dos limites do poder humano", p. 341; "Compreende-se que o homem tem capacidade para entender essas leis [as da natureza. Então, torna-se humilde", p. 352; cf. também pp 344/345; vd. também ref. 84f.

86.2. Hitler, Adolf, *Speeches, April 1922-August 1939,* traduzidos e publicados por Norman H. Baynes, Oxford, 1942.

87. Hodgman, D. R., *Soviet Industrial Production, 1928/1951,* Cambridge, Mass., 1953, pp. 194-208.

88. Homans, George C., *English Villagers of the Thirtheen Century. Cambridge, Mass.,* 1941, para uma análise recente e minuciosa da classe camponesa na Idade Média. Freqüentemente tem-se observado o quanto essas imagens idealizadas estão distantes da realidade.

88.2. *In Consiglio di Stato nel quinquennio 1936/1940. Relazione al Duce del Fascismo Capo del Governo?* 2 vols. Roma, 1942, para as principais decisões do Consiglio di Stato durante o período mais totalitário do fascismo. O Consiglio di Stato não só continuou com a República Italiana, como seu pessoal permaneceu pràticamente o mesmo do regime fascista.

89. Inkeles, Alex, *Public Opinion in Soviet Russia,* Cambridge, Mass., 1950. (a) para uma análise completa das instituições e operações da propaganda e agitação soviéticas, (b(p. 275. (c) p. 248. (d) p. 333.

90. International Military Tribunal. (a) vd. depoimento de Speer. b) dados do julgamento de Hans Frick: I, 24, 27, 72, 298/301; XXII, 544/547. etc.

91. Jannasch, W., *Deutsche Kirchendokumente: Die Haltung der Bekennenden Kirche im Dritten Reich,* Zurique, 1946; vd. também ref. 30.

92. Jaspers, Karl, *Die Wahrheit,* Bonn, 1953; vd. também ref. 82.

93. Karski, J., *The Story of a Secret State,* Boston, 1943, (a) *op. cit.*

94. König, Rene, *Materialen zur Sociologie der Familie,* Berna, 1946, princ. pp. 165/179; vd. também ref. 145.

95. Kogon, Eugen, *Der SS-Stat — Das System der Deutschen Konzentrations-lager,* Berlim, 1946. (Edição condensada em inglês, *The Theory and Practice of Hell: The German Concentration Camps and the System Behind Them,* Londres 1950.) Cf. também David Rousset (176). São também importantes os vários relatos ficcionais, contidos em obras de escritores como Koestler, Silone, Sengers. Sua descrição foi confirmada pelo que foi encontrado nos campos depois da guerra, e pelo que surgiu à luz nos julgamentos de criminosos de guerra e comuns. (Vd. os volumes sôbre os julgamentos de SS e Rohde-Liebenau, W., "Heinrich Himmler" (169.2).

96. Kohn, Hans, *Panslavism — Its History and Ideology,* Indiana, 1753.

97. Kohn, Hans, *Revolutions and Dictatorships,* Cambridge, Mass., 1939, pp. 200/210.

98. Koestler, Arthur, *Darkness at Noon,* Nova Iorque, 1951; vd. também ref. 95.

99. *KPSS v Rezoliutsiiakh i Resheniikh S'ezdov, Konferentsii i Plenumov Tsk,* Vol. III, Moscou, 1954. (a) pp. 437/474. (b) pp. 495/501.

100. *Kommunisticheskoe vospitanie v Sovetskoi shkole,* Moscou, 1950, pp. 313ff; vd. também ref. 47d.

101. Korbonski, S., *W. Imieniu Rzeczypospolitej,* Paris, 1954. (a) para uma descrição completa por um de seus chefes políticos, o presidente do Diretório de Resistência Civil. (b) *op. cit.*

102. Kramer, G. G., *The Third Reich* (UNESCO), Nova Iorque, 1915; vd. cap. 18.

103. Kulski. W. W., *The Soviet Regime,* Syracuse, 1954. (a) citação de Danev, pp. 491/492. (b) p. 513. (c) citação de *Voprosy Trudovovo Prava,* p. 414. (d) p. 319. A taxa de câmbio oficial é de quatro rublos por dólar. O poder aquisitivo, entretanto, varia de dez a quarenta rublos por dólar.

104. Laffan, Robert G. D., *The Crisis over Czechosovakia,* Londres, 1948, para o progresso das negociações; vd. também ref. 85.

105. Lange, M. G., *Totalitäre Erzichung,* Frankforte, 1954. (a) p. 30. (b) pp. 39ff, onde se discute essa lei.

106. Lasswell. Harold D. e Abraham Kaplan, *Power and Society, New Haven, 1950.* (a) parágrafos 3.1, 6.1, e 6.3. Para o significado de mito e símbolo, vd. abaixo o Capítulo 5, onde os conceitos de Parsons e Lasswell são analisados mais detalhadamente. (b) p, 103. (c) p. 169; vd. também ref. 55b.

107. Leber, Annedore, *Das Gewissen steht auf — Lebensbilder aus dem deutschen Widerstand 1933-1945,* Berlim, 1954. (a) vd. ref. 169b; (b) Vale notar quantos dos líderes da resistência política eram motivados bàsicamente por convicções religiosas; êsse fato surpreendente é documentado convincentemente aqui. (c) p. 126.

108. Leites, Nathan C. e E. Bernault, *Ritual of Liquidation: The Case of the Moscow Trials,* Glencoe, 1954, para um estudo completo.

109. Leites, Nathan C., *A Study of Bolchevism,* Glencoe, 1953. (a) p. 24. "O Partido visa a uma transformação radical do mundo". O estudo baseia-se nesse conceito da ideologia, ou, antes, aquêle seu aspecto que Leites chama de "código operacional". (b) caps. 4-9; vd. também ref 69.

110. Lemkin, Raphaël, *Axis Rule in Occupied Europe,* Nova Iorque, 1944, pp. 15ff.

111. Lenin, V. I., *Sochinenya, Moscou,* 3ª ed., 1935, (a) Vol. XXIV, p. 293. (b) Vol. XVIII, p. 296. (c) pp. 443/444. (d) Vol. IV, p. 468. (e) 4.ª ed., Vol. XII, p. 143.

112. Lenin, V. I., *Revolutionary Army and Revolutionary Government — 1905,* Nova Iorque, Vol. III, p. 313.

113. Lenin, V. I., *Selected Works,* Nova Iorque, 1943. "State and Revolution", Vol. VII, p. 24. (b) (Revolutionary Army and Re-

volutionary Government", Vol. III, p. 313. (c) "War and Peace", Vol. VII, p. 297. (d) "Proletarian Revolution and Renegade Kautsky", Vol. VII, p. 123. (e) "What is to be Done", Vol. II, p. 152. (f) Discurso ao VII Congresso do PCUS(B), 1918, Vol. VIII, p. 318. (g) Vol. IX, p. 70. (h) "Socialism and Religion", vol. XI, p. 658. (i) "To the Rural Poor", Vol. II, p. 281.

114. *Leninsko-Stalinskii Konsomol-Vernyi Pomoshchnik i boevoi rezerv Kommunisticheskoi Partii,* Moscou, 1952, para uma descrição soviética.

115. Lerner, D., *The Nazi Elite,* Stanford, 1951.

116. Leto, Guido, *Memoirs.*

117. Leto, Guido, *OVRA. Fascismo-Antifascismo,* 2.ª ed., Bolonha, 1952, para uma descrição apologista das operações da OVRA, publicada depois da guerra por um de seus dirigentes.

118. Lochner, Lucis, P., *Tycoons and Tyrant,* Aurora, 1954, para uma opinião divergente.

119. Ludwig, Emil, *Mussolini,* Berlim, 1932, para uma crítica amarga dessa tendência. Vd. ref. 13.

120. McKinder. Halford J., *Democratic Ideals and Reality,* Nova Iorque, 1919. Êste "approach" geopolítico da Rússia é realçado por sua famosa hipótese sôbre o interior da planície eurasiana e seu destino histórico internacional.

121. Machiavelli, Nicolau, *Il Principe.*

121.2. Mackiewicz, J., *The Katyn Wood Murders,* Londres, 1951.

122. Malfi, Erasmo, *Scuola e G. I. L.,* Roma, 1939. (a) vd, ref. 184. (b) Segundo Malfi a escola é uma instituição política, e escola e organizações de juventude foram juntas o instrumento unitário da educação fascista.

123. Mannheim, Karl, *Ideology and Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge.* Oxford, 1936, 1950. (a) *passim.* (b) p. 238. (c) p. 239.

124. Martin, Hugh, *Christian Counter-attack: Europe's Churches against Nazism,* Londres, 1944, p. 25. Êste número pode ser comparado com o número de 1.493, dado para um único campo de concentração, Dachau, para 15 de março de 1945, e abrangendo 25 nações, entre as quais os alemães forneceram 261, os poloneses 791, os franceses 122, os tchecos 73, os austríacos 64, etc. Vd. J. Neuhäusler (147), p. 349. Neuhäusler dá também (pp. 336/348) uma longa lista de clérigos no campo de Dachau em 1943, baseado num relatório de um interno, que foi contrabandeado. De modo geral, o relato de Neuhäusler constitui o mais detalhado depoimento dos esforços de católicos, em grupos ou individualmente, para resistir à nazificação da Igreja.

125. Marx, Karl, *Das Kapital,* Hamburgo, 1867, Vol. I, pp. 23/24.

126. Marx Karl e Friedrich Engels, *Die Deutsche Ideologie.* Berlim, 1953, pp. 35/36 e outros locais.

127. Maunz, T., *Gestalt und Recht der Polizei,* Hamburgo, 1943, pp. 51/52.

128. Maynard, John, *The Russian Peasant,* Londres, 1943. A violência brutal dêste processo não recebe a devida atenção nêste livro.

129. Medalie, Richard J., "The Stages of Totalitarian Development in Eastern Europe", *Public Policy,* Vol. VII, Cambridge, Mass., 1956. Anteriormente, Hugh Seton-Watson tentou uma generalização do tema mais convencional da "tomada do poder". Vd. seu livro *The East European Revolution* (187). Foi-nos de grande proveito a discussão de Medalie em tôrno dêsses fenômenos.

130. Mehnert, Klaus, *Weltrevolution durch Weltgeschichte; die Geschchtslehre des Stalinismus,* 1953 (*Stalin Versus Marx; The Stalinist Historical Doctrine,* Londres, 1952), proporciona uma análise mais equilibrada dessa tendência "nacionalista" e da maneira pela qual Stalin a elaborou, partindo das transformações ideológicas exigidas pela URSS. Mehnert liga a tendência a fenômenos como o expurgo póstumo de M. N. Pokrowsky, o historiador, e de N. Ia. Marr, o filólogo. Mehnert conjectura ter se incorporada nessas modificações uma nova concepção "messiânica" do papel da Rússia como "salvadora" da humanidade; e menciona o brinde de Stalin em 24 de maio de 1945, como uma das maiores provas de sua afirmação. Ao mesmo tempo, Mehnert salienta, como nós, que essa espécie de messianismo de derivação marxista não deve ser confundido com a mística mais antiga e com versões pan-eslavistas, a despeito de seu parentesco.

131. Meier-Beneckenstein, Paul, ed., *Dokumente der Deutschen Politik, 1935,* Vol. I, p. 39.

132. Merriam, Charles E., *The Making of Citizens,* Chicago, 1931, o primeiro volume de uma série que trata em monografias separadas, da Suíça, Grã-Bretanha, Itália, França e outros países. Êsses estudos são de valor um tanto desigual, mas baseiam-se na suposição que sustenta tôda a empresa de Merriam, a de que "fazer fascistas" e "fazer cidadãos" consiste, essencialmente, na mesma coisa. Contudo, a diferença é tão grande como a que existe entre "libertar" e "escravizar" um homem.

133. Merriam, Charles E., *Political Power, its Composition and Maintenance,* Nova Iorque, 1934, pp. 104/105, para uma lista semelhante; Merriam estuda aqui a importância do protocolo na política.

134. Merton, Robert K., *et al., Reader in Bureaucracy,* Glencoe, 1952. (a) Vd. C. J. Friedrich, "Some Observations on Weber's Analysis of Bureaucracy", pp. 27/33. Vd. também ref. 225. (b) Vd. Frederic S. Burin, "Bureaucracy and National Socialism: a Reconsideration of Weberian Theory", que salienta êste ponto; entretanto, êle fundamenta sua análise parcialmente na terminologia semânticamente tendenciosa de Karl Mannheim — racionalismo "funcional" *versus* "substantivo" — e parcialmente na noção de que as burocracias do Partido e das SS podem ser chamadas de burocracias "ideológicas", sem que, no entanto, diz êle, não se interessem pelo racionalismo "substantivo". Todavia, se a máquina do Partido é uma "burocracia" ideológica, então sua principal característica é precisamente seu interêsse por "valores" e "fins" — a característica principal da realidade "substantiva" — e não a racionalidade em têrmos de fins fixados legalmente. Tôdas essas dificuldades de terminologia, ocasionadas pelo complicado esquema conceitual de Max

Weber, não impedem Burin de fazer uma utilissima análise que mostra a decomposição da burocracia do govêrno. (c) vd. ref. 127.

135. Mertsalov, V. S.. *Politika krutogo pod'ema i selskoe khoziaistvo* SSSR, Munique, 1955, p. 37.

135.2. Michel, Henri, *Histoire de la Résistence,* Paris, 1952.

136. Michels, Robert, *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Germany,* Nova Iorque, 1915, 1949; argumenta Michels que não existe isso que se chama de partido democrático e cooperativo, que todos os partidos são "oligárquicos". Michels exagerou um bom ponto de debate.

137. Micklem, Nathaniel, *National Socialism and the Catholic Church, 1933-1938,* Londres, 1939; vd. também ref. 80. (a) vd. ref. 80. (b) vd. ref. 203b.

138. Miller, Douglas, *You Can't Do Business With Hitler,* Boston, 1941, p. 73, faz uma descrição do sistema de compensação: "Os exportadores alemães embarcavam produtos para a Iugoslávia por exemplo e eram creditados em dinares pelo banco central em Belgrado, com os dois bancos fazendo a contabilidade. O pagamento era creditado aos exportadores em cada país em moeda local, e no fim do ano o balanço era realizado em favor de um ou outro país para aplicação nas transações do ano seguinte."

139. Milosz, Czeslaw, *The Captive Mind,* Nova Iorque, 1953, p. 231.

141. Moore, Barrington, *Soviet Politics — The Dilemma of Power: The Role of Ideas in Social Change,* Cambridge, Mass., 1950, p. 406. (a) p. 406. (b) caps. 8 e 12 para um estudo mais detalhado disto. (c) pp. 280/281. O total acima inclui todos os trabalhadores soviéticos empregados em atividades burocráticas. (d) p. 163.

142. Moore, Barrington, *Terror and Progress URSS,* Cambridge, Mass., 1954. (a) Cap. 7, p. 194. (b)*passim.* (c) cap. 5, para um tratamento equilibrado e cuidadoso. (d) cap. 5, p. 129. Moore admite êste ponto, e partilha da convição de que "o cientista soviético ainda retém um grau considerável de autonomia, apesar de todo o planejamento". (e) cap. 4. princ. pp. 100ff. (f) pp. 100/111; citação da p. 112. (g) *passim.* Esta opinião foi por certo tempo defendida por George F. Kennan e outros.

143. Mora, S., e P. Zwierniak, *Sprawiedliwosc Scwiecka,* Roma, 1945; vd. ref. 204.

144. Müller, Marianne, e Erwin Egon, *Stürmt die Festung Wissenschaft,* Berlim-Dahlen, 1953. (a) *op. cit.,* (b) 213, citando um artigo de Walter Ulbricht em *Neues Deutschland,* 23/7/50.

145. Myrdal, Alva, *Nation and Family: The Swedish Experiment in Democratic Family and Population Policy,* Nova Iorque, 1941.

146. Nett, Peter, *The Eastern Zone and Soviet Policy in Germany. 1945-50, Londres,* 1951 (ed. alemã, *Die Deutsche Sowjetzone bis heute,* Frankforte, 1953), pp. 1/35.

147. Neuhäusler, J., *Kreuz und Hakenkreuz: Der Kampf des Nationalsozialismus gegen die Katholische Kirche und der Kirchliche Widerstand,* Munique, 1946. (a) p. 349, e 335/348; vd. tambm ref. 124. (b) Vol. II, pp. 68ff.

148. Neumann, Franz, *Behemoth,* Nova Iorque, 1942. (a) também Maxime B. Sweezey. *The Structure of the Nazi Economy,* Cambridge, Mass, 1941. e R. A. Brady, *The Spirit and Structure of German Fascism,* Nova Iorque, 1937. A análise de Neumann é, sem dúvida, a melhor das três. A interpretação "imperialista" liga-se à análise anterior de Thorstein Veblen do militarismo e imperialismo alemão e japonês. (b) Talvez seja Neumann o autor que mais acentua o caráter carismático de Hitler. (c) p. 360, (d)) pp. 327ff, (e) pp. 298ff. (f)(pp. 349/361. (g) pp. 337/349 e 413/428. O que constitui em outros aspectos um estudo bem fundamentado sôbre êste problema, é prejudicado por sua preocupação em provar que, a despeito da destruição dos sindicatos, o capitalismo continua a existir. Neumann admite que o capitalismo exige "mão de obra livre", mas procura fugir das óbvias conseqüências disso introduzindo uma distinção entre três diferentes conceitos de "liberdade", que diz corresponderem a "estágios" no desenvolvimento capitalista. As distinções têm alguma validade, mas não conseguem apoiar seu argumento principal. . Para uma análise detalhada da frente trabalhista, vide também Taylor Code (270), utilizada por Neumann. A literatura alemã, que ambos mencionam, deve também ser consultada. (h) p. 613, nota 14, para a literatura alemã referente a isto. (i) pp. 403/413 Neumann descreve com pesar essa falha, mas, à parte o comunismo, não está claro o que o Partido Social Democrático e os sindicatos deveriam, segundo êle ter feito. (j) p. 418. Neumann conclui corretamente que "a Frente Trabalhista levou o processo de burocratização ao máximo". (k) p. 425. (1) p. 429, para citação, com referências inadequadas.

149. Neumann, Sigmund, *Permanent Revolution,* Nova Iorque, 1942. (a) p. 77. (b) p. 79. (c) p. 83.

150. Cakeshott, Michael, *The Social and Political Doctrines of Contemporary Europe.* Cambridge, 1939. (a) pp. 164ff para republicação disto. (b) pp. 164ff, princ. p. 166; tradução de *La Doctrina del Fascismo* (1934). (c) republicação do artigo sôbre o fascismo (1932).

151. Orlov, A., *The Secret History of Stalin's Crimes,* Nova Iorque, 1953. Vd. também ref. 204.

152. Pareto, Vilfredo, *The Mind and Society,* trad. de A. Bongiorno e A. Livingston, Nova Iorque. 1935 (transcrito de *Trattato di Sociologia Generale,* Florença, 1923, última edição), princ. pp. 389/480.

153. Parsons, Talcott, *The Social System,* Glencoe ,1951. (a) p. 349. (b) p. 10. (c) p. 11.

154. Parsons, Talcott e A. M. Henderson, *Max Weber, The Theory of Social and Economic Organization* (c/ introdução de Parsons), Nova Iorque, 1947; princ. pp. 329-341; vd. também ref. 225b.

155. Peralta, Jeronimo M., *Peron y la Revolución Justicialista,* Buenos Aires. 1951, para uma análise "autorizada". O Capítulo 10 contém os Vinte Pontos Básicos do movimento.

156. Pipes, Richar, *The Formation of the Soviet Union: Communism and Nacionalism.* 1917-1923, Cambridge, Mass., 1954.

157. Plamenatz, John P., *German Marxism and Russian Communism,* Londres, 1954, pp. 8/36, em que se demonstra que a ênfase que os comunistas dão ao materialismo dialético é, muitas vêzes, hipócrita. O que os comunistas chamam de materialismo dialético não o é, absolutameste, e sim materialismo histórico. A verdadeira dailética pouco tem a ver com êle.

158. Platão, *República,* l. 4.

159. *P.N.F.,, Atti del,* 16 vols. Bolonha, 1931/1939, Vol. III, 1934, p. 312. (Inclui *Fogli di ordini* e *Fogli di disposizioni* do secretário nacional do partido).

160. Côrte Suprema Polonesa, Julgamento de uma divisão civil da CSP de 11/29 de dezembro de 1951 — Ref. No. C 1083/51, Companhia Publicadora Forense, Varsóvia, 1953, Vol. II.

161. Popper, Karl R., *The Open Society and its Enemies,* Londres, 1945, Vol. I, talvez o mais desabrido dos críticos de Platão. Êste aspecto da filosofia de Platão é o verdadeiro elo com as idéias dos totalitaristas de nossa era. Deu margem a uma acalorada discussão quanto a se êle era ou não totalitarista. Nos têrmos de nossos critérios, a resposta é claramente negativa.

162. Raschofer, Hermann, *Die Sudetenfrage, ihre völkerrechtliche Entwicklung vom ersten Weltkrieg bis zur Gegenwart,* Munique, 1953, pp. 144/164.

163. Rauschning, Hermann, *Gespräche mit Hitler* (Nova Iorque, 1940, edição em inglês *Hitler Speaks,* 1939), p. 51. Utilizamos nossa própria tradução do original. Concordamos com Alan Bullock e Trevor-Roper que o depoimento de Rauschning é confirmado por provas posteriores, sendo, por isso, fonte importante.

164. Rauschning, Hermann. *Hitler's Speeches,* Nova Iorque, 1942.

165. Reimann, Gunther, *The Vampire Economy,* Nova Iorque, 1939. (a) para maiores detalhes; o têrmo é de nossa própria invenção. (b) Reimann acentuou êste aspecto.

166. *Report of the Case of the Anti-Soviet and Right-Trotskyte Bloc* (Sudebnyi Otchet po Delu Anti-Sovetskogo i Pravo-Trotskiskogo Bloka), Moscou, 1938, p. 697, alocução de Andrei Vyshinsky.

167. *Report of the Proceedings of the Anti-Soviet Trotskyte Centre,* Moscou, 1937, pp. 162/163, último apêlo de Shestov.

168. *Report of the Proceedings of the Case of the Anti-Soviet Trotskyte Centre,* Moscou, 1937, p. 127.

169. Ritter, Gerhard, *Carl Goerdeler und die deutsche Widerstandbewegung,* Stuttgart, 1954. (a) vd. ref. 174b. b) pp. 388/434. Apenas como ilustrações mencionamos o irmão de Carl Goerdeler como seu mais íntimo colaborador, e os irmãos Bonhoeffer (cf. Dietrich Bonhoeffer, *Letters and Papers from Prison,* ref. 12; as cartas mais importantes são dirigidas aos seus pais). Entretanto, talvez mais expressivo que tudo seja o registro publicado por Annedore Leben, baseado em arquivos da Gestapo (107), onde se verifica que o apoio essencial foi proporcionado pela família. (c) para um histórico mais detalhado do principal líder, Carl Goerdeler.

169.2. Rohde-Liebenau, Wolfram, "Heinrich Himmler", relatório de seminário inédito, Universidade de Harvard, 1951. Vd. também ref. 95.

170. *The Roman Catholic Church in People's Poland*, Varsóvia, 1953, p. 105.

171. Rosenberg, Alfred, *Der Mythos des zwanzigsten Jahrhunderts*, Munique. 1930, p. 2.

172. Rosenthal, Walter, Richard Lange e Arwed Bomeyer, *Die Justiz in der Sowjetischen Besatzungzone*, 3.ª ed., Bonn, 1955; para a prova concreta da perversão da administração judicial, vd. ref. 214, que cobre, até agora em duas partes, o período até 1943 inclusive.

173. Rostow, W. W., *et al.*, *The Prospects for Communist China*, Cambridge, Mass., 1954. (a) *passim*. (b) pp. 116/123; infelizmente, Rostow refere-se ao "complexo sistema de valores" da sociedade chinesa tradicional como uma "ideologia".

174. Rothfels, Hans, *The German Opposition to Hitler*, 2.ª ed., *Chicago*, 1948. (a) princ. pp. 85ff. (b) isto não foi absolutamente a única motivação. Vd. também Dulles (39). Avoluma-se a literatura a respeito do 20 de julho; o recente estudo sôbre o líder principal, Carl Goerdeler, de Ritter (167) é notável. (c) p. 101 e outros locais. (4) *passim*.

175. Rounds, Frank, *A Window on Red Square*, Boston, 1953, pp. 46/48.

176. Rousset, David, *The Other Kingdom*, Nova Iorque, 1947. Vd. também ref. 95.

177. *Royal Commission's Reports on Espionage in Canada, 1946, and Australia, 1955*, para um excelente material de fonte.

178. von Salomon, Ernst, *Der Fragebogen, Hamburgo*, 1951, para uma impressionante descrição dessa pouco conhecida fase da situação revolucionária alemã.

170.2 Salvadori, Massimo, *Storia della Resistenza Italiana*, 1955: esta história foge ao preconceito comunista de alguns estudos interessantes sôbre a resistência italiana publicados recentemente.

179. Salvatorelli, L. e G. Mira, *Storia del Fascismo*, Roma, 1952. (a) *op. cit.* (b) p. 741. (c) vd. ref. 184. d) para o registro italiano e para os alemães, Hans Rothfels, *The German Opposition to Hitler*, Chicago, 1948, p. 101 e outros locais. O relato de Dulles (39), pp. 119ff, preocupa-se excessivamente com resistência e "culpa" política, e contém alguns êrros graves, principalmente sôbre Albrecht Haushofer. Sôbre a resistência da Zona Soviética, cf. Müller e Egon (141), pp. 282/284, que também cita vários casos individuais.

180. Salvemini Gaetano, *Under the axe of Fascism*, Nova Iorque, 1936. (a) p. 383. (b) pp. 383/386. c) Salvemini acentuou corretamente as características corruptas do corporativismo, mas deixou de destacar essa "lógica" inerente ao estado corporativo. Vd. L. R. Franck, *Les Etapes de l'économie fasciste italienne*, Paris, 1939, e e Carl T. Schmidt, *The Corporate State in Action*, Nova Iorque, 1939. (d) *passim*, vd. também ref. 50h. (e) pp. 294/295.

181. de Santillana, George, *Galileo Galilei — Dialogue on the Great World Systems,* Chicago, 1953 (c/ uma introdução erudita, pp. xi-lviii). Vd. também o ensaio "Phases of the Conflict Between Totalitarianism and Science", ref. 59h.

182. Schelsky, Helmut, *Wandlungen der deutschen Familie der Gegenwart,* 2ª ed., Stuttgart, 1954. Vd. também Wurzbacher (235). As duas obras foram elaboradas em conjunto e complementam-se; de modo geral, Schelsky trata das relações externas, da família após 1945, e Wurzbacher das relações internas. Ao todo, 180 famílias foram estudadas intensamente.

183. Schneider, Herbert W., *Making the Fascist State,* Nova Iorque, 1928, p. 228.

184. Schneider, Herbert W. e Shepard Clough, *Making Fascists,* Chicago, 1934, cap. 5; vd. também Finer (50). pp. 475 ff. Não foi publicado recentemente nenhum bom estudo sôbre a questão, mas há boas apreciações em Salvatorelli (179). Entre obras fascistas, destacamos Fanelli (48) e Malfi (122), assim como o estudo de Gentile (218).

185. Schwartz, Benjamin, *Chinese Communism and The Rise of Mao,* Cambridge, Mass., 1951. (a) vd. também ref. 76. (b) *passim.* (c) pp. 191/199.

186. Seabury, Paul, *The Wilhelmstrasse,* California, 1954,

187. Seton-Watson. High, *The East European Revolution,* 2.ª ed., Nova Iorque, 1952; vd. também ref. 129.

188. Selznick, Philip, *The Organizational Weapon: A Study of Bolshevik Strategy and Tactics,* Nova Iorque, 1952, pp. 171/214 para uma análise mais ampla. Vd. também ref. 30.

189. *XVII s'ezd VKP* (b), registro estenográfico, Moscou, 1934, p. 15.

190. *XVIII s'ezd Vzesoiuznoi Kommunisticheskoi Partii (b),* registro estenográfico, Moscou, 1939. (a) p. 28. (b) para detalhes, especialmente os relatórios de Molotov e Kaganovitch. (c) p. 19.

191. Shuster, G. N., *Religion Behind the Iron Curtain,* Nova Iorque, 1955.

192. Silone, I., *Bread and Wine,* Londres, 1936. vd. também ref. 95.

193. Sington, Derrick e Arthur Weidenfeld, *The Goebbels Experiment — A Study of the Nazi Propaganda Machine,* Londres, 1942. (a) princ. caps. 2 e 3. (b) p. 17. Pode-se argumentar, entretanto, que o verdadeiro dualismo era o que existia entre Goebbels o Dietrich. No partido, a posição de Dietrich equivalia à de Goebbels, tinha o pôsto de Reichsleiter, na qualidade de chefe de imprensa do Reich, e, embora fôsse suobrdinado a Goebbels como secretário de estado no Ministério de Propaganda, exercia outra função como chefe de imprensa do govêrno, o que lhe dava acesso direto a Hitler.

194. Smith, Patrick, ed., *Clemens August von Galen — The Bishop of Münster and the Nazis,* Londres, 1943, sermões. Vd. também ref. 209 b.

195. Sorel, Georges, *Réflexions sur la violence*, 2.ª ed., Paris, 1910. (Edição em inglês, trad. de T. E. Hulme e J. Roth, *Reflections on Violence*, Glencoe, 1950.) Vd. a interessante introdução de Edward S. Shils à edição em inglês. Também muito significativa para sua anterior admissão da importante doutrina do mito é Elliott (42), cap. 4.

196. Spirito, Ugo, *Capitalismo e Corporativismo*, Florença, 1936. Críticas: Critica Fascista e Lavoro Fascisto.

198. Stalin, J. V., *Anarchism or Socialism* (1907), em Obras Completas. Moscou, 1952, vol. I, pp. 294/295.

199. Stalin, J. V., *Problems of Leninism*, Moscou, 1940. (a) pp. 659/699. (b) pp. 115/116, (The October Revolution and the Tactics of the Russian Communists", 1924. (c) pp. 591/597, "Dialectical and Historical Materialism". (d) p. 451.

200. Stalin, J. V., *"Soviet Policy during the Great Patriotic War* (Materials and Documents)", Nova Iorque, Vol. II, pp. 79/80. Entrevista entre Stalin e o Rev. S. Orlemanski, 12/4/44.

201. Starlinger, W., *Grenzen der Sovietmacht*, Kitzinger-Main, 1954. (a) *op. cit.* (b) para prova interessante e convincente em que se descreve a desintegração do "estado" da MVD. Stalinger inclina-se a interpretar o sistema de campos como um "estado dentro do estado", da mesma forma que Kogon (95). (c) *passim.*

202. Sternberg, Fritz, *From Nazi Sources: Why Hitler Can't Win*, Nova Iorque, 1939, p. 73.

203. Strobel, Ferdinand, ed., *Christliche Bewährung: Dokumente des Widerstands der Katholischen in Deutschland, 1933-1945*, Altero, 1946. (a) êste estudo, juntamente com Neuhäusler, supera a importante coleção de documentos publicada em Londres em 1940, e que se intitulava *The Persecution of the Catholic Church in the Third Reich: Facts and Documents.* (b) p. 299, para citação; cf. também Smith (194), que dá seus sermões. Micklem (137), é melhor para o período anterior à guerra, mas Teeling, (206), sendo católico, é importante devido à sua análise crítica das falhas católicas. Uma recente avaliação completa que nos foi de enorme proveito foi preparada para nosso seminário por Findley Burns., Jr. (23).

204. Stypulkowski, Z., *Invitation to Moscow, Londres*, 1951. Vd. também Orlov (151) e Mora e Zwierniak (143).

205. Tasca, A., *Nascita e avvento del Fascismo*, Roma, 1950. A atitude de Mussolini em relação à democracia era ambivalente. A teoria fascista era muito mais francamente *de elite* do que a ideologia nazista.

206. Teeling, William, *Crisis for Christianity*, Londres, 1939; vd. também ref. 203.

207. Tell, Rolf, *Nazi Guide to Nazism, Washington*, D. C., 1942, para citação de *Volk im Werden*, 1934. Este "guia", compilado durante a guerra, foi evidentemente cortado com a intenção de suscitar indignação; no entanto, a contradição na atitude nazista em relação à família torna-se óbvia nas citações feitas.

208. Thoma, R., *Die Staatsfinanzen in der Volksgemeinwirtschaft*, Tübingen, 1937.

209. Timasheff, N. S., *The Great Retreat: The Growth and Decline of Communism in Russia*, Nova Iorque, 1946.

210. Trotsky, L., *Itogi i Perspektivy*, p. 42; vd. também ref. 36.

211. Trotsky, L., *Kak vooruzhalas revolutsia*, Moscou. 1923/1925, Vol. I, p. 29.

212. Trotsky, L., *Nashi Politicheskie zadachii*, Genebra, 1904, p. 23. Na mesma publicação, Trotsky deplorou a "maliciosa e moralmente repulsiva desconfiança" de Lenin.

213. Trotsky, L. *Sochinenya*, Moscou, 1927, Vol. XXII, p. 6/14, citado em Deutscher (36). p. 450.

214. *Unrecht als System — Dokumente über planmässige Rechtverletzung in der Sowjetzone Deutschlands*, publicado pelo Untersuchungsausschuss Freiheitlicher Juristen, até agora em dois tomos, cobrindo o período até 1954 inclusive (Tomo I também em inglês).

215. Ulam, Adam, *Titoism and the Cominform*, Cambridge, Mass., 1951, para uma análise perceptiva.

216. Vagts, Alfred, *Hitler's Second Army*, *Infantry Journal*, Washington, D. C. 1943, cap. 12.

217. Veblen, Thorstein, *Imperial Germany and the Industrial Revolution*, Nova Iorque, 1915, 1939, 1954; vd. também ref. 148a.

218. Vettori, Vittorio, *Giovanni Gentile*, Florença, 1954, vd. também ref. 184.

219. Vögelin, Eric, *The New Science of Politics*, Chicago, 1952.

220. Voznesensky, N. A., *Voiennaia Ekonomika SSSR*, Moscou. 1948. p. 66.

221. *V. Vserossiiskii s'ezd sovietov rabochikh, krest'ianskikh, soldatskikh i kazach'ikh deputatov*, registro estenográfico, Moscou, 4/10 de julho de 1918, p. 213.

222. Walker, R., *China Under Communism: The First Five Years*, New Haven, 1955, cap. 6.

223. Walther, Otto, *Verwaltung, Lenkung und Planung der Wirtschaft in der Sowjetischen Besatzungszone*, Bonn, 1953.

224. Webb, Sidney and Beatrice, *Soviet Communism: A New Civilization*, Nova Iorque, 1935. (a) *passim*. (b) cap. 10 (1), pp. 887ff; princ. p. 921, onde êsses fatos são convertidos em base de uma "justificação" do regime soviético por Harold Laski em *Revolution*, (c) pp. 1054ff. (d) princ. cap. 10 (c), pp. 887ff. O progresso é aqui definido em têrmos de "alfabetização" (p. 894), número de escolas (p. 892), ou "aprendizado pela ação" (p. 898). Quanto a êste último aspecto, Crowther (29) é citado como autoridade, e o conceito é relacionado a um princípio presumìvelmente enunciado por Samuel Butler (Thoreau o havia afirmado muito antes); seja como fôr, quanta diferença existe entre a realidade a que o têrmo se refere no Ocidente, e a lotação compulsória em locais de trabalho na URSS e nos satélites!

225. Weber, Max, *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tübingen, 1925. (a) p. 167; vd. também ref. 55b (b) princ. pp. 128/133, 650/678, e as seções correspondentes em Parsons (154), pp. 329/341. Cf. também

ref. 226, princ. pp. 196/244, 416/444. Vd. também o desenvolvimento de C. J. Friedrich da concepção de Weber (ref. 55, cap. 2), mais explicada num capítulo de Merton (134), no qual baseia-se a análise.

226. Weber, Max, *From Max Weber: Essays in Sociology,* trad. e introdução de H.H. Gerth e C. Wright Mills, Oxford, 1946. Vd. também ref. 225b.

227. Weinrich, Max, *Hitler's Professors — The Part of Scholarship in Germany's Crimes against the Jewish People.* Nova Iorque, 1946. Para um tratamento menos enfático, vd. Hartshorne (73).

228. Wertheimer, Mildred S., *The Pan-German League, 1890-1914,* Nova Iorque, 1924, para um estudo antigo mas ainda bastantante acurado.

229. Wheeler-Bennet, John, *The Forgotten Peace,* Brest-Litovsk, 1918 (e Nova Iorque, 1939).

230. Wheeler-Bennet, John, *The Nemesis of Power: The German Army in Politics, 1918-1945,* Londres, 1953. (a) Parte III. (b) *passim.*

231. White, Fedotoff, *The Growth of the Red Army,* Princeton, 1944. (a) *op. cit.* (b) *op. cit.*

232. Widmeyer, E., "The Communist Party and the Soviet Schools, 1917-1937", tese de doutorado, Universidade de Harvard, 1952; vd. também ref. 71.

233. Weizsäcker, Ernst von, *Memoirs,* trad. para o inglês, 1951, *passim;* vd. também ref. 186.

233.2. Wittke, Karl, *Democracy is Different.*

234. Wolfe, Bertram D., *Three Who Made a Revolution,* Nova Iorque, 1948, *passim.*

235. Wurzbacher, Gerhard, *Leitbilder des gegenwärtigen deutschen Familien-lebens,* Dortmund, 1951; vd. também ref. 182.

236. Wyman, Parker, D., "The Protestant Churches of Germany and National Socialism", ensaio de seminário inédito, Universidade de Harvard, 1952, vd. também ref. 80.

237. Yakovlev, B., *Konsentratsione Lageri SSSR,* Munique, 1955, para uma tentativa recente de identificar, localizar e descrever os campos soviéticos.

238. Yaroslavsky, R., *Bolshevik Verification and Purging of the Party Ranks,* Moscou, 1933, p. 13, que cita Lenin, em alocução a uma sessão conjunta do Executivo Central de Tôda a Rússia e do Soviete de Moscou, em 4 de abril de -1919.

239. Yaroslavsky, R., *Rak provodit chistku partii,* Moscou, 1929, para um estudo antigo.

240. Yoffe, A.A., *Mirnye peregovory v Brest-Litovske* (arquivo oficial soviético), Moscou, 1920, p. 104, .

240.2. Zeller, Eberhard, *Geist der Freiheit,* 2.ª ed., München,, 1954.

JORNAIS, REVISTAS E ARTIGOS

240.3. *American Political Science Review,* Z. Brzezinski, "Totalitarianism and Racionality", 3 (50), setembro de 1956.

241. *Annals of the Academy of Political Science.* (a) J. Bennett, "The German Currency Reform", 267:43-54 (janeiro de 1950); vd.

também ref. 27. (b) A. Bergson, J. H. Blackman e A. Erlich, "Post-war Economic Reconstruction and Development in the URSS", 263:52-72 (maio de 1949); vd. também ref. 271j, ref. 245b.

242. *Aviation Age,* N. de Witt, *"Russia Threatens US Engineering* Leadership", fevereiro de 1955, para todos os dados dêste parágrafo.

243. *Bol'shevik.* (a) n.º 17 (1948), p. 51. (b) V. Kolbanovsky, "Ukrepleniie semii v. sotsialisticheskom obshchestve", nº 17, (setembro de 1949), pp. 53-63.

244. *Buletinul Oficial,* nº 51 (9/6/50), decreto nº 583.

245. *Bulletin of the Institute for the Study of the History and Culture of the URSS.* (a) vol. 2, n.º 1 (1955). p. 10. (b) vol. 2, n.º 3 (1955), p. 5. (c) vol. 3, n.º 2 (1956), p. 11.

246. *Common Ground,* C. J. Friedrich, "Foreign-Language Radio and the War", 3:65-72 (1942).

247. *Confluence.* (a) C.J. Friedrich, "Religion and History", vol. 4, nº 1 (1955), pp. 105-116. (b) C. J. Friedrich, "Authority and Loyalty", vol. 3, n.º 3 (1954), pp. 307, 316. (c) Friedrich, *ibid.,* e a literatura aqui mencionada.

248. *Dziennik Ustaw, R. P.* n.º 22 (1950), p. 188; vd. também ref. 261.

249. *Fogli Di Ordini,* p. 244.

250. *Forum,* Wofgand Schubardt, "Der Kampf gegen den Objektivismus an den Universitäten und Hochschulen unserer Republik", 21/3/51, p. 3. (Publicação comunista estudantil). Vd. também o comentário em Müller (144), pp. 219ff.

251. *The Geographical Review,* D.B. Shimkin, "Economic Regionalization in Soviet Union", vol. 42, n.º 4, (outubro de 1952), p. 611.

252. *Izvestia.* (a) 11/7/55. (b) 10/8/30; vd. também ref. 18h. (c) 26/5/55, p. 2, a respeito da organização do Comitê Estatal de Planejamento da URSS para orientar o planejamento a longo prazo e do Comitê Econômico da URSS para orientar o planejamento a curto prazo. (d) 6/4/55. (e) 22/1/55. (f) 30/11/55, para o decreto. (g) 7/8/55, sôbre a concessão da ordem da Bandeira Vermelha do Trabalho ao Metropolitano de Kolomna. (h) 27/3/56.

253. *Journal of the History of Ideas,* Lacey Baldwin Smith, "English Treason Trials and Confessions in the Sixteenth Century", vol. 15 (outubro de 1954) Humanities, nº 10, Department of Humanities, M.I.T., 1954).

254. *The Journal of Social Issues,* Alex Inkeles, "Social Change and Social Character: The Role of Parietal Mediation", vol. II, n.º 1 (1955), pp. 12-23.

255. *Kommunist.* (a) M. Strepukhov, "Instrumentos Poderosos para Mobilizar as Massas para Executar Decisões do Partido e do Govêrno" (título traduzido), nº 6 (abril de 1955), pp. 91-102. (b) nº 10 (julho de 1955), p. 4. (c) nº 7 (maio de 1955), pp. 117-128. Compare-se isto com a declaração seguinte, traduzida de *Literaturnaia gazeta* (259b): " 'Pessoas cuidadosas', que consideram 'perigoso' o aparecimento e o estabelecimento de diferentes tendências num úni-

co e mesmo campo de conhecimento declaram geralmente que isto, como dizem, pode levar ao aparecimento ou reanimação de tendências reacionárias que contradizem a perspectiva marxista-leninista".

256. *Komsomolskaia pravda.* (a) 24/3/54, p. 2, (b) 30/3/54. (c) números de 1954, 20/3/54, p. 1.

257. *Krasnaia Zvezda* (jornal oficial do exército), 22/10/46.

258. *Lidove Noviny,* 21/4/51, citado por Buhler e Zukowski (21)

259. *Literaturnaia gazeta.* (a) 11/1/55, p. 1. (b) vd. também ref. 255c. 11/1/55, p. 1.

260. *Look,* "Interview with Elliott Roosevelt", 4/2/47.

261. *Monitor Polski,* A-45, p. 519; vd. também ref. 248.

262. *New York Times.* (a) L. Dubrovina, Vice-Ministro da Educação da URSS, 30/8/55. (b) 24/7/55, p. 6E. (c) 7/6/42; para citações de trechos marcantes da carta pastoral. Curiosamente, essas citações não constam em Nauhäusler, embora mencione outros de uma "gemeinsame Hirtenbrief" (d) 25/8/55. p. 4.

263. *Nowe Drogi.* (a) janeiro de 1947;; O Secretário Geral do Partido, Wladyslaw Gomulka (posteriormente expurgado) chegou a alegar que não havia necessidade de uma ditadura do proletariado na Polônia, pois lá o comunismo chegaria através de um processo evolutivo. (b) julho/agôsto de 1948, p. 17, a resolução do Cominform sôbre a situação no Partido Comunista da Iugoslávia.

264. *Nowa Kultura,* n.º 34 (282), 21/8/55, pp. 4-5; S. Sobocki, "Egzamin".

265. *Partinaia zhizn.* (a) n.º 5 (março de 1955), pp. 8-13. (b) n.º 6 (1955), pp. 30-34. (c) n.º 5 (março de 1955). (d) n.º 8 (1955), pp. 60-61. (e) n.º 6 (março de 1955), pp. 1-2. (f) n.º 15 (novembro de 1954), pp. 9-15.

266. *Mirovoe Khoziaistvo i Mirovaya Politika,* E. S. Varga, "Demokratiya Novogo Tipa", 1947, p. 3.

267. *Pergale,* n.º 4 (abril de 1950), p. 52.

268. *Pionerskaia pravda,* 12/9/52.

269. *Planovoie Khozjaistvo.* (a) n.º 2 (1941), pp. 5-6. (b) A. Leontiev, "Ekonomischeskie Osnovy Novoy Demokratii", n.º 4 (1947), p. 69.

270. *Political Science Quarterly,* Taylor Code, "The Evolution of the German Labor Front", 52:532-558 (1937), e a literatura mencionada aqui; vd. também ref. 148g.

271. *Pravda.* (a) 29/12/36. p. 2. (b) 9/10/52, p. 2. (c) 4/7/47. (d) 9/10/52, Malenkov, relatório do Comitê Central do PCUS(B). (e) 16/4/53. (f) 7/11/47, discurso por ocasião do 13.º aniversário da Revolução. (g) 18/12/17. (h) 9/10/52, p. 6, XIX Congresso do Partido, relatório de credenciais; vd. também ref. 47j. (i) 22/6/54 ,artigo sôbre a China na marcha para a industrialização socialista, (j) 17/7/55. (k) 21/1/55; para as realizações de 1954, o relatório anual da Adinistração Estatística Central (TsSU), "Resultados do Plano Estatal para o Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS em 1954" (título traduzido). (1) 21/1/55. (m) 19/9/53. (n) 23-24/2 e 6/3/54, para o relatório de Krushov e reportagens sôbre jovens do

Komsomol que demandavam o Oriente. (o) 27/10/54. (p) 10/10/52, p. 5. (q) 11/4/56. (r)a *op. cit.*

272. *Public Opinion Quarterly,* C. J. Friedrich, "The Agricultural Basis of Emotional Mass Nacionalism", 1937. pp. 50-61, para a situação nazista.

273. *Quarterly Journal of Economics.* (a) J. S. Berliner, "The Informal Organization of the Soviet Firm", 46:342-365 (agôsto de 1952). (b) *ibid.*

274. *Radio de Moscou,* setembro de 1954.

275. *Regime Fascista.* (a) 1/3/30. (b) 23/11/38, p. 1, traduzido por Germino (64d).

276. *Review of Politics.* (a) Hannah Arendt, "Ideology and Terror: A Novel Form of Government", 15:309ff (1953). Os antecedentes em estudos anteriores da lei da natureza são reconhecidos de forma inadequada, porquanto Miss Arendt só toma em consideração a lei da natureza normativa (escolástica). (b) *ibid.,* pp. 303ff. Nesse interessante ensaio, miss Arendt apresenta a tese de que não é só a natureza utópica da ideologia, mas seu suposto logicismo, que conduz ao terror. Baseadas numa lei "científica" de movimento, essas ideologias são "literalmente, a glória de uma idéia", posta em execução com "frio raciocínio" (Hitler), ou com a inexorabilidade da dialética" ou com a "fôrça irresistível da lógica" (Stalin). Acreditamos que o ponto destacado por miss Arendt seja um aspecto significativo da ideologia totalitária, mas não cremos que tenha a ampla importância que lhe atribui. (c) Karl Wittfogel, "The Historical Position of Communist China: Doctrine and Reality, 16: 463ff (194), para maiores detalhes.

277. *Socialisticka zakonnost,* nº 4 (1953), suplemento especial.

278. *Sovetskoie gosudarstvo i pravo.* (a) nº 6 (1954), pp. 16-23. (b) *ibid.*

279. *Sovetskaia Kultura,* 18/1/55, p. 2, para um ataque recente contra o "huliganismo".

280. *Sovetskaia pedagogika,* nº 1, (1955), planos para trabalho de estudantes em feriados numa área agrícola.

281. *Trybuna Ludu,* 7/6/53.

282. *U. S. News and World Report,* relatórios de N. e H. Dodges, 16/9/55. Esta é também a conclusão de dois educadores americanos que recentemente passaram algum tempo na URSS estudando o sistema educacional soviético.

283. *USSR Information Bulletin,* 20/10/48.

284. *Vechernaia Moskva,* 12/8/55.

285. *Vedomosti Verkhovnogo Soveta SSSR,* nº 9 (827), 20/6/54. pp. 259/267.

286. *Vestnik instituta po izucheniiu istorii i kultury SSSR.* (a) P. Sencha-Zalesky, sôbre a escola soviética, nº 2 (1955), p. 69. (b) "Po stranitsam Zhurnala Moskovskoi Patriarkhii", n.º 1 (14), 1955, p. 76. (c) D. Konstantinov, "Sovietskaia molodezh v borbe za Tserkoi", nº 1 (14), 1955, pp. 61-72. (d) E. Kyrymal, "Polozhenie musulmanskoi religii v Krymu", n.º 2 (15), 1955, pp. 55-68.

287. *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte.* (a) Karl O. Paetel, "Geschichte und Soziologie der SS". 2:15-17; contudo, êle despreza os antecedentes fascistas italianos dessa espécie de concepção. (b) *ibid.*, p. 3. (c) *ibid.*, pp. 1-33.

288. *Voprosy filosofii,* F. N. Ileshchuk, "Resíduos Religiosos e Maneiras de Vencê-los" n.º 6 (1954), p. 79 (título traduzido).

289. *Voprosy Trudovovo Prava,* N. G. Aleksandrov e V. M. Dogadov, p. 241; citado em Kulsk (103) p. 414; vd. também ref. 103c. 414; vd. também ref. 103c.

290. *World Politics,* A. Eckstein, "Conditions and Prospects for Economic Growh in Communist China", vol. 7, nº 1 (outubro de 1954).

291. *Yale Review,* C. J. Freidrich, "The Peasantry — the Evil Genius of Dictatorship", vol. 26. n.º 7 (1937), pp. 724-740.

292. *Zaria vostoka,* L. Klimovich. "Origem e Essência Reacionária do Islam", 10/10/54 (título traduzido).

293. *Zentralinstitut für Erziehung und Unterricht,* Deutsche Schulerziehung (ed. Rudolf Benzed), 1940, que contém um relatório a respeito do desenvolvimento das escolas alemãs entre 1933 e 1939.

ESTE LIVRO, EDIÇÃO N.º 101, FOI COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DA EMPRÊSA GRÁFICA DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS" S.A., NA RUA CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO, PARA A

EM 1965.

★